

PSICOLOGIA CLÍNICA

*Reflexões contemporâneas sobre
a clínica psicanalítica e a parentalidade*

34.3

PSICOLOGIA CLÍNICA

*Reflexões contemporâneas sobre
a clínica psicanalítica e a parentalidade*

34.3

EDITORES RESPONSÁVEIS

Breno Sanvicente-Vieira
Leonardo Fernandes Martins

EDITORES ASSOCIADOS

Clarissa Pinto Pizarro de Freitas
Jaqueline de Carvalho Rodrigues
Lidia Levy de Alvarenga
Rebeca Nonato Machado
Thais Klein
Thomas Eichenberg Krahe

COMISSÃO EXECUTIVA

Breno Sanvicente-Vieira
J. Landeira-Fernandez

SECRETÁRIO EXECUTIVO: *Francisco Wellington Barreto*

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA: *Vera Lúcia L. da Silva*

REVISÃO: *Claudio R. C. Faria*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Ingrop Tecnologia e Serviços Ltda.*

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Wagner, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Alberto Konicheckis, Université Paris Descartes – Paris V, Paris, França
Ana Maria Rudge, UVA, Rio de Janeiro, Brasil
Cleonice Alves Bosa, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Eduardo João Ribeiro dos Santos, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Fernando Urribarri, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina
Ilana Strozenberg, ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil
Jefferson Machado Pinto, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
Jurandir Freire Costa, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Augusto M. Celes, UNB, Brasília, Brasil
Luiz Eduardo Prado de Oliveira, Université de Bretagne Occidentale, Brest, França
Maria Consuelo Passos, UNICAP, Recife, Brasil
Maria da Graça Bompastor Borges Dias, UFPE, Recife, Brasil
Marta Gerez Amberlin, Universidad Nacional de Tucumán, San Miguel de Tucumán, Argentina
Nelson da Silva Junior, USP, São Paulo, Brasil
Pierre Benghazi, Université Paris 8 – Vincennes St Denis, Paris, França
Renato Mezan, PUC-SP, São Paulo, Brasil
Roland Gori, Université de Provence Aix-Marseille I, Marseille, França
Silvia Helena Koller, UFRGS, Porto Alegre, Brasil
Silvia Maria Abu-Jamra Zornig, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil
Teresa Cristina Carreteiro, UFF, Niterói, Brasil

Apoio:



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da PUC-Rio

PSICOLOGIA CLÍNICA. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 34 n. 3, set-dez/2022
CDD.157.9

ISSN: 0103-5665 (impresso)

ISSN: 1980-5438 (online)

MISSÃO DO PERIÓDICO

Divulgar trabalhos originais na área da Psicologia Clínica, contribuindo para a qualidade da pesquisa, para a produção de conhecimento e para a consolidação desse campo no Brasil.

LINHA EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* é uma publicação quadrimestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área de psicologia clínica.

HOMEPAGE:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5665

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

NACIONAIS:

INDEX PSI www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME lilacs.bvsalud.org

QUALIS (A2) www.periodicos.capes.gov.br

INTERNACIONAIS:

CLASE dgb.unam.mx/index.php/catalogos/seriunam

Latindex www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=17689

PsycINFO www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/coverage.aspx#P

Redalyc www.redalyc.org/revista.oa?id=2910

EBSCO www.ebscohost.com/titlLists/foh-coverage.htm

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea
22453-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (55 21) 3527-2109
Fax: (55 21) 3527-1187
E-mail: psirevista@puc-rio.br

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL 437

SEÇÃO TEMÁTICA – Reflexões contemporâneas sobre
a clínica psicanalítica e a parentalidade

THEMATIC SECTION – Contemporary reflections on
the psychoanalytic clinic and parenting

SECCIÓN TEMÁTICA – Reflexiones contemporâneas sobre
la clínica psicoanalítica y la parentalidad

DESEJO DO PSICANALISTA E RESISTÊNCIA NA POLIS CONTEMPORÂNEA

Psychoanalyst's desire and resistance in the contemporary polis

Deseo del psicoanalista y resistencia en la polis contemporânea

Rogério Quintella 441

LITERATURA: EFEITO DE VIVÊNCIA OU VIVÊNCIA DE EFEITO?

Literature: Effect of an experience or experience of effect?

Literatura: ¿Efecto de vivencia o vivencia de efecto?

Emylle Savi

Amadeu de Oliveira Weinmann 465

SOBRE O REAL DO TRAUMA E O DESMENTIDO DO SUJEITO:	
CONTRIBUIÇÕES DE SÁNDOR FERENCZI	
On the real of trauma and the subject's denial:	
Contributions by Sándor Ferenczi	
Sobre lo real del trauma y el desmentido del sujeto:	
Contribuciones de Sándor Ferenczi	
<i>Roberta Araujo Monteiro Goelzer</i>	
<i>Mônica Medeiros Kother Macedo</i> 487	
PSYCHODYNAMICS OF OBESE ADOLESCENTS IN THE	
THEMATIC APPERCEPTION TEST (TAT) – PARISIAN SCHOOL	
Funcionamento psicodinâmico de adolescentes obesos no	
Teste de Apercepção Temática (TAT) – Escola de Paris	
Los aspectos psicodinámicos de los adolescentes obesos a partir del	
Test de Apercepción Temática (TAT) – Escuela de Paris	
<i>Lígia Rosado Antônio</i>	
<i>Valeria Barbieri</i> 509	
PATERNIDADE GAY: ALGUMAS MARCAS DO INTERIOR	
Gay fatherhood: Some traits from the countryside	
Paternidad gay: Algunos rasgos del campo	
<i>Eduardo Steindorf Saraiva</i>	
<i>Anna Paula Uziel</i>	
<i>Danielli Cossul</i> 531	
REDE SOCIAL NA COPARENTALIDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Social network in co-parenting: An integrative review	
Red social y coparentalidad: Una revisión integradora	
<i>Giulia Oliva Grassi</i>	
<i>Marina Menezes</i>	
<i>Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré</i> 553	

A PSICOLOGIA NAS VARAS DE FAMÍLIA: (IM)POSSIBILIDADES DA
GUARDA COMPARTILHADA

Psychology in family courts: (im)possibilities of shared custody

Psicología en los tribunales de familia: (im)posibilidades de la
custodia compartida

Camila Valadares da Veiga

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Fernanda Hermínia Oliveira Souza 577

SEÇÃO LIVRE

FREE SECTION

SECCIÓN LIBRE

DA HISTERIA À SUBLIME-AÇÃO: BERTHA PAPPENHEIM

From hysteria to a sublime-act: Bertha Pappenheim

De la histeria a la sublime-acción: Bertha Pappenheim

Sonia Alberti

Raquel Jardim Pardini

Maria Anita Carneiro Ribeiro

José Mauricio Loures 601

MOOD-CONGRUENT MEMORY IN HEALTHY ADULTS:

A SYSTEMATIC REVIEW

Memória congruente ao humor em adultos saudáveis:

Uma revisão sistemática

Memoria congruente con el estado afectivo en adultos sanos:

Una revisión sistemática

Sofia Latgé-Tovar

Elodie Bertrand

Robin G. Morris

Jesus Landeira-Fernandez

Daniel C. Mograbi 621

EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* apresenta seu número 34.3, com o tema *Reflexões contemporâneas sobre a clínica psicanalítica e a parentalidade*. Os artigos publicados envolvem estudos de revisão e estudos empíricos. Neste número predomina uma seção temática, com sete trabalhos, os quais, com diferentes metodologias, giram em torno da prática psicanalítica contemporânea e da parentalidade em diferentes contextos. O número se completa com uma seção livre, contendo dois outros trabalhos.

O primeiro artigo desta edição leva o título de *Desejo do psicanalista e resistência na polis contemporânea*, e é de autoria de Rogerio Quintella, da Universidade Federal Fluminense (UFF). O trabalho traz uma visão teórica sobre o papel da ética psicanalítica na resistência ao consumo de massa na sociedade contemporânea e o papel do desejo do psicanalista nessa dinâmica.

O segundo trabalho deste número tem o título em forma de pergunta – *Literatura: Efeito de vivência ou vivência de efeito?* – e é de autoria de Emylle Savi e Amadeu de Oliveira Weinmann, ambos filiados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesta revisão se discorre sobre a relação da psicanálise com obras literárias, propondo uma reflexão metodológica sobre formas de pensar a obra e seu autor.

Sobre o real do trauma e o desmentido do sujeito: Contribuições de Sándor Ferenczi, escrito por Roberta Araujo Monteiro Goelzer, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mônica Medeiro Kother Macedo, da UFRGS, é o terceiro trabalho desta edição. Nele são destacadas as contribuições de Sándor Ferenczi para a escuta clínica em situações traumáticas e descrita uma ilustração clínica sobre o dano psíquico causado por experiências abusivas no campo intersubjetivo.

O quarto artigo deste número é *Psychodynamics of obese adolescents in the Thematic Apperception Test (TAT) – Parisian School*, desenvolvido por Lígia Rosado Antônio e Valeria Barbieri, ambas filiadas à Universidade de São Paulo (USP). As autoras buscam compreender os psicodinamismos de adolescentes obesos por meio do Teste de Apercepção Temática (TAT) e apresentam as principais dificuldades expressas pelos participantes e os procedimentos defensivos utilizados, bem como suas características comuns.

Paternidade gay: Algumas marcas do interior, em que Eduardo Steindorf Saraiva, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Anna Paula Uziel, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Danielli Cossul, também da UNISC, utilizam o método cartográfico para buscar compreender as especificidades e desafios enfrentados por homens pais gays e seus filhos em contextos que tendem a invisibilizá-los é o quinto artigo desta edição.

Ainda no tema da parentalidade, o sexto artigo é intitulado *Rede social na coparentalidade: Uma revisão integrativa*. O trabalho foi realizado pelas autoras Giulia Oliva Grassi, Marina Menezes e Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, filiadas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e é uma revisão integrativa acerca das relações entre a rede social e a coparentalidade.

A Psicologia nas varas de família: (im)possibilidades da guarda compartilhada, de autoria de Camila Valadares da Veiga e Laura Cristina Eiras Coelho Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), junto com Fernanda Hermínia Oliveira Souza, da UERJ, é o sétimo artigo desta edição e o último da seção temática. No trabalho, as autoras revisam dados e discutem a atuação de psicólogos em varas de família, com foco no tema da guarda compartilhada e seus efeitos nas relações familiares.

Abrindo a seção livre, temos o trabalho *Da histeria à sublimação: Bertha Pappenheim*, das autoras Sonia Alberti e Raquel Jardim Pardini, ambas da UERJ, e de Maria Anita Carneiro Ribeiro e José Mauricio Loures, filiados à Universidade Veiga de Almeida (UVA). O trabalho faz uma nova e interessante visita à história de Anna O., com a finalidade particular de investigar a figura de Bertha Pappenheim, e aborda especificamente o tema da sublimação.

O outro artigo da seção livre e que conclui esta edição, *Mood-congruent memory in healthy adults: A systematic review*, é dos autores Sofia Latgé-Tovar, do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Elodie Bertrand, da Université Paris-Cité, Robin G. Morris, do King's College, e de Jesus Landeira-Fernandez e Daniel C. Mograbi, estes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O trabalho aborda o fenômeno da memória congruente com o humor (MCH) e discute os fatores que contribuem para sua ocorrência em adultos saudáveis e suas implicações teóricas e clínicas.

Breno Sanvicente-Vieira
Leonardo Fernandes Martins

SEÇÃO TEMÁTICA

Reflexões contemporâneas sobre a clínica psicanalítica e a parentalidade

Desejo do psicanalista e resistência na polis contemporânea

Literatura: Efeito de vivência ou vivência de efeito?

Sobre o real do trauma e o desmentido do sujeito:
Contribuições de Sándor Ferenczi

Psychodynamics of obese adolescents in the
Thematic Apperception Test (TAT) – Parisian School

Paternidade gay: Algumas marcas do interior

Rede social na coparentalidade: Uma revisão integrativa

A Psicologia nas varas de família: (im)possibilidades da guarda compartilhada

DESEJO DO PSICANALISTA E RESISTÊNCIA NA POLIS CONTEMPORÂNEA

*PSYCHOANALYST'S DESIRE AND RESISTANCE
IN THE CONTEMPORARY POLIS*

*DESEO DEL PSICOANALISTA Y RESISTENCIA
EN LA POLIS CONTEMPORÂNEA*

Rogério Quintella ⁽¹⁾

RESUMO

Este artigo tenciona pensar o desejo do psicanalista e o lugar da clínica na polis contemporânea, balizada fundamentalmente pela sociedade de consumo no sistema neoliberal. Procuramos discutir sobre isso a partir do conceito de supereu e sua relação com o consumo hoje, segundo a inclusão teórica da concepção de economia de gozo no campo da economia política, tal como pensado por Lacan. A ética psicanalítica envolve a maneira como um sujeito lida com a incidência das formas de gozo e seus imperativos diante do desejo na experiência do consumo, o que implica o sujeito do inconsciente no campo sociopolítico. Para pensar o lugar do desejo do psicanalista nessa problemática, pomos em evidência o pensamento de Žižek, para o qual o objetivo último de uma análise é fazer com que o sujeito resista à atração superegoica. Tencionamos sustentar que, se a gula do supereu se articula hoje com o consumismo de massa, o desejo do psicanalista opera fazendo funcionar essa resistência a tal atração: ele se dirige para uma aposta nesse processo, capaz de produzir não apenas efeitos importantes para o sujeito e aqueles em seu entorno, mas também efeitos na própria polis capitalista contemporânea.

Palavras-chave: desejo do psicanalista; desmentido da privação;

imperativo de gozo; sociedade de consumo; polis capitalista.

⁽¹⁾ Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Sujeito Contemporâneo (NEPESC) da UFF. Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.
email: rrquintella@hotmail.com

Não se declararam fontes de financiamento.

ABSTRACT

This article aims to ponder the psychoanalyst's desire and the place of the clinic in the contemporary polis, fundamentally guided by the consumer society in the neoliberal system. We seek to discuss this from the concept of superego and its relationship with consumption today, according to the theoretical inclusion of the concept of economy of jouissance in the field of political economy, as understood by Lacan. Psychoanalytic ethics involves the way a subject deals with the incidence of forms of jouissance and their imperatives facing up to the desire in the consumption experience, which implies the subject of the unconscious in the socio-political field. To consider the place of the psychoanalyst's desire in this issue, we emphasize Žižek's thought, for whom the ultimate objective of an analysis is to make the subject resist the superegoic attraction. We aim to sustain that, if the gluttony of the superego is related today with mass consumerism, the psychoanalyst's desire acts by making this resistance to such an attraction work: he moves towards a bet on this process, capable of producing not only important effects for the subject and those around him, but also effects on the contemporary capitalist polis itself.

Keywords: psychoanalyst's desire; denial of deprivation;

imperative of jouissance; consumer society; capitalist polis.

RESUMEN

Este artículo pretende reflexionar sobre el deseo del psicoanalista y el lugar de la clínica en la polis contemporánea, que se guía fundamentalmente por la sociedad de consumo en el sistema neoliberal. Buscamos discutir esto desde el concepto de superyó y su relación con el consumo hoy, según la inclusión teórica del concepto de economía del goce en el campo de la economía política, tal como lo pensaba Lacan. La ética psicoanalítica implica la forma en que un sujeto afronta la incidencia de las formas de goce y sus imperativos frente al deseo en la experiencia de consumo, lo que implica al sujeto del inconsciente en el campo sociopolítico. Para reflexionar sobre el lugar del deseo del psicoanalista en esta problemática, destacamos el pensamiento de Žižek, para el cual el objetivo último de un análisis es hacer que el sujeto resista la atracción superyóica. Pretendemos sostener que, si la glotonería del superyó se articula hoy con el consumismo de masas, el deseo del psicoanalista opera haciendo funcionar esta resistencia a tal atracción: avanza hacia una apuesta en este proceso, capaz de producir no sólo efectos importantes para el sujeto y los de su entorno, sino también efectos sobre la propia polis capitalista contemporánea.

Palabras clave: deseo del psicoanalista; negación de la privación;

imperativo de goce; sociedad de consumo; polis capitalista.

Introdução

Este artigo visa expor um posicionamento teórico, ético e político sobre o que Lacan denominou no desenvolvimento de seu ensino como *desejo do psicanalista*. O posicionamento é teórico porque implica a importância dos conceitos da psicanálise pensados na contemporaneidade; é ético porque eles envolvem a direção de um processo analítico; e é político porque envolve as implicações do neoliberalismo na experiência contemporânea do gozo no consumismo de massa.

O neoliberalismo pode ser entendido como um sistema almejado por algumas sociedades contemporâneas em que o Estado tem – ao menos em teoria – pouca ou mínima participação na engrenagem econômica, deixando a cargo do livre mercado e do consumo a regulação da organização social, econômica e política. Prepondera aí a presença do capital no âmbito da acumulação conforme o consumismo de massa globalizado, em que a produção e o consumo são atributos de organizações privadas com fins lucrativos de ordem transnacional. O neoliberalismo ganhou força nos anos 80 do século passado, quando o capital internacional passou a ter uma atuação mais agressiva nas sociedades de consumo e livre mercado (Dunker et al., 2020).

Por sociedade de consumo, entendo o *modus operandi* da existência humana no *socius* baseado no ideal de consumo de mercadorias. Essa lógica é pensada por autores como Don Slater (2001), Fietherstone (1995) e Baudrillard (1995), que destacam importantes modificações desde o século XVII na forma como as pessoas se relacionam com as produções artificiais. Como afirma Lígia Barbosa (2010), “O consumo na sociedade moderna se tornou uma atividade individual, uma expressão de um dos valores máximos das sociedades individualistas – o direito de escolha” (p. 24). Nesse contexto, as posses de objetos valorizados pela tradição familiar de longa durabilidade são cada vez mais substituídas por objetos de moda de menor durabilidade – o que ocorre especialmente com a revolução industrial. Na contemporaneidade, como afirmam alguns autores como Baudrillard, são cada vez mais descartáveis não apenas os objetos de consumo, como as próprias relações interpessoais, interprofissionais etc., cujos laços de amor, amizade e cidadania passam a ser expressos pela linguagem de consumidor (Barbosa, 2010).

Em meio a isso, a ética psicanalítica envolve a maneira como um sujeito lida com a incidência das formas de gozo e seus imperativos diante do desejo – o que toca a experiência do consumo que implica o sujeito do inconsciente no campo sócio-político. Dito de outra forma, o neoliberalismo, impulsionado pelo

consumismo de massa cada vez mais pregnante na atualidade, se acha relacionado, até certo ponto, ao consumo constitutivo de toda experiência psíquica na relação ao Outro: a introjeção com sua faceta mais pregnante do devoramento, ou como colocava Freud, do canibalismo da pulsão oral. Trata-se de um fator crucial que implica a relação entre gozo e consumo. Quais as ressonâncias disso na atualidade, quando falamos de sujeito do inconsciente? Qual o lugar da clínica psicanalítica perante essas ressonâncias?

A noção de gozo tem em Lacan relevância fundamental, e podemos localizar suas principais referências e avanços nos seminários 7, 16, 17 e 20. Tomarei aqui a definição fundamental do gozo como *caminho para a morte* que aparece no seminário 17 (Lacan, 1970/1992), no qual Lacan relaciona a experiência do gozo e sua perda com a espoliação do trabalho. O gozo pode ser entendido como uma experiência em que a satisfação excede o prazer em função de uma demasia. Trata-se da experiência de todo sujeito em termos de acumulação e perda desde os primeiros encontros com o Outro. Para Lacan, a engrenagem capitalista implica uma economia libidinal, em que a mais-valia marxiana é o eixo do avanço de seu pensamento. Há para Lacan (1969/1992) uma homologia entre a espoliação do trabalho e a espoliação do gozo na lógica da mais-valia. Essa lógica, além de produzir espoliação, impele todo sujeito a recuperar o gozo perdido: recuperação que o sistema de consumo oferta como solução derradeira para a renúncia primordial. Extraio aqui uma passagem de Safatle (2020), em que ele define bem essa engrenagem:

Lacan compreenderá que o capitalismo nunca poderia ser um modo de existência fundado na simples renúncia ao gozo. [...]. O capitalismo se funda no que Lacan chama de espoliação do gozo, ou seja, na inscrição de seu excesso e desmedida no interior das dinâmicas de reprodução social. (p. 68)

Esse apontamento de Safatle segue a afirmação de Lacan de que “O que distingue o discurso do capitalista é isto – a *Verwerfung*, a rejeição para fora de todos os campos do simbólico [...] a rejeição de que? Da castração” (Lacan, 1923/2011, p. 96).

Dito de outra forma, se a articulação significativa produz uma cota de renúncia na constituição civilizatória, o capitalismo neoliberal, fomentado pela cultura do consumo, promete que esse gozo possa ser acessado diretamente e não mais renunciado. Trata-se de uma promessa que alimenta os imperativos de gozo do supereu, hoje menos em função da renúncia e mais em função da acumulação

e do excesso. Como veremos, a força superegoica hoje se dirige mais a objetos externos do que ao eu, o que implica uma diferença na economia libidinal ligada à promessa capitalista.

Apesar de haver algumas nuances diferenciais entre o capitalismo industrial – que perdurou desde o século XIX até o pós-guerra – e o neoliberalismo pós-industrial que ganhou força nos anos 80, a questão da economia libidinal se coloca para a psicanálise desde o momento em que o capitalismo contou com o *modus operandi* da mais-valia atrelada ao consumismo de massa. Após a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, o neoliberalismo passou a tomar uma feição mais específica e agressiva no arranjo das formas de economia e livre mercado impostas ao mundo e às nações.¹ A passagem de um capitalismo industrial para o neoliberalismo, em que predominam as forças da livre concorrência sem mediação do Estado e especialmente dos imperativos de gozo relacionados a isso, leva a uma conformidade de coisas que marcam novas formas de estar no mundo e maneiras de gozar muito específicas, como veremos.

Autores contemporâneos como Anselm Jappe (2021), Byung-Chul Han (2021), Robert Dufour (2005), Pierre Dardot (2016) e outros debatem – de maneira heterogênea, cada um com seu enfoque – sobre a concepção de que o neoliberalismo não é apenas um modo de economia política que conta quase exclusivamente com o *laissez-faire* para a solução dos problemas da humanidade. Não é somente, também, uma forma de organização social baseada num sistema econômico. Trata-se, no neoliberalismo, segundo esses autores, da produção de um modo de estar no mundo, *implicado radicalmente na própria constituição da subjetividade de uma época*.

O que pretendo aqui, do ponto de vista da psicanálise, é situar o lugar da clínica perante os imperativos superegoicos e suas implicações sintomáticas na engrenagem da cultura do consumo presente na sociedade contemporânea – levando em consideração que a teoria do sujeito do inconsciente é sempre intrínseca à constituição da cultura em seu caráter estrutural. Friso desde já, entretanto, que não cabe à psicanálise realizar um “diagnóstico” sobre a sociedade contemporânea, como se a aquela fosse capaz de localizar todos os problemas da nossa conjuntura social. Tampouco cabe a ela ofertar soluções para os problemas da humanidade neoliberal. Supor que a psicanálise seja capaz de dar conta dos problemas da sociedade contemporânea e de dar respostas últimas e unívocas sobre isso seria um contrassenso psicanalítico. Afinal, foi o próprio Lacan (1970/1992) que afirmou a subversão psicanalítica, na medida em que a psicanálise se concebe como um discurso que não apresenta solução.

Trata-se de discutir *de dentro da psicanálise*, portanto, a implicação do sujeito do inconsciente na própria marcha neoliberal e os efeitos possíveis do desejo do psicanalista na engrenagem do consumo intrínseca à experiência do sujeito do inconsciente *pensando por uma lógica clínica*. Se a psicanálise opera efeitos de resistência na polis contemporânea – como tratarei de discutir neste artigo – isso não significa que ela seja capaz de resolver os problemas da humanidade.

Viso, assim, abordar a lógica do consumismo de massa ligado aos imperativos de gozo superegoicos, em que o desejo evanesce numa certa tentativa de suspensão da experiência da divisão constitutiva do sujeito do inconsciente face a um empuxo ao gozo que, em última análise, conduz à morte. O *imperativo de gozo*, assim definido por Lacan no avanço de seu ensino, está ligado à instância superegoica que força a experiência de excesso para a obtenção de uma satisfação além do princípio do prazer. Veremos adiante que o supereu, sempre com sua força sádica, massacra o sujeito na visada do excesso: seja o excesso de punição ligado à renúncia apoiada no ideal do eu da época de Freud (calcado na figura do pai), seja o excesso de consumo de objetos hoje imputados pela mesma força superegoica. As diferenças na forma como o supereu opera na atualidade serão explicitadas no desenvolvimento.

Na esteira da consideração de Lacan (1923/2011) de que a lógica capitalista promete a forclusão da castração, pensemos o lugar da ética na apreensão clínica intrínseca à emergência da divisão do sujeito. E, para pensar o que seja da ordem da clínica e seu lugar frente a isso, trago o que Lacan evidenciou como um dos cerne da práxis analítica, com sua afirmação de que “[...] o desejo do psicanalista é o desejo de obter a diferença absoluta” (Lacan, 1964/2008, p. 267).

É partindo desses balizadores psicanalíticos e sociológicos que o presente trabalho visa pôr em cena o lugar que o desejo do analista ocupa e o ponto crucial de sua operação na relação entre sujeito do inconsciente e sociedade do consumo. Este artigo visa percorrer esse caminho à luz do desejo do psicanalista.

O que o analista deseja?

Lacan cunhou a noção de *desejo do psicanalista* fundamentalmente para pensar sobre a posição que o analista ocupa no processo de uma análise, partindo do problema da contratransferência. Fazendo uma crítica ao uso da contratransferência como técnica da análise, Lacan afirma que não cabe ao analista interpretar o analisante a partir de seus próprios sentimentos naquilo que o primeiro desperta. Não se trata de uma relação entre dois egos, mas da relação en-

tre o sujeito, seu inconsciente e aquele que está em posição de causa – o analista. Definindo o desejo do sujeito como desejo do Outro, Lacan entende o desejo do psicanalista numa lógica de perda e operação de causa conquistada na análise do próprio analista, característica do que ele denomina objeto *a* – a parte perdida do eu/outro (autre) que impede a plenitude e causa desejo. Lacan salienta no seminário 8 que, enquanto o desejo do Outro é desejo de desejo – e não de alguma coisa – o desejo do analista funciona como um *espaço vago* para que “o desejo do paciente se realize como desejo do Outro” (Lacan, 1960-1961/2012, p. 137). Direciona o sujeito, assim, a se haver com sua própria determinação inconsciente. A emergência da divisão do sujeito em análise o leva a deparar-se com a estrutura lógica da diferença imposta pela cadeia significante: *o sujeito é diferente de si mesmo*. O sujeito emerge a partir da fala como dividido, diferente de si mesmo e desejanter. Nesse sentido, o analista não se presta a funcionar como um sujeito, nem como um grande Outro, mas como *espaço vago* para a atualização da fantasia do analisante, de forma a fomentar o trabalho da análise (Lacan, 1960-1961/2012).

No seminário 11, Lacan define o desejo do analista como um *desejo de obter a diferença absoluta*: diferença real com a qual o sujeito se depara ao fazer a travessia de sua fantasia inconsciente. É visando obter a diferença absoluta – e não a identidade fechada num imaginário narcísico – que o analista opera com seu desejo.

Ou seja, o desejo do psicanalista é o de causar a análise, de modo que o sujeito possa produzir algo radicalmente singular em seu percurso, perdendo gozo e potencializando o desejo. A diferença absoluta, desejada pelo psicanalista, implica a abstinência de seu próprio ser no ato psicanalítico. Nesse sentido, o desejo do analista coloca em suspenso seu próprio ser e seus próprios ideais narcísicos para que a análise aconteça, fazendo com que o sujeito entre no trabalho de análise, de modo que este se faça valer da diferença real a partir da operação do significante.

Veremos o lugar crucial que o desejo do psicanalista ocupa na contemporaneidade quando nos referimos aos percalços do sujeito em sua relação com o gozo e seus imperativos. O estatuto do supereu hoje, bem como as defesas contemporâneas e os sintomas daí decorrentes, serão objeto de nossa perquirição adiante, de forma a discutir sobre a função da clínica psicanalítica não apenas na acepção de um tratamento psíquico, mas na própria acepção política que essa diferença absoluta opera na relação intrínseca entre sujeito e laço social.

Pensem essa questão partir de novos achados sobre uma defesa que desponta na relação do sujeito com a privação na atualidade, segundo as questões

que a sociedade de consumo impõe no capitalismo neoliberal de hoje, tal como abordarei em seguida.

Uma defesa contemporânea: o *desmentido da privação*

Desde Freud (1930/1996), entendemos que toda civilização se acha calçada sobre uma renúncia pulsional. Uma perda fundamental que se inscreve como condição dos laços amorosos e sociais. Disso a psicanálise extrai o que há de mais precioso quando toca a radicalidade do desejo. Pensar essa lógica na civilização atual requer de nós uma certa torção sobre aquilo que implica a renúncia pulsional e o desejo, pois, como foi dito anteriormente, o capitalismo funciona como se essa renúncia pudesse ser dissipada, erradicando-se o mal-estar. Pensemos isso a partir de aportes psicanalíticos que possam lançar luz sobre essa problemática.

Para Lacan, leitor de Freud, o desejo se dirige a outro desejo, não a um objeto, como já salientamos. O desejo não é articulável, dizia Lacan. Mas ele é articulado pelo significante que produz o deslizamento do sujeito numa cadeia (1957-1958/1999).

O avesso do desejo é o supereu, sedento e guloso (Ambertín, 2009). É importante que se chame atenção para essa gula. Como demonstra Lacan (1959/1997), não se pode reduzir o supereu à moral. O supereu é uma força bárbara, uma lei insensata que massacra e empurra o sujeito ao sofrimento e ao excesso. Seja o excesso do masoquismo moral, seja o massacre da gula feroz que tudo visa na lógica pulsional, o supereu está sempre massacrando e empurrando para a morte. Quanto mais o sujeito acata a exigência superegoica, mais o supereu ganha força.

O obsessivo, por exemplo, é alguém que sofre por desejar o impossível. Por exemplo, ler todos os livros (devorá-los), e não apenas alguns. Eis aí a legislação insensata do supereu como próprio avesso desse desejo impossível (a outra face da mesma moeda). O supereu opera aí obrigando o sujeito ao devoramento. Sobre isso, Lacan (1974/2003) dizia de maneira precisa: “A gula com que denota o supereu é estrutural, não efeito da civilização, mas mal-estar (sintoma) na civilização” (p. 52).

Essa gula feroz, insensata e obscena do supereu é estrutural, mas a forma como ela se manifesta pode passar por modificações. Na cultura atual, a gula superegoica emerge cada vez mais articulada às engrenagens da sociedade de consumo.

A questão do consumo e sua relação com a subjetividade não se circunscreve no desenho contemporâneo apenas. Desde o século XVII, as mudanças na forma como o ser humano lida com o consumo modificam a relação com a liberdade, com o individualismo e as formas de satisfação, de acordo com autores como Baudrillard (1995) e Sennett (2006), cada qual à sua maneira. De modo geral, os principais autores que trabalharam a noção de “sociedade de consumo” no campo da sociologia advertem para o fato de que o ser humano é insaciável (Barbosa, 2010). Afirmam que essa constatação da insaciabilidade humana pode ser apontada pela sociologia, mas não explicada por ela.

A psicanálise tem algo de muito preciso a dizer sobre isso. Ela evidencia a relação entre o desejo e os imperativos de gozo. Pensar isso no contemporâneo é tarefa sobre a qual a psicanálise não pode se furtar.

Em 2016, cunhei o termo *desmentido da privação* (Quintella, 2016)² para pensar sobre uma defesa contemporânea que implica essa relação intrínseca entre desejo e gozo. O conceito-chave para pensar essa defesa é o de privação em Lacan, que nos abre um vasto campo de discussão sobre a relação do sujeito com o excesso nos dias de hoje. O desmentido da privação é uma defesa contemporânea ligada à perda de referências simbólicas sustentadas pelo ideal do eu. Na ocasião, frisei que na clínica atual aparecem casos em que o sujeito não toma a figura “assimétrica” do pai como um ideal do eu. Trata-se hoje de um desnortamento do sujeito perante a evanescência dos ideais de eu. Os modelos ideais hoje perdem lugar de norteamto na relação com a satisfação pulsional; eles desvanecem, ou não assumem valor para muitos sujeitos na clínica atual.

Ora, o Édipo declina com a formação do ideal do eu. Com Lacan, fica evidenciado que o ideal do eu *é movido pela privação edipiana*. Essa articulação não é nada desprezível e deve ser evidenciada para uma reflexão mais profunda sobre a subjetividade atual. Trata-se de evidenciar a condição fracassada *do pai privador – aquele que abriria caminho para o ideal do eu*. Essa dificuldade de introjeção simbólica de um ideal do eu está implicada de maneira decisiva na defesa contemporânea que toma a privação como elo da articulação sintomática. Com efeito, a defesa opera desmentindo toda e qualquer privação, empurrando o sujeito a uma busca ensandecida por mais e mais satisfação pulsional.

Para pensar sobre a defesa em questão, caminhamos com Lacan no estudo detalhado dos três tempos do complexo de Édipo, tema a ser aqui retomado de maneira resumida.

O primeiro tempo é o da inscrição da lei simbólica; o segundo tempo é o da onipotência do pai privador que dá suporte à lei, empurrando o sujeito para o ideal do eu. Com efeito, a privação é um motor do ideal do eu e se acha

intrinsecamente ligada a ele. O terceiro tempo é aquele em que há o declínio do complexo de Édipo, quando a criança retoma a lei pela assunção do ideal do eu.³

A defesa em questão se acha localizada na passagem do segundo para o terceiro tempo. Defendemos nesta tese que a lei, tendo sido inscrita no primeiro tempo, perde força, ou perde eficácia, na medida em que o ideal do eu se acha hoje no extremo da evanescência (Quintella, 2018).

Como afirma Žižek (2016), o pai não é mais colocado em lugar de ideal – suporte da lei que confere ao sujeito sua eficácia. O mesmo autor afirma:

É disto, portanto, que se trata a eficácia simbólica: ela diz respeito a um mínimo de “reificação” em razão da qual não basta todos nós, os indivíduos em questão, sabermos um fato para que ele se torne operativo – a instituição simbólica também deve saber “registrar” esse fato para que se sucedam as consequências performativas do ato de afirmá-lo. (Žižek, 2016, p. 343)

Aqui se localiza a distinção entre o pai como uma lei simbólica e o pai como um ideal do eu: não obstante essas duas coisas se relacionarem, são diversas (Quintella, 2014). Nisso encontramos um importante elo de concepção que nos conduz a uma saída do escolho teórico-clínico com respeito ao sujeito contemporâneo. Conforme Lacan evidencia, a castração se acha vinculada à lei simbólica, enquanto a privação se acha vinculada ao ideal do eu. É aí que a questão da reificação apontada por Žižek se localiza: a lei e a castração se acham inscritas no simbólico, mas é necessário que isso ganhe um referendo (“um mínimo de reificação”) para que a operação de sua eficácia nos laços sociais ganhe força.

Ou seja, é preciso que a lei simbólica ganhe um referendo para que ela alcance alguma eficácia. Se a lei se inscreve no primeiro tempo, é o pai privador no segundo tempo que tem a função de torná-la eficaz. Tal eficácia ganha força na passagem do segundo ao terceiro tempo, em que o ideal do eu se erige a partir da *privação*. Mas nem sempre o Édipo se dinamiza dessa forma: na atualidade essa passagem do segundo para o terceiro tempo – do pai privador ao ideal do eu – se acha modificada. Podemos observar que o declínio do pai como ideal do eu na sociedade contemporânea do consumo define aí o ponto mesmo em que a *privação* se acha posta em xeque.

Cabe então ponderar que na atualidade o pai, em muitos casos, não funciona como suporte da lei (não a “suporta”), não obstante a presença dela, implicando uma ruptura precoce com o ideal do eu. Definir uma posição diante do

desejo se torna, nessas condições, uma tarefa ainda mais difícil, quando o que se vê é um sem-fim de ofertas sociais e mercadológicas que funcionam desmentindo a privação e tentando afrouxar o interdito; objetos tão fugazes que dificultam muitas vezes a sustentação do próprio desejo na cultura.

É importante salientar que o que está em questão é o *traço do ideal do eu* captado de um pai a princípio potente e privador, um pai que é suposto detentor do falo – lugar de exceção, que norteia o caminho para a identificação ao ideal do eu. É exatamente nesse ponto que insistimos a respeito das nuances desse “fracasso”, dado que a falha no Outro é estrutural. A carência do pai salientada por Lacan implica que as falhas da estrutura sejam, elas mesmas, constitutivas do desejo, do gozo e do ideal do eu. Pôr o pai no lugar de ideal não significa que não haja carência simbólica, dado que a falha é estrutural. Com efeito, sendo a falha no simbólico constitutiva do sujeito, o que muda não é propriamente a estrutura do simbólico, mas a forma como se lida com a falha. Na modernidade era a instauração do ideal com seus alvos de contestação, sobrevivendo o sintoma como metáfora do desejo; na contemporaneidade, a falência da autoridade, sobrevivendo a fugacidade do ideal na relação com o gozo.

É o *pai privador* o cerne dessa problemática – o que faz da privação uma questão para o sujeito contemporâneo. O desmentido aqui recai sobre a privação, afastando o sujeito da identificação ao ideal do eu. Não se trata de desmentir a lei como ocorre na perversão, mas de desmentir a força do pai privador no segundo tempo do Édipo, um modo neurótico de defesa que joga o sujeito na direção de um flerte com a morte. Essa circunstância está implicada em experiências de excesso, compulsões, experiências-limite; em todas elas, guardadas as especificidades de cada uma, o sujeito responde aos impasses da vida como se a privação real não existisse.

Nesse sentido, o desmentido da privação não é exatamente ausência da privação, mas uma *defesa* contra a castração que toma a privação como alvo. Ao desmentir a privação, o sujeito é tomado mais fortemente por um imediatismo da satisfação pulsional característico de uma nova forma de empuxo ao gozo. Nessa conjuntura, o massacre do supereu não se volta para a comparação entre o eu e seu próprio ideal – a figura do pai –, tal como Freud descrevia quando falava do sintoma e das forças superegoicas (Freud, 1933/1996).

Eis a importância de se distinguir supereu de ideal do eu. Num primeiro momento, Freud concebia os dois como sinônimos. Com o avanço de seu pensamento (Freud, 1933/1996), podemos perceber a distinção – e isso será retomado por Lacan de maneira rigorosa. No avanço de seu pensamento, Freud define o supereu como uma *pura cultura da pulsão de morte* (Freud, 1930/1996). O ide-

al do eu seria um norteador das identificações edipianas, destinando a força do supereu para aplicações menos devastadoras na relação com o desejo, de forma a apaziguá-lo. O supereu seria, sob essa lógica, herdeiro do complexo de Édipo, forçando o sujeito a encontrar caminhos norteadores para as identificações e para a constituição de valores morais calcados no ideal do eu. Quando supereu e ideal do eu se acham atrelados, constituem-se esses norteadores para a aplicação da libido e a sustentação do desejo.

Ao mesmo tempo, na medida em que o supereu é cultura da pulsão de morte, esse atrelamento entre as duas instâncias deflagra também aspectos destrutivos e sádicos do supereu contra o eu. Ao comparar o eu com seu próprio ideal, o supereu o massacra e culpabiliza, acusando-o pelo fato de não conseguir alcançá-lo. Ali se localiza a aplicação do sadismo sobre o eu e a necessidade insensata de punição. O masoquismo moral vem aí dar o peso desmedido e destrutivo da força superegoica em sua face devoradora e massacrante. Assim, o supereu obriga o sujeito a alcançar esse ideal, na mesma medida em que o acusa de não poder alcançá-lo, alimentando o masoquismo e a necessidade de punição (Freud, 1923/1996).

É importante que destaquemos isso. O ideal do eu tem uma função de apaziguar o supereu. Paradoxalmente, em alguns momentos, o supereu volta seu massacre contra o eu em função do mesmo ideal. Quanto mais o ideal do eu é rígido e pré-definido, mais o supereu tende a massacrar o eu mediante o masoquismo moral.

Hoje o supereu encontra menos respaldo nos valores e crenças sustentadas por um ideal mais rígido para infligir sua punição ao eu e satisfazer o masoquismo moral. Na atualidade, em alguns casos, o supereu opera quase sem referência no ideal do eu. A força agressiva na relação à autoridade do pai em posição de ideal do eu, tal como Freud (1930/1996) a descrevia, passa a ser dirigida menos ao eu e mais violentamente dirigida a objetos externos, na forma da compulsão aos alimentos, ao consumo de mercadorias, às drogas, ao sexo etc. Como salientei alhures (Quintella, 2016), essa lógica visa desesperadamente à introjeção que, de outra feita, seria ancorada no ideal do eu. Diante do pai negado como ideal, há nesses casos o *desmentido da privação*, num movimento defensivo que tem como objetivo último desviar-se da castração. As impulsões/compulsões aparecem como uma resultante sintomática da defesa em questão.⁴

É notável a forma como o desmentido da privação transforma a maneira como o sujeito lida hoje com o excesso: diferentemente do sujeito que se pune em função da renúncia ao desejo e do ideal do eu calcado na figura do pai, hoje, ainda que referenciado na inscrição da lei simbólica, o sujeito age como se pu-

desse tudo – o que o faz “parecer-se” com um sujeito perverso. Há um impulso à fruição, como se a satisfação absoluta estivesse à mão, diretamente disponível nos círculos sociais, ou acessível numa vitrine. É como se o sujeito pudesse sair pelos espaços sociais e realizar cada um de seus anseios pulsionais. Contudo, não o faz sob o cálculo perverso, mas o faz *impulsivamente*, ou mesmo *compulsivamente*; por exemplo, impele-se ao sexo sem implicar-se com o outro, ou droga-se sem encontrar o limite entre o prazer e o gozo, entrando num circuito compulsivo e por vezes violento, num movimento que extrapola a experiência do prazer. Na nova defesa contemporânea – desmentido da privação – o sujeito atira-se a um imperativo que implica outro tipo de relação subjetiva com a questão do limite, diferente daquela que preponderava na época de Freud.⁵

O desmentido da privação está de cabeça implicado na lógica da sociedade de consumo, especialmente aquela do final do século XX e início do século XXI. O declínio dos ideais evidencia de forma patente essa defesa contemporânea: *é o pai privador que abre caminho para o ideal do eu*. Como salientei anteriormente, hoje os ideais se acham cada vez mais evanescentes, fugazes. A velocidade com que a realidade social se modifica, implicada também na velocidade das informações midiáticas, se relaciona com essa dificuldade do sujeito contemporâneo em fixar um ideal de eu. Quando se constrói um ideal respaldado na figura de alguém capaz de representar um lugar de autoridade, ela rapidamente evanesce, e o sujeito se desnorteia quanto à aplicação de suas posições sexuais e desejantes. A saída, muitas vezes, é o desmentido da privação que leva o sujeito a tomar como único modelo ideal o gozo de objetos. Isso tem consequências cruciais quando falamos de sujeito contemporâneo.

Para avançar sobre a relação entre consumo e privação desmentida, passaremos ao estudo de um autor contemporâneo – Byung-Chul Han – que aborda com veemência alguns efeitos subjetivos da sociedade de consumo. O principal deles: a ideia de que vivemos um “inferno do igual”. A relação disso com o desmentido da privação e o imperativo superegoico será abordada adiante.

Inferno do igual na lógica do consumo

Antes de entrar diretamente na discussão sobre o lugar que o desejo do analista ocupa no seio dessas questões, é fundamentalmente necessário que as articulemos com os modos pelos quais a subjetivação de hoje se situa perante a sociedade de consumo – sem o que os resultados desta pesquisa não poderiam se realizar.

Em seu livro *Agonia do Eros*, Byung-Chul Han (2017) afirma que vivemos hoje um “inferno do igual”. Han suscita ali a reflexão sobre as implicações de um “sujeito do desempenho” na conjuntura neoliberal, desatado da possibilidade de viver a radicalidade da experiência amorosa, seu *atopos*. Trata-se da exterioridade/alteridade do outro como condições de possibilidade de viver efetivamente a experiência amorosa, que tende a ser posta “em suspenso” na sociedade de consumo. O *atopos do amor*⁶, tal como Sócrates o concebia – a exterioridade radical do outro que fascina no amor –, fica retraído na sociedade de consumo (Han, 2017). O autor toma de Sócrates a ideia de atopia para pensar sobre a alteridade conflagrada numa *dialética da negatividade*, inspirada em Hegel. Para Han, a cultura atual não admite essa negatividade atópica do amor. Ele afirma que “estamos constantemente comparando tudo com tudo, e com isso nivelamos tudo ao igual, porque estamos perdendo de vista justamente a experiência da atopia do outro” (Han, 2017, p. 9).

Isso que ele denomina *outro atópico* é uma “negatividade” – no sentido de “não ser igual ao eu”. Esse *não-eu*, fundamental na dialética, se retrai frente ao consumismo de massa. “Hoje a negatividade está desaparecendo por todo lado. Tudo é nivelado e se transforma em objeto de consumo.” (Han, 2017, p. 9)

O outro que fascina no amor “se retrai à linguagem do igual” (Han, 2017, p. 9). Para que haja amor é preciso que, como amante (*erastes*), eu negativize meu próprio ser no outro amado (*eromenos*): o amor implica o desejo e sua relação com a falta; como indagava Sócrates em seu diálogo com Agatão no *Symposium* de Platão, o amor é *amor de alguma coisa*. E o desejo, na medida em que se articula com o que não se tem, implica uma falta fundamental.

É o que Jacques Lacan exalta como sendo o cerne da constituição desejante e das ressonâncias disso na experiência amorosa. Se, por um lado, no amor o sujeito tenta no outro uma resposta sobre o seu próprio ser, narcisicamente, por outro lado no amor tomado em sua radicalidade, tal como colocado por Han, há algo que ultrapassa o narcisismo: confronta a própria negatividade – *não-eu*, outro atópico. Do ponto de vista de Lacan, trata-se do amor que permite eticamente a via do desejo: não se trata na experiência amorosa somente da visada narcísica, mas de algo que a ultrapassa (Amaral & Costa, 2020).⁷ Da mesma forma que não há vida sem morte, não há amor sem castração, sem alteridade, sem diferença – tal como afirma Badiou em seu livro *Elogio ao amor* (Badiou & Truong, 2013). E apesar de Freud (1915/1996) inicialmente pensar que o ódio coincide com a “exterioridade”, deixando a Narciso a fecundidade de Eros, foi o próprio Freud (1930/1996), na segunda teoria pulsional, quem observou que a primeira fascinação – condição fundamental do amor – é dirigida a um objeto

externo – o seio. Essa satisfação siderada e infantil permite que, para além da introjeção do objeto no eu, algo dessa externalidade negativa *não-eu* desperte o sujeito na direção da construção de laços amorosos. Como diz Badiou (op.cit.), o amor se constitui mais além da identidade, no campo da diferença.

Indo mais longe, podemos ainda dizer que a sustentação da vida e do amor não são efeitos simplesmente da libido, mas da intrincação entre pulsão de vida e pulsão de morte. Segundo Freud, a libido é capaz de tornar inócuo o caminho direto para a morte (Freud, 1923/1996). Ou seja, é a libido de objeto a condição para que o aparelho psíquico retenha a força destruidora, produzindo, mediante uma dose de masoquismo, os laços amorosos e sociais. Mas não é apenas a pulsão de vida em si, com suas forças para a agregação, que entra no jogo dos laços amorosos, e sim o *fusionamento* entre as pulsões de vida e de morte.

Se apenas a pulsão de morte opera, entra em jogo o caminho direto para a destruição; da mesma forma, se há apenas ligação (pulsão de vida), a própria vida também não se sustenta: estanca e mortifica. No fusionamento entre as duas pulsões há a barreira do caminho direto para a morte, e ao mesmo tempo as forças de desligamento daquilo que está ligado. A pulsão de vida vem, a partir de sua fusão com a pulsão de morte, produzir novas ligações, movimento para a vida e para o desejo. A condição transitória e desejante do ser falante suspende toda e qualquer “positividade”, no sentido dado por Han a respeito do *igual*, da *padronização*, de uma força dirigida ao consumismo pronto a “colocar para dentro” objetos-mercadoria produzidos pela tecnociência.

Na contemporaneidade o sujeito vive um “conflito entre o desmentido da privação e a busca por relações amorosas duradouras que implicam uma cota de privação”. A fugacidade dos ideais hoje implica muitas vezes que o sujeito experimente encontros sexuais em relações *positivadas* no sentido de Han, uma afirmação pelo *igual* que tem como horizonte abolir toda negatividade e toda alteridade: visa fazer desaparecer o *atopos* do amor. Na linha de ponderação desse autor, cabe destacar a afirmação de Lacan (1923/2011, p. 96) de que “toda ordem, todo discurso semelhante ao capitalismo deixa de lado o que nós chamamos simplesmente de as coisas do amor”. A pornografia aparece, na compreensão de Han como exato contraposto de eros, pois “ela aniquila a sexualidade” (Han, 2017, p. 55). Leitor de Baudrillard, Han destaca nesse autor que “A sexualidade não se desvanece na sublimação, na repressão e na moral, mas muito provavelmente naquilo que é mais sexual que o sexual: na pornografia” (Baudrillard, 1991, citado por Han, 2017, p. 55). Assim, a tentativa de extirpar a *atopia* e rechaçar o próprio jogo da sexualidade é, segundo o autor, um fenômeno resultante da sociedade de consumo: uma “pornografização do mundo” (Han, 2017).

Do ponto de vista da psicanálise, esse fenômeno da “pornografização” concerne tanto o desmentido da privação quanto o supereu – lembrando que o supereu não se reduz a uma moral nem ao ideal do eu. É a figura obscena e feroz do supereu pensada por Lacan como uma lei insensata que, com seu sadismo, empurra o sujeito para o gozo nesse processo de abolição da sexualidade e do desejo.

Lacan denomina as fontes desse imperativo superegoico na cultura do consumo como *latusas*, *objetos-mercadoria*, “objetos pequenos *a*”. Na mesma medida em que causam desejo eles são fontes primárias do imperativo guloso e devorador do supereu. Alomo (2014) destaca que as *latusas* tornam seus possuidores os próprios objetos da operação capitalista. Somos possuidores-objeto dessas produções. Lacan salienta a tecnociência como sustentação sumária dessa lógica: mais do que possuidores, somos objetos desse discurso. A *latusa* pensada por Lacan seria o resultado da operação tecnocientífica. O pensador joga com as palavras, dizendo que nelas encontramos apenas o vento, e não substâncias: o vento da voz humana que obriga ao gozo dos objetos, na ordem imperativa do supereu.⁸

A *latusia* ou *latusa* em Lacan traz consigo a ideia grega de *ousia*, uma *imprecisão* na língua grega sobre a ideia de *ser*, ou uma imprecisão sobre a ideia de *substância/essência*. A *latusa* pensada por Lacan não é bem um ser, ela é insubstancial; está entre o Outro e o ente, mas não é nenhum dos dois, e sim o “pouco de ser” característico do objeto *a*. As *latusas* levam os sujeitos a se esquecerem e ignorarem de que são objetos da operação científica: os sujeitos se esquecem disso como se fossem os agentes da operação. São na verdade “possuidores-objeto” na experiência, ou seja, os possuidores são os próprios objetos gozados pelo Outro. Esses objetos são mercadorias que, por trás das vitrines, carregam em si o imperativo de gozar.

Com efeito, penso que o desmentido da privação é cada vez mais alimentado por essa engrenagem que tem na *latusa* sua expressão mais radical. O neoliberalismo eleva à máxima potência a lógica da sociedade de consumo, regulada muito mais pelo livre mercado do que pelo Estado. O consumismo desenfreado no sistema neoliberal se torna uma obrigação para a sustentação do sistema, pon-do o sujeito numa condição em que o empuxo ao objeto-mercadoria se torna aparentemente inelutável. É como se a satisfação direta como objeto derradeiro da pulsão fosse possível. Alomo (2014) enfatiza que a *latusa* é “um artefato na mão do sujeito para que ele não se encontre com a castração [...], a *latusa* está a serviço do não querer saber sobre a castração” (p. 107).

Hoje o massacre do supereu se atualiza na forma de um imperativo de consumir: é um novo modo *neurótico* de “não querer saber da castração” – não se trata de um “desmentido da castração” perverso, mas um desmentido da privação

neurótico (Quintella, 2018). Na época de Freud, o supereu massacrava o eu em função de seu próprio ideal; na atualidade, o sadismo do supereu, alimentado pela engrenagem da sociedade de consumo, se dirige a objetos-mercadoria como forma de infligir sua força, dado que a imago paterna declina hoje, aparecendo como um ideal do eu evanescente e fugaz. A compulsão moral agressiva sobre o eu parece ser substituída (ou reatualizada na contemporaneidade) por uma compulsão a objetos de consumo, numa tentativa desesperada de introjeção no lugar do ideal do eu.

As consequências psicopatológicas disso são, por excelência, as denominadas patologias do ato ou impulsões (Rabinovich, 2004). O sujeito se atira de forma impulsiva a objetos como drogas, internet, alimentos, corpo do outro, jogo etc. São formas sintomáticas de *resposta* a tal força superegoica. Cumpre ressaltar, entretanto, que os objetos da impulsão não são exatamente as latusas, mas objetos da *urgência infantil*. Eles funcionam na experiência contemporânea como se fossem objetos da necessidade, aos quais Lacan (1956-1957/1999) denominava “objetos reais”. O sofrimento impulsivo-compulsivo deve ser entendido como uma *resposta sintomática* a essa engrenagem imperativa da sociedade de consumo e do “vento da voz humana” (superegoica). Não é uma simples relação de continuidade com o consumo de mercadorias. Nas impulsões, não se trata de um “consumismo”, mas de uma resposta sintomática ao imperativo de gozar via consumo.⁹

O *fracasso* desse massacre superegoico implica ali mesmo que o desejo possa se levantar a prumo e fazer barreira ao gozo exigido pelo supereu; a castração, logicamente, não desaparece, pois é estruturante da neurose. É nesse ponto que devemos situar a mirada ética que permite, em âmbito clínico, trabalhar esse desmentido contemporâneo.

O desejo do analista: operador de uma resistência?

Cabe a nós pensar o lugar da clínica nessa engrenagem em que a experiência de excesso passa a tomar novos desenhos no laço social contemporâneo. Conforme os estudos aqui expostos sobre o desmentido da privação e o imperativo de gozo na sociedade de consumo, o desejo do analista aparece como uma interrogação no que concerne à função da clínica no âmbito dessa problemática.

Várias são as passagens sobre a noção de desejo do psicanalista no pensamento de Lacan. Como vimos, o que um analista faz é fundamentalmente desejar, mas seu desejo não é um desejo qualquer. Ele se dirige pela lógica da diferença

– não da identidade ou do igual. Esse caminho nos leva a pensar o desejo do analista como uma espécie de resistência.

Na acepção mais comum do campo psicanalítico, o conceito de resistência aparece especialmente quando Freud descobre as forças do recalque e as vincula aos empecilhos que o ego erige quando se aproxima do material recalçado na fala associativa. Essa aproximação faz emergir o conflito, e cabe ao analista buscar manejar o trabalho da análise na direção de fazer com que o sujeito se aproxime do seu fantasma fundamental, confrontando essa resistência à causa de seu desejo. Cabe, portanto, diferenciar essa resistência egoica daquilo que estamos tomando como resistência relativa ao desejo do analista.

Vejamos: A causa do desejo, produzida como resto da operação entre os significantes, opera no sentido da diferença absoluta, irrepresentável, não apreensível ao nível da simbolização. Como dizia Lacan, “o significante serve para co-notar a diferença no estado puro” (Lacan, 1961-1962/n.d.). Trata-se da diferença absoluta pensada por Lacan como *diferença entre os significantes*.

Na dialética do significante, Lacan evidencia que ele não representa nada em si mesmo, mas assume potência de sentido na articulação com uma cadeia. Cumpre assinalar nessa lógica que esse efeito de sentido daí decorrente só pode se dar na medida em que há algo que permanece *não dotado de sentido*: a pura diferença entre os significantes que marca o caráter inalienável da falta-a-ser.

Podemos aqui localizar a *diferença absoluta* como aquilo mesmo que se produz na indução significante – na medida em que esta diferença real impede o “caminho mais rápido para a morte”. Ao nível do real, localizamos esse impossível de simbolizar implicado na *diferença*, no ponto mesmo em que incide a compulsão à repetição. Ao nível do imaginário, localizamos esse impossível como a própria resistência a qualquer tipo de padronização na experiência do desejo.

Pensar sobre a função do analista e seu desejo num processo de análise é pensar sobre os efeitos disso na polis, na medida em que esses efeitos não se reduzem apenas à experiência do sujeito, mas implicam essa experiência nos laços sociais que constituem as engrenagens superegoicas ligadas ao *modus operandi* da própria sociedade – aqui a destacada sociedade de consumo, sustentada hoje pela engrenagem neoliberal.

O desejo do analista, como veremos adiante, opera uma resistência de caráter ético, diferente do conceito de resistência do ego pensado por Freud. Trata-se de uma resistência que fura o saber e afasta o sujeito do *igual*, da *identidade imaginária* e do *empuxo do superego*, cuja visada é a morte, a anulação do sujeito e sua diferença constitutiva mais radical.

A resistência à atração do sacrifício e o desejo do analista na polis contemporânea

Intervém aqui uma aposta clínica. A livre associação de ideias permite fazer com que as forças para a morte sucumbam à aquiescência ou ligação pulsional, fazendo da perda de gozo um caminho de esvaziamento dos imperativos superegoicos. Pensar sobre a os efeitos da escuta nessa conjuntura, eis um dos principais desafios da psicanálise contemporânea frente ao desmentido da privação e a sociedade de consumo. O desejo do analista é o que faz emergir, como dissemos, a *diferença absoluta*, a *singularidade radical* e sua consequente potência para a invenção.

Sobre isso, cabe avançar com Slavoj Žižek (2013). Esse pensador retoma a discussão sobre a política contemporânea resgatando autores como Hegel e Lacan. No rol das suas perquirições, Žižek articula a própria clínica psicanalítica como um dos eixos de seu pensamento. Ele faz uma afirmação que toca no cerne da questão sobre a psicanálise como função de uma *resistência*. Suas ponderações implicam a discussão sobre o *objetivo último de uma análise*. Segundo esse pensador, a análise mobiliza não apenas a aceitação da castração, mas faz operar essa *resistência*. Destaquemos sua valiosa contribuição:

[...] o objetivo último da psicanálise não é permitir que o sujeito assumira o sacrifício necessário (aceitar a castração simbólica, renunciar a vínculos imaturos e narcisistas), mas *resistir* à terrível atração do sacrifício – atração que, claro, não é outra senão aquela do supereu¹⁰ (p. 40).

Essa passagem de Žižek é crucial para pensarmos a função da clínica, especialmente aqui, perante a sociedade de consumo. Referindo-se ao sacrifício superegoico, Žižek introduz uma discussão sobre a psicanálise como um dispositivo que possibilita esse tipo de *resistência*. Para além da ideia de superar as resistências do eu no processo de análise, trata-se da mobilização ética do sujeito a uma resistência à captura contínua do supereu que atrai o sujeito à ribanceira mortífera do gozo. Psicanaliticamente, estamos falando da condição desejante – inelutável do ser falante, como abordamos no item anterior.

Ora, na atração do sacrifício superegoico, o sujeito aliena sua condição de falante à *repetição do mesmo* como mirada do gozo – repetição impossível¹¹ –, fazendo dos efeitos imaginários da identidade de um “sujeito do consumo” o ponto de mira da injunção superegoica. Ou seja, o supereu se alimenta das forças ima-

ginárias e reais do consumismo social para infligir seus imperativos na atualidade. Como vimos, o empuxo ao consumo de objetos se torna o novo alvo do supereu, de maneira mais intensa na atualidade. Nesse sentido, a mercadoria passa a ser cada vez mais o padrão do modo como os sujeitos gozam, o que acirra mais o desnorreamento em torno da sexualidade, do desejo e da experiência amorosa.

A clínica psicanalítica emerge como uma *ética* que inverte esse ponto de mira: ela incide sobre o próprio imperativo de gozo, na medida em que opera uma *resistência* à atração do sacrifício superegoico.

Não residiria aí a direção de uma psicanálise implicada na radicalidade da *diferença*? Tal direção não opera a emergência dessa resistência ao inferno do igual e à atração superegoica? Não é esse o desejo do psicanalista – desejo de obter a diferença absoluta?

Na esteira dessas observações, proponho com este artigo pensar o desejo do psicanalista como *operador de uma resistência à atração do sacrifício* – atração do supereu tal como Žižek (2013) aponta, imposta hoje pelo desmentido da privação na sociedade de consumo. Com efeito, o desejo do analista opera uma resistência à própria lógica do consumismo no sistema neoliberal. Consumismo guloso do supereu na experiência do sujeito contemporâneo.

Dito de outra forma, o analista suporta o lugar de um *espaço vago* para que o desejo do sujeito se articule como desejo de desejo, possibilitando a emergência da fantasia e sua travessia (Lacan, 1960-1961/2012). É o lugar de uma perda, de uma *suspensão*, que dirige o sujeito para a travessia de seu fantasma e permite que a fala promova perda de gozo conforme o trabalho em torno do desejo inconsciente num processo de análise (Lacan, 1970/1992). A psicanálise produz, neste ponto impossível da relação do sujeito com o Outro, *um gozo a menos*, pautado num processo que não é o de consumo, mas de obtenção da *diferença absoluta* que marca, de maneira definitiva, a sustentação da castração e a constante *resistência aos imperativos do supereu*, pensada por Žižek. Nunca livre de ser tomado pelo empuxo superegoico, dado que a estrutura é furada e o supereu não deixará de estar lá, a subversão do sujeito faz do desejo o próprio ponto de insurgência do embarreiramento ao gozo, mais além das obrigações internas de consumir mercadorias. Isso pode produzir efeitos na própria polis, na medida em que a atração ao consumo de objetos produzidos pela tecnociência se subtrai como resistência política à engrenagem capitalista e à lógica do imperativo de consumir alimentada pelo imaginário social no contemporâneo.

Essa *diferença absoluta* visada pelo analista – constitutiva da falta de significante no Outro $S(\mathcal{A})$ – move o sujeito na direção da produção singular, sem garantia de qualquer grande Outro, como uma invenção de um novo modo de lidar com

o gozo. Trata-se da própria diferença introduzida pela articulação significativa, como algo que não se escreve, não se pode simbolizar. Essa diferença absoluta, indizível, faz resistência ao “inferno do igual” no imaginário consumista, bem como ao imperativo de gozo no real do massacre insensato do supereu. “É o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (Lacan, 1964/1998, p. 868). Ele faz operar uma *resistência* à própria engrenagem do gozo do consumo no neoliberalismo. Para além de qualquer terapêutica, a psicanálise é ética, porque visa à sustentação do desejo insatisfeito; e é política, na medida em que conduz à inelutabilidade da falta-a-ser, proporcionando que o sujeito resista à atração do consumo na lógica capitalista neoliberal que promete a abolição da castração.

Considerações finais

Para concluir, é importante que se evidencie o lugar do desejo do analista na polis contemporânea, dado que, se há um trabalho na análise de fazer com que o sujeito sacrifique a parte de si que completaria o Outro, a perda de gozo leva o sujeito a lidar de uma forma outra com a *privação real* – em última análise a privação de um significante que responda pelo *ser* do sujeito – $S(\bar{A})$ – significante da barra no Outro. A falta de um significante que complete o conjunto dos significantes implica que algo resta na operação da linguagem e se perde – objeto *a* – causando desejo. Essa é a via mesma pela qual um analista faz semblante de objeto *a*, causando a análise.

O desejo do analista como operador clínico é, portanto, uma aposta nesse processo capaz de produzir não apenas efeitos importantes para o sujeito e aqueles de seu entorno, mas também efeitos na polis capitalista, ensejando ao sujeito a possibilidade de um *basta* na lógica aparentemente inelutável do consumismo na atualidade.

Referências

- Alomo, M. (2014). Avatares do desejo no mundo capitalista: A noção lacaniana de “latusa” e sua relevância clínica. *Stylus Revista de Psicanálise*, (29), 99-111. <http://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/711>
- Amaral, R. E. C.; Costa, C. A. R. (2020). Questionamentos em torno do desejo e da dimensão ética do amor. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 10(1), 112-122. <http://www.periodicshumanas.uff.br/ecos/article/view/2980>

- Ambertín, M. G. (2009). *As vozes do supereu*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Badiou, A.; Truong, N. (2013). *Elogio ao amor*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barbosa, L. (2010). *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. São Paulo: Elfos.
- Dardot, P. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dufour, R. (2005). *A arte de reduzir cabeças*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Dunker, C.; Safatle, V.; Silva Jr., N. (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Fietherstone, M. (1995). *Cultura do consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Freud, S. (1915/1996). Os instintos e suas vicissitudes. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923/1996). O problema econômico do masoquismo. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930/1996). Mal-estar na civilização. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1933/1996). Novas conferências introdutórias de psicanálise. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Han, B.-C. (2017). *Agonia do Eros*. Petrópolis: Vozes.
- Han, B.-C. (2021). *Capitalismo e impulso de morte*. Petrópolis: Vozes.
- Jappe, A. (2021). *A sociedade autofágica: Capitalismo, demesura e autodestruição*. São Paulo: Elefante.
- Lacan, J. (1923/2011). *Estou falando com as paredes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1956-1957/1999). *O seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1957-1958/1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1959/1997). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1960-1961/2012). *O seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1961-1962/n.d.). *A identificação* [inédito], lição de 06/12/1961.
- Lacan, J. (1964/1998). Do trieb de Freud e do desejo do psicanalista. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1964/2008). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1969/1992). *O seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1970/1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1974/2003). *Televisão*. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Quintella, R. (2014). As funções do pai: Pensando a questão da autoridade na constituição do sujeito contemporâneo a partir de um estudo psicanalítico do ideal do eu. *Revista Subjetividades*, 14(2), 284-296. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000200011

- Quintella, R. (2016). O desmentido da privação na atualidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 19(1), 115-130. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982016000100008>
- Quintella, R. (2018). *O supereu canibal: Compulsão, impulsão e o desmentido da privação na atualidade*. Curitiba: Appris.
- Rabinovich, D. (2004). *Clínica da pulsão: As impulsões*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Slater, D. (2001). *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel.
- Žižek, S. (2013). *O amor impiedoso* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Žižek, S. (2016). *O sujeito incômodo: O centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo.

Notas

- ¹ Para uma apreensão mais detalhada dessas mudanças na história do capitalismo, indico *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Dardot, 2016).
- ² O conceito de desmentido da privação foi originalmente publicado na revista *Ágora* (Quintella, 2016).
- ³ Para uma apreensão mais detalhada sobre os três tempos do complexo de Édipo, veja meu artigo *As funções do pai: Pensando a questão da autoridade na constituição do sujeito contemporâneo a partir de um estudo psicanalítico do ideal do eu* (Quintella, 2014).
- ⁴ Para uma apreensão mais detida sobre as impulsões contemporâneas, veja meu livro *O supereu canibal: Compulsão, impulsão e o desmentido da privação na atualidade* (Quintella, 2018).
- ⁵ Podemos tomar alguns exemplos em que o desmentido da privação prepondera socialmente: as “black fridays”, a superlotação das praias brasileiras em pleno auge das mortes ocasionadas pela covid-19 em 2021, as “festas rave”, que levam muitas vezes às raías da morte devido ao uso indiscriminado de drogas, as experiências-limite dos desafios do YouTube, bem como dos jovens que se arriscam andando de skate na borda de arranha-céus sem nenhum esquema de proteção, flertando com a morte, e tantas outras que despontam no século XXI, em muito maior quantidade do que na passagem do século XIX para o século XX, aparecendo hoje cada vez mais intensamente. Sobre tais experiências-limite, veja também *O supereu canibal* (Quintella, 2018).
- ⁶ Referência do autor a Sócrates, que, como amante, chama essa exterioridade do outro de *atopos*.
- ⁷ Faço aqui referência ao artigo *Questionamentos em torno do desejo e da dimensão ética do amor* (Amaral & Costa, 2020), no qual os autores pensam a dimensão em que o amor está implicado na própria ética do desejo.

- ⁸ Para uma apreensão mais aprofundada sobre o conceito de *latusa* em Lacan, indico *Avatares do desejo no mundo capitalista: a noção lacaniana de “latusa” e sua relevância clínica* (Alomo, 2014).
- ⁹ Para um aprofundamento sobre a questão das impulsões contemporâneas, veja *O supereu canibal: compulsão, impulsão e o desmentido da privação na atualidade* (Quintella, 2018).
- ¹⁰ Grifo meu.
- ¹¹ Lacan faz um caminho lógico sobre a repetição, marcando sua impossibilidade, já salientada por Kierkegaard e retomada por Lacan na apreensão sobre a relação do sujeito com a estrutura do significante.

Recebido em 16 de setembro de 2021
Aceito para publicação em 28 de julho de 2022

LITERATURA: EFEITO DE VIVÊNCIA OU VIVÊNCIA DE EFEITO?

LITERATURE: EFFECT OF AN EXPERIENCE OR EXPERIENCE OF EFFECT?

LITERATURA: ¿EFECTO DE VIVENCIA O VIVENCIA DE EFECTO?

Emylle Savi ⁽¹⁾

Amadeu de Oliveira Weinmann ⁽²⁾

RESUMO

Muitas obras literárias têm o poder de tocar em registros psíquicos profundos, o que pode provocar um interesse por quem assina essa produção. Este artigo tem como objetivo propor uma discussão sobre distintas formas de pensar a obra literária e seu autor, a partir da psicanálise. Usamos como disparador dessa discussão uma reflexão metodológica suscitada por dois textos escritos por Freud sobre literatura. O primeiro põe o foco no artista: “Dostoievski e o parricídio”; o segundo, na produção artística: “Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen”. A partir dessa discussão metodológica, é possível pensar como a psicanálise pode, através do seu método – atenção flutuante e livre associação –, escutar uma obra literária sem incorrer na aplicação de conceitos à obra ou ao autor. Com o intuito de enriquecer esta discussão metodológica, propomos uma reflexão sobre a obra de uma das escritoras mais consagradas da história: Virginia Woolf. Ao escolhermos essa autora, acreditamos na força que sua obra tem e nos efeitos que gera em seus leitores; tal força convoca nossa escuta e instiga nossos pilares teóricos, removendo-nos de uma posição de conforto e nos colocando num movimento constante de (re)pensar a psicanálise.

Palavras-chave: psicanálise; método; literatura; Virginia Woolf.

⁽¹⁾ Psicóloga. Psicanalista. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. email: emysavi@gmail.com

⁽²⁾ Psicanalista. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia, e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. email: weinmann.amadeu@gmail.com

Não se declararam fontes de financiamento.

ABSTRACT

Many literary works have the power of touching deep psychic layers, which may spark an interest about whoever authors that work. This paper aims to start a discussion about distinct ways of thinking of art and of the artist, from psychoanalysis. We used as trigger of this discussion a methodological reflection aroused by two texts by Freud about literature. The first one focus on the artist: “Dostoevsky and parricide”; the second, on the artistic work: “Delusions and dreams in Jensen’s Gradiva”. From this methodological discussion, it is possible to think how psychoanalysis can, through its methods – loose attention and free association –, listen to the work of art without incurring into the application of concepts to the work or to the author. To enrich this methodological discussion, we propose a reflection about the work of one of the most consecrated writers in history: Virginia Woolf. By choosing this author, we thought about the vigor of her work and the effects that it evokes in its readers; that vigor calls upon our listening and instigates our theoretical pillars, taking us out of our comfort zone and putting us under a constant movement of (re)thinking psychoanalysis.

Keywords: psychoanalysis; method; literature; Virginia Woolf.

RESUMEN

Muchas obras literarias tienen el poder de tocar registros psíquicos profundos, lo que puede despertar un interés sobre quien firma esta producción. Este artículo tiene como objetivo proponer una discusión sobre diferentes formas de pensar la obra literaria y su autor, a partir del psicoanálisis. Utilizamos como disparador de esta discusión una reflexión metodológica suscitada por dos textos escritos por Freud sobre literatura. El primer se centra en el artista: “Dostoievski y el parricidio”; el segundo, en la producción artística: “El delirio y los sueños en la Gradiva de W. Jensen”. A partir de esa discusión metodológica, es posible pensar cómo el psicoanálisis puede, a través de su método – atención flotante y asociación libre –, escuchar una obra literaria sin incurrir en la aplicación de conceptos a la obra o al autor. Para enriquecer esta discusión metodológica, proponemos una reflexión sobre la obra de una de las escritoras más reconocidas de la historia: Virginia Woolf. Al elegir a esta autora, acreditamos en la fuerza que tiene su obra y en los efectos que genera en sus lectores; tal fuerza convoca nuestra escucha e instiga nuestros pilares teóricos, sacándonos de una posición de comodidad y colocándonos en un movimiento constante para (re)pensar el psicoanálisis.

Palabras clave: psicoanálisis; método; literatura; Virginia Woolf.

Introdução

Muitas obras de arte têm o poder de tocar em registros psíquicos profundos, podendo provocar um interesse por quem assina essa produção que tanto nos comunica acerca de nós mesmos. É como se o (desconhecido) artista conhecesse algo do nosso íntimo e o revelasse de uma forma tão bela que nos causa espanto e fascínio, simultaneamente. Freud (1908/1996), em *Escritores criativos e devaneio*, declara que o escritor criativo desperta fortes emoções em seu leitor; desperta também, por conseguinte, uma curiosidade intensa acerca da fonte de inspiração de seu trabalho. No entanto, mesmo que soubéssemos quais são suas inspirações, isso não seria suficiente para nos tornar artistas.

A arte se tornou um dispositivo cultural muito apreciado, pelos psicanalistas, para pensar a psicanálise; ela possibilita a abertura de um campo de reflexão e diálogo. Poderia esse interesse em dialogar com a arte se transformar numa tentativa de dominá-la? E esse ímpeto poderia estender suas garras para além da produção artística e alcançar o artista? A obra de arte nos leva ao artista, mas o artista, e a admiração que desperta no público, também conduz à sua produção. Nesse campo em que obra e autor constantemente se cruzam, como não os confundir? Como não criar entre ambos uma equivalência?

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo propor uma discussão sobre distintas formas de pensar a arte e o artista (mais especificamente, a literatura e o autor), a partir da psicanálise, por meio de uma revisão bibliográfica que não tem a pretensão de ser exaustiva. Usamos como disparador dessa discussão uma reflexão metodológica acerca de dois textos escritos por Freud sobre literatura: *Dostoiévski e o parricídio* e *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen*. A partir dessa discussão metodológica, é possível pensar como a psicanálise pode, através do seu método – atenção flutuante e livre associação –, escutar uma obra literária sem incorrer na aplicação de conceitos à obra ou ao autor. A escuta psicanalítica de uma obra literária permite uma abertura mediante a qual literatura e psicanálise podem dialogar.

Em seguida, com o intuito de enriquecer essa discussão metodológica, propomos uma reflexão sobre a obra de uma das escritoras mais consagradas da história: Virginia Woolf. Ao escolhermos essa autora do grupo de Bloomsbury, acreditamos na força que sua obra tem e nos efeitos que gera em seus leitores; tal força convoca nossa escuta e instiga nossos pilares teóricos, removendo-nos de uma posição de conforto e nos colocando num movimento constante de (re) pensar a psicanálise frente à cultura e suas produções. Muitos foram os psicanalistas que, ao se deixarem tocar pelos escritos e história de vida de Virginia

Woolf, propuseram interpretações acerca de sua biografia e obra. Ao longo dessa produção, encontramos duas tendências: uma pensa a obra como efeito de vivência; a outra, como vivência de efeito. É à reflexão sobre essa diferenciação que este artigo se dedica.

A psicanálise, o autor e a obra

Ao ler um livro de um autor instigante, é fácil cair na tentação, na condição de psicanalistas, de aplicar ao livro e ao autor o entendimento psicanalítico da clínica; é necessário estar atento para não cair em tal armadilha. É importante lembrar que, diferentemente do analisando, que se coloca numa posição de investigação sobre si próprio e convida o analista a acompanhá-lo durante o percurso, o autor e sua obra literária não estão ali, na prateleira – e muito menos no divã –, solicitando interpretações acerca de seus conteúdos recalcados. No entanto, é possível, até mesmo provável, que, ao ler um livro, um bom livro, o recalcado do leitor seja tocado. Cristina Marcos (2007) salienta a importância de abandonar o caráter decifrador do psicanalista diante da arte, para poder pensar a arte como aquilo que coloca questões ao psicanalista. É relevante atentar para o caráter ativo da obra, como ato interpretante, e não como objeto passível (e passivo) de interpretação. Humphrey (1976) nos lembra que o autor do romance do fluxo de consciência apresenta a consciência do personagem que cria, não a sua própria, por mais autobiográfica que possa ser a obra; caso assim não fosse, o autor não seria responsável por uma criação artística, mas pela produção de um relato automático. Mas como pensar a escuta psicanalítica de uma obra literária?

Freud, em *Dostoievski e o parricídio*, parece fazer uma interpretação psicanalítica do escritor russo, a partir de dados biográficos do autor e de sua renomada obra *Os irmãos Karamassovi*. No entanto, já no início do texto, Freud (1928/1996, p. 183) adverte: “diante do problema do artista criador, a análise, aí de nós, tem de depor suas armas”. Essa frase nos põe a pensar que Freud não se propõe a desvendar, por meio da psicanálise, a faceta criativa de Dostoievski. Talvez, com essa afirmação, Freud esteja assumindo a impossibilidade de alcançar uma verdade última acerca do autor que revele algo a respeito do conteúdo latente à obra. A tentativa de Freud de formalizar a psicanálise como uma ciência, cujo objeto é o inconsciente, lhe permitiu utilizar o método psicanalítico para, também por meio da literatura, formular conceitos fundamentais à psicanálise como disciplina e terapêutica. Freud tenta formular a psicanálise como ciência com o

apoio da cultura, da arte, do texto literário, mesmo que essa relação possa ser, muitas vezes, de estranhamento.

Em *Dostoiévski e o parricídio* (1928/1996), o fundador da psicanálise infere quatro facetas da personalidade do autor: o neurótico, o moralista, o pecador e o artista. Sobre o moralista, Freud salienta que não alcançou a mais elevada moralidade aquele que, após pecar, atinge o alto grau da moral, mas aquele que renuncia à tentação do desejo; assim, a moralidade de Dostoiévski, pelo que entendemos do que Freud enuncia, é posta em questão. Acerca da faceta pecadora ou criminoso, Freud enuncia que Dostoiévski dirigiu essas tendências, ou seja, sua pulsão destrutiva, para dentro de si mesmo, um destino pulsional conhecido como retorno contra si próprio; essa faceta encontraria expressão, portanto, no masoquismo e no sentimento de culpa. Sobre o aspecto neurótico, Freud sugere que as crises epiléticas de Dostoiévski seriam manifestação de uma histeria grave. Mas como Freud aproxima essa imagem de Dostoiévski de sua produção artística? O que na obra do autor russo poderia indicar tais aspectos de sua vida mental?

Freud (1928/1996) supõe que a epilepsia assumiu um caráter neurótico após o décimo oitavo ano de vida de Dostoiévski, ano no qual seu pai foi assassinado. Nesse ponto, Freud (1928/1996, p. 187) estabelece o que chama de uma “inequívoca vinculação existente entre o assassinio do pai em *Os irmãos Karamassovi* e a sorte do próprio pai de Dostoiévski”. A partir disso, Freud retoma sua teoria da neurose calcada no complexo de Édipo e no desejo parricida que se encontra por trás dele. A castração, de acordo com Freud (1928/1996, p. 190), “é essa chave, então, que temos de aplicar à chamada epilepsia de nosso autor”.

No romance russo, afirma Freud (1928/1996, p. 194), o parricídio não é cometido pelo herói, mas por outro:

esse outro, contudo, está, para com o assassinado, na mesma relação filial que o herói, Dimitri; no caso desse outro, o motivo da rivalidade sexual é abertamente admitido; trata-se de um irmão do herói e constitui fato digno de nota que Dostoiévski lhe tenha atribuído sua própria doença, a suposta epilepsia, como se estivesse procurando confessar que o epilético, o neurótico nele próprio, era um parricida.

Conforme Freud, para a psicanálise não interessa saber quem cometeu o crime, mas quem o desejou e se satisfez com a sua execução. Há uma empatia pelo criminoso; por ter cometido o crime que outros desejavam cometer,

deixa esses outros livros do crime – no entanto, não livres da culpa. Freud (1928/1996, p. 195) entende que Dostoievski escolhe o material de seu romance baseado no próprio romance familiar: “ele tratou primeiramente do criminoso comum (cujos motivos são egoístas) e do criminoso político e religioso, sendo somente ao fim de sua vida que retornou ao criminoso primevo, ao parricida, e utilizou-o, numa obra de arte, para efetuar sua confissão”. Deixemos esse escrito de lado, por um instante, para pensarmos sobre outro texto de Freud, publicado duas décadas antes.

Na análise realizada em *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen*, Freud opera de um modo diferente. Nesse texto, Freud não traz Jensen para a análise, mas escuta a sua obra. Salienta que, no que concerne ao conhecimento da mente, o escritor criativo se encontra à frente da ciência. Freud (1907/1996), mediante citações de *Gradiva: uma fantasia pompeiana*, faz conversar a teoria psicanalítica com a obra de Jensen e percebe na construção do romance elementos caros à teoria que se empenhava em criar, tais como recalçamento e trabalho do sonho. Além disso, destaca que evita fazer uma interpretação tendenciosa da obra e, para tanto, escolhe expor a maior parte da história nas palavras do próprio autor. São muitas as homenagens que Freud vai prestando ao autor de *Gradiva* ao longo da análise de sua obra, salientando o talento com que Jensen cria, artisticamente, os complexos movimentos intrapsíquicos de seu herói, sem sequer saber se o autor disso tinha consciência ou intenção.

Freud (1907/1996) vai tecendo sua escrita a partir de uma leitura atenta da obra de Jensen; parece que o fundador da psicanálise lê o romance com uma atenção flutuante semelhante à que dedica a seus pacientes, atentando às pistas que podem lançar luz sobre as sombras dos conflitos psíquicos do protagonista. Freud destaca, para o leitor de seu ensaio, citações que lhe parecem pertinentes e elucidativas, mesmo que tais citações ganhem sentido *só depois*, no desenlace da leitura. Antoniazzi e Weinmann (2018) problematizam o método proposto por Freud nesse trabalho, associação livre e atenção flutuante, para pensá-lo além da prática clínica *strictu sensu*. Os autores afirmam que Freud propõe uma torção que possibilita a transposição do método clínico para a leitura de uma obra literária; e faz isso por meio de pontes verbais. Ao analisar o sonho do protagonista de *Gradiva*, o fundador da psicanálise não renuncia a um trabalho de preparação, ou seja, de considerar as vivências que se relacionam ao sonho. Nesse sentido, Freud diseca os elementos do romance para relacioná-los aos sonhos do protagonista, como se fossem associações. “Dessa forma, são realçados no texto os elementos que se remetem uns aos outros – as pontes

verbais –, de modo a permitir uma interpretação” (Antoniazzi & Weinmann, 2018, p. 69).

Após uma explanação do romance, Freud (1907/1996) inicia a discussão dos elementos linguísticos da obra que, ao se repetirem e se referirem entre si, possibilitam interpretações. Freud funda um método clínico baseado na escuta; é ali, na palavra, que o inconsciente se manifesta, no lapso, no ato falho, na narrativa do sintoma ou do sonho – na formação de compromisso entre consciente e inconsciente. Na palavra escrita do texto de Jensen, Freud reconhece a formação de compromisso, como apontam Antoniazzi e Weinmann (2018): Bertgang (sobrenome de Zoe) significa Gradiva, aquela do andar resplandecente. Conforme os autores, o romance de Jensen é composto por elementos que se relacionam, sem que essa relação esteja evidente num primeiro momento; a meticolosa análise da narrativa que Freud opera possibilita, *a posteriori*, o reconhecimento da conexão existente entre elementos que compõem o sonho e o restante da trama. Segundo os autores, essas conexões são decorrentes da premissa da equivocidade da palavra, ou seja, a palavra dita é também, como o sintoma, uma formação de compromisso entre consciente e inconsciente:

As associações linguísticas entre os distintos elementos do texto, decorrentes da homofonia ou homografia, dos trocadilhos e ditos populares, etc. – enfim, as pontes verbais, cujos pilares repousam sobre a equivocidade da palavra –, constituem o fulcro da análise freudiana de um texto. (Antoniazzi & Weinmann, 2018, p. 72)

Durante essa discussão dos elementos da obra, Freud (1907/1996, p. 45) dialoga, constantemente, com o leitor:

Meus leitores sem dúvida terão ficado surpresos ao notar que até aqui tratei todas as atividades e manifestações mentais de Norbert Hanold e Zoe Bertgang como se os dois fossem pessoas reais e não criações de um autor, e como se a mente do autor não fosse um instrumento capaz de deformar ou obscurecer, mas um instrumento totalmente límpido.

E refere-se inúmeras vezes ao autor, inferindo quais seriam suas intenções ao escrever este ou aquele trecho: “é muito fácil estabelecer analogias e atribuir sentido às coisas, mas acaso não teremos emprestado a essa encantadora e poéti-

ca história um significado secreto bastante distanciado das intenções do autor?” (Freud, 1907/1996, p. 46). Destaca os aspectos ocultos da mente do autor, que o tornam capaz de criar outra mente cheia de obscuridades. Essas referências conferem um caráter de alteridade ao escrito freudiano, como se ele escrevesse pressupondo seu leitor e, arriscamos sugerir, talvez pressupondo que o autor de *Gradiva* se tornasse também leitor de sua análise.

Freud (1907/1996) afirma que o escritor criativo e o psicanalista compartilham um campo: a mente humana. Portanto, percebe válido ocupar-se de textos literários, bem como considera muito importante que os escritores criativos concedam um tratamento poético aos temas da psicanálise. Que psicanálise e literatura compartilhem um campo, dialoguem e potencializem suas produções nessas trocas nos parece profícuo. O risco surge quando a psicanálise visa colonizar a produção artística, tentando extrair dela uma comprovação irrefutável de suas teorias. O Freud que concede todo respeito a Jensen e sua produção, sugerindo que seus conhecimentos artísticos são tão sensíveis e acurados quanto os científicos (e muitas vezes, inclusive, os antecedem), soa muito diferente do Freud que, mediante dados biográficos, produções ficcionais e escritos de terceiros, traça um caráter para Dostoiévski. No entanto, em ambos os textos, compreendemos a tentativa freudiana de, a partir da obra literária e da mente do escritor, fundamentar a psicanálise como um corpo teórico e prático.

Por que Virginia Woolf?

Virginia Woolf é uma escritora que merece ser lembrada. Sua existência, sua dedicação à escrita, seu interesse no papel social da mulher vitoriana e sua luta, por meio de sua escrita, pelos direitos das mulheres, são de uma enorme potência. Senão por outros motivos, porque foi uma das primeiras mulheres a assinar sua obra.

Segundo Sara Beatriz Guardia (2013), as transformações sofridas pela Europa entre os séculos XVII e XVIII, que culminaram na Revolução Industrial e na Revolução Francesa, criaram um ambiente propício para repensar o lugar da educação feminina (as meninas começam a frequentar a escola, regularmente, apenas no século XVIII), permitindo a presença de mulheres na literatura. Revistas passaram a ser escritas e dirigidas por mulheres, clubes literários foram criados com o intuito de debater os problemas das mulheres da época. Toda uma vertente da literatura romântica, encabeçada por *Madame Bovary*, de Flaubert, é direcionada ao público feminino. No fim do século XIX, nasce Virginia

Woolf, filha de Julia Prinsep Stephen e Leslie Stephen, um importante escritor e editor britânico.

Adeline Virginia Stephen nasceu em 25 de janeiro de 1882, em Kensington, um distrito do condado de Middlesex, na Inglaterra; e suicidou-se em 28 de março de 1941, na cidade de Lewes, no condado de Sussex, aos 59 anos de idade. Em 1905, Virginia mudou-se de Kensington para Bloomsbury; ali, ela e os irmãos organizavam encontros às quintas-feiras para discutir assuntos de caráter intelectual; fundou-se, então, o Grupo de Bloomsbury, composto por artistas e cientistas. Em 1912, Virginia casou-se com Leonard Woolf, passando a se chamar Adeline Virginia Woolf. Em 1917, o casal Woolf fundou a editora britânica Hogarth Press, que publicou, contando com a colaboração de Anna Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (1956-1974).

O cenário em que Virginia viveu e no qual concebeu sua escrita se configurava pelo domínio dos homens na esfera pública e pela limitação das mulheres à vida privada. Maud Mannoni (1999) salienta o caráter de combate à exclusão das mulheres das questões públicas – políticas, sociais e morais – na escrita de Virginia Woolf. Rosália A. Cavalcanti e Ana Lúcia Francisco, no texto *Virginia Woolf e as mulheres*, afirmam que Virginia, ao levantar importantes discussões, assinalou para seus leitores demandas feministas dos anos 1920, cujas reivindicações se relacionavam à luta por direitos equivalentes aos dos homens nos campos da educação, emprego, remuneração, estatuto social e voto. Por esses motivos, Woolf, através da sua literatura, teve grande destaque nas reflexões sobre o papel social da mulher do início do século XX, o que aponta para a dimensão política existente na sua obra.

Virginia conta que quando um tema é muito controverso não se pode pretender dizer a verdade, mas apenas revelar a forma como se chegou a uma possível opinião que se tenha sobre o assunto. Assim foi a forma como ela tratou o sexo e o feminino, sem a busca de uma verdade única sobre eles, revelando as diversas faces que a mulher e o feminino puderam assumir no decorrer de sua obra. Entretanto, o fato de não existir uma verdade acerca do tema proposto ou de essa forma de crença em uma verdade única a ser descoberta não impediu a autora de fazer, em muitos momentos, de forma irônica ou até mesmo bem-humorada, uma crítica feroz ao patriarcado e ao lugar de exclusão que por ele era dado ao feminino. Sua obra denunciou – sejam em seus romances, contos ou ensaios – sua preocu-

pação com os lugares e espaços que a sociedade vitoriana destinava à mulher. (Cavalcanti & Francisco, 2016, p. 46-47)

As autoras afirmam ser Virginia Woolf muitas mulheres numa só; quando falava de si, falava também das outras mulheres que, assim como ela, encontravam-se aprisionadas ao seio familiar e condicionadas aos ideais patriarcais. Virginia apresentou um apreço, em vida e obra, pelas mulheres e um interesse pelo feminino. As mulheres que a rodeavam serviam de inspiração para seus escritos. Os espaços reservados às mulheres, na virada do século XIX para o XX, eram, de acordo com Cavalcanti e Francisco (2016), estabelecidos pela cultura e endossados pela ciência. A obra de Virginia não ficou isenta de tal influência; ao mesmo tempo em que apresentava personagens mulheres confinadas aos cuidados maternos, do lar e aos compromissos de esposa, sustentava uma posição de força, dando voz às mulheres, por meio de sua escrita. Em seus textos, combatia a opressão vivida pelas mulheres; para ela, a mulher deveria se desenvolver juntamente com a sociedade. Sua escrita impeliu as mulheres a entrar no espaço público: “através de seus textos, ela deu voz aos problemas vigentes, deixando transparecer uma sociedade que sofria as consequências da guerra, bem como apontou para os problemas de senso comum, como as relações afetivas e as questões econômicas de Estado” (Cavalcanti & Francisco, 2016, p. 38).

Segundo Diana Corso (2015), Virginia Woolf era esperançosa, como ensaísta e feminista. Ela viu inúmeras possibilidades para as mulheres e imaginou que seu acesso à educação daria fim às desigualdades: “passados mais de 70 anos da sua morte, creio que ela ficaria orgulhosa do que conquistamos, embora ainda haja tanto por fazer” (Corso, 2015, p. 264).

[Não] psicanalizando Virginia Woolf

Peter Gay (2002), em *On not psychoanalyzing Virginia Woolf* (*Não psicanalizando Virginia Woolf*), aponta Virginia Woolf como a romancista moderna mais suscetível à curiosidade psicanalítica. Relatos de abusos sexuais sofridos na infância por um ou dois de seus meios-irmãos, um casamento sem sexo, um envolvimento amoroso homoafetivo: segundo o autor, é tentador transformar a vida da escritora num caso clínico. Poucos foram os biógrafos que resistiram à tentação de fazer uma conexão entre o trabalho e a vida de Virginia Woolf; dentre esses, Gay cita Sonya Rudikoff e Hermione Lee. Para Gay, nosso conhecimento acerca da vida de Virginia Woolf é muito menor do que nos faz

crer a maioria dos biógrafos, e talvez um dos méritos de Lee seja admitir tal pobreza de conhecimento acerca da vida da consagrada romancista. Segundo Gay, apesar de Woolf ter visitado muitos especialistas ao longo de sua vida, em busca de alívio para seus sofrimentos psíquicos, ela não concordou em se fazer objeto de uma análise e deitar-se num divã. Gay pergunta: deveríamos, nós, tentar analisá-la? E perguntamos: nós, quem? Analistas? Autores? Biógrafos? Pesquisadores? Todos aqueles que se apropriam, de alguma forma, de sua obra e sua história?

Gay (2002) cita o trabalho de Louise De Salvo *Virginia Woolf: the impact of childhood sexual abuse on her life and work*. De acordo com Gay, a autora afirma que Virginia cresceu num lar incestuoso onde ou o abuso sexual, ou a violência faziam-se sempre presentes. Gay critica o trabalho, afirmando que, nele, uma respeitável família vitoriana é exposta como um ninho de cobras, que transformou Virginia Woolf em um *nervous wreck* (naufrágio nervoso, em tradução literal).

Gay (2002) observa que o perigo de analisar escritores a partir de sua obra é óbvio. Tal análise acaba por reduzir a ligação associativa entre a vida interior do sujeito e seu trabalho publicado, ou seja, a relação de causalidade entre as emoções, dores, traumas do escritor e sua obra fica muito estreita. Ademais, afirma que uma compreensão psicanalítica de um grande artista não explica em nada a grandeza de sua produção artística, tal como afirma Freud, ao escrever sobre a infância de Leonardo Da Vinci. Para Gay (2002), a aproximação da psicanálise à biografia é uma tentativa de compor um retrato do artista da forma mais completa e profunda que é possível traçar. Que a vida invade o trabalho artístico não se pode duvidar. O autor conclui escrevendo que o sofrimento psíquico pode produzir falência artística, assim como importantes criações; pessoas com sofrimentos psíquicos há muitas no mundo, que fazem arte como Virginia Woolf fez, não tantas.

Segundo Cavalcanti e Francisco (2016), muitos são os textos que tentaram analisar Virginia Woolf, alguns apresentando-a como depressiva, assexuada, obcecada por suicídio; seu nome, após o suicídio, ficou vinculado à melancolia. De acordo com Gay (2002), alguns intérpretes precipitados criaram com facilidade uma relação entre os problemas mentais de Virginia Woolf e seus romances. Seria essa busca por um diagnóstico, ou compreensão da personalidade da escritora, uma busca pelo combustível do talento artístico? A tristeza potencializa a escrita? E por que isso importaria? Compreender a fonte do talento artístico não revela os mistérios da arte. Como disse Freud, em *Escritores criativos e devaneio*, compreender os determinantes da escolha

do artista e a natureza de sua arte em absolutamente nada contribui para nos tornarmos artistas.

No livro *Elas não sabem o que dizem: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise*, de Maud Mannoni (1999), a autora declara que os livros de ficção de Virginia Woolf parecem uma face outra do discurso teórico psicanalítico. Embora Virginia estivesse empenhada em publicar as obras de Freud, temia que a psicanálise pudesse fazer do campo literário sua colônia, pois, para ela, toda obra literária poderia vir a ser tratada, por uma grade doutrinal, como história de caso. Não desejava fazer estudo de caso de seus personagens, como os analistas fazem de seus analisandos, mas buscava descrever emoções e suscitá-las no leitor. Por vezes, a leitura de sua obra se torna mais intensa, mais uma experiência emocional desconfortável do que propriamente prazerosa. Aplicar a psicanálise ao autor ou à obra pode ser uma forma de resistir ao efeito da leitura.

Literatura: efeito de vivência ou vivência de efeito?

Uma obra literária reserva um espaço para a fantasia, o imaginário se fantasia para não denunciar demais a realidade. A fantasia é uma concessão que o princípio de realidade faz ao princípio de prazer. Entretanto, algumas obras tocam em algo que está mais além do princípio de prazer, um aspecto traumático e destrutivo, inassimilável ao psiquismo e, portanto, indizível. Alguns autores aqui citados usarão o conceito Real; aproximamos esse conceito do trauma em Freud (1920/1996), do que está mais além do princípio de prazer.

Em sua escrita, Virginia Woolf tenta definir o lugar de onde se origina a arte; uma participação íntima do autor e do espectador cria algo semelhante a um espaço transicional, reconstruído na escrita (Mannoni, 1999). Segundo Ana Maria Valle (2007), uma das funções da arte consiste em abalar o sujeito de suas garantias, rotinas e significados. Apontar para um algo a mais, que até então não havia sido percebido. Talvez a arte – ao menos certa arte – não seja feita para apaziguar tensões, mas para criá-las; ela está para além do registro do princípio do prazer: inquieta, fascina, causa horror e estranheza. Talvez essa arte aponte para um resto pulsional, um impossível de ser dito, mas que produz efeito e movimenta.

Na apresentação à edição brasileira do livro de Mannoni, citado acima, escrita por Sônia Carneiro Leão (1999, p. 8), encontra-se o seguinte trecho: “o que faz de Virginia Woolf uma escritora, segundo Maud Mannoni, é o fato de que sua escrita vem do inconsciente, do desejo de comunicar um impossível de

ser dito”. A autora ainda afirma que Virginia Woolf teria estudado Freud e tinha interesse pela psicanálise; contudo, discordava da teoria falocêntrica, a qual, segundo ela, punha as mulheres numa posição infantil. Tal posição, para Virginia, não era consequência do complexo de Édipo, mas do fato de as mulheres terem permanecido à margem da sociedade dos homens.

A veemência de V. Woolf em reivindicar a existência de *dois sexos*, quando a psicanálise fala apenas de uma só e mesma libido fálica, só se iguala à sua luta para que a mulher deixe de servir de espelho para os homens. É uma ética feminina que ela tenta promover, para que o mundo masculino evolua. (Mannoni, 1999, p. 53)

Peter Gay (2002) nos traz a ideia de que Virginia não absorveria os grandes textos de Freud até a década de 1930, momento no qual o fundador da psicanálise começa a pensar de forma mais pessimista a alma humana, apresentando seu aspecto destrutivo, para além do sexual. Para Gay, se Woolf rejeitou a psicanálise foi por seu profundo desejo de não ser encaixada, rotulada e estereotipada. Ela não queria ser identificada como um caso, mas como uma escritora. Para Virginia Woolf, escrever e ter sua palavra escrita respeitada era um desafio, mas ela foi bem-sucedida na transmissão escrita de suas ideias; afinal, a alma de sua produção ainda ecoa, em nosso tempo.

Mannoni (1999) observa que, no mundo em que Woolf vivia, regido por homens, à mulher restaria criar um mundo interior enriquecido por sons, perfumes, percepções. Virginia era sensível, em sua escrita ficcional, às percepções que atribuía às suas personagens. Segundo Mannoni (1999, p. 15), a força e aventura da vida da mulher encontrar-se-ia ali, nessa doçura de viver, que “[...] se destaca, sobre um fundo de violência, de um mundo absurdo em que as exigências austeras são codificadas de maneira imutável”. Virginia Woolf, de acordo com Mannoni, era sensível à escrita de algumas autoras, como Jane Austen e Emily Brontë, pois entendia que elas escreviam como mulheres.

Freud se ocupou de como alguém se torna mulher. Mannoni (1999, p. 19) afirma que, no caso de Virginia Woolf, caberia a pergunta: “como alguém se torna mulher fora dos esquemas sexuais estabelecidos pelos homens?”. Muitas vezes, as analistas mulheres adotaram uma explicação biologizante para a feminilidade, repetindo o discurso dos homens. Romancistas, como Virginia Woolf, descreveram o feminino de outras formas.

Segundo Mannoni (1999), o que faz de Virginia Woolf uma escritora é sua capacidade de pôr em cena, em seus livros, os dramas que a invadem; ela não

descreve a tristeza, mas a induz no seu leitor: “sua escrita surge do inconsciente com a dimensão do desejo de comunicar e a de um impossível de ser dito, ou mesmo de um desejo impossível” (Mannoni, 1999, p. 20). Como autora, expõe à luz o recalcado da cultura. Sua escrita desvela. Além disso, ela expressaria o horror em palavras. Porém, a escrita tem um limite, não pode dizer tudo, há sempre algo de indizível. Assim como na escrita do testemunho, sempre falta uma palavra, impedida de ser escrita pela resistência intensa do inominável: “Virginia tenta perseguir, evoca o real de um encontro faltoso, aquele que, na história da psicanálise, se revelou sob a figura do trauma” (Mannoni, 1999, p. 27). Marcos (2007) afirma que a escrita tem relação com algo indizível, com uma parte não sabida, que não foi recalcada ou banida da consciência, mas esteve sempre fora dela. Há um excesso na vivência traumática, que não é passível de ser “digerido” pelo aparelho psíquico; tal excesso invade o psiquismo e ali permanece, desorganizando o que encontra pela frente.

Cavalcanti e Francisco (2016) sugerem uma forma artística de superar o trauma, que resultaria num encontro com o desamparo inicial da existência do sujeito. As autoras convidam a pensar Virginia Woolf como um ser que não conseguiu libertar-se do trauma, daquilo que foi destruído num momento muito precoce de sua existência, repetindo-o, sempre, através da sua escrita. Se o trauma é de Virginia como ser, na condição de escritora, não se sabe; afinal, construir uma relação de proporção entre a quantidade de trauma – como se fosse mensurável – do autor e o que disso passa para sua escrita pode ser um ato interpretante e, como toda interpretação, corre o risco de errar o alvo. O ouro aqui é a indagação que nasce: a escrita convoca o leitor à experiência da fantasia ou pode, às vezes, ir além e perturbá-lo em suas certezas por sua potência traumática?

Valle (2007, p. 123) também se ocupa dessa questão:

Uma pergunta insiste: como transmitir o impossível? Com relação à transmissão do Real, este não é passível de transmissão por si mesmo, sendo sempre necessária a entrada do simbólico para que isto parcialmente ocorra. A escrita poderá representar uma tentativa de significar o indizível quando realizada em contato íntimo e avassalador com o sentimento causador da vertigem que leva a escrever.

Seria a escrita de Virginia Woolf uma moldura simbólica para o indizível que a impulsiona a escrever e que transpassa sua escrita? Essa escrita possibilitaria a elaboração – evidentemente, não toda – do traumático da experiência das

mulheres na sociedade vitoriana? Valle (2007) alega que o simbólico atuaria aos pedaços no campo do inefável; afinal, o simbólico é caracterizado pelo furo, pelo parcial, pelo pedaço; fragmenta e divide, para poder organizar. A escrita, como transmissão do inefável em pedaços, afirmaria a parcialidade; a nomeação implicaria um recorte.

Maria de Fátima Ferreira e Ilka F. Ferrari (2017, p. 81), no artigo *A escrita e Virginia Woolf: vida e morte*, afirmam que a escrita criativa põe o autor diante de uma escolha entre escrever ou morrer, o que seria indicativo de “forças destrutivas no horizonte do processo criativo”. As autoras indagam o que, na escrita de Virginia Woolf, não a teria salvado de um suicídio. Pergunta difícil de ser compreendida. Como se houvesse uma função salvadora na escrita, ou na arte em geral. E do que ela se salvaria, da condição de desamparo inerente ao sujeito? Forças destrutivas encontram-se no horizonte do processo criativo, ou quem sabe imbricadas nele do início ao fim?

Ferreira e Ferrari (2017) prosseguem salientando a função que a escrita de Virginia Woolf teria para a autora, função de borda para experiências traumáticas e de tratamento, por meio da palavra, de um resto inominável. Ressaltam que, por mais célebre que possa ser a escrita de Virginia Woolf, fracassou, ao não lhe permitir alcançar a verdade de seu ser e a não auxiliar na criação de uma borda para seu sintoma. As autoras entendem que Virginia Woolf se põe a escrever com o intuito “de conter um real que a invade e desestabiliza” (Ferreira & Ferrari, 2017, p. 86). Não estariam as autoras fazendo uma psicanálise aplicada?

Se, para Lacan, o real não cessa de se escrever, em Virginia isso se apresenta de uma maneira muito clara. Com ela, um acontecimento é reescrito inúmeras vezes, e isso se refere não somente à aflição vivida, de forma atormentada, pelo indizível, mas também pela necessidade de aplacar o risco de desabar sobre si mesma. (Ferreira & Ferrari, 2017, p. 88)

Se Virginia escrevia para dar borda àquilo que não pode ser circunscrito psicologicamente, se fazia uma tentativa de elaboração de um trauma, não sabemos. Indagamos, contudo, o quanto desse indizível ela teve o talento de expressar em texto escrito: “é porque falta o saber sobre o real, no momento em que este surge, que se procura explicá-lo. E a autora passou a vida buscando esse saber” (Ferreira & Ferrari, 2017, p. 88). Seria a escrita de Virginia Woolf uma tentativa de saber sobre o traumático? Não seria toda escrita uma tentativa de saber sobre, ou dar borda, àquilo que se encontra para além do princípio

do prazer? A potência de sua escrita não seria, justamente, a de dispensar uma compreensão e tensionar o compreendido?

Ao fim do texto, as autoras respondem à indagação anteriormente feita: o que, na escrita de Virginia, não a salvou do suicídio? No seu entendimento, diante do furo do traumático, as palavras são insuficientes. Virginia tentava, freneticamente, escrever tomada pela pulsão de morte; a escrita a arruinou. Sua escrita consistiria numa vã tentativa de dar borda ao que não pode ser circunscrito; depois de inúmeras tentativas fracassadas, ela se suicida. É impossível não indagar: como essa escrita, que “fracassa” em manter viva sua autora, sobrevive por um século? Talvez sua potência e “função” fossem outras.

Enquanto Mannoni (1999), Valle (2007) e Marcos (2007) apontam a escrita de Virginia Woolf como capaz de comunicar o incomunicável e evocar o traumático do encontro faltoso, Cavalcanti e Francisco (2016) e Ferreira e Ferrari (2017) parecem sugerir que a escrita de Virginia Woolf tinha por função a elaboração de traumas vividos pela autora. A primeira perspectiva é a que nos convoca neste trabalho; é por pensar a escrita, a produção artística, como capaz de fazer furo em um discurso e abalar suas estruturas – ao evocar o lapso, a falha, a lacuna, o trauma – que percebemos a potência da arte diante do discurso psicanalítico. O discurso psicanalítico não é absoluto e completo. A produção artística que puder apontar sua incompletude muito lhe é importante, pois o põe em movimento, o faz crescer, evoluir, construir, desconstruir, reconstruir suas bases. A segunda perspectiva parece apontar para um discurso psicanalítico soberano, que a tudo e a todos interpreta, extrapolando um limite sutil, mas essencial à prática psicanalítica: interpretar apenas a quem se puser, ativamente, na posição de ser interpretado. Escutar uma obra de arte envolve não a tomar como objeto de uma interpretação, mas como ato interpretante que desvela o não dito e, mais além, expressa o indizível da subjetividade de sua época.

Trazemos agora Virginia Woolf, para que a autora fale por si, onde ela permite avançar a psicanálise freudiana, em sua experiência como mulher escritora. Em *Um teto todo seu*, a autora disserta sobre o feminino e a arte da escrita. Ela nos conta da escrita como uma conquista: árdua, paciente e persistente. O escrito versa sobre dinheiro, espaço, independência. Temas que fazem aparição em vários dos ensaios feministas escritos por Virginia. Coisas tão importantes e, às vezes, inacessíveis para uma mulher, ainda mais uma mulher da virada do século XIX para o XX. Diferenças entre os gêneros aparecem sob a forma de diferenças de direitos, espaços, reconhecimento, possibilidade de criação. Woolf (1929/2014, p. 41) questiona: “por que os homens bebem vinho e as mulheres,

água? Por que um sexo é tão próspero e o outro, tão pobre? Que efeito tem a pobreza sobre a ficção? Quais as condições necessárias para a criação de obras de arte?”.

Um teto todo seu é sobre a possibilidade, ou melhor, a impossibilidade de escrita das mulheres. Mulheres que não têm tempo, estudo, recursos financeiros, mulheres que têm que trabalhar para dar conta de sua existência, porque somente quando a autoconservação está apaziguada é que o sexual, em sua forma sublimada (literatura), ganha vez, como notava Freud. Woolf (1929/2014, p. 64) escreve que o trabalho imaginativo, a ficção, é como uma teia de aranha:

[...] quando a teia é puxada meio de lado, enganchada pela borda, rasgada na metade, é que se lembra que elas não são tecidas em pleno ar por criaturas incorpóreas; essas teias são o resultado do sofrimento de seres humanos e estão inteiramente presas a coisas materiais, como saúde, dinheiro e a casa onde se mora.

O que é preciso para que uma mulher, para que qualquer pessoa, possa escrever? Um teto todo seu. Um quarto todo seu. No original, *A room of one's own*. Um espaço todo seu.

Em *Orlando*, Virginia Woolf (1928/2014) escreve sobre um corpo ora feminino, ora masculino, sobre desejos femininos e masculinos, sobre a mulher e o homem que coabitam cada sujeito. Por vezes, um toma a frente; por vezes, outro. A obra tem um caráter um tanto mítico; exprime, na vida de Orlando, aproximadamente 350 anos. Na primeira “metade” de sua vida, Orlando é um homem, mas um homem que carrega consigo características que podem ser vistas (ainda mais na época em que a história se passa e na época em que o romance foi escrito) como femininas. Orlando preza mais a escrita de seus poemas do que as batalhas de suas (não tão suas) guerras. Amante da contemplação, costuma passar horas deitado sob as rígidas raízes de um carvalho a contemplar sua casa; trata-se, na verdade, de um vilarejo: Orlando é um nobre. Na segunda “metade” de sua vida, após um sono de uma semana, Orlando acorda mulher. A mudança em seu sexo, em seu gênero, não a alarma; no entanto, passa a ter que encarar o desafio de ver o mundo sob... uma perspectiva feminina? Não, parece seguir vendo o mundo sob sua própria perspectiva. Sua, de seu ser, de seu sujeito. Mas esse sujeito passa a se posicionar no discurso de maneira diferente, antes como homem, agora como mulher, mas ontem, hoje e sempre como masculino e feminino. O desafio talvez fosse então ver o mundo desde um corpo de mulher.

O livro nos convoca a pensarmos sobre questões, tão atuais, de gênero e sexualidade. Homens em corpos de mulheres, mulheres em corpos de homens, sujeitos de desejos independentes da anatomia: “em todos os demais aspectos, [Orlando] continuava a ser precisamente como era antes” (Woolf, 1928/2014, p. 142). E segue Woolf (1928/2014, p. 179):

Apesar de diferentes, os sexos se misturam. Em cada ser humano ocorre uma vacilação entre um sexo e outro, e frequentemente são apenas as roupas que sustentam a aparência masculina ou feminina, enquanto, por baixo delas, o sexo é o oposto do que se vê na superfície.

Enquanto a psicanálise se ocupava em entender a sexualidade humana, Woolf trazia sua contribuição literária ao assunto. Podemos “despsicanalisar” Virginia Woolf circunscrevendo um ponto onde ela permite um olhar literário que amplia um olhar psicanalítico.

Considerações finais

É tempo de concluir. Ao longo deste artigo, propomos uma discussão metodológica acerca da escuta psicanalítica de obras artísticas.

Dentre as distintas formas de arte, escolhemos a literatura e, dentre inúmeros escritores, escolhemos Virginia Woolf. Por quê? Virginia Woolf lutou, por meio de sua escrita, por um espaço para as mulheres de seu tempo, inclusive um espaço para que pudessem escrever. Ao escreverem, as mulheres ganhavam voz, espaço público e liberdade de se expressar, conquistas preciosas para as mulheres da sociedade patriarcal vitoriana. Virginia Woolf atrai nossa atenção por escrever sobre mulheres, para mulheres, como mulher, na mesma época em que o fundador da psicanálise se debate com as dificuldades impostas pela tarefa de criar uma teoria psicanalítica sobre a feminilidade. Enquanto Freud aconselha seus leitores a recorrer aos escritores em busca de respostas sobre a feminilidade, Virginia Woolf publica sobre o tema. Com isso, não estamos afirmando que Woolf responde aos questionamentos levantados pela psicanálise, mas possibilita, através de sua produção, que a psicanálise vá além em suas reflexões acerca da sexualidade feminina.

Mas, ao procurar respostas a questões científicas na arte, mais especificamente na literatura, a psicanálise pode correr o risco de se repetir, de usar a litera-

tura e o artista para comprovar aquilo que já sabe, para, mediante um dispositivo cultural, confirmar aquilo que sua teoria afirma e sua clínica supostamente apresenta. Propomos, então, uma reflexão teórica que visa ponderar como o método psicanalítico criado por Freud – associação livre e atenção flutuante – pode operar na escuta de uma obra de arte “sem que os fundamentos da escuta psicanalítica se extraviem” (Antoniazzi & Weinmann, 2018, p. 68). Em seu texto *Sonhos e delírios na Gradiva de Jensen*, Freud parece escutar a obra, fazer de sua leitura algo flutuante, deixar-se aberto para receber indícios, pistas do que está presente na obra de forma latente. É por meio da linguagem que tal leitura flutuante se torna possível; Freud escuta, ou melhor, lê, o modo como Jensen brinca com as palavras em seu romance *Gradiva: uma fantasia pompeiana*. Jensen imbui seu protagonista, Norbert, de um psiquismo, a palavra fantasia no título já nos indica isso, e Freud é sensível a esse psiquismo ficcional. Os ditos são sintomas, as pontes verbais são formações de compromisso entre consciente e inconsciente; Jensen constrói isso e Freud consegue escutar. Não é apenas por meio de uma análise do conteúdo da obra que Freud faz dialogar o romance com os pressupostos psicanalíticos, mas também pela utilização do método clínico em sua leitura. Freud percebe palavras e sentidos que se repetem, expressões que se equivalem, frases ambíguas, trocadilhos, a relação entre as diferentes línguas; é à linguagem do romance que a psicanálise escuta.

Virginia Woolf e suas questões pessoais foram alvo de interpretação de muitos psicanalistas, mesmo sem seu consentimento. Sua obra tem uma potência incrível, toca e sensibiliza seus leitores; associar sua produção, diretamente, a suas vivências pessoais pode resultar numa simplificação da autora como sujeito e numa redução de sua obra a relatos biográficos carregados de efeito estético. Talvez interpretar sua obra como resultado imediato de suas vivências seja uma maneira de resistir aos efeitos que sua escrita provoca, como se fosse algo só dela, e não, de certa maneira, compartilhado por seus leitores. É por meio de seu talento como escritora, da forma como emprega a linguagem em sua produção textual, que a psicanálise pode escutar sua obra.

Contudo, não queremos com isso afirmar que a produção artística independa da vida do artista. Isso seria uma forma de negar as vivências daquele sujeito singular e o quanto tais vivências e seus efeitos contribuem para aquele sujeito ser quem é e produzir o que produz. Talvez o material literário de um escritor possa estar estreitamente ligado às suas experiências e estas serem a matéria bruta de sua escrita; apenas indagamos que direito temos de construir essa ligação e usá-la para demonstrar nossos pressupostos. Entendemos, também, que mesmo num texto como *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen* há uma in-

interpretação da obra, mas o tom é diferente, bem como o método; o autor não é interpretado, é considerado uma alteridade e Freud frequentemente infere as intenções e impressões do autor; qualquer possível projeção da vida do autor no conteúdo do romance é posta de lado; o conteúdo da obra, em si, não é o aspecto principal da análise, mas os códigos de linguagem, as pontes verbais, tanto que Freud trabalha, na maior parte do escrito, com citações diretas do romance original.

Arte e ciência, literatura e psicanálise se construindo, paralelamente, se delineando, mutuamente, se influenciando, se mesclando, se diferenciando, trocando: essa interação resulta em riqueza teórica e artística.

Referências

- Antoniazzi, S.; Weinmann, A. O. (2018). *O flicídio na teoria psicanalítica e seus (des)enlaces na cultura brasileira*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Cavalcanti, R. A.; Francisco, A. L. (2016). Virginia Woolf e as mulheres. *Gênero*, 17(1), 27-49. <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31254>
- Corso, D. (2015). Sem medo de Virginia Woolf. In: *Tomo conta do mundo: Confecções de uma psicanalista*, p. 243-267. Porto Alegre: Arquipélago.
- Ferreira, M. F.; Ferrari, I. F. (2017). A escrita e Virginia Woolf: Vida e morte. *Tempo Psicanalítico*, 49(1), 80-97. <https://tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/198>
- Freud, S. (1907/1996). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 9, p. 15-88. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1908/1996). Escritores criativos e devaneio. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 9, p. 133-144. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/1996). Além do princípio de prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 18, p. 11-75. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1928/1996). Dostoievski e o parricídio. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (trad. J. Salomão), vol. 21, p. 181-200. Rio de Janeiro: Imago.
- Gay, P. (2002). On not psychoanalyzing Virginia Woolf. *The American Scholar*, 71(2), 71-75. <https://www.jstor.org/stable/41213293>
- Guardia, S. B. (2013). Literatura e escrita feminina na América Latina. *Anuário de Literatura*, 18(esp.1), 15-44. <https://doi.org/10.5007/2175-7917.2013v18nesp1p15>

- Humphrey, R. (1976). *O fluxo da consciência: Um estudo sobre James Joyce, Virginia Woolf, Dorothy Richardson, William Faulkner e outros* (trad. G. Meyer). São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Leão, S. C. (1999). Prefácio. In: M. Mannoni, *Elas não sabem o que dizem: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise* (trad. L. Magalhães). Rio de Janeiro: Zahar.
- Mannoni, M. (1999). *Elas não sabem o que dizem: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise* (trad. L. Magalhães). Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcos, C. (2007). Do que se pode ler em Clarice Lispector: Sublimação e feminino. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 19(1), 215-226. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100016>
- Valle, A. M. (2007). Beirar o impossível: A escrita de Clarice Lispector e o Real. In: D. Rinaldi & A. Costa (Orgs.), *Escrita e psicanálise*, p. 121-126. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Woolf, V. (1928/2014). *Orlando: Uma biografia* (trad. J. Dauster). São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras.
- Woolf, V. (1929/2014). *Um teto todo seu* (trad. B. N. de Souza & G. Mattoso). São Paulo: Tordesilhas.

Recebido em 08 de junho de 2021

Aceito para publicação em 30 de junho de 2022

SOBRE O REAL DO TRAUMA E O DESMENTIDO DO SUJEITO: CONTRIBUIÇÕES DE SÁNDOR FERENCZI

ON THE REAL OF TRAUMA AND THE SUBJECT'S DENIAL: CONTRIBUTIONS BY SÁNDOR FERENCZI

SOBRE LO REAL DEL TRAUMA Y EL DESMENTIDO DEL SUJETO: CONTRIBUCIONES DE SÁNDOR FERENCZI

Roberta Araujo Monteiro Goelzer ⁽¹⁾

Mônica Medeiros Kother Macedo ⁽²⁾

RESUMO

É frequente, nas produções científicas referentes ao campo psicanalítico contemporâneo, encontrar-se alusão a uma demanda intensa de trabalho visando à problematização e à ampliação de recursos teóricos e técnicos quando se trata de pensar padecimentos psíquicos fora do escopo das neuroses. Frente a importantes e imperativas convocatórias da clínica contemporânea, encontram-se em Sándor Ferenczi significativas contribuições que evidenciam sua relevância e atualidade, em especial diante de demandas à escuta clínica em que marcam presença situações nas quais o trauma real se impõe. Assim, busca-se desenvolver neste artigo, a partir da proposta ferencziana, uma ilustração clínica a respeito do dano psíquico decorrente da vigência de intensidades que invadem o sujeito desde dentro e que encontram em impactantes e abusivas experiências do campo intersubjetivo seu nascedouro. A partir da história de Kelly, retomam-se concepções tais como trauma, introjeção, incorporação, confusão de línguas e comunidade de destino. Articulando-as com o testemunho da jovem, buscou-se uma reflexão sobre vivências nas quais a indubitável intensidade traumática se mostra avassaladora.

Palavras-chave: Ferenczi; trauma; confusão de línguas; desmentido; comunidade de destino.

⁽¹⁾ Psicóloga e Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta e membro da Comissão Coordenadora do Curso de Psicologia da PUCRS, Escola de Ciências da Saúde e da Vida. Porto Alegre, RS, Brasil. email: roberta.monteiro@pucrs.br

⁽²⁾ Psicóloga e Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (GBPSF) e da International Sándor Ferenczi Network. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Clínica e Cultura da UFRGS e coordenadora do Grupo de Pesquisa Psicanálise: psiquismo, subjetividade e pesquisa. Porto Alegre, RS, Brasil. email: monicamkm@icloud.com

Não se declararam fontes de financiamento.

ABSTRACT

In scientific productions referring to the contemporary psychoanalytic field, it is common to find an allusion to an intense demand for work aiming at problematizing and expanding theoretical and technical resources when it comes to thinking about psychic ailments outside the scope of neuroses. In the light of important and imperative calls for the contemporary clinic, one finds in Sándor Ferenczi significant contributions that evince his relevance and currentness, especially in the face of demands for clinical listening in which situations arise where the real trauma intrudes. Thus, we seek to develop in this article, based on the Ferenczian proposal, a clinical illustration about the psychological damage resulting from the intensities that invade the subject from within, and which find in impacting and abusive experiences in the intersubjective field their inception. From Kelly's story, Ferenczi's conceptions such as trauma, denial, introjection, incorporation, confusion of languages and destination community are resumed. Articulating them with the young woman's testimony, a reflection was sought about experiences in which the undeniable traumatic intensity is overwhelming.

Keywords: Ferenczi; trauma; confusion of languages; denial; destination community.

RESUMEN

Es común, en las producciones científicas referidas al campo psicoanalítico contemporáneo, encontrar una alusión a una intensa demanda de trabajo en relación con la necesidad de problematizar y ampliar los recursos teóricos y técnicos en los padecimientos psíquicos fuera del ámbito de la neurosis. Ante importantes e imperativas convocatorias de la clínica contemporánea, se pueden encontrar en la obra de Sándor Ferenczi aportes significativos que demuestran su relevancia y actualidad, especialmente ante las demandas de escucha clínica en las que se impone el trauma real. Así, buscarse desarrollar en este artículo, a partir de la propuesta ferencziana, una ilustración clínica sobre el daño psíquico resultante de la intensidad que invade al sujeto desde adentro y que tiene su origen en experiencias impactantes y abusivas en el campo intersubjetivo. A partir de la historia de Kelly, se retoman conceptos como trauma, desmentido, introyección, incorporación, confusión de lenguajes y comunidad de destino. Articulándolos con el testimonio de la joven, se buscó una reflexión sobre vivencias en las que la indudable intensidad traumática es abrumadora.

Palabras clave: Ferenczi; trauma; confusión de lenguas; desmentido; comunidad de destino.

Sobre trauma e desmentido: Sándor Ferenczi

É frequente, nas produções científicas referentes ao campo psicanalítico contemporâneo, encontrar-se alusão a uma demanda intensa de trabalho visando à problematização e à ampliação de recursos teóricos e técnicos que tratam de pensar padecimentos psíquicos fora do escopo referente às neuroses. Nesse sentido, o interesse por essas singulares modalidades clínicas de expressão da dor psíquica tem oferecido testemunhos relevantes a respeito dos devastadores efeitos decorrentes da precariedade ou fragilidade experienciada no campo intersubjetivo.

Diante dessas diversas expressões clínicas, a técnica analítica segue sendo pensada e repensada, tendo, desde seus fundamentos, o objetivo de fomentar sistematicamente a ampliação e a acuidade da escuta no heterogêneo e não normativo campo do sofrimento psíquico. Partindo-se das proposições freudianas e reconhecendo a existência de um fecundo trabalho de ampliação do escopo teórico e técnico psicanalítico, encontra-se um dos grandes nomes da psicanálise que, por muito tempo, ficou à margem das práticas de transmissão de seu *corpus*, mas que, desde imperativos clínicos contemporâneos, vem sinalizando sua relevância e atualidade. Trata-se de Sándor Ferenczi, importante psicanalista húngaro, contemporâneo de Sigmund Freud a quem, sem dúvida, a psicanálise deve relevante (re)conhecimento.

Se, por um tempo, Ferenczi foi lançado ao “arquivo morto” da história da psicanálise, atualmente, segundo Birman (2014), salienta-se sua inegável restauração como *arquivo vivo* do movimento psicanalítico. A impossibilidade de seguir denegando e, simbolicamente, rasurando as questões por ele levantadas decorre das imposições clínicas que se sobrepõem às questões institucionais responsáveis por sua exclusão de importantes movimentos de transmissão em psicanálise. Assim, segundo Birman (2014), por maiores que tenham sido as divergências entre Freud e o psicanalista húngaro, ele nunca perdeu o respeito por Ferenczi, a admiração por sua capacidade criativa e, tampouco, recusou a atribuição de mérito às contribuições que aportou à teoria psicanalítica. Para além disso, Ferenczi marcou sua importância, também, pela preocupação que conferia à formação do psicanalista e à transmissão da psicanálise. Importante personagem na história do movimento psicanalítico, Ferenczi foi, em 1919, como indica Avello (1998), o primeiro psicanalista a dar aulas de psicanálise em uma universidade. A partir da solicitação de alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Budapeste, Ferenczi foi convidado, exatamente pelo reconhecimento de seu compromisso e cuidado com a causa psicanalítica, a criar, pela primeira vez no mundo, uma cáte-

dra de ensino da psicanálise. Ferenczi ministrou cursos sobre psicologia psicanalítica para médicos nessa universidade até ser impedido de seguir com suas aulas frente à instalação do regime ditatorial na Hungria, o qual eliminou seu cargo de professor universitário (Avello, 1998).

A partir de reflexões sobre o processo de deformação e transmissão da psicanálise, Ferenczi entendia que os psicanalistas estavam ficando limitados a uma prática regida pelo predomínio da intelectualização e, portanto, mostravam-se incapazes de exercer a necessária sensibilidade para atender pacientes graves. Considerado o pai da psicanálise moderna e o psicanalista dos “casos difíceis”, Ferenczi propunha a urgência de transformações à psicanálise, distante de uma clínica enrijecida, praticada sem empatia e capaz de retraumatizar pacientes com constituições mais frágeis exatamente pela prática desta rigidez ou do que nomeava como “hipocrisia do analista” (Ferenczi, 1933/2011). A partir de seu trabalho em prol dos princípios de hospitalidade, da empatia e da saúde do analista, nascia na clínica ferencziana um estilo clínico sustentado na *ética do cuidado* (Kupermann, 2017). É inegável reconhecer as ressonâncias das proposições ferenczianas na obra de autores como Melanie Klein, Donald Winnicott, Jacques Lacan, Jean Pontalis e Jean Laplanche (Birman, 2009; Cintra, 2009; Kupermann, 2017); porém, nem sempre se encontra nessas ressonâncias o devido reconhecimento a Ferenczi. Assim, identifica-se que a retomada da leitura de Ferenczi se dá de forma mais explícita a partir dos anos oitenta; porém, o gérmen de sua teoria se faz presente desde muito antes, nas obras de seus sucessores.

Mesmo antes de se aproximar da psicanálise, Ferenczi já mostrava uma escuta diferenciada na sua condição de médico, pois considerava que não teria como entender um padecimento físico sem considerar a existência de elementos referentes aos afetos. Segundo afirma Dean-Gomes (2019, p. 81), Ferenczi abria, assim, vias “que tinham como marco inicial sua ressalva ao diagnóstico rapidamente elaborado que pouco considerava a história pessoal, a individualidade e a subjetividade do paciente”. É nessa direção que ele passa, também, a dedicar atenção às experiências do universo infantil, preocupando-se com os danos que o sistema pedagógico, estereotipado em práticas de coerção e imposição, poderia provocar à criança. Suas preocupações repercutiram nas originais concepções sobre os efeitos psíquicos decorrentes das experiências entre o adulto e a criança e a relevância adquirida pela noção de intersubjetividade em sua obra. Essas se constituem como fundamentos centrais de suas proposições teóricas e técnicas, especialmente em sua concepção de trauma.

O período de transição entre os anos de 1920 e 1930 contempla produções ferenczianas que solidificaram as indagações sobre os limites da técnica

psicanalítica tal como vinha sendo praticada, resultando em fecundas contribuições à escuta de pacientes graves, ou seja, aqueles não se situavam no campo dos padecimentos neuróticos. Destaca-se a importância atribuída ao que fora efetivamente vivido pelo sujeito no campo intersubjetivo, no sentido do caráter decisivo, que toma na vida a modalidade das experiências entre a criança e os adultos de sua história.

As preocupações iniciais do psicanalista húngaro com os aspectos pedagógicos, vão pouco a pouco se deslocando para o campo familiar. O resultado destas reflexões culmina em textos capitais. Nos artigos “A adaptação da família à criança” (Ferenczi, 1928/2011) e “A criança mal recebida e sua pulsão de morte” (Ferenczi, 1929/2011), Ferenczi evidencia que, ao contrário da concepção de que a criança deve se adaptar à família, é fundamental o modo como a família se adapta a uma criança. Assim, a forma como a criança é educada pode levá-la a maior ou menor proximidade com o risco de instalação de uma patologia. Essa compreensão perpassa as concepções do autor no sentido de que, para além das questões intrapsíquicas, é central considerar o efetivamente vivido pela criança na relação com o adulto. A partir dessa consideração, passa a ser delineado seu entendimento de que o trauma é constituído por um fator exógeno inerente.

Nessa linha de argumentação, cabe destacar que o aparelho psíquico, na proposta ferencziana, é *gestado* sempre num campo intersubjetivo, e que, nessa construção psíquica, muito daquilo que se faz necessário no encontro com o adulto diz de um excesso traumático, lembrando que o trauma, para o autor, não é necessariamente patógeno. Nessa direção, as questões educativas ou pedagógicas são sempre traumáticas, mas nelas existem elementos que se configuram como estruturantes. Exemplos desses microtraumatismos que o adulto impõe à criança seriam o desmame, o controle esfinteriano e a experiência edípica. O atributo estruturante dessas modalidades de trauma se dá, segundo Maia (2003, p. 94), no predomínio de aspectos positivos, “na medida em que afeta, desestabiliza momentaneamente as construções psíquicas operantes, podendo provocar desdobramentos de formas sentidos e significações”. Ou seja, por sua condição passível de metabolização e atribuição de sentido por parte da criança, o vivido possibilita ganhos psíquicos consideráveis.

Na contramão do trauma estruturante, quando a criança não é acolhida pelo adulto (Ferenczi, 1929/2011), apresentam-se situações nas quais a criança capta os sinais de aversão ou de impaciência parental, acarretando significativos efeitos em sua vontade de viver. Compreende-se a partir disso que as crianças que não foram acolhidas por sua família têm a tendência a terem incrementada

sua pulsão de morte, visto que, na impossibilidade de se sentirem na condição de desejadas pelo adulto, ficam-lhes obstruídas as vias de investimento amoroso. Knobloch (1998) assinala que, frente à proposição ferencziana, a noção de trauma fica circunscrita a um tempo fora da ocorrência do recalque. Pondera-se, portanto, que se trata de algo que não alude à ordem do conflito e do recalque, uma vez que não *se representa*, e sim, *apresenta-se* algo da ordem do excesso.

Nessa direção argumentativa, tem-se que, sem dúvida, a noção de trauma é bastante significativa na obra de Ferenczi, tanto relacionada às questões teóricas quanto clínicas, as quais o autor entendia como indissociáveis (Osimo & Kupermann, 2012). Em Freud, constatam-se dois tempos de teorizações sobre o traumatismo: o primeiro, ainda no século XIX, propunha o trauma como um excesso oriundo de um agente externo, não assimilável pelo psiquismo, resultando na proposição teórica conhecida como “teoria da sedução”. Kupermann (2017) pondera que, nesse momento, entendia-se o testemunho do trauma como sendo necessariamente positivo, sem considerar que as condições desse testemunhar poderiam contribuir para a expansão psíquica, mas, também, poderiam adoecer ainda mais o sujeito. Na sequência disso, ao considerar a criança como um ser sexuado e que cria fantasias edípicas inconscientes, Freud (1896/1989), na Carta 69 escrita a Fliess, menciona não acreditar mais na sua neurótica, consolidando, assim, a importância atribuída, em sua obra, ao campo da fantasia e da realidade psíquica. Apenas em 1920, com “Além do Princípio do Prazer”, Freud (1920/1989) resgata a concepção de trauma, agora perpassado por concepções a respeito do segundo dualismo pulsional. Na nova formulação freudiana, Kupermann (2017) entende que a psicanálise apostou suas fichas muito mais na concepção de um trauma intrapsíquico do que em concepções traumáticas relacionais.

Considerando-se, porém, demandas à escuta clínica em que marcam presença situações nas quais o trauma real se impõe, estando aquém do campo da fantasia, torna-se fundamental resgatar subsídios psicanalíticos que sustentem a leitura teórica e a atividade clínica frente a tais narrativas de padecimento psíquico. Assim, neste artigo, a partir do reconhecimento do valor das contribuições de Sándor Ferenczi, busca-se desenvolver uma ilustração clínica a respeito do dano psíquico decorrente da vigência de intensidades que invadem o sujeito desde dentro e que encontram nas impactantes experiências do campo intersubjetivo seu nascedouro. Tais intensidades são incrementadas devido às precárias condições psíquicas, mas, em especial, por serem resultantes do que é efetivamente experimentado no encontro abusivo com o outro. Exploram-se

marcas e as vicissitudes dessas vivências traumáticas no percurso de Ferenczi em sua leitura magistral sobre o trauma.

Cabe ressaltar que o material clínico apresentado decorre de uma tese de doutorado que teve como objeto central de pesquisa a temática do corpo. Nesse sentido, destaca-se que todos os cuidados e procedimentos éticos de pesquisa foram adotados. A partir da escuta de participantes que tinham em suas vidas importantes ocorrências de práticas de automutilação, revelavam-se experiências nas quais intensidades denunciavam, na invasão e ataque ao corpo, vulnerabilidades decorrentes de importantes falhas e precariedades nas relações primordiais. As práticas automutilatórias ilustravam a impossibilidade de que o sujeito lançasse mão de recursos de criação e elaboração psíquica. Assim, nesse cenário devastador de ataques ao corpo, o artigo se dedica a explorar o material relativo a uma das participantes da pesquisa, mediante o qual as contribuições ferenczianas ganham especial vigor e oferecem ricas compreensões.

Entre os casos investigados, optou-se, portanto, por apresentar neste artigo a história de Kelly, uma vez que sua participação na pesquisa foi marcada por importante testemunho de vivências nas quais a indubitável intensidade traumática se mostrou avassaladora. Kelly, 24 anos, apresenta-se a partir do relato da experiência que considera como sendo a mais marcante em sua vida. A jovem havia denunciado, recentemente, os abusos sexuais que sofrera na infância, perpetrados por seu padrinho, amigo e vizinho da família. Após a denúncia, foi encaminhada pela Delegacia da Mulher a um serviço de atendimento psicológico da universidade, onde se deu a investigação de doutorado, chegando, assim, a participar, como voluntária, da pesquisa. Dessa forma, a temática da automutilação foi o argumento aludido por ela para participar, mas que, desde o início, desvelou o trauma real que a antecedia. Kelly conta, a princípio, que os abusos se iniciaram por volta dos sete anos, persistindo por muitos anos:

Ele [o abusador] é meu dindo. E a minha irmã me disse que quando eu tinha uns três, quatro anos, eu vivia nos cantos chorando. [...] Eu imagino que desde cedo ele fazia isso. Eu tava sempre doente, desde que eu era muito pequena. Sempre no hospital, sempre doente. [...] Eu tenho asma, por exemplo. [...] Quando eu era criança era direto, eu tava sempre indo pro hospital por causa disso, por causa da asma. Pneumonia, tive muitas também. Na adolescência, voltou pneumonia, febre, enfim, tudo, tava sempre com alguma coisa, sempre com dor. [...] Era como se eu quisesse chamar aten-

ção, hoje eu vejo. Eu tava sempre reclamando de dor, sempre querendo ir ao médico.

Kelly fala de um profundo sentimento de culpa por nunca ter feito nada, nunca ter contado sobre o abuso à sua família. Por outro lado, justifica que tinha muito medo de contar o ocorrido. No decorrer dos encontros, aos poucos, desvela nas entrevistas elementos de um cenário familiar distinto daquele inicialmente descrito: um pai alcoolista; uma mãe que, nomeada como “cuidadosa”, surge, cada vez mais, associada a lembranças de ausência de cuidado e proteção, elementos centrais no trabalho de compreensão da história de Kelly.

O entendimento sobre o impacto de vivências de abusos reais foi elaborado por Ferenczi em “Análise de crianças com adultos” (1931/2011), e depois ampliado num dos seus principais textos “Confusão de línguas entre os adultos e a criança (A linguagem da ternura e da paixão)” (Ferenczi, 1933/2011). Essa produção, elaborada para ser apresentada pelo psicanalista no XII Congresso de Psicanálise em Wiesbaden, foi mostrada antes a Freud, não tendo sido bem recebida por ele. Mesmo que possa ter sido criticada por Freud como um retorno à sua já abandonada teoria da sedução, não resta dúvida de que se constituiu em um dos mais brilhantes artigos que dão conta da inovadora concepção de trauma por parte de Ferenczi.

Nesse texto, Ferenczi (1933/2011) considera que a criança estaria no exercício da *linguagem da ternura*, ou seja, no nível da sexualidade pré-genital. Já o adulto estaria no exercício da *linguagem da paixão*, nível da genitalidade. A confusão de línguas remete a uma concepção de trauma decorrente de um evento real no qual a criança está brincando, se excita e tem prazer na vigência do erotismo infantil, e o adulto faz uma leitura equivocada dessa linguagem. Assim, a violência da genitalidade do adulto causa um choque na criança. Essa *confusão de línguas* diz de uma ruptura traumática da assimetria, na qual a criança estava exercendo o que é da ordem da onipotência lúdica, pela via da brincadeira, e o adulto, pela linguagem da paixão, atua por um princípio de onipotência narcísica, buscando o gozo no corpo da criança, vivência real e não no campo da fantasia. Essa experiência acarreta o rompimento da confiança dessa criança no adulto.

O texto de 1933 abre espaço para um novo tempo da obra de Ferenczi, com uma formulação metapsicológica sobre a sedução, o lugar dos objetos externos, o desmentido, a clivagem psíquica, a identificação com o agressor e sobre a inovadora etiologia do trauma. Ferenczi (1933/2011) recorre, em alguma medida, às questões do mortífero, da compulsão à repetição, mas de forma distinta daquelas propostas por Freud. Kupermann (2019) assinala o fato de

que, no resgate empreendido por Ferenczi sobre a concepção de trauma, sua originalidade se faz evidente no redimensionamento das duas teorias do trauma presentes em Freud, a saber, a teoria da sedução, de 1896, e a teoria do trauma como excesso pulsional, de 1920. Para o autor, da primeira Ferenczi recupera a noção de que, na origem do trauma, encontra-se um agente externo provocador e o fato “de que a experiência disruptiva sucede em momentos distintos, sendo que o evento perturbador original é ressignificado *a posteriori*” (Kupermann, 2019, p. 57). Já em relação à segunda teoria freudiana sobre o trauma, Kupermann (2019) aponta que Ferenczi resgata a noção de que o choque traumatizante tem como efeito a imposição ao sujeito de uma intensidade psíquica insuportável o que o impele a tentativas de evacuação, circunscritas, na maior parte das vezes, ao campo pulsional destrutivo e mortífero.

Como elemento central de articulação de Ferenczi sobre o trauma, é imprescindível o conceito de desmentido. Em seu *corpus* teórico, o conceito de desmentido é significativamente inovador e dá fundamentais coordenadas de sua leitura sobre a experiência efetiva, o campo intersubjetivo, a confusão de línguas e o trauma. O desmentido abre espaço para pensar sobre um terceiro na cena abusiva e sobre o traumático de seu ato de não atribuir legitimidade e crédito ao experienciado pela criança (Gondar, 2017). Instaure-se, portanto, uma dinâmica na qual, após sofrer uma vivência de abuso, a criança recorre a um segundo adulto de confiança a quem narra o ocorrido. Como se dá o comportamento desse adulto frente ao relato da criança? O desmentido responde a essa questão central. Se, muitas vezes, era identificada uma postura punitiva ou de silêncio diante da narrativa da criança, “não foi nada” ou “nada aconteceu”, Ferenczi (1933/2011) propõe que se ela tivesse um adulto (testemunha) que a acolhesse, estaria viabilizada a possibilidade da não configuração do trauma patógeno. Ao contrário, na ocorrência do desmentido por parte do adulto a quem a criança recorre, desqualifica-se e não se legitima o experienciado e a dor psíquica decorrente. Sobre isso, Ferenczi utiliza uma interessante expressão húngara “*katonadolog*” que significa “soldados aguentam” (Dal Molin, 2016), remetendo à condição de heroína imposta à criança, como se esta pudesse assumir e dar conta do que a acometeu. Para Gondar (2017), por meio dessa expressão, Ferenczi alerta sobre “o modo pelo qual os adultos são capazes de banalizar a injúria sofrida por uma criança, que em contrapartida, a vivencia com uma grande intensidade” (p. 217-218).

Assim, esse segundo tempo desvela o impacto da indiferente reação do adulto, consistindo em um ataque direto à percepção da criança. É nesse segundo tempo, constituído pelo desmentido, que efetivamente se instala o trauma, se-

gundo Ferenczi (Gondar, 2017; Kupermann, 2019). O conceito articula, portanto, proposições ferenczianas sobre o fato de o trauma acontecer em um *segundo tempo*. Para Kupermann (2019, p. 58), o “elemento disparador da traumatogênese seria, portanto, a violação de uma criança pelo adulto amada, ato deflagrador de dor e de um excesso de excitação irrepresentável que provoca, por parte do psiquismo, tentativas de simbolização”. Assim, a criança busca “uma segunda pessoa de sua confiança” (Ferenczi, 1933/2011, p. 103), para narrar o ocorrido. O desmentido, exercido por esse segundo adulto, instaura o trauma em seus efeitos patogênicos, uma vez que não reconhece, não valida a violência sofrida pela criança. O desmentido é devastador, como ressalta Gondar (2017, p. 211), “o que se desmente não é o evento, mas o sujeito”.

Destarte, o processo de pensamento da criança, na vigência do trauma patogênico, fica igualmente comprometido, uma vez que dar sentido ao experienciado e atribuir figurabilidade à percepção é próprio da condição de pensar. No caso de Kelly, sua disponibilidade a participar da pesquisa sobre práticas automutilatórias na verdade possibilita narrar, em primeiro plano, o abuso vivido na infância. Mesmo que reproduza a alteração à sua percepção na primeira descrição familiar, passa a autorizar-se a compartilhar uma narrativa mais fidedigna no acolhimento da escuta ofertada.

Nessa direção, retoma-se a importância do adulto para a constituição psíquica da criança, visto que, na proposta ferencziana, mais do que o fato de, como afirma Freud, “o sujeito precisar do outro *porque* é constitucionalmente desamparado, em Ferenczi, o sujeito é vulnerável *na* relação com o outro” (Gondar, 2017, p. 219). É importante, portanto, explorar relações significativas da vida de Kelly, para além da vivência de abuso, a fim de lançar outras hipóteses de compreensão.

A família da jovem é constituída por ela, outras três irmãs mais velhas e um irmão adotivo mais novo. Ao contar sobre seus pais, expõe figuras parentais com importantes fragilidades. Frente a situações nas quais o pai alcoolista voltava mal para casa, Kelly se automutilava. Em especial, por volta dos 12 anos o alcoolismo paterno se intensificou, tornando cotidiana a visão do pai embriagado e vulnerável. Lembra, visivelmente sensibilizada, das vezes em que pessoas conhecidas, adolescentes como ela, o levavam para casa inconsciente, machucado depois de ter caído. “Aquilo pra mim foi muito forte, fiquei com muita raiva, com vergonha. Nessas ocasiões, eu ia para o banheiro e me arranhava, machucava, como se fosse pra aliviar aquela raiva, aquela tensão. Às vezes eu tentava falar com ele, mas era quando ele estava bêbado, então não resolvia muito”. Conta ainda que, muitas vezes, sentia-se exposta ao ter que sair à rua para buscar o pai que estava caído, machucado, bêbado.

Ao falar sobre o jeito do pai, Kelly lembra que ele, nos poucos momentos em que estava sóbrio, se mostrava sério e distante. A jovem conta que o pai não era violento; ao contrário, quando alcoolizado ficava “chorão e carinhoso”. Em função do abuso de álcool, o pai teve cirrose, hepatite e câncer de garganta, sendo este último o motivo de seu falecimento, ocorrido dois anos antes das entrevistas. A mãe de Kelly é descrita como uma pessoa sempre dedicada ao cuidado ao outro; porém, ao descrever a forma de exercer essa função, Kelly indica um cuidado marcadamente afeito a atender com prontidão e de forma padronizada às necessidades de alimentação, higiene e organização da casa. Marcam-se, em seu relato, a ausência de sensibilidade ou acuidade maternas sobre o que se passava em seu entorno. “Ela tá sempre arrumando a casa, sempre fazendo comida, sempre pra lá e pra cá. Eu me lembro que ela é assim desde sempre. Ela fazia comida e me levava na cama, me levava pra escola. Isso ela não mudou, até hoje ela quer me servir, quer fazer tudo, ‘deixa que eu te sirvo’. Desde cedo ela faz isso com todo mundo”. Alguns elementos vão se evidenciando em seu relato sobre a precariedade parental no que se refere ao campo alteritário. Pareciam não perceber os efeitos evidentes das alterações no cotidiano de uma criança que estava sendo continuamente abusada. O que escapava ao “padrão de cuidar” não era considerado.

Na construção teórica de Ferenczi, salienta-se a introjeção como conceito chave intimamente relacionado à construção do Ego e à capacidade representacional da criança, pontos centrais no entendimento do caso de Kelly. A introjeção marca a importância central conferida ao ambiente na constituição do psiquismo infantil. Encontram-se em sua obra dois textos principais que abordam o tema: “Transferência e Introjeção” (Ferenczi, 1909/2011) e “O conceito de Introjeção” (Ferenczi, 1912/2011). Nessa direção, entende que a criança está numa condição autoerótica e, para que ela possa investir no ambiente, precisará ser acolhida por ele. Como a introjeção está relacionada ao cerne da constituição do ego, será esse mecanismo de inclusão em si das figuras externas que dará origem ao ego. Nesse movimento, “a introjeção torna o externo subjetivo” (Dean-Gomes, 2019, p. 148). Além disso, Kupermann (2009) enfatiza o papel fundamental desse conceito sobre os processos de simbolização, o que sustenta esclarecimentos sobre a evolução da complexidade e a consequente expansão psíquica. A introjeção é, portanto, um processo inerente ao movimento psíquico regular, buscando atenuar afetos flutuantes no psiquismo pela expansão de interesses de investimento do sujeito. Kupermann (2009) destaca, ainda, que, no texto de 1912, o termo introjeção já aparece assimilado ao aparelho psíquico e descrito como sendo resultante

da introdução de objetos exteriores na esfera do ego, explicitando o interesse do sujeito estendido ao mundo externo.

Nessa direção, explicitando ainda mais o sentido do termo, Knobloch (1998) registra que a introjeção se caracteriza por ser um processo que cria tanto o ego quanto o objeto de forma concomitante. Assim, a experiência de introjeção “faz acontecer, simultaneamente, o produto do eu e a construção desse mesmo eu” (Knobloch, 1998, p. 49). A autora menciona que não existe sujeito sem objeto ou objeto sem sujeito. Além disso, sublinha o paradoxo de que “a presença dos objetos introduz uma possibilidade de não se ter limites para existir e, ao mesmo tempo, de se ter limites, exatamente porque se tem objetos, já que estes nos obrigam a reconhecê-los” (Knobloch, 1998, p. 49).

Na sequência destes argumentos, no campo das identificações, aponta-se que a constituição egoica se faz possível quando a criança pode exercer a ambivalência em relação às figuras cuidadoras. Knobloch (1998) salienta que, para Ferenczi, o funcionamento psíquico está intimamente relacionando ao reconhecimento da realidade atravessado pela possibilidade da vivência do amor e do ódio. Nessa linha de raciocínio, a autora pondera que o problema é como vincular a realidade interna e externa, o fato e suas consequências para o mundo interno. Além disso, frente a cuidadores frágeis é a criança que precisa cuidar, tanto de si, quanto dos cuidadores. Nesse sentido, ela encontra obstáculos para o exercício do que Ferenczi (1929/2011) chama de “irresponsabilidade da infância”. A “irresponsabilidade da infância” remete aos movimentos provocados pela onipotência infantil, força motriz do psiquismo. O exercício da onipotência e, consequentemente, da ambivalência – o amor, sempre conservador, que nos mantém ligados aos objetos, e o ódio que promove movimentos de expansão e introjeção – fica inibido nos casos nos quais há inversão do vetor de cuidado.

Apresentam-se, no caso de Kelly, figuras parentais bastante frágeis em suas possibilidades de reconhecer os efeitos de experiências traumáticas no campo intersubjetivo. A mãe, ao tentar suprir de modo servil todas as necessidades do outro de modo sempre padronizado, denuncia, na verdade, sua precariedade de reconhecimento e atenção ao que o outro verdadeiramente demanda. Se o alcoolismo do pai tira sua condição de presença e atenção às denúncias de abuso nos frequentes adoecimentos da filha, também a restrição dos cuidados maternos à concretude das demandas autoconservativas invalidam ou alteram o caráter de cuidado de suas práticas. Assim, Kelly, frente ao alcoolismo paterno, fica refém da imposição identificatória de um expressivo modelo de precariedade, no qual o sistemático abuso do álcool gera atordoamento e denuncia a fragilidade e inoperância do pai como agente de cuidado e proteção.

Ao explorar a temática do trauma, há uma tendência a focar nos efeitos no sujeito traumatizado e no adulto/abusador que não pode acolhê-lo em sua condição de ternura. No entanto, como exposto anteriormente, para além dessa dupla, existe ainda uma testemunha que poderia aportar recursos e condições absolutamente importantes para lidar com os excessos da experiência abusiva. Reflete-se sobre esse assinalamento na vida de Kelly:

Não foi só uma vez, foi durante muito tempo, ele abusou de muitas outras crianças e eu não contei isso pra minha família, até que eu tentei me suicidar no ano passado. Eu tinha muito medo de contar pra minha família, [...] e eu comecei a me sentir mal, com culpa, [...] depois que eu soube de outras crianças que ele estava abusando, que eram vizinhas. Aí começou a vim à tona tudo que eu passei, imaginar o que ele poderia fazer com elas começou a me dar muita culpa. Eu pensava que eu tinha que ir no psicólogo conversar, tinha que contar pra alguém, mas eu não conseguia. Parecia que não ia sair da boca a palavra, a frase, aí eu tentei me suicidar. E antes disso, quando eu era mais nova, lá pelos 14, 15, 16, eu já tinha me cortado, me arranhado. Era como se fosse um alívio pra mim, me cortar, me arranhar, porque eu sentia muita raiva dele e não podia falar, então ia pro banheiro, me trancava, e eu me machucava.

Levanta-se a hipótese, diante disso, que o desmentido já operava antes de Kelly denunciar efetivamente o abuso na delegacia, suas outras “denúncias” tinham sido desmentidas, evidenciando os prejuízos decorrentes da não legitimação do abuso experienciado. Sem poder contar com o reconhecimento do vivido repetidas vezes, é nas ações contra si mesma que Kelly busca o “alívio”, ilustrando, assim, o aprisionamento no campo da destrutividade pulsional. Essa é, portanto, a dinâmica do trauma e da inversão de cuidados que perpassava a vida da jovem. Segundo ela, não falava porque não iriam entendê-la, mas cabe a reflexão sobre as possibilidades de “denúncia” por parte de uma criança em situações como as descritas por Kelly. Na impossibilidade do olhar parental, as denúncias infantis não encontravam efetividade: estava sempre “com dor e doente”, relatou Kelly. O desmentido em curso é ratificado pelas fragilidades parentais em não reconhecer os testemunhos diante dos adoecimentos na infância e que vão em um crescente, produzindo novos atos. Frente a um pai alcoolizado e entorpecido que fomenta frequentes situações de humilhação e uma mãe

que tenta supri-la com cuidados operacionais, Kelly faz a derradeira tentativa de protegê-los atribuindo a si mesma a culpa por não denunciar o abuso.

Cabe, a partir das considerações sobre o caso e a explanação sobre os conceitos de introjeção e de desmentido, discorrer sobre as implicações decorrentes da articulação entre o real do trauma e o desmentido imposto ao sujeito. Segundo Ferreira et al. (2003), a criança procura entender o episódio abusivo, que lhe é totalmente incompreensível, recorrendo a um terceiro que se mostra descrente sobre a veracidade da sua fala. Como a criança deposita absoluta confiança no adulto, que constitui um suporte mediador entre ela e o mundo, quando a confiança é quebrada, é retratado um problema crucial. Assim, ao invés de ocorrer o processo de introjeção, ocorre a incorporação do adulto como aquele que violenta e invade e não como o que ama e acolhe. Esse é o momento em que se ratifica a paixão desmentindo a ternura.

Alinhados ao conceito de introjeção, Abraham e Torok (1972/1995) propõem o conceito de *incorporação* para nomear um mecanismo que ocorre na impossibilidade de elaboração do vivido. Medeiros (2015) explica que introjeção se refere a um processo mais lento, laborioso e orientado no sentido da realidade. Já a incorporação estaria mais próxima da satisfação alucinatória do desejo, denunciando, portanto, o fracasso da introjeção decorrente da impossibilidade da elaboração do vivido. Assim, o autor salienta, retomando a proposta de Abraham e Torok (1972/1995), que o trauma está relacionado à impossibilidade de o indivíduo introjetar os diferentes sentimentos, emoções, pensamentos e imagens mobilizados pela situação vivida, muito mais do que a gravidade objetiva do evento.

O desmentido instaura o trauma, e dele decorrem devastadoras consequências para o sujeito. A criança está, assim, refém de um duplo desamparo, já que viveu uma experiência traumática e, ao buscar ajuda, recebe a não validação de sua experiência. Assim, o abalo na confiança é inegável. Tal cenário é da ordem de agonia, mediante a qual a saída para a sobrevivência é efetivar uma fragmentação, denominada por Ferenczi (1932/1990) como autotomia. Diferentemente da defesa do recalçamento, a autotomia se caracteriza pela amputação, por parte do sujeito, de uma parte de si mesmo para conseguir sobreviver. Inspirado na biologia, o conceito se refere a situações nas quais, como exemplo, uma lagartixa se desprende de parte de seu corpo ferida ou que representa algum risco para que continue vivendo. No caso da criança traumatizada, essa autoclivagem narcísica, decorrente da autotomia, é um dano imposto devido à instauração de uma cisão em si mesma. Knobloch (1998) salienta que a autotomia é entendida por Ferenczi como uma estratégia de sobrevivência, mesmo que para isso o sujeito precise se destruir.

O conceito de autotomia convoca a uma importante reflexão, uma vez que nela, de forma distinta da metáfora freudiana de sepultamento de um material histórico, ocorre uma operação do recalçamento própria do campo da neurose; em cena estão elementos e uma dinâmica que remete ao despedaçamento, à mutilação e à fragmentação. Diferentemente do recalçamento, a autotomia refere-se a um mecanismo vertical de incidência sobre o próprio ego e está relacionada à desintegração de sujeito, com efeitos nas formas de expressões psíquicas que envolvem a corporeidade (Dean-Gomes, 2019).

O texto “Contribuições para a discussão sobre os tiques” (Ferenczi, 1921/2011) permite encontrar importantes reflexões sobre fenômenos psíquicos que se evidenciam mediante manifestações no corpo. Na tentativa de afastar o sofrimento, os tiques e a coceira seriam formas de automutilação, análogas à autotomia animal, pois acabam por infligir dor ao próprio sujeito. Para Ferenczi (1921/2011), quando certas partes de seus corpos sofrem uma excitação dolorosa, os animais deixam literalmente cair a parte em questão, acontecendo o mesmo nos casos em que o membro dolorido for arrancado a dentadas.

Nessa linha de entendimento, poder-se-ia sustentar que Kelly encena via automutilação tentativas de se livrar de intensidades atordoantes, fragmentando-as em episódios que envolvem o real do corpo; atos que tentam localizar, circunscrever e dar figurabilidade à dor psíquica. Na escrita de seu “Diário Clínico”, Ferenczi (1932/1990) enfatiza que, nos casos em que o sofrimento não pode ser simbolizado, muitas vezes o sujeito provoca dor em si para aliviar uma dor ainda maior. Assim, a dor da automutilação vem como uma tentativa de aliviar a dor psíquica decorrente de muitas cenas: os abusos repetidos, as cenas cotidianas do pai alcoolizado, o padrão servil da mãe, a desproteção atualizada cotidianamente. Como efeito evidente da clivagem, impera o prejuízo referente à autopercepção de sentimentos e condições de integrá-los em si mesmo.

Assim, no intuito de explorar as vicissitudes da clivagem, se propõe a hipótese de que a prática de automutilação de Kelly dê testemunho do que Ferenczi (1932/1990) pondera em seu “Diário Clínico” sobre o trauma patogênico. Nessas circunstâncias, o autor sublinha que se está falando de sujeitos que se encontram “loucos de dor”. Maia (2003) retoma essa consideração, salientando que a dor, assim como a angústia, tem como função sinalizar que algo abalou o equilíbrio psíquico/corporal, mas que, em ambas as situações, ao ser atingido determinado nível insuportável, o sentimento é o de ruptura do ego. A automutilação poderia ser um desdobramento desse sentimento, entendendo-se que, como afirma Maia (2003), o choque traumático provoca um sentimento de aniquilamento, no qual o sujeito “perde seu chão” incrédulo de que o evento tenha acontecido. Essa con-

dição de destroçamento psíquico corresponde a uma “comoção psíquica”, que pode ser tanto moral quanto psíquica, ou ambas (Maia, 2003). Pode-se considerar que os adoecimentos, as mutilações e as recriminações em Kelly evidenciam essa condição:

Sentia muita culpa, vergonha e covarde de não conseguir contar pra minha família. Aí então em novembro do ano passado eu tomei um monte de remédio, era uma sexta-feira, tomei o remédio do meu cachorro... Eu tomei vários na sexta-feira e apaguei. Aí sábado eu acordei, esperei o R. [namorado] sair com o meu cachorro e tomei mais remédios.

Sentia-se culpada, covarde, recriminava-se por não contar a ninguém o que se passava no terror do desamparo que experimentava. Culpava-se pelo acontecido, não via outra saída que não provocar a própria morte. Adoecia, se arranhava, se cortava, nada fazia passar a dor. Como diz Maia (2003), diante do fracasso dessas diversas tentativas psíquicas/corporais, prevalece a sensação de desagregação, que é quando a clivagem entra em cena. Ao invés de insistir no testemunho que denunciaria seu desamparo, prefere morrer e preservar as figuras parentais: “Eles não iam entender”.

Para Kelly, é preferível sacrificar a si mesma a reconhecer o quanto não pode contar com seus pais. Pondera-se até que ponto o não contar dá sustentação ilusória a não precisar enfrentar ainda mais a dimensão real de seu desamparo. No mecanismo de identificação com o agressor, a criança que sofre o abuso acaba por tomar para si a culpa pelo ocorrido, a fim de tentar preservar os adultos de quem depende. Como afirma Kupermann (2019), nessa operação, a ameaça externa torna-se intrapsíquica, “o que permitiria à criança (imaginariamente) o controle sobre a situação intolerável” (p. 74). No aprisionamento à condição de alterar sua percepção sobre a falsa proteção parental, que há muito já havia perdido, ou mais possivelmente, nunca experimentara, Kelly busca a própria morte. A tentativa desesperada de manter intacta a versão criada sobre seus pais traz como consequência o que Ferenczi alerta sobre o risco do fracasso das funções egoicas de mediação, isto é, o fracasso no trâmite de situações de angústia provocadas pelo desamparo – ou seja, naquelas que exigem do aparelho psíquico as competências para o trabalho de luto e para a consequente ressignificação de si e dos objetos (Kupermann, 2017, p. 75). Tais precariedades podem ser ilustradas na história de Kelly por meio do relato da impossibilidade do exercício da ambivalência sentida, já que, desesperada ao ver o pai bêbado e

impedida de expressar sua raiva, recorria ao ato de infligir cortes ao próprio corpo. Não sabia o que fazer com a dimensão do ódio da ambivalência e acabava direcionando-a no ato mutilatório contra si mesma.

Percebem-se expressões do impacto de descuidos aos quais Kelly estava submetida nos frequentes quadros de adoecimentos da infância, com os quais tentava comunicar algo pela via que lhe era possível, no apelo a ser cuidada por médicos e, posteriormente, nas práticas de automutilação. Sabe-se que, quando uma criança começa a adoecer, a ficar muito agressiva, a ir mal na escola, pode estar tentando comunicar algo. Kelly diz “eu queria chamar a atenção”, o que remonta à ideia de que tentava, efetivamente, construir um relato sobre seu sofrimento. O corpo de Kelly e suas inúmeras doenças contam de intensidades traumáticas que não encontram outra forma de expressão. O corpo padece, lhe falta ar nos ataques de asma para dar conta do que não pode ser testemunhado via palavra. A precariedade experienciada junto às figuras parentais compromete seu processo identificatório e impõe repetições em suas escolhas. Elementos relativos à presença masculina em sua vida seguem prevalentes, o abusador, o pai, o ex-namorado, relações nas quais a violência vai ganhando novos contornos, todos igualmente traumáticos:

Acho que eu tinha uns 18, eu comecei a namorar um cara que era daquelas pessoas ciumentas excessivas. Eu não podia colocar certas roupas, não deixava eu fazer isso, não deixava eu fazer aquilo. Eu tentava acabar com ele e ele me ameaçava. Então esse namoro durou em torno de dois anos, uma das experiências mais horríveis da minha vida foi ter namorado com ele.

Conta que, em muitas ocasiões, o namorado a agrediu fisicamente, ela dormia chorando todas as noites, estava sempre roxa, com raiva e pensando em como sair daquela situação. Esse período foi, segundo Kelly, aquele em que mais se automutilou. Na mesma medida, ele também a machucava. Relata as constantes ameaças de matá-la, caso o abandonasse:

Se eu não fosse dele, eu não ia ser de ninguém. Então desde que eu percebi que ele era assim eu comecei a tentar acabar e eu via que não dava certo e ficava mais irritada. Aí eu comecei a ficar com medo e, quase todos os dias, depois quando eu tinha briga com ele, eu ia pro banheiro e me cortava as pernas, me arranhava, coisa assim. Num lugar que não desse pra ninguém ver, pra ninguém reparar. [...]

Algumas pessoas reparavam isso nele, sabe, mas nunca repararam que ele batia em mim. Eu sempre... eu tinha vergonha daquilo, mas queria acabar com aquilo, não sabia como.

Kelly se arranhava nas pernas e na barriga, se cortava com tesoura ou com qualquer outro objeto que estivesse por perto:

Na barriga também. Pegava alguma coisa e fincava ali pra passar aquela raiva, pra parar de chorar, não sei, pra aliviar de alguma forma. Foi um longo tempo assim, desse jeito, todos os dias chorando. Eu ia dormir pedindo pra isso acabar. Até que eu consegui terminar com ele e ele tentou me matar.

Consegui terminar a relação, mas não sem antes passar uma situação de muito risco. O rapaz tentou efetivamente atacá-la com uma faca. Ela acabou conseguindo contê-lo, mas com o argumento de que reagiu para proteger a sobrinha que estava junto dela. É interessante destacar o quanto Kelly, novamente, fica no lugar de quem tem que olhar para o outro, seja protegendo a sobrinha ou passando a ajudar a mãe do ex-namorado a interná-lo.

A história de Kelly, marcada por terríveis acontecimentos, parece não a ter impedido de manter certo estado de esperança diante da vida. Considerando que algo no ambiente precisa promover a vitalidade para a criança, chamá-la para a vontade de viver, pondera-se sobre as possibilidades de tal ocorrência na vida da jovem. Sua narrativa contempla disposições que continuam fazendo com que ela acredite que possa ainda experienciar relações marcadas por outra qualidade.

No intuito de fundamentar essa reflexão, recupera-se o conceito de “comunidade de destino”, o qual Gondar (2017) salienta ser um termo proveniente das ciências sociais e que contrasta com a ideia de comunidade de origem. Nesse sentido, “enquanto a última se sustenta nos laços de sangue, laços dados de uma vez por todas”, a ideia de comunidade de destino alude ao fato de que “um grupo de pessoas pode reunir-se, sem lideranças ou certezas prévias, para discutir ou construir seu próprio destino” (Gondar, 2017, p. 219). Destaca-se o fato de que, a partir das concepções ferenczianas, após uma importante decepção com os adultos as crianças podem ligar-se entre si, estabelecendo laços marcados pela horizontalidade. Segundo Ferenczi (1932/1990), a inocência desses parceiros em comunidade de destino faz com que se possa confiar com tranquilidade. Assim, o laço horizontal, nela constituído, opera como possibilidade de reestabelecimento da confiança (Gondar, 2017). Kupermann (2008) retoma essa condição ao afir-

mar que os parceiros de análise podem constituir uma comunidade de destino, tal como órfãos que se compreendem e se tranquilizam.

Estariam as irmãs de Kelly numa condição que lhes permitiu constituir uma comunidade de destino? Cabe salientar que as irmãs de Kelly estavam também submetidas à mesma configuração familiar de violência e desamparo reproduzida nessa cena. Conta Kelly:

Aí tinha a minha outra irmã, essa mais velha e tem outra antes dela, a Lisa, que também foi abusada por ele [o padrinho], com ela eu conversava um pouco mais, ela tentava conversar comigo. Sentava, me chamava as vezes pra conversar, mas eu não conseguia falar muito. Acho que eu era um pouco fechada, na verdade. Com a minha irmã mais nova eu brincava.

Reflete-se nesta narrativa como uma comunidade de destino, no contexto traumático, pode vir a ter a condição de substituir a testemunha no chamado terceiro tempo do trauma.

Dal Molin (2016) retoma os tempos do trauma a partir da proposta ferencziana, dizendo que o trauma pode chegar a três tempos, sem que seja sempre assim. O primeiro tempo, como já explicitado, é o momento do choque ou da comoção psíquica, impossibilitada de integração pelo sujeito. O segundo tempo estaria relacionado à significação posterior que, dependendo dos destinos no sujeito, pode ter o efeito traumático propriamente dito. O autor considera que, entre esses dois tempos, existiria uma fase intermediária, na qual o sujeito procura integrar o choque com ajuda dos objetos externos, tentando ligar a experiência disruptiva. É nesse terceiro tempo, o intermediário na cronologia, mas o último a ser observado na clínica, no qual a comunidade de destino poderia realizar o seu potencial. Para além de pensar naquilo que explicitamente Kelly pôde contar com as irmãs e com o irmão, cabe a reflexão sobre o compartilhado nessa dinâmica familiar. A reação de uma de suas irmãs ao saber do abuso sofrido por Kelly, sendo ela também vítima de abuso pelo mesmo homem, ilustra o compartilhamento do traumático e a posição de proteção compartilhada na horizontalidade:

Teve audiência também, foi muito difícil. Foi mês passado. A minha irmã também depôs. Uma das minhas irmãs, a mais velha, quando ela soube ela ficou transtornada. Foi lá na casa dele, deu nele, foi pra cima dele, porque ele também tinha abusado dela. Só que eu

não sabia, senão talvez eu tivesse contado pra ela, tivesse tomado coragem de saber que ela também tinha passado por isso então que ela ia me entender.

Kelly não perde a esperança. Mesmo após tentar o suicídio, encontra nos cuidados que lhe são dirigidos no hospital uma via de, por meio da palavra, romper com o aprisionamento no esquecimento de si imposto pelos efeitos do dementido. Ao relatar sobre o dia em que tentou suicídio, conta:

Depois de lá ficar no hospital, no outro dia, eles me levaram pro posto e lá eu conversei com uma psiquiatra [...], e ela perguntou se eu queria que ela contasse pra minha irmã que tava lá, mas eu pedi que não, eu não conseguia ainda falar. Aí eu vim pra casa e uns dois dias depois eu comecei a contar. Eu contei pra minha prima, e por coincidência minha prima falou que também tinha sido abusada por esse mesmo cara, que ela vivia lá em casa quando era pequena. A imagem que mais vem na minha cabeça era quando ele... é um lugar escuro, era na casa dele, era um apartamento que era bem de frente pra minha casa [...]. Eu me lembro dele fazendo assim ‘shh’ (demonstra), me segurava pelo braço e abusava de mim. Quando eu contei isso pra minha prima ela falou ‘Kelly, eu lembro disso. Ele fazia justamente isso comigo.’ [...] Depois eu contei pra uma amiga que foi lá me ver. Depois foi pra minha irmã, depois pra minha irmã mais velha, aí pra minha mãe também, que foi muito difícil (chora). [...] Eu consegui contar pra todo mundo, aos poucos fui contando. Aí eu fui até a delegacia depor.

No caso de Kelly, ao ingerir remédios veterinários dizendo que não queria morrer, mas que não aguentava mais sofrer, evidencia-se a última e derradeira tentativa para um recomeço. A “morte” da Kelly acuada, fragmentada, que não podia contar por que lhe faltavam as palavras, dá lugar a um testemunho da condição libertadora da palavra. Pondera-se que tal testemunho tomou a dimensão da palavra na medida em que, após a morte de seu pai e ao voltar a morar na casa da mãe, a proximidade com o abusador evidencia o sério risco de que o submetimento ao silêncio e ao ato autodestrutivo venham a provocar efetivamente sua morte.

Outra reflexão importante, nesse cenário, diz respeito à morte do pai, a qual parece ter sido vivenciada por Kelly como uma autorização dada a si

mesma de denúncia do silenciado. Por tanto tempo, poupou o pai não o reconhecendo e, assim, não o denunciando como inoperante em sua função. Porém, após a morte dele, sua tentativa de suicídio e a efetiva denúncia dos abusos, evidenciam que Kelly pode ter se sentido “liberada” para revelar aquilo que o pai poderia não ter conseguido suportar em função de sua significativa fragilidade.

Nessa mesma linha, a relação com Rafael, seu novo namorado, vem se revelando como uma outra possibilidade no campo intersubjetivo. É no limite da quase morte que encontra a vida, a possibilidade de um recomeço, a possibilidade de um novo caminho, de novos destinos, de investimentos regidos por Eros. O projeto profissional, criado e implementado junto com o namorado e um amigo, de montar uma doceria ilustra metaforicamente esse movimento. Depois de vivências tão amargas e da prevalência de um silêncio devastador, estaria Kelly buscando formas de adoçar sua vida? Diante dos novos investimentos delineados na construção de uma comunidade de destino, na qual a palavra e a confiança podem habitar, abrem-se novas perspectivas ao devir.

Referências

- Abraham, N.; Torok, M. (1972/1995). Luto ou melancolia, introjetar-incorporar. In: N. Abraham & M. Torok, *A casca e o núcleo*, p. 243-257. São Paulo: Escuta.
- Avello, J. (1998). *Para leer a Ferenczi*. Madri: Biblioteca Nueva.
- Birman, J. (2009). A atualidade dos escritos ferenczianos. Revista *Mente & Cérebro*, coleção *Memória da Psicanálise*, nº 3, p. 92-97.
- Birman, J. (2014). *Arquivo e memória da experiência psicanalítica: Ferenczi antes de Freud, depois de Lacan*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Cintra, E. M. U. (2009). Thalassa, matriz de hipóteses kleinianas. Revista *Mente & Cérebro*, coleção *Memória da Psicanálise*, nº 3, p. 66-73.
- Dal Molin, E. C. (2016). *O terceiro tempo do trauma: Freud, Ferenczi e o desenho de um conceito*. São Paulo: Perspectiva.
- Dean-Gomes, G. (2019). *Budapeste, Viena e Wiesbaden: O percurso do pensamento teórico-clínico de Sándor Ferenczi*. São Paulo: Blucher.
- Ferenczi, S. (1909/2011). Transferência e Introjeção. In: *Psicanálise I* (trad. A. Cabral), p. 87-124. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1912/2011). O conceito de Introjeção. In: *Psicanálise I* (trad. A. Cabral), p. 209-212. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1921/2011). Contribuições para a discussão sobre os tiques. In: *Psicanálise III* (trad. A. Cabral), p. 137-138. São Paulo: Martins Fontes.

- Ferenczi, S. (1928/2011). A adaptação da família à criança. In: *Psicanálise IV* (trad. A. Cabral), p. 1-16. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1929/2011). A criança mal recebida e sua pulsão de morte. In: *Psicanálise IV* (trad. A. Cabral), p. 55-60. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1931/2011). Análise de crianças com adultos. In: *Psicanálise IV* (trad. A. Cabral), p. 79-96. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1932/1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1933/2011). Confusão de línguas entre os adultos e a criança (A linguagem da ternura e da paixão). In: *Psicanálise IV* (trad. A. Cabral), p. 111-135. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferreira, F. P.; Pons, S.; Souza, O. (2002/2003). Transferência como experiência do vivido e transmissão psíquica: A herança de Sándor Ferenczi. *Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro 2003*. https://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5c_Souza_144161003_port.pdf (acessado em 07/01/2023).
- Freud, S. (1896/1989). Carta 69. In: *Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos* (trad. & org. J. Strachey), p. 309-310. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/1989). Além do Princípio do Prazer. In: *Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos* (trad. & org. J. Strachey), p. 13-88. Rio de Janeiro: Imago.
- Gondar, J. (2017). Ferenczi como pensador político. In: E. S. Reis & J. Gondar, *Com Ferenczi: Clínica, subjetivação, política*, p. 209-226. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Knobloch, F. (1998). *O tempo do traumático*. São Paulo: Educ.
- Kupermann, D. (2008). *Presença sensível: Cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2009). Introjeção, corpo erógeno e simbolização. *Revista Mente & Cérebro*, coleção *Memória da Psicanálise*, nº 3, p. 30-35.
- Kupermann, D. (2017). *Estilos do cuidado: A psicanálise e o traumático*. São Paulo: Zagodoni.
- Kupermann, D. (2019). *Por que Ferenczi?*. São Paulo: Zagodoni.
- Maia, M. S. (2003). *Extremos da alma*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Medeiros, E. C. (2015). *Sándor Ferenczi: Entre os limites da clínica e as experimentações técnicas* (dissertação de mestrado). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
- Osmo, A.; Kupermann, D. (2012). Confusão de Línguas, Trauma e Hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 329-339. <https://www.scielo.br/j/pe/a/zhbBSFMNJdcDJfQnd8pppcP/>

Recebido em 22 de abril de 2021

Aceito para publicação em 30 de junho de 2022

PSYCHODYNAMICS OF OBESE ADOLESCENTS IN THE THEMATIC APPERCEPTION TEST (TAT) – PARISIAN SCHOOL

*FUNCIONAMENTO PSICODINÂMICO DE ADOLESCENTES OBESOS
NO TESTE DE APERCEPÇÃO TEMÁTICA (TAT) – ESCOLA DE PARIS*

*LOS ASPECTOS PSICODINÁMICOS DE LOS ADOLESCENTES OBESOS A PARTIR
DEL TEST DE APERCEPCIÓN TEMÁTICA (TAT) – ESCUELA DE PARIS*

Lígia Rosado Antônio ⁽¹⁾

Valeria Barbieri ⁽²⁾

RESUMO

O presente estudo buscou compreender os psicodinamismos de adolescentes obesos a partir do Teste de Apercepção Temática (TAT), no referencial da Escola de Paris. Sete adolescentes, entre 12 e 14 anos de idade, participaram da pesquisa. Constatou-se, em relação às problemáticas expressas no TAT, que a mais comum delas foi a do temor das expressões pulsionais, seguida da revivência do conflito edípico e do medo do desamparo; foram menos frequentes a do desejo de autonomia e a do luto pela infância. Quanto aos procedimentos defensivos, os mais utilizados pertenciam às séries C (evitação do conflito) e A (rigidez), seguidos da série B (labilidade); já os da série E (emergência dos processos primários) foram pouco empregados. Os participantes denotaram a possibilidade de um bom desenvolvimento das relações interpessoais, mas a inibição, a dificuldade de simbolização e de expressão das pulsões foram características comuns. Eles mostraram ainda manter uma maior submissão na relação com os pais, com pouco investimento em seu próprio mundo interior.

Palavras-chave: obesidade; adolescência; desenvolvimento emocional; métodos projetivos; Teste de Apercepção Temática.

⁽¹⁾ Mestre em Psicologia pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Ribeirão Preto, SP, Brasil. email: ligia.rantonio@gmail.com

⁽²⁾ Tem Pós-doutorado pela Université Paris Diderot (Paris 7), France. Professora Associada do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Ribeirão Preto, SP, Brasil. email: valeriab@ffclrp.usp.br

Pesquisa financiada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ABSTRACT

The aim of the present study was to investigate the psychodynamics of obese adolescents through the Thematic Apperception Test (TAT), based on the Parisian School theoretical framework. Seven adolescents, aged 12 to 14 years, took part in the study. It was found that, among the problems addressed by the TAT, the most common was the fear of the drive expressions, followed by resurgence of the Oedipus conflict and the fear of helplessness, while the desire for autonomy and the mourning for childhood were less frequent. Regarding the defensive procedures, the ones most used belonged to C series (conflict avoidance) and to A series (rigidity), followed by B series (lability), whereas those in E series (emergence of primary processes) were barely used. The participants signaled the possibility of good development of inter-personal relationships; however, inhibition, difficulty of symbolization and expressing drives were common traits. The adolescents were also shown to keep mostly submissive to their parents, with scant investment in their own inner world.

Keywords: obesity; adolescence; emotional development; projective methods; Thematic Apperception Test.

RESUMEN

El presente artículo busca comprender los psicodinamismos de los adolescentes obesos a partir del Test de Apercepción Temática (TAT), con fundamento en las referencias teóricas de la Escuela de Paris. Siete adolescentes, con edades entre 12 y 14 años, han participado en la investigación. Se ha podido constatar, en relación a las problemáticas contenidas en el TAT, que la más común de todas consiste en el temor a las expresiones pulsionales, seguidas por el revivir el conflicto edípico y el temor al desamparo. Con menos frecuencia se han detectado el deseo de autonomía y el duelo por la infancia. En lo que respecta a los procedimientos defensivos, los más usados pertenecían a las series C (evitar el conflicto) y A (rigidez), seguidos por la serie B (labilidad). Los de la serie E (aparición de los procesos primarios) fueron poco empleados. Los participantes han denotado la posibilidad de un buen desarrollo de las relaciones interpersonales. Sin embargo, han sido características comunes la inhibición, la dificultad de simbolizar y de expresar las pulsiones. Además, demostraron mantener un sometimiento más grande en su relación con los padres, con escasa investidura en su propio mundo interior.

Palabras clave: obesidad; adolescencia; desarrollo emocional; métodos proyectivos; Test de Apercepción Temática.

Introduction

Obesity is defined by the World Health Organization (WHO) as “a condition of abnormal or excessive fat accumulation in adipose tissue, to the extent that health may be impaired” (WHO, 2000, p. 6). Body mass index is the usual recommended measure for weight categorization; however, in children and adolescents, sex and age are also taken into account for nutritional classification, in view of the variation observed when their actual height is compared with what is expected for their age. Thus, the American sex-specific BMI curves are endorsed (Ministério da Saúde, 2021).

The WHO (2018) shows that obesity has nearly tripled since 1975, accounting currently for more deaths than weight deficit or malnutrition; in 2016, 13% of adults (above 18 years) were obese all over the world. In children and adolescents (between 5 and 19 years), 18% were overweight or obese. This data asserts the need to view obesity as a major public health issue, both in developed countries and in those under development, such as Brazil.

According to the evaluation of nutritional conditions of the Brazilian population carried out by the Pesquisa de Orçamentos Familiares (Consumer Expenditure Survey) 2008-2009 (IBGE, 2010), around one fifth of persons aged 10 to 19 years were diagnosed as overweight. This is most prevalent in South and Southwest regions, with a higher incidence in urban areas. It was estimated that about 5% of this population fit a diagnosis of obesity, which was most common in males. WHO (2017) data show that in Brazil, 9% of the population in the same age bracket presented obesity in 2016, also recording a higher frequency in males (10.1%).

The etiology of obesity is a complex and controversial matter, but there is a consensus in the literature that this condition arises out of an interaction of various factors. It is thus considered multicausal, a result of combining genetic, psychological and social characteristics that affect its inception and development. Constitutional (hereditary), socio-cultural, familial and emotional factors should, then, be taken into account, which may act independently or mutually interact (Azevedo & Spadotto, 2004).

Regarding psychological factors associated with obesity, there are both descriptions of psychic aspects arising from this condition, and factors that play a major role in gaining and keeping weight (Campos, 2005). Azevedo and Spadotto (2004) detail that excess weight may be considered as expressing an underlying emotional imbalance, characterizing hyperphagia as an attempt to deal with emotional suffering. However, hitherto there is no consensus on the

direction of the association of emotional suffering and obesity, that is, which one promotes the other. Regardless of the direction, which precludes thinking of a cause-and-effect relation, the fact is that obesity and emotional difficulties are often linked, and thus both must be subjects for psychology, as well as other sciences such as medicine, nutrition and sociology. In sum, this demands a multidisciplinary approach.

Campos (2011) states that caution is required when approaching obesity as a psychosomatic issue, which suggests taking a biological phenomenon as a “psychic symptom”. Therefore, one must not envision it as a psychological disorder or a psychopathology, but rather as an expression of diverse forms of subjectivation and possible suffering. In this way, though Campos (2011) does not conceive of obesity as a “symptom”, she nevertheless keeps in mind the psychic aspect it presents.

Still according to Campos (2011), the feeling of being excluded from society for failing to conform to a standard built by the media and by medical and psychological sciences is what leads obese individuals to “malaise”. They are often discriminated against in educational, professional and social contexts, which leads to anxiety, anger, and doubts about their own abilities (Azevedo & Spadotto, 2004). Having a deprecatory self-image is commonplace among the obese, which may impact negatively in social relations. In this view, it is the stigma attached to obesity that furthers psychic pain.

On the other hand, the psychological literature also points out there are difficulties in symbolization in obese individuals, and asserts their drives find impediments to flow and be processed by words or fantasies (Almeida-Prado & Féres-Carneiro, 2010; Mishima & Barbieri, 2009). According to that perspective, Almeida-Prado and Féres-Carneiro (2010) remark that obese individuals’ difficulty with symbolization evokes significant drawbacks in the elaboration of living experiences, their frustrations and conflicts, due to a lack of psychic continence and internal resources.

The fading of social bonds and deficiencies in symbolic ability hinder proper defensive efforts and the elaboration ability of individuals faced with anguish that overloads and swamps them (Barbosa et al., 2012). Thus, social structures determine the possibilities for symbolization of desire, and indirectly affect the build-up of subjectivity (Campos, 2011).

In the case of adolescents, these emotional and social factors blend with biological and physical ones inherent to that stage of development. In adolescence, caloric needs go up because of pubertal growth spurt, and so do appetite and weight gains. This is then a risky phase, when media urgings and peer pres-

sure to consume highly caloric and processed foods may lead youngsters to adopt unhealthy habits (Pereira, 2006).

The understanding of the psychodynamics likely to lead adolescents to obesity or to come up as effects of such situation is particularly important because, at this evolutive stage, there is a “revival” of the whole previous emotional development, this being the last phase when change in the nature of the personality structure taking shape is possible (Bergeret, 1991). This circumstance, combined with the particularly sensitive quality of this stage regarding body changes and the need for approval and belonging to a group, are likely to make clinical interventions more fruitful, by acting directly at the roots of difficulties lived and re-lived by the patient, and finding more flexible grounds for therapeutic work to blossom.

Towards that, Pereira (2006) described the association between struggles in socialization and excess weight in adolescence. He noted that obesity promoted social isolation, hindering the feeling of belonging to social groups; it thus affected negatively the forging of an individual’s identity. However, Pereira also reported, as did Novaes (2009), that obesity at this stage may be linked to a regressive desire to remain in infancy, which may act as protection in the development of sexuality.

Andrade et al. (2014), as they studied 491 obese children and adolescents under psychological evaluation, found emotional endangerment in most of them (85.7%), rooted in family psychodynamics. Besides a high prevalence of obesity in the family, they described overprotective parents and maternal rejection as the most frequent problems. Most children and adolescents showed low self-esteem, social isolation, shyness, complaints of social discrimination and a lot of anxiety. In contrast, Coury (2016) evaluated 60 children, 30 obese and 30 eutrophic. The comparison of emotional and cognitive indices in the Human Figure Drawing (DFH) test between the two groups did not show statistically significant differences, also not found in the personality variables assessed by Rorschach’s method.

Azevedo (2003) obtained results different from Coury’s (2016), in a study that also evaluated 60 children, 30 obese and 30 eutrophic, by means of the DFH: obese children presented a higher occurrence of emotional indices, showing signs of more insecurity, withdrawal, dependence, immaturity and repressed aggression. Likewise, Mishima and Barbieri (2009) described these same characteristics in obese children they evaluated with the Children’s Apperception Test with Animal Figures (CAT-A): they also showed passivity, low self-esteem, shyness, insecurity, shame, belief they were different from others, feelings of incapac-

ity, and lack of motivation. Mishima and Barbieri reported there existed in these children difficulty in the contact with others, affective disengagement, impairment in creative process with attachment to external reality, and inability to play spontaneously.

In relation to adult obese individuals, Santos et al. (2002) reported attachment to earlier stages of emotional development, tending towards immaturity, dependence and passivity. They evaluated ten adults of both genders with morbid obesity by means of the DFH. Besides these characteristics, they found reluctance in accepting their own bodies, sexual conflicts, and impulse control impairment. Body image was imbued with feelings of inadequacy, inferiority, dissatisfaction, low self-esteem and inhibition. Nevertheless, most of them displayed good adaptive resources.

From these observations in the psychological literature on obesity, this study sought to find out the psychodynamics of obese adolescents through the Thematic Apperception Test (TAT), to deepen the knowledge about this subject. It may thus help to lay the foundation to develop intervention strategies more attuned to the needs of individuals afflicted by this condition who endure emotional suffering as a result.

Method

A clinical-qualitative psychoanalytical investigation was carried out, using a projective procedure to access conscious and unconscious experiences of adolescents that fit the diagnostic criteria for obesity.

Participants

The sample comprised seven adolescents from two medical clinics of a public health service in a medium-sized city in the state of São Paulo. Participants met the following inclusion criteria: to be between 12 and 18 years old, to have a diagnosis of obesity, to come from a family of medium or low socio-economic level, and to be in a school grade compatible with their age. As exclusion criteria, youths could not take part in the study who were suspected of psychiatric pathologies such as psychosis, addiction, bulimia, or cognitive deficit, as well as visual, verbal or neurologic impairments that would hinder the application of the evaluation technique, or an

apparent physical condition that would interfere directly in their body image. These aspects were checked both during the volunteers' first contact and along the evaluation and in the data analysis. One case was excluded for possible intellectual deficit.

Of the seven adolescents that made up the final sample, five were male and two female; their ages were between 12 and 14 years old. Only two of them were not under medical monitoring for obesity at the time of the evaluation. For ethical reasons, they will be referred to in this study by fictitious names (Pedro, Ângelo, Diego, Camila, Mateus, Caio and Luísa).

Instrument

The Thematic Apperception Test (TAT) was used. This is an instrument made of cards with images of somewhat ambiguous scenes, and the evaluatee is asked to tell stories based on each. The stories elicited are regarded as induced unconscious fantasies. The application of this instrument and the interpretation of the output was performed based on the Parisian School framework, as proposed by Shentoub (1990), described and updated by Brelet-Foulard and Chabert (2008), which focus mostly on the nature of the respondent's discourse vis-à-vis the latent contents of each image. In this framework, 14 of the 31 cards in the full test are applied, depending on the respondent's gender (cards 1, 2, 3RH, 4, 5, 6RH, 7RH, 8RH, 10, 11, 12RM, 13R, 19 and 16 for male participants; cards 1, 2, 3RH, 4, 5, 6MF, 7MF, 9MF, 10, 11, 12RM, 13R, 19 and 16 for female participants). According to the Parisian School, these cards would be the most pertinent and meaningful considering the clinical material induced.

Procedure

Data collection started after the project was approved by the Research Ethics Committee of the authors' home institution. To recruit participants, contact was made with a public health service clinic dedicated to treating obesity and an otorhinolaryngology clinic in the same institution which had many obese patients, because of comorbidity with the pathologies dealt with there, such as breathing afflictions and sleep apnea.

In this process, a preliminary analysis of patients' records was carried out by the psychologist conducting the study and the doctors managing the clinics, to identify cases that fit the inclusion and exclusion criteria. The initial contact with a youngster and their family was made during scheduled appointments, by doctors or by the researcher herself, while patient and parents waited for their consultations. With patients who showed an interest in taking part in the study, a telephone contact was arranged, then a meeting outside the institution was set up. The meetings took place either in a psychology school-clinic, or in the participant's own home, according to their convenience. Requirements were always verified regarding privacy, furnishings, lighting, among others necessary in psychological assessment procedures.

Data analysis

The analysis of the TAT was performed beginning with the systematization of topics mentioned by the participants and the procedures they employed to address them in each story produced. The topics were defined based on the main anguish or source of concern conveyed in each story, which were later classified into six categories: loss of object, fear of drive experiences, fear of helplessness, resurgence of the Oedipus conflict, mourning for childhood identity, and desire for autonomy. Those that came up in one or two stories by the participant were deemed low frequency; the ones present in three or four stories were said to be of intermediate frequency; and those that occurred in five or more stories were high-frequency topics.

Regarding the procedures to address the topic, they consist of defense mechanisms employed by the ego, expressed in the elaboration of the evaluatee's discourse. According to the Parisian School framework, proposed by Shentoub (1990) and updated by Brelet-Foulard and Chabert (2008), they are arranged in four series (A, B, C and E), each of which contains subdivisions gathering mechanisms upheld by the same psychic conducts. There may be more than one procedure in each story, which is usually the case.

All the procedures detected in each participant's stories were identified and their percentages stipulated in the individual protocols, based on the total of procedures the participant employed. The same was done regarding the series the procedures belonged to (A, B, C, E). In this process, because no normative data about the expected frequency for each series in a typical protocol were available for the Brazilian population, it was assumed that, if there was an equal

distribution, each series would have a 25% chance of coming up in a story. So, the occurrence of procedures from a series 25% of the time in a protocol could be considered average. Hence, a 10-point band above and below that value (i.e., 15% to 35%) was established as moderate frequency; series below 15% of presence were said to be of low frequency; and those above 35% of incidence in the protocols were defined as high frequency. Despite the arbitrary character of this classification, for lack of better guidelines, these parameters were adopted in this study to enable a discussion about the themes and procedures used by the adolescents.

Ethical concerns

The research project for this study was approved by the Research Ethics Committee of the authors' home institution. All of the participants' rights were complied with, such as privacy, the volunteer character of participation, and the freedom to withdraw from or drop out of the study at any time. These aspects were spelled out at the time the Term of Consent was signed by a participant's parents, and the Term of Free and Informed Assent by the participant, who were handed copies of both documents.

Results

In this section, the main concerns revealed in the narratives elicited by the cards will be presented, followed by the defensive procedures used to deal with them. Examples will be reproduced to make these concerns and procedures clear.

Concerns

Table 1 shows the categories that arrange the concerns observed in each participant's narratives, and how often they came up.

Table 1 — Concerns expressed in the TAT narratives of each participant

Participant	Major concerns						
	Loss of object	Fear of drive experiences	Fear of helplessness	Resurgence of the Oedipus conflict	Mourning for childhood identity	Desire for autonomy	No concern expressed
Pedro	2	6	0	0	0	0	6
Ângelo	1	5	0	2	2	4	0
Diego	2	1	1	1	0	0	9
Camila	1	1	3	5	2	2	0
Mateus	0	3	2	4	2	2	1
Caio	1	2	4	1	0	0	6
Luísa	2	3	2	3	2	2	0
Total	9	21	12	16	8	10	22

Table 1 shows that in 22.5% of narratives no concerns were expressed; the participant did not go beyond a plain description of the card, without projecting any internal aspects. In these cases, no movements or interactions among the characters was mentioned, nor any conflict or concern acknowledged; the participant remained at the surface of the story. This kind of approach to the card exposes a disturbance endured in the face of its latent contents, refusing or avoiding the concern, which blocks the expression of the conflict. This classification of unexpressed concerns was the most prevalent, arising in 22 stories, and can be exemplified by Diego's discourse in card 11:

Hmm? I can't even see what's in this image. I can't understand what's here. I see a bridge, a pile of rocks and... I don't know if this is a dragon... looks like a dragon, only the shape of the head not so much. There is a wall. This here I don't know what it is, I don't know if it's an animal, I don't know if it's people, don't know... There's nothing else to say here... (What is happening...?) [shakes his head in denial].

Regarding the concerns actually expressed, the most common was the fear of drive experiences, present in 21.4% of stories. All participants mentioned this fear, in varying degrees. Aggressive drives were often projected onto

the physical realm and emerged in the stories as able to wreak irreparable destruction and calamities, which made them frightful. Ângelo's story for card 19 demonstrates this fear:

[...] One day the whole family together too, but they lived on a beach house. Then everybody was together, celebrating, it was a party. Then they all went up the hill to see the fireworks, 'cause it was the end of the year. The whole family, everyone. Then a strong wind started, real strong, they were quite scared, then the waves started to rise, then suddenly they saw back there a wave, a tsunami coming, and they were frightened, there was no way to go down, no way to get away, all was stopped on the hill, just waiting for the tsunami. Then it toppled the house, the backyard, the front porch, it razed the house and everything, the friends, the friends' houses around, everything, and the last thing they saw of the house was the tsunami engulfing the houses.

This way, the fear of being invaded and controlled by the drives (or become their victim if they are projected onto the environment) seems to strongly affect the experiences and fantasies of these adolescents, often triggering a drive inhibition, as will be detailed below, in the analysis of defensive procedures.

The resurgence of the Oedipus conflict was also quite frequent in the adolescents' stories (16.3%), absent only in Pedro's output (see further details below). The ability to elaborate the Oedipus conflict varied among the participants, some of whom resorted to more regressive strategies, as shown by Camila in her story for card 9MF:

The girl's mother saw the girl running away and went after her to beat her, but the girl escapes and her mother cannot find her. The girl was hanging clothes to dry. Ten years later, the mother is still looking for her. But she can't find her. After a long time, more than ten years, the daughter comes with a kid, three kids to her mother's home, but unfortunately the mother has passed away. She takes all that her mother left as inheritance and stays in the house. Her father and her brother are still alive.

In this story, Camila deals with the matter of rivalry with her mother, and in the end the daughter prevails over that character and takes her place. In this case, the conflict seems to be lived quite directly, with little symbolization.

Though one of the participants, Pedro, did not create Oedipus-themed stories, this does not mean he wasn't in a process of re-experiencing this conflict (which came up as background for some of his stories). The analysis of his case showed, rather, a deliberate effort on his part to avoid that theme. This seems to be one of the reasons why he found it hard to access the conflicts, having produced a number of stories with no concern expressed.

The fear of helplessness was the third most frequent concern in the adolescents' narratives, and the dominant one in twelve stories. This referred, directly or indirectly, to the need for the other to perform some activities, or to the impossibility to carry them out alone, as exemplified in Caio's story for card 1:

I see a disoriented brat, with nothing to do, sitting, uh... looking at the violin. And I think he can't play it, he doesn't know how to handle a violin... I don't know, he is sad, depressed... Alone. Left to himself. Deserted.

In this story, Caio alludes to a feeling of disorientation in the face of helplessness, with no one's help to count on. There seems to be a fear of not having what is required to be able to complete tasks independently, and a distrust of his own autonomy (even if that entails taking the initiative to seek the help of others when needed).

In opposition to that fear, the theme of desire and the search for autonomy also had its place in the adolescents' narratives. However, it was not so frequent among the participants; only Ângelo expressed it in four of his stories, as in the one for card 2:

It's... a family of peasants, a father who worked in the fields, he did... he had a farm and the mother wanted the daughter to help her with the household chores. Like doing... washing dishes and such, house cleaning, but the girl wanted to study. And the mother didn't want her to study, wanted her help at home, but the little girl wanted to study. So, though the mother didn't want her to, she studied by herself, covertly, and after some time she managed to graduate and she made her proud... she showed her mother that

studying was very good for her, it wasn't bad as she used to say. She pulled her family out of poverty, improved the farm, the house, got some profit, and the studies were very good.

In this story, the character tries to achieve autonomy by distinguishing herself from her family. However, this quest often comes together with feelings of guilt, followed by the need to make amends to the parents: there seemed to have been a fear that, by achieving autonomy, this would imply fully detaching from them.

The concern of loss of object was there in almost all participants. Despite being unanimous, it seldom appeared in the stories; it can be illustrated in Luísa's narrative for card 5:

That's an elderly woman arriving home. She lives alone, she has no one left. As far as she knew, there was nobody from her daughter with her anymore. She lives alone in the house... but she is very happy... But on this day she was looking for something very dear, a photo, the only photo she has to remind herself of her daughter, who died at 25 in a car accident. But she couldn't find the photo anywhere. She was worried. She was sad on that day because the photo was nowhere to be found. And then her life plunged into this sadness, because she had no memories left of her daughter. That's all.

The main theme of that story is the loss of object, with the fear that it won't survive in the psychic reality. This anguish, though less frequent in the output, seemed to dwell in the imaginary of most adolescents (only Mateus did not display it), and was often associated with the fear of helplessness. Nevertheless, these two categories are distinct, because the latter is more linked to the difficulty to hold oneself as an autonomous being, while the loss of object is related to its absence or the privation of its love.

Regarding the mourning for childhood identity, Table 1 records its presence in four of the adolescents, but in few, only eight, of their stories. In this context, it bears considering that most participants were at the beginning of adolescence, 12 or 13 years old (only Mateus was 14); so, they had only recently entered this evolutive stage. Therefore, the losses of childhood seemed not to hold much sense for them yet.

Two of Mateus' stories are emblematic of this process of mourning and nostalgia, identified both by their contents and by the sequence they came in, as responses to cards 12RM and 13R:

This here is a place where lots of people have died. But now it is deserted, dirty and neglected. This. (card 12RM)

I think this is the little boy in a very old house. Even though it's old, he's thankful... for he has a house. That's it. (card 13R)

In the first narrative, Mateus alludes to a place once full of life that was left behind, abandoned. However, in the story he told next, he presents the possibility of being thankful for what he once had, that is, there is a mourning for losses and, simultaneously, the feeling of having had something good, that remained in the past but can be internalized.

In sum, the theme of mourning for the loss of childhood was the least frequent concern among the participants. It requires a degree of contact with the losses of childhood, but is distinct from the concern of loss of object, because it is a part of the process of entering adolescence. Though most of the adolescents demonstrated some level of contact with it, three of them did not seem to be living this experience. They seemed somewhat distant from a definite entrance into the new evolutive stage, still very deferential to the environment and to authority figures, which suggests a strong attachment to the identity of children.

Discursive procedures

Table 2 shows how often each procedure series (A, B, C and E) was employed by the participants and their respective percentages. It reveals that the mechanisms most used by the adolescents belonged to C series (conflict avoidance) and to A series (rigidity), followed by B series (lability), whereas those in E series (emergence of primary processes) were barely used.

Table 2 — Series of procedures in TAT narratives of each participant

Participant	Series of procedures									
	A: Rigidity		B: Lability		C: Conflict avoidance		E: Emergence of primary processes		Total	
	freq.	%	freq.	%	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Pedro	21	26%	18	21%	33	39%	12	14%	84	100%
Ângelo	31	26%	47	39%	27	23%	14	12%	119	100%
Diego	32	42%	3	4%	35	46%	6	8%	76	100%
Camila	28	24%	42	38%	20	18%	22	20%	112	100%
Mateus	18	33%	16	29%	17	31%	4	7%	55	100%
Caio	23	27%	11	13%	43	49%	10	11%	87	100%
Luísa	15	21%	26	37%	23	32%	7	10%	71	100%
Total	168	28%	163	27%	198	33%	75	12%	604	100%

Regarding series C, three adolescents (Pedro, Diego and Caio) used it often (39%, 46% and 49%, respectively); the others, moderately. These mechanisms made plain an individual's struggle to reach intra-psycho conflicts, and could be detected by long latency times, silences in mid-narrative, tending to or actually refusing a card, trivialization or failing to assert conflicts, and character anonymity, as displayed in Diego's story for card 10:

(TL: 2'42" and TT: 4'17") It's... [...] [2'42"] It's a man and a woman, that's all I can see, I don't understand anything else that's going on in this image. (No? Can't you say what they're doing?) Ha-hamm. (Want to try to invent, or go to the next?) I want to go to the next.

A strong tendency to refuse is noticeable in this card. Latency time is high, there's the anonymity of the characters, who show no connection: Diego doesn't go beyond trying to describe what he sees, sticking to the perception.

The heavy use of C series procedures uncovers the adolescents' difficulty to get in touch with conflicts, prompting blocking and avoidance mechanisms to keep some balance, which was more evident in Diego and Caio. One must emphasize the higher frequency of inhibition, which suggests a lessened ego functionality.

Regarding A series, it collects the procedures related to defense mechanisms rooted on rigidity. Most participants used resources from this series moderately (between 21% and 42%; 28% of total); only Diego used them more often in his stories (42%). The most employed mechanisms from this series were of the obsessive kind, codified when the speech includes verbal precautions, hesitation between interpretations, reiteration of ideas, and minimal expression of affection, as illustrated in Diego's story for card 3RH:

Well... Humm... This here may be a cemetery, the corner of a room, or a sofa. I think it's a woman. If it's a cemetery, that's probably because the husband or the son died. If it's a sofa, a corner of a room, probably she was assaulted or got some news. This is what I see. (Uhm! That's all?) [shakes his head affirmatively]

As the sample shows, Diego started with a verbal precaution "here may be", with an attempt at spatial precision (cemetery or corner of a room). He again uses a verbal precaution ("I think"), hesitating between interpretations. There was also a minimal expression of affection.

In this way, by employing procedures of the obsessive kind, the participants try not to be directly implicated by interpreting (using verbal precautions), cancel the conflicts the card evokes, revert drives to their opposites (reactive formation), deny the connections, as well as toning down the affective burdens elicited. This was quite common among the adolescents, which underscores the weight of this defense. The recurrent application of these mechanisms happened at the expense of those related to investments in internal reality, making intra-psycho conflicts seldom expressed.

Series B, the third in the preference of participants, deals with the use of lability procedures. Application of these defenses varied considerably among the adolescents, as is shown in Table 2 (between 4% and 39%). Among the procedures in this series, those of investment in the relation were the most employed, with Diego alone using them sparingly. They are identified when the narrative stresses relationships, characters absent in the card are included, or expressions of affection are introduced. Mateus' narrative for card 6BM is an instance:

The father of this... this young man died. His mother is sad and he is sad. But in the end everything will be alright, he will take care of his mother. That.

There is in this narrative the introduction of a character who is not in the image, the “father”, an outlined relation between mother and son, and the expression of the affection “sadness”. The employment of such procedures signals an engagement in the relationships. Thus, B series procedures generally imply a preserved relational investment by the participants. In Diego’s output, these procedures showed up much less, which evidences a depletion of object relationships.

The last series, E (emergence of primary processes), was the least employed, with most participants seldom using these procedures. When used, the massive projection mechanism was the most frequent. It was chiefly Camila who repeatedly used this device, which is identified in the narrative by calling forth themes of persecution, bad objects, or crude expressions related to sexual or aggressive themes, as depicted in her narrative for card 5:

A woman invaded another woman’s home, her neighbor, to spy, and found her husband with the neighbor, having coffee. She saw them together and didn’t like it, made to strike the woman. (It ended like that?) No... She breaks up with the man, finds that... she got pregnant by him. (She who?) The man’s real wife. And she’s pregnant by him, the neighbor also had a baby with him. Both are pregnant at the same time. The babies will be born and go up for adoption. Done.

In this narrative, there is the theme of persecution (“spy”), as a bare expression of aggressivity. Along the story, two other E series procedures come up: the mixed-up identities when the pronoun “she” is used, making it unclear who Camila is talking about, as well as a temporal incoherence, in that the woman who had a baby is pregnant again. In this case, there is an intrusion by phantoms, indicating moments of confusion.

In short, the participants displayed defenses meant mainly to avoid contact with conflicts, using mostly inhibition, that is, blocking access to intra-psychoic matters. In this context, the overinvestment in external reality takes precedence over contact with the internal reality. Rigidity, also frequent in the adolescents’ protocols, especially obsessive procedures, substantiates this observation, sustaining inhibitory procedures and affective control. The reference to external reality supports this dynamic of not getting emotionally implicated in the situations. However, there was also a good investment in relationship matters, with Diego alone presenting some difficulty about that. Thus, affective rigidity and inhibition are balanced by this possibility of access to affections and object investment, imparting more flexibility to the adolescents.

Though the most used procedures belong to series C, which denotes operating closer to borderline states, the frequency of use of mechanisms from series A and B lends to the group a trait more compatible with a dynamics of neurotic nature. This hypothesis is validated by the limited use of procedures from the emergence of primary processes (series E), which refutes a dominant psychotic functioning, but suggests the possibility of an enhanced permeability among psychic instances.

Ultimately, the analysis of the stories produced in the TAT by the adolescents unveiled an effort not to express problems (which happened in four participants), and when they were expressed, the predominance of the kind related to the fear of exposing drives. These anguishes and efforts lead to, and were also a result of, the employment of defensive procedures of inhibition and of an obsessive kind. Therefore, the adolescents, when confronted with latent contents elicited by the cards, showed a tendency to blocking and inhibition, resulting in a struggle to express their internal world, with which they seem to have little contact.

Discussion

The analysis of the matters expressed and procedures employed to manage them, as evidenced in the TAT, has shown that the adolescents proved to be more compliant to exterior reality, still dependent on authority figures. Though these results may support observations by Pereira (2006) and Novaes (2009) about obesity masking a youngster's wish to remain in infancy, shielded from the development of sexuality, one must bear in mind that, in this study, participants were newcomers to this evolutive stage, whose psychodynamics (mourning, conflicts and anguishes) seemed to have just begun to emerge. As such, they told few stories about mourning the loss of childhood identity, some not coming up with any narrative on that subject, as well as having made scant reference to sexual drives.

However, the adolescents evidenced a somewhat diminished ability to symbolize, which seemed to jeopardize their capacity to elaborate anguish. Thus, they showed in their stories significant difficulties in contacting and expressing intra-psychic conflicts, and so, a lesser freedom of self-expression. This observation agrees with conclusions by Almeida-Prado and Féres-Carneiro (2010) and by Mishima and Barbieri (2009), who pointed out the absence of psychic continence in obese individuals, which entails impairment in the elabo-

ration of life situations, frustrations and conflicts. Still, Barbosa et al. (2012) stated that the difficulties of symbolization and elaboration of anguish would be general attributes of individuals in contemporary western society, rather than specific of obese persons.

In fact, compromises to symbolization are found in psychological suffering of various sorts, such as addictions, pathologies of the act, eating disorders, and psychosomatic illnesses. Obesity might, then, be added to these other problems, with no pretension of deeming symbolization flaws as its pathognomonic trait. Therefore, the results of this study lead to a conclusion akin to Campos' (2011), that, though there are psychodynamic factors that foster excess weight, it is impossible to establish a single profile or mental structure for obese individuals (Campos, 2005).

The absence in this study of a control group made of eutrophic adolescents devoid of emotional suffering prevents a debate and a contrast with Barbosa's (Barbosa et al., 2012) assertions. However, if disruptions of symbolization could encompass everyone in contemporary society, as claimed by that author, their harmful effects on mental health would be universal, which would entail a widespread degradation of the population's emotional well-being, a most questionable stance.

Though the literature suggests there are, among obese individuals, obstacles to socialization and complaints of discrimination, with social isolation and reticence (Pereira, 2006; Andrade et al., 2014), that was not apparent in this study. Social sphere did not seem impaired among the participants, even though they displayed some dependence on their families and reticence during contact, as betrayed by their inhibitions in coming up with stories in the TAT and their infrequent mentions of the topic of seeking autonomy. These traits, which sustain reports of dependence, immaturity, insecurity and stifled belligerence some studies detail (Santos et al., 2002; Andrade et al., 2014; Azevedo, 2003; Mishima & Barbieri, 2009), though they occur in the adolescents in this study, did not seem to impact on their contact with peers and other people outside their families. Thus, none of them regarded obesity as having any adverse repercussion in these domains.

However, a greater difficulty by the participants to reach conflicts and express them was found, which led to a lower possibility of elaborating them effectively, mainly due to the massive use of drive repression. Though these characteristics may correspond to what Campos (2011) pointed out as factors likely to lead to emotional issues, the adolescents evaluated in this study cannot be represented as having any unsettling trace of open psychopathology, neither among

those under treatment for obesity or among those who fit the criteria for that diagnosis, but had not undergone a specific intervention for it. Only Diego featured a few signs of more acute suffering, which cannot, though, be conclusively identified as emotional disturbance.

In sum, the results of this study have been found to agree with those in the scientific literature that reported difficulties in symbolization and creative expression among obese individuals. The inhibition and submission to external reality were patent in the participants' output, denoting a lesser capacity for psychic continence. They avoided access to internal conflicts, which made it harder to elaborate and express drive experiences. In this sense, drives, especially aggressive ones, were suppressed, which contributed to their propensity to remain in infancy, undifferentiated from their parents, eternizing their dependence from them. However, these traits, as well as the superficiality of relationships ascertained in the evaluations, did not seem to impact negatively in the adolescents' social bonds, nor did they reach levels that would warrant a psychopathology diagnosis.

Final considerations

The results of this study allowed the identification of some obstacles, raised by the obese adolescents studied, to the contact with their own creativity and its expression, and thus for symbolization, handling affections and elaboration of conflicts. According to Novaes' (2009) observations, the participants found it hard to discard the child identity, with scant signs of seeking autonomy. However, the participants being at the beginning of adolescence demands caution with this kind of interpretation, considering that conflicts related to dependence, to autonomy, and to the loss of childhood bisexuality may not have reached their peak.

In spite of the difficulties mentioned, the participants did not show manifest emotional suffering arising from their condition of excess weight, either in the individual or in the social spheres. However, they showed common traits that, though they are not specific or pathognomonic of obesity, are likely to contribute to emotional difficulties at times of higher affective mobilization. This possibility is mainly due to deficiency in the abilities of symbolization and psychic elaboration. In this context, it is important to take into account the family help to assist the youngster in developing and strengthening these capacities. The family group, inasmuch as it provides limits to contain the adolescent's anxiety (Winnicott, 2000), offers an external support that, by introjection, helps to build up the capacity for psychic continence; from there, ways

for the elaboration of conflicts and anguish are opened and the symbolization ability can flourish.

In view of that, interventions about obesity must heed the adolescent's psychodynamic operation, as the results of this study have shown, to gain depth when the family group may also be known for its abilities to absorb the adolescent's anxiety and help them develop these important emotional achievements he seems to fail at. This joint undertaking with the adolescent's family will constitute an extension of this study.

Nevertheless, the individual output of the adolescents who took part in this study in the Thematic Apperception Test already provide relevant evidence regarding the psychological approach to these cases, to be detailed in psychotherapeutic care, when that becomes necessary. The results suggest that interventions to stimulate the free expression of these individuals, whether in conversation groups or through creative and artistic activities, might be beneficial, emotionally speaking, together with medical and nutritional care for this situation. These might be ways to help them express their own creativity, and hence develop their symbolization capacity.

References

- Almeida-Prado, M. C. C. de; Féres-Carneiro, T. (2010). Violência familiar: Obesidade mórbida e função ômega. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 13(2), 190-206. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142010000200003>
- Andrade, T. M.; Moraes, D. E. B.; Ancona-Lopez, F. (2014). Problemas psicológicos e psicodinâmicos de crianças e adolescentes obesos: Relato de pesquisa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 126-141. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100010>
- Azevedo, M. A. S. B. (2003). A criança obesa: Um estudo exploratório da personalidade através do desenho da figura humana e dos indicadores emocionais de Koppitz. *Boletim de Psicologia*, 53(118), 49-72.
- Azevedo, M. A. S. B.; Spadotto, C. (2004). Estudo psicológico da obesidade: Dois casos clínicos. *Temas em Psicologia*, 12(2), 127-144. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200005
- Barbosa, J. M.; Guia, E. R. M.; Sant'Anna, A. S.; Carvalho, M. C. (2012). Psychoanalysis and culture: A contemporary consideration. *International Forum of Psychoanalysis*, 21(1), 22-25. <https://doi.org/10.1080/0803706X.2011.614960>
- Bergeret, J. (1991). *A personalidade normal e patológica* (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brelet-Foulard, F.; Chabert, C. (2008). *Novo Manual do TAT: Abordagem psicanalítica* (2ª ed.). São Paulo: Vetor.

- Campos, A. L. R. (2005). Aspectos Psicológicos da Obesidade. In: M. Fisberg (Org.), *Atualização em obesidade na infância e na adolescência*, p. 107-112. São Paulo: Atheneu.
- Campos, D. T. F. (2011). A repetição e o par mania-depressão na clínica psicanalítica das obesidades. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 11(2), 501-524. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200003
- Coury, C. G. (2016). *Organização e dinâmica psíquica na obesidade infantil* (dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP). <https://doi.org/10.11606/D.59.2016.tde-11052016-102822>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=287971>
- Ministério da Saúde (2021). *É obesidade infantil?*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/agosto/e-obesidade-infantil> (acessado em 31/01/2023).
- Mishima, F. K. T.; Barbieri, V. (2009). O brincar criativo e a obesidade infantil. *Estudos de Psicologia*, 14(3), 249-255. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2009000300009>
- Novaes, J. V. (2009). Sobre uma falta que o excesso não cobre: Reflexões clínicas acerca de uma jovem obesa e suas relações familiares. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(4), 1253-1278. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400009
- Pereira, L. (2006). Obesidade na adolescência: A importância de bons hábitos alimentares. *Adolescência & Saúde*, 3(1). <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesauade.com/pdf/v3n1a07.pdf> (acessado em 06/01/2023).
- Santos, M. A.; Peres, R. S.; Benez, M. S. L. (2002). Contribuições do Desenho da Figura Humana para o delineamento do perfil psicológico de um grupo de obesos mórbidos. *Psic: revista da Vetor Editora*, 3(2), 20-29. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142002000200004
- Shentoub, V. (1990). *Manuel d'utilisation du TAT: Approche psychanalytique*. Paris: Dunod.
- WHO – World Health Organization (2000). *Obesity: Preventing and managing the global epidemic: Report of a WHO consultation*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42330>
- WHO – World Health Organization (2017). *Prevalence of obesity among children and adolescents, BMI > +2 standard deviation above the median, crude. Estimates by country, among children aged 10-19 years*. <https://apps.who.int/gho/data/view.main.BMIPLUS2C10-19v>
- WHO – World Health Organization (2018). *Obesity and overweight*. <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>
- Winnicott, D. W. (2000). Pediatria e neurose da infância. In: *Da pediatria à psicanálise: Escritos reunidos* (2ª ed.), p. 417-423. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido em 16 de janeiro de 2020

Aceito para publicação em 19 de agosto de 2022

PATERNIDADE GAY: ALGUMAS MARCAS DO INTERIOR

GAY FATHERHOOD: SOME TRAITS FROM THE COUNTRYSIDE

PATERNIDAD GAY: ALGUNOS RASGOS DEL CAMPO

Eduardo Steindorf Saraiva ⁽¹⁾

Anna Paula Uziel ⁽²⁾

Danielli Cossul ⁽³⁾

RESUMO

O campo da paternidade gay tem despertado a atenção de pesquisadores(as) em todo o país e há uma vastidão de temáticas a explorar, como a deste estudo, que aborda a constituição, especificidades e vivências de famílias homoparentais de municípios do interior do Rio Grande do Sul. Este artigo retrata vivências e experiências de homens pais gays. Como cartógrafos, a construção desta pesquisa se deu por inserções, observações, escuta e teorização. A possibilidade de vivência de configurações familiares que borram o que se considera tradicional está rodeada de desafios e tabus. As narrativas dos entrevistados elucidam que a presença ativa e legítima de pais gays e de seus filhos ainda sofre com as tentativas de invisibilização produzidas em contextos do interior. Reconhecemos que “sair do armário” e “assumir-se gay” só foi possível mediante anos de trabalho emocional e de conquista de direitos legais. Percebemos que a viabilidade de um projeto de parentalidade homossexual requer a viabilização e reconhecimento do seu próprio modo de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: homoparentalidade; casais do mesmo sexo; paternidade; gay.

⁽¹⁾ Psicólogo e Psicanalista. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto do Departamento de Ciências da Saúde e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. email: eduardo@unisc.br

⁽²⁾ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Associada do Departamento de Psicologia Social, Ciências Humanas e Sociais (DPSCS) do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: uzielap@gmail.com

⁽³⁾ Psicóloga. Graduada em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. email: daniellicossul@mx2.unisc.br

Não se declararam fontes de financiamento.

ABSTRACT

The field of gay parenting has attracted the attention of researchers across the country, and there are a variety of topics to explore, such as the one studied in this paper, which approaches the constitution, specificities, and experiences of homoparental families from countryside towns. This article presents situations and experiences of gay men parents. As cartographers, building this research was made possible through insertions, observations, listening, and theorizing. The possibility of experiencing family arrangements that blur what is considered traditional is surrounded by challenges and taboos. The interviewees' narratives elucidate that the active and legitimate presence of gay parents and their children still results in struggles with the attempts at making them invisible, observed in countryside contexts. We have recognized that "coming out of the closet" and "coming out gay" was only possible as a result of years of emotional effort and the acquisition of legal rights. We have realized that the viability of a homosexual parenting project requires the feasibility and recognition of their own way of being and experiencing the world.

Keywords: homoparenting; same-sex couples; paternity; gay.

RESUMEN

El campo de la paternidad gay ha despertado la atención de investigadores(as) de todo el país y hay una cantidad de temas por explorar, como el de este estudio, que aborda la constitución, especificidades y vivencias de familias homoparentales de municipios del interior. Este artículo retrata vivencias y experiencias de hombres padres gays. Como cartógrafos, la construcción de esta investigación se realizó a través de inserciones, observaciones, escucha y teorización. La posibilidad de vivir configuraciones familiares que desdibujan lo que se considera tradicional está rodeada de desafíos y tabúes. Las narrativas de los entrevistados dilucidan que la presencia activa y legítima de padres gays y de sus hijos aún sufre los intentos de invisibilización que se producen en los contextos rurales. Reconocimos que "salir del clóset" y "declararse gay" sólo fue posible mediante años de trabajo emocional y de conquista de derechos legales. Percibimos que la factibilidad de un proyecto de parentalidad homosexual necesita la viabilidad y reconocimiento de su propia forma de ser y estar en el mundo.

Palabras clave: homoparentalidad; parejas del mismo sexo; paternidad; gay.

Introdução

Pesquisas no campo da psicologia das famílias contribuem na direção das possibilidades de repensar a instituição familiar, mostrando suas transformações, dando visibilidade, inclusive, às famílias homoparentais (Lomando et al., 2011). Arranjos familiares constituídos por pais e mães do mesmo sexo deixaram de ser invisíveis nos estudos dedicados à família e às relações de parentesco nas sociedades contemporâneas desde há alguns anos. Nessa perspectiva, o campo midiático tem contribuído para tornar o fenômeno da paternidade gay mais visível na contemporaneidade (Cavalcante, 2015; Booth, 2017).

No âmbito acadêmico, a temática “família” também vem ganhando cada vez mais ênfase. Âmbito que tem produzido debates, confrontado discursos até então institucionalizados, e trazido à tona diálogos polêmicos e complexos. No entanto, a família, como aborda Teruya (2016) em sua revisão teórica, é uma instituição responsável pela mediação do indivíduo com a sociedade, que sofre influências econômicas, sociais, culturais e demográficas e tem a capacidade de influenciar mudanças sociais e culturais.

O modelo de família nuclear, cisheteronormativo, patriarcal tornado hegemônico vem sofrendo alterações decorrentes de eventos marcantes ao longo da história. Entre tais eventos estão a urbanização e modernização das cidades, novas formas de organização do trabalho, mudanças no lugar e papel da mulher, reconhecida na condição de cidadã, a construção da concepção de infância, ressignificando a posição das crianças na sociedade e assim por diante. Esses acontecimentos possibilitaram o questionamento de modelos tradicionalmente construídos, trazendo à tona novas visões e “novas formas” de família, promovendo e visibilizando sua diversidade. Tal questionamento, de acordo com Santos et al. (2013), tem potencial para impulsionar a legitimação da homossexualidade e a elucidação acerca de sua naturalidade. Dentre as novas formas de arranjo familiar estão aquelas constituídas por pais e mães homossexuais.

Família e sexualidade não eram termos que apareciam juntos com frequência (Uziel, 2004; Fonseca, 2005), apesar de sua relação intrínseca. A relação estabelecida por Santos et al. (2013) entre esses dois conceitos refere-se a tais categorias como fruto de uma construção social, carregando consigo memórias e traços de um estilo de vida considerado como exemplar perante a sociedade. Santos e Gomes (2016) atentam para as dificuldades enfrentadas por pais e filhos, na condição de família homossexual, na tentativa de legitimar esse modo

de vida. A formação da paternidade gay afeta e é afetada pelo contexto social em que se insere, evidenciando que as experiências de pais homossexuais ainda são moldadas pelo discurso heteronormativo vigente (Tsfati & Ben-Ari, 2019). Ainda que ter filhos não signifique procriar, como a prática da adoção demonstra, a cisheteronormatividade naturaliza práticas sexuais entre pessoas de sexos diferentes como produtoras de filiação e parentalidade. Nessa perspectiva, a pesquisadora Martine Gross evidencia a necessidade de distinguir procriação e filiação, como um caminho que busca “abrir espaço para a possibilidade de inscrever a pluralidade de formas familiares na realidade legal e social” (Gross, 2006, p. 19).

Numa pesquisa com o termo homoparentalidade no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹ em agosto de 2020, aparecem 48 dissertações e 18 teses, totalizando 66 trabalhos. Desses, 42 foram defendidos nos últimos 5 anos. São pesquisas realizadas com famílias homoparentais, bem como trabalhos que abordam a perspectiva de grupos diversos sobre a homoparentalidade. Certamente esse número não retrata o universo de trabalhos realizados no Brasil sobre esse tema, visto que as palavras-chave utilizadas para se referir a famílias compostas por adultas lésbicas ou adultos gays e sua prole, quer oriundos de relações heterossexuais anteriores, quer por adoção ou reprodução assistida, podem ser muitas outras. Isso significa dizer que cada vez mais essa temática tem despertado a atenção de pesquisadoras e pesquisadores em todo o país e certamente há uma vastidão de temáticas a explorar, como a deste estudo, que pretende pensar na constituição, especificidades e vivências de pais gays em cidades do interior.

Mediante pesquisa cartográfica, que se faz com o caminhar da pesquisa, um procedimento que produz a realidade, que mapeia movimentos de deriva (Hur, 2021), vivemos a experiência de inserção e convivência com famílias homossexuais constituídas por mulheres e por homens. Além desse compartilhamento de momentos cotidianos, fomos conhecer cenários de convivência escolar de filhos e filhas de pais gays e mães lésbicas, por meio de visitas às escolas e conversas com professores(as) e gestores(as) escolares. Conhecemos as histórias e vivências de nove casais homossexuais de cinco municípios do interior do Rio Grande do Sul, especificamente da região central do estado, que variam desde uma população de 120.000 habitantes (o maior deles) até um pequeno município de 14.000 habitantes. No total, estavam envolvidos 18 adultos em homoconjugalidades, 16 filhos, além dos parentes da família estendida. As idades dos filhos variavam desde 2 anos até aqueles com mais de 20 anos, e alguns pais e mães entrevistados já eram avós.

De acordo com Gomes (2019), não há uma definição precisa, por parte de organizações oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), sobre “cidades do interior”. No entanto, este autor utiliza os pressupostos do Dicionário Michaelis (2015) para o desenvolvimento de seu estudo, referindo-se ao interior como: “posição ocupada por determinada região na relação com fronteiras ou a costa de um país, ou então na localização externa tomada diante da capital de um estado”. Gomes destaca que, para além da definição generalizante do termo em questão, as particularidades do contexto observado devem ser consideradas. Somente assim será possível compreender as marcas que emergem a partir do fluxo e dos encontros dialógicos.

O interesse em investigar o universo homoparental em contextos do interior se deve, em parte, à ausência de pesquisas com esse recorte (Lira & Moraes, 2016), e também por reconhecer que a presença de famílias homossexuais no cenário social, para uma significativa parcela da população brasileira, representa ameaça concreta às normas sociais e de gênero vigentes. Dentre os motivos associados ao caráter visto como ameaçador, que ousamos compreender como desestabilizador, está o abalo da ideia que associa heterossexualidade, casamento e filiação (Arán & Corrêa, 2004) como um caminho ou destino normal, natural, da essência dos gêneros. Ou melhor, da complementaridade entre os sexos. De modo geral, tal aspecto é denominado pela pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2013) como heterocentrismo, no qual está inserida uma crença simbólica negativa relacionada à população homossexual. A filiação seria o resultado esperado do encontro entre as diferenças das identidades sexuais caracterizadas como heterossexuais, e apenas delas. Estudos destacam o preconceito atávico ainda vigente, acirrando o sentimento de desigualdade dos homossexuais perante os heterossexuais (Prado & Machado, 2008; Corbett, 2009; Cowell & Saunders, 2011; Hollekim et al., 2012; Jesus, 2013), uma vez que a homoparentalidade desafia esse modelo conjugal e parental binário normalizador (Gross, 2015).

Metodologia: tecendo encontros

Como cartógrafos, acompanhamos processos de produção (Kastrup, 2015) e de constituição (Barros & Kastrup, 2015) dessas parentalidades, algo que se traduz por conhecer a realidade e que só pode ser realizado por meio de uma imersão no plano da experiência (Passos & Barros, 2015). O método

cartográfico propõe um trabalho de análise que visa descrever, intervir e criar efeitos-subjetividade. Nesse processo, destacamos duas etapas fundamentais, a produção de dados (em vez de coleta de dados) e a escrita do texto com os resultados da inserção e análise da implicação e da experiência de investigação.

Conforme Barros & Kastrup (2015), tais atividades cartográficas têm uma perspectiva construtivista e visam apontar a dimensão coletiva dessa construção, prezando por um conhecimento produzido na prática, onde pesquisador(a) e seu objeto de estudo são, ao mesmo tempo, construtores e efeitos do processo. Além disso, não existe neutralidade na produção de conhecimentos, algo que requer a suspensão do *a priori* do(a) pesquisador(a), assemelhando-se a uma redução fenomenológica (Passos et al., 2015).

Ainda que as cidades que integram a pesquisa sejam de portes diferenciados, compartilham um certo *ethos*, uma atmosfera interiorana que se expressa em maior convivência entre as pessoas, circulação nos mesmos espaços, participação na vida alheia, ainda que sem consentimento, por meio de fofocas (Fonseca, 2004) que julgam condutas e encerram concepções sobre honra. Talvez por serem cidades do interior, tenha sido possível compor percursos dos(as) pesquisadores(as) que acompanharam seus entrevistados em vários dos locais que frequentam, além de suas próprias casas, com direito a convite para almoçar, permitindo a convivência.

Imbuídos dessa perspectiva, a escrita deste artigo está voltada para a construção dos cenários de vivências e experiências de homens pais gays, construção que se deu por inserções, observações, escutas e teorizações. Os participantes dessa pesquisa foram selecionados a partir dos critérios: homens gays, assumidamente gays ou não, que vivem relações homoconjugais e que ocupam a posição de pais. A localização dos participantes se deu em efeito bola de neve, no qual os entrevistados indicavam outros possíveis casais, a partir da sua rede pessoal, que poderiam ter interesse em participar da pesquisa (Vinuto, 2014).

No trabalho de campo convivemos com três casais masculinos, seis homens na faixa etária entre 25 e 45 anos, residentes em municípios do interior da região central do estado do Rio Grande do Sul (as demais características são apresentadas na Tabela 1). Os entrevistados se autodeclararam brancos, com grau de escolaridade que varia entre ensino médio completo e graduação completa, todos trabalhadores autônomos, assumidamente gays, vivendo em relações homoconjugais. Neste artigo serão identificados por nomes fictícios: Sílvio e Vítor, Hugo e César, Vini e Rogério.

Tabela 1 — Caracterização dos entrevistados

	César	Hugo	Vitor	Silvio	Vini	Rogério
Idade	29 anos	34 anos	34 anos	44 anos	29 anos	25 anos
Escolaridade	Superior completo	Superior completo	Médio completo	Médio completo	Superior completo	Superior completo
Filhos	—	1 filho: 10 anos	2 filhos: 5 anos 2 anos	3 filhos: 24 anos 20 anos 14 anos	2 filhos em processo de adoção: 4 anos 2 anos	
Tempo de casamento hétero	2 anos	1 ano	10 anos	23 anos	—	—
Tempo de casamento homo	2 anos e seis meses		4 anos		7 anos	

Resultados

Das famílias não convencionais

Os estudos realizados pela pesquisadora Anna Paula Uziel (2007) apontam que, em relação à estrutura familiar, sujeitos homossexuais ocupam tanto as posições de filhos quanto de pais. Não se trata de uma grande novidade, e sim de maior visibilidade dessas possibilidades, o que contribui para transformações na concepção de “entidade familiar”, ou de família, dando condições de emergência para configurações que vêm sendo chamadas de “famílias homossexuais” (Grossi, 2004; Teperman, 2014), as quais podem ser compreendidas também por meio da terminologia “famílias homoparentais”. Homoparentalidade remete a “qualquer situação em que uma pessoa que se identifique como homossexual crie pelo menos um filho” (Gross, 2006, p. 1).

Esses contextos familiares ressignificam experiências, tanto parentais quanto de filiação, e reinscrevem, simbolicamente, os sujeitos na relação com a sociedade, com a cultura, e com os códigos normativos. Isso porque a homoparentalidade resulta de “configurações familiares em que pais do mesmo sexo criam filhos adotados ou concebidos em uma união heterossexual derrotada, recorrendo a um terceiro doador, pela GPA² ou dentro da estrutura de um projeto de coparentalidade” (Gross, 2015, p. 4).

A família é a instituição primordialmente encarregada da transmissão de atitudes e valores compatíveis com aqueles almejados por determinado sistema social, principalmente pela socialização das crianças. Por essa razão, quando o

assunto se volta para os filhos nos arranjos homoeróticos (Uziel, 2007), as questões se tornam polêmicas, pois remetem imediatamente ao imaginário familiar-parental, aos modelos de filiação alicerçados no discurso psicológico familialista edipianizado, desenvolvimentista e moral.

Para Domínguez de la Rosa & Montalbán (2016), o entendimento social acerca desse novo modelo familiar “está sujeito a profunda ignorância” (p. 89, tradução livre), o que desencadeia o fortalecimento de preconceitos e de julgamentos. De acordo com os autores, a razão principal para tal desconhecimento é o fato de que a família é a instituição que carrega a missão de reproduzir as normas socioculturais, políticas e econômicas vigentes. Para alguns dos sujeitos que foram nossos interlocutores ao longo desta pesquisa, “família é aquela que cuida um do outro, independente de quaisquer outros fatores. Não importa se é uma família com dois pais, duas mães, uma mãe ou um pai. Onde há amor pode sim existir uma família” (Vini e Rogério).

Apesar de você, amanhã há de ser outro dia: sobre sair e “ser saído” do armário

Consagrada por Sedgwick (2007) em 1993, a referência ao armário como regulação da vida de gays e lésbicas continua sendo uma metáfora importante para essa população, que precisa, com frequência, guardar segredo sobre sua orientação sexual. Sobretudo, ainda hoje, apesar de todas as mudanças, por um medo social de contaminação de crianças e adolescentes, sobretudo se forem filhos e filhas.

Pode um sujeito homossexual (homem ou mulher) exercer a parentalidade sem sair do armário³? Sim. Entretanto, quando se deseja exercer essa parentalidade desde o lugar de pai gay ou mãe lésbica, as barreiras de um “armário” precisam ser superadas. Nesse contexto, o movimento de saída do armário está intimamente relacionado à revelação da homossexualidade perante seus familiares, filhos, amigos e comunidade. Tal revelação contribui para melhorar aspectos da saúde mental de pais gays (Shenkman & Shmotkin, 2020). Para os nossos entrevistados Vini e Rogério, que nos receberam em sua casa, “[...] foi bem estranho... não tínhamos ideia de que teríamos coragem de sairmos do armário (risos). Mas como se diz: o amor sempre prevalece. Não foi nada fácil. Hoje estamos fazendo o nosso melhor para sermos respeitados”.

Vini e Rogério, como tantos outros casais de pessoas de mesmo gênero, precisam revelar que são um casal, mesmo que as evidências o mostrem. Tal reve-

lação, quase uma confissão, vira peça chave na construção de uma idoneidade que precisam conquistar para obter respeito social, como dizem. Ainda hoje, o amor, o afeto, o respeito mútuo, um projeto de vida em comum não são suficientes para o reconhecimento do casal, se forem pessoas de mesmo gênero.

Para Sílvio, que o processo de saída do armário foi um pouco mais traumático, pois se viu, praticamente, “arrancado” do armário:

[...] meu filho mais velho me pegou nas redes sociais e jogou no ventilador, nunca vou esquecer aquele dia. Foi uma briga difícil, meu pai estava lá, eu e minha família toda. Minha filha mais nova estava na escola. Naquele momento foi difícil para mim, mas uma semana depois... duas, já me senti aliviado e senti que isso precisava ter acontecido antes.

Sílvio e Vitor são casados há quatro anos. Eles nos receberam em seu lar, onde permanecemos durante aproximadamente três horas, realizamos as primeiras aproximações na sala de estar, acompanhamos o preparo do almoço e o partilhamos.

Passados mais de 40 anos desde as primeiras pesquisas psicológicas sobre a influência da sexualidade dos pais homossexuais no desenvolvimento dos filhos (Robinson & Skeen, 1982; Bozett, 1987), o tema ainda é presente e recorrente no âmbito acadêmico. Vários artigos que se dedicaram a fazer revisões sistemáticas da literatura científica sobre pesquisas com famílias homossexuais, ou sobre adoção por casais homossexuais, paternidade gay, maternidade lésbica, nos últimos 10 anos, nas principais bases de dados, SciELO, LILACS, PePsic, Index Psi, PsycINFO, Oxford, Wilson, mostraram que ainda persiste a dúvida se a homossexualidade dos pais poderá interferir no desenvolvimento emocional, psíquico, sexual e social dos filhos (Lira & Morais 2016; Araldi & Serralta, 2016; Cecílio et al., 2013; Nascimento et al., 2015), e de que formas.

Essas mesmas revisões demonstraram que há significativa produção científica que afirma não existir prejuízos no desenvolvimento emocional, social, sexual de filhos de pais homossexuais em relação aos filhos de pais heterossexuais, ou seja, que a orientação sexual e afetiva dos pais, por si só, não é responsável por problemas no desenvolvimento emocional dos filhos, e sim a qualidade da dinâmica relacional familiar entre pais e mães e seus filhos (Araldi & Serralta, 2016; Doussa et al., 2016). Filhos de pais homossexuais apresentam dificuldades tais como filhos de pais heterossexuais. Esses resultados reforçam aqueles

que já haviam surgido em pesquisas da década de 70, conforme descrito por Roudinesco (2003).

Quando se articulam questões de parentalidade com conjugalidade, produções científicas já indicavam, anos antes do reconhecimento brasileiro pelo STF em 2011, os efeitos positivos da legalização do casamento para a vida dos casais homossexuais, afirmando que tais efeitos relacionam-se com o bem-estar físico e psicológico dos cônjuges (Arán & Corrêa, 2004; Rios, 2007). O aumento do reconhecimento legal da união entre homossexuais em diversos países (Fernández & Lutter, 2013) contribui para que os casais busquem a parentalidade de maneira conjunta, assumindo publicamente seus relacionamentos afetivos.

Mesmo assim, a discriminação, o preconceito e a homofobia ainda são muito presentes no contexto social e atingem os principais envolvidos (Hollekim et al., 2012; Baiocco et al., 2013). As falas de Sílvia e Vitor são representativas, quando afirmam: “[...] acho que é esse tipo de coisa que as pessoas precisam tirar da cabeça, que os casais homoafetivos são pessoas que não possuem vínculos fortes para criar um filho.” Destacamos a importância do reconhecimento jurídico das uniões homossexuais, bem como da legitimidade do contexto familiar homoparental, como formas institucionais que contribuem para o enfrentamento do estigma e do preconceito que ainda atingem tal população. O *estigma* e a *discriminação* continuam sendo temas de destaque em pesquisas científicas na literatura nacional e internacional (Araldi & Serralta, 2016). Casais homossexuais continuam a ser estigmatizados em função de sua condição de minoria sexual (Lomando et al., 2011). A homofobia ostensiva, a ocultação da orientação sexual e o que alguns autores nomeiam como homofobia internalizada são, reconhecidamente, fatores estressores das minorias sexuais, afetando negativamente a vida dos casais e das famílias, que diminuem os níveis de satisfação conjugal, com repercussões no bem-estar e na saúde mental dos envolvidos (Henderson et al., 2009).

Além disso, a homofobia pode ser considerada um indicador importante nos índices de saúde física e mental dos pais e mães e dos filhos (Goldberg & Smith, 2009). Ainda na mesma linha, nosso entrevistado relata ter cometido tentativa de suicídio, pois sentia que “não tinha para quem falar, para revelar essas coisas, conversar.” Sentia-se sozinho, com medo da forma como os outros reagiriam diante da sua sexualidade revelada.

Ao cotejarmos dados da literatura acadêmica sobre estigma e preconceito com nossa vivência com pais gays em contextos do interior do estado do Rio Grande do Sul, questionamo-nos e questionamos os sujeitos entrevistados sobre

o peso de tais preconceitos e as respectivas formas de ser e viver em meio aos costumes e tradições “heterodefinidoras”. Sílvio e Vítor, num encontro ocorrido na casa do casal, almoçando juntos, nos disseram:

[...] o preconceito é bem forte, mas aos poucos estamos conseguindo o nosso espaço. O fato de todos se conhecerem [cidade do interior] é mais complicado para os gays, lésbicas, bis e trans, pois essa proximidade traz o preconceito, ao mesmo tempo estamos mostrando que somos um casal, uma família tão boa quanto as outras, consideradas “normais”.

Com uma fala que expressa de forma muito semelhante a rigidez do contexto do interior, Hugo nos contou que em sua cidade de origem, interiorana, sentiu muita dificuldade em se assumir gay; por essa razão, manteve relacionamentos heterossexuais durante a adolescência e juventude, período em que se tornou pai e se casou com uma garota. Passados alguns anos, sua (atualmente ex-) esposa o compreendeu e o apoiou durante o processo de saída do armário: “nós sempre fomos muito amigos e somos até hoje.” Hugo e César foram os primeiros entrevistados; são casados há 2 anos e seis meses e nos receberam em seu apartamento. Enquanto conversávamos, César preparava um chimarrão, bebida tradicional do Rio Grande do Sul, e a partilhamos em estilo de roda. Permanecemos dialogando durante aproximadamente duas horas.

A concretização de um casamento heterossexual foi e continua sendo uma estratégia nada incomum entre homens, pais (gays) que não saíram ou não querem sair do armário, nos contextos que percorremos, tão marcados pela homofobia. A terminologia *homofobia* refere-se ao medo irracional da homossexualidade, produzindo reações irracionais e o desejo de destruir o estímulo da fobia (Nardi & Quartiero, 2012). Além disso, pode significar aversão, discriminação, preconceito. Referindo-se a esses aspectos, Vítor nos relata o que já experimentou:

[...] o preconceito, às vezes, a gente não sente diretamente, mas a gente sabe onde é bem-vindo e onde não é. Tu vais a um restaurante e as pessoas ficam te olhando... nós somos muito espontâneos, a gente se chama de “amor” e “mor” e os outros já se viram para ver quem é esse “mor”.

As experiências desses homens enriquecem nosso entendimento acerca da construção de pais gays nos dias atuais. O preconceito ainda existe, persiste e se

apresenta de forma mais ou menos sutil, dependendo da situação, exacerbando as diferenças de olhares entre pais homo e heterossexuais. Em contrapartida, um campo de renovação social é alicerçado por nossos entrevistados à medida em que desafiam o contexto sociocultural patriarcal vigente, na busca de legitimidade para suas experiências homoconjugais e de paternidade gay.

Paternidade gay

Autores como Carneiro et al. (2017) resgatam análises de literatura acerca da parentalidade em casais homoafetivos, as quais constataram que as particularidades da paternidade gay têm sido pouco abordadas nas pesquisas sobre o tema. Além disso, são poucos os estudos que incluem pais gays e bissexuais em suas investigações (Anderssen et al., 2002; Crowl et al., 2008; Fedewa et al., 2015).

Os primeiros estudos sobre a parentalidade de gays e lésbicas foram realizados nos Estados Unidos e datam do final da década de 1970, tendo acompanhado avanços na igualdade de gênero conquistados por movimentos feministas e de libertação gay, tais como a retirada da homossexualidade como transtorno mental do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da American Psychiatric Association, em 1973 (Carneiro et al., 2017). Os autores apontam que tais estudos, inicialmente, foram realizados com o objetivo de verificar os efeitos da parentalidade gay e lésbica sobre os filhos, uma vez que se constatou, no período mencionado, um aumento do número de pais e mães que se revelaram gays ou lésbicas, gerando tensões nas batalhas de custódia de seus filhos. Durante a década de 90, o avanço das técnicas reprodutivas – mais especificamente, a inseminação artificial – gerou um expressivo aumento do número de casais de mulheres com filhos e de mães lésbicas e bissexuais, em especial nos Estados Unidos, fenômeno que foi denominado como “lesbian baby boom” (Carneiro et al., 2017, p. 1), ou seja, uma “explosão de bebês” entre as mulheres lésbicas e bissexuais.

Mundialmente, ainda há restrições à homoparentalidade, a exemplo da Europa, onde a maioria dos países proíbe a cessão de útero e a adoção – permanente ou temporária – para casais do mesmo sexo (Carneiro et al., 2017). Há diferenças geracionais nos caminhos para a paternidade adotados por homens gays, de modo que grande parte dos homens gays mais velhos se tornaram pais em relacionamentos heterossexuais, antes de revelarem sua homossexuali-

dade, ao passo que homens gays mais jovens tendem a fazê-lo por outros meios (Tarnowski, 2017).

Homens gays têm se tornado pais de modos bastante diversificados, dentre eles: contribuindo com o sêmen em situação de coparentalidade com mulheres lésbicas; buscando cessão de útero; exercendo a coparentalidade de filhos de seus companheiros; abrindo processos de adoção. Dos casais masculinos com os quais convivemos, todos se tornaram pais em relações heterossexuais anteriores ao “assumir-se”, ou seja, a sua parentalidade não foi construída numa conjugalidade gay, o que talvez seja uma marca do interior, que levantamos como uma suposição.

Seus filhos têm idades variadas, os mais novos continuam morando com as mães e os mais velhos morando nas suas próprias casas, na grande maioria em conjugalidades heterossexuais. Ressalta-se o fato de que nenhum dos filhos morou com os pais após seu processo de separação e da saída do “armário”. Nosso entrevistado comenta, quando questionado sobre a convivência com seus filhos:

O meu filho mais novo ficou sempre do meu lado nesse aspecto, sempre me apoiou. O filho do meio sempre foi na dele [...] ele virou a cara no começo, um mês... dois. Hoje ele vive normal comigo, nos visita, quando ele vem de São Paulo sempre vem aqui. A mais nova sempre foi minha, ela aceitou e também vem aqui com nós uma vez por mês.

Não localizamos casais masculinos com filhos oriundos da construção do projeto de parentalidade conjugal. Dos três casais masculinos entrevistados, dois relataram perspectivas de construção de projeto de parentalidade conjunta por meio de adoção. Nosso interlocutor comenta que “Eu sempre quis ter filhos. Desde sempre me imaginava como pai [...]”. Levantamos alguns questionamentos: o desejo de parentalidade se funde com a ideia de construção de uma família decorrente daquela união? O fato de um deles já ser pai despertou o desejo de paternidade no outro componente do par? A espera e a chegada de um filho comum tem preponderância na marcação de posição de que se trata de outra família agora?

Embora esses casais não reflitam essa tendência, talvez por se tratar de cidades mais conservadoras, há que se destacar uma notável diferença geracional entre aqueles homens que se tornaram pais no contexto de uma relação heterossexual e uma “nova” geração de homens que se tornaram pais já tendo “saído do armário”,

assumidos (Tarnowski, 2017; Saraiva, 2007). A diferença é percebida no processo de integração da identidade sexual à parental. A presença, pela construção, de um projeto de parentalidade na conjugalidade gay pode ser considerada um indício dessa integração.

Quando comparadas as percepções sociais acerca de pais gays e mães lésbicas, nota-se que elas diferem significativamente entre si. Conforme evidenciado por Carneiro et al. (2017), tal aspecto relaciona-se ao fato de que casais de homens com filhos desafiam expectativas de gênero relacionadas ao exercício da parentalidade e ao modelo hegemônico de masculinidade, com o que tendem a ser julgados negativamente mais do que casais de mulheres, uma vez que, culturalmente, vincula-se a feminilidade ao cuidado e às responsabilidades parentais.

Segundo um estudo realizado por Jenkins (2013), citado por Carneiro et al. (2017), tanto homens gays que tornaram-se pais em relacionamentos heterossexuais quanto aqueles que constituíram “famílias intencionais” (p. 3, tradução livre), alinhando-se ao que temos chamado em nossa pesquisa de *projeto de parentalidade* – filhos gerados ou adotados no contexto de relações homoafetivas em condição de conjugalidade, a partir do desejo de cada casal de constituir uma família a partir de sua relação –, identificam como um dos maiores impasses em suas vidas a falta de reconhecimento da legitimidade dos relacionamentos homoafetivos (Carneiro et al., 2018, p. 3). E esses processos são diferentes entre homens e entre mulheres.

Quando observado o número de investigações voltadas ao cenário homossexual feminino, Gato & Fontaine (2014) as apontam como muito superiores se comparadas aos estudos com famílias homoparentais masculinas. Para os autores, algumas das razões estão associadas aos preconceitos em relação à parentalidade gay. Tais preconceitos se iniciam nas representações sobre masculinidade, pois pairam dúvidas relacionadas ao exercício da parentalidade sustentadas por crenças nas quais a representação da imagem do homem é construída por estigmas que o caracterizam como “predador de bebês” ou como “doentes sexuais” (Laguna Maqueda, 2018). Logo, a prática do cuidado é considerada como natural apenas quando é conduzida por mulheres. Quando homens, heterossexuais ou gays, exercem a parentalidade de forma exclusiva, sem mulheres, violam expectativas tradicionalmente construídas em torno do gênero masculino (Gato & Fontaine, 2014). Essa “pressão social” e “estigma institucional” aos quais a paternidade gay é condicionada atuam como fatores de risco para o bem-estar dessas famílias (Carneiro et al., 2018).

Além das representações tradicionais sobre masculinidade, estereótipos da homossexualidade masculina corroboram para pôr em questão a capacidade parental dos gays. Um dos estereótipos se apoia na associação entre gays e pedófilos, como se gays fossem propensos ao abuso sexual de crianças (Gross, 2015). Além dessa, persistem crenças de que gays não vivem em relações conjugais estáveis, o que prejudicaria o exercício da parentalidade. Tais preconceitos, além de se tornarem argumentos contra a parentalidade gay, também podem ser internalizados pelos próprios gays, comprometendo a motivação e o desejo pela parentalidade, impedindo-os de considerar a possibilidade de construir uma família com filhos (Laguna Maqueda, 2018), mesmo que assim o desejem.

Discussões: reflexões para um desfecho temporário

Nossa experiência na forma de pesquisa e convivência com casais gays confirmou alguns dados oriundos da literatura específica sobre parentalidade gay. Todos os entrevistados tornaram-se pais em relações heterossexuais; além disso, sofreram diante da possibilidade de assumir-se gay. Em suas narrativas de vida, principalmente nas lembranças de juventude, a homossexualidade aparece nebulosa, pouco vivida e afirmada. O “assumir-se” ocorreu na vida adulta, passados os 20 anos de idade e depois de experiências amorosas e conjugais com mulheres. Tornaram-se pais nesses arranjos heterossexuais, em que conseguiram firmar parcerias, casamentos e projetos de parentalidade.

As experiências de desejo e atração por outros homens eram percebidas como exclusivamente sexuais, e eram evitadas. A perspectiva de relação ou envolvimento sentimental não era considerada viável. Ou seja, o processo que culminou na saída do “armário” foi precedido de angústia, negação e sofrimento. O sofrimento era associado com assumir a homossexualidade, mas também com urgências relacionadas à separação das companheiras e às incertezas em relação aos filhos quando ficassem sabendo da existência do “pai gay”.

Seria a combinação parentalidade e homossexualidade percebida como incompatível para esses sujeitos? Quais as razões para essa incompatibilidade? Essa sensação ou ideia de incompatibilidade não é percebida somente pelos sujeitos da pesquisa, mas também por muitos homens gays ou bissexuais, e tem raízes históricas relacionadas com discursos sobre homossexualidade masculina. Nossos sujeitos tornaram-se pais, conviveram com seus filhos e após um tempo iniciaram o processo de saída do armário. Estariam tais experiências relacionadas a essa cro-

nologia, como se pensassem “já sou pai, cumpri minhas obrigações sociais, agora posso viver plenamente minha homossexualidade!”?

Todos reportam uma vivência da sexualidade na adolescência muito marcada pela busca por relações com meninas, mesmo que pudessem estar sentindo alguma forma de atração por meninos. Suas infâncias e adolescências foram vividas em contextos de cidades do interior, nos quais mecanismos do preconceito estão presentes e, embora dissimulados, se fazem perceber. Preconceitos existem em todos contextos sociais, mas nas cidades do interior a vigilância sobre o outro é muito presente, todos olham tudo e todos a qualquer momento. “Todos se conhecem”, expressão muito comum entre aqueles que vivem ou viveram em contextos interioranos, algo que exprime muito bem as formas de vigilância e controle exercidas nesses contextos.

Não podemos, apressadamente, afirmar que esses homens se tornaram pais para testar suas masculinidades ou dar provas de virilidade. No entanto, também não podemos afirmar que todos desejavam se tornar pais. Todos, atualmente, falam com muito amor sobre a experiência paterna, sem arrependimentos. Mas a convivência com os filhos nos espaços públicos e privados, nas suas atuais residências, ainda é restrito. Esse aspecto pode ser observado na fala de Vini: “Os filhos dele [o companheiro] já vieram aqui em casa e os dois dormem com o Silvio e eu fico em outro quarto.” Também destaca que “a gente não demonstra afeto entre si enquanto as crianças estão aqui em casa”. Pairam, nas sutilezas das falas, algumas inseguranças que não estão relacionadas com intensidade de vínculo afetivo com os filhos, mas com modos de vida publicamente visíveis e afirmativos.

Um de nossos interlocutores, Hugo, relata a conversa que teve com seu filho quando ele ainda era criança, e por meio dessa conversa revela conteúdos associados ao entendimento acerca da incompatibilidade entre ser pai e ser gay presente nas narrativas sociais. Hugo nos contou que uma vez seu filho o questionou: “é verdade que tu me teve sem querer, porque tu é gay?” O que ele quis dizer com isso? Que a relação sexual com uma mulher acabou gerando filho, o que normalmente um gay não espera ter? Que a gravidez foi indesejada e, por constrangimento, o pai teve que assumir?

Tal colocação também nos instiga a pensar sobre o entendimento acerca da legitimidade instituída no vínculo parental: seria a parentalidade gay passível de reconhecimento de si mesmo e do outro, e de bem estar social, somente quando for resultado de ações sistematicamente planejadas? Nosso entrevistado complementa afirmando que a pergunta surgiu a partir de um comentário de um colega de classe do filho, na escola. Levantando algumas hipóteses, acreditamos que as

narrativas de pais gays podem demonstrar maior ou menor sofrimento e frustrações, na medida em que se cruzam com características de classe, raça, idade, educação e emprego. Nesse caso, especificamente, o pai destaca o potencial da escola como mediadora do desenvolvimento social, cultural e intelectual das crianças, pois “ajuda a manter a mente aberta”, na medida em que suas práticas evidenciam a aproximação entre família e escola.

Sobre o projeto de parentalidade construído na conjugalidade gay, ele não apareceu entre os nossos entrevistados porque a própria experiência do “assumir-se” não estava dada, fortalecida internamente ou na dimensão de um projeto de vida. Ou seja, assim como a homossexualidade não estava no horizonte como projeto de vida, a parentalidade como projeto de uma conjugalidade homossexual, muito menos. Essa reflexão nos leva a outra questão, relacionada à afirmação de um modo de vida assumidamente gay: para alguns sujeitos, homossexualidade é somente uma expressão fragmentada de uma atração sexual por alguém do mesmo sexo ou por partes do corpo de alguém do mesmo sexo. Para outros, homossexualidade diz de um modo de ser e viver, o que inclui atração sexual, sentimental e repertórios de vida diversos. A viabilidade de um projeto de parentalidade homossexual requer a viabilização e reconhecimento de seu próprio modo de ser e estar no mundo.

Propor, construir e exercer a parentalidade com outro homem mostra a intenção da construção de uma família, socialmente ainda vista como possível e desejável para um casal de gêneros diferentes. Derruba a ideia tão presente no imaginário social de que o foco dos homens é o sexo, que as relações duradouras, como mencionamos, são raras.

Conclusão

A possibilidade de vivência da paternidade gay está rodeada de desafios e tabus; no entanto, já evidenciamos um avanço sociocultural que deve ser considerado. Homossexuais, sejam homens ou mulheres, “aprenderam”, de acordo com Laguna Maqueda (2018), a resistir às formas de exclusão produzidas pela homofobia e conquistaram o direito de criação e cuidado de filhos. As narrativas dos entrevistados elucidam que a presença ativa e legítima de pais gays e de seus filhos ainda sofre com as tentativas de invisibilização produzidas em contextos do interior. O “sair do armário” e o “assumir-se gay” só foi possível mediante anos de trabalho emocional e de conquista de direitos legais, processos amparados, na maioria das vezes, pelos próprios envolvidos.

Via de regra, o caminho para a legitimidade da parentalidade gay, baseada no cuidado e criação de seus filhos, ainda é longo, pois muitos desafios continuarão existindo, e um deles é a resistência de alguns contextos sociais-tradicionais que não reconhecem as variadas formas de estrutura familiar e acabam por discriminar famílias homoparentais e outras configurações que provocam o “tradicional”.

Referências

- Anderssen, N.; Amlie, C.; Ytterøy, E. A. (2002). Outcomes for children with lesbian or gay parents: A review of studies from 1978 to 2000. *Scandinavian Journal of Psychology*, 43(4), 335-351. <https://doi.org/10.1111/1467-9450.00302>
- Araldi, M. O.; Serralta, F. B. (2016). Parentalidade em casais homossexuais: Uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 31-39. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23356>
- Arán, M.; Corrêa, M. V. (2004). Sexualidade e política na cultura contemporânea: O reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 14(2), 329-341. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312004000200008>
- Baiocco, R.; Nardelli, N.; Pezzuti, L.; Lingiardi, V. (2013). Attitudes of Italian heterosexual older adults towards lesbian and gay parenting. *Sexuality Research and Social Policy*, 10(4), 285-292. <https://doi.org/10.1007/s13178-013-0129-2>
- Barros, L. de; Kastrup, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In: E. Passos, V. Kastrup & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, p. 52-71. Porto Alegre: Sulina.
- Booth, K. M. (2019). “All the same thing”: Liberating reproductive politics for a mediated “gay community”. *Feminist Media Studies*, 19(1), 70-86. <https://doi.org/10.1080/14680777.2017.1377275>
- Bozett, F. W. (1987). Gay fathers. In: F. W. Bozett (Ed.), *Gay and Lesbian Parents*. New York: Praeger.
- Carneiro, F. A.; Costa, P. A.; Pereira, H.; Leal, I. (2018). A qualidade das vivências parentais em três famílias homoparentais portuguesas. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 19(1), 129-135. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862018000100019
- Carneiro, F. A.; Tasker, F.; Salinas-Quiroz, F.; Leal, I.; Costa, P. A. (2017). Are the fathers all-right? A systematic and critical review of studies on gay and bisexual fatherhood. *Frontiers in Psychology*, 8, 1636. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01636>

- Cavalcante, A. (2015). Anxious displacements: The representation of gay parenting on “Modern Family” and “The New Normal” and the management of cultural anxiety. *Television & New Media*, 16(5), 454-471. <https://doi.org/10.1177/1527476414538525>
- Cecílio, M. S.; Scorsolini-Comin, F.; Santos, M. A. dos (2013). Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(3), 507-516. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300011>
- Corbett, K. (2009). O mistério da homossexualidade. *Jornal de Psicanálise*, 42(76), 159-176. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000100011
- Cowell, N. M.; Saunders, T. S. (2011). Exploring heteronormativity in the public discourse of Jamaican legislators. *Sexuality & Culture*, 15(4), 315-331. <https://doi.org/10.1007/s12119-011-9105-2>
- Crowl, A.; Ahn, S.; Baker, J. (2008). A meta-analysis of developmental outcomes for children of same-sex and heterosexual parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 4(3), 385-407. <https://doi.org/10.1080/15504280802177615>
- Domínguez de la Rosa, L.; Montalbán, F. M. (2016). Construcción empírica de la homoparentalidad: Necesidad de una aproximación cualitativa. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 11(1), 247-272. <https://doi.org/10.11156/aibr.110205>
- Doussa, H. von; Power, J.; McNair, R.; Brown, R.; Schofield, M.; Perlesz, A.; Pitts, M.; Bickerdike, A. (2016). Building healthcare workers’ confidence to work with same-sex parented families. *Health Promotion International*, 31(2), 459-469. <https://doi.org/10.1093/heapro/dav010>
- Fedewa, A. L.; Black, W. W.; Ahn, S. (2015). Children and adolescents with same-gender parents: A meta-analytic approach in assessing outcomes. *Journal of GLBT Family Studies*, 11(1), 1-34. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2013.869486>
- Fernández, J. J.; Lutter, M. (2013). Supranational cultural norms, domestic value orientations and the diffusion of same-sex union rights in Europe, 1988-2009. *International Sociology*, 28(1), 102-120. <https://doi.org/10.1177/0268580912466881>
- Fonseca, C. (2004). *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares* (2ª ed.). Porto Alegre: UFRGS.
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902005000200006>
- Gato, J.; Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: Uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 312-322. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200008>
- Goldberg, A. E.; Smith, J. Z. (2009). Perceived parenting skill across the transition to adoptive parenthood among lesbian, gay, and heterosexual couples. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 861-870. <https://doi.org/10.1037/a0017009>

- Gomes, M. P. (2019). *“Se eu passar despercebido o baile não prestou”: Visibilidade e resistência viada no interior de Santa Catarina* (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206265>
- Gross, M. (2006). Homoparentalités: Compositions familiales, décompositions de la filiation?. *Cités*, 28(4), 73-81. <https://doi.org/10.3917/cite.028.0073>
- Gross, M. (2015). L’homoparentalité et la transparentalité au prisme des sciences sociales: Révolution ou pluralisation des formes de parenté?. *Enfances Familles Générations*, (23). <https://journals.openedition.org/efg/287>
- Grossi, M. P. (2004). Famílias homossexuais: Novas famílias? Algumas reflexões sobre parentalidade gay e lésbica no Brasil e na França. In: C. S. M. Rial & M. J. F. Toneli (Orgs.), *Genealogias do silêncio: Feminismo e gênero*. Florianópolis: Mulheres.
- Henderson, A. W.; Lehavot, K.; Simoni, J. M. (2009). Ecological models of sexual satisfaction among lesbian/bisexual and heterosexual women. *Archives of Sexual Behavior*, 38(1), 50-65. <https://doi.org/10.1007/s10508-008-9384-3>
- Hollekim, R.; Slaatten, H.; Anderssen, N. (2012). Nationwide study of Norwegian beliefs about same-sex marriage and lesbian and gay parenthood. *Sexuality Research and Social Policy*, 9(1), 15-30. <https://doi.org/10.1007/s13178-011-0049-y>
- Hur, D. (2021). Cartografia das intensidades: Pesquisa e método em esquizoanálise. *Práxis Educacional*, 17(46), 275-292. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8392>
- Jenkins, D. A. (2013). Boundary ambiguity in gay stepfamilies: Perspectives of gay biological fathers and their same-sex partners. *Journal of Divorce & Remarriage*, 54(4), 329-348. <https://doi.org/10.1080/10502556.2013.780501>
- Jesus, J. G. de (2013). O conceito de heterocentrismo: Um conjunto de crenças envidadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18(3), 363-372. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000300003>
- Kastrup, V. (2015). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: E. Passos, V. Kastrup & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, p. 32-51. Porto Alegre: Sulina.
- Laguna Maqueda, O. E. (2018). Paternidad de hombres gay: ¿Los albores de una neoparentalidad?. *Polis*, 17(50), 139-160. <https://doi.org/10.4067/S0718-65682018000200139>
- Lira, A. N.; Morais, N. A. (2016). Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: Revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1051-1067. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000300014
- Lomando, E.; Wagner, A.; Gonçalves, J. (2011). Coesão, adaptabilidade e rede social no relacionamento conjugal homossexual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(3), 96-109. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000300008

- Michaelis (2015). *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> (acessado em 11/2020).
- Nardi, H. C.; Quartiero, E. (2012). Educando para a diversidade: Desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (11), 59-87. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000500004>
- Nascimento, G. C. M.; Scorsolini-Comin, F.; Fontaine, A. M. G. V.; Santos, M. A. dos (2015). Relacionamentos amorosos e homossexualidade: Revisão integrativa da literatura. *Temas em Psicologia*, 23(3), 547-563. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300003
- Passos, E.; Barros, R. B. de (2015). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: E. Passos, V. Kastrup & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, p. 17-31. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (2015). Sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas. In: E. Passos, V. Kastrup & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, p. 201-206. Porto Alegre: Sulina.
- Prado, M. A. M.; Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: Hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.
- Rios, R. R. (2007). Uniões homossexuais: Adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar. In: M. P. Grossi, A. P. Uziel & L. Mello (Orgs.), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*, p. 109-129. Rio de Janeiro: Garamond.
- Robinson, B. E.; Skeen, P. (1982). Sex-role orientation of gay fathers versus gay nonfathers. *Perceptual and Motor Skills*, 55(3_suppl), 1055-1059. <https://doi.org/10.2466/pms.1982.55.3f.1055>
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, C. V. M. dos; Gomes, I. C. (2016). “The L Word”: Discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 101-115. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000092014>
- Santos, Y. G. de S.; Scorsolini-Comin, F.; Santos, M. A. dos (2013). Homoparentalidade masculina: Revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 572-582. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300017>
- Saraiva, E. (2007). Encontros amorosos, desejos ressignificados: Sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família. In: M. P. Grossi, A. P. Uziel & L. Mello (Orgs.), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, (28), 19-54. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>

- Shenkman, G.; Shmotkin, D. (2020). Self-perceived parental role and mental health concomitants among Israeli gay and heterosexual fathers. *Journal of Homosexuality*, 67(5), 712-732. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1555392>
- Tarnowski, F. L. (2017). Prazer, desejo e verdade: Narrativas de pais gays que tiveram seus filhos em uniões heterossexuais. In: C. E. Henning & C. Braz (Orgs.), *Gênero, sexualidade e curso da vida: Diálogos latino-americanos*, p. 144-171. Goiânia: Imprensa Universitária.
- Teperman, D. V. (2014). *Família, parentalidade e época: Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta.
- Teruya, M. T. (2016). A família na historiografia brasileira: Bases e perspectivas teóricas. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo.
- Toledo, L. G.; Teixeira Filho, F. S. (2013). Homofobia familiar: Abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376-391. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300005
- Tsfati, M.; Ben-Ari, A. (2019). Between subversion to re-affirmation: Homonormativity, homonationalism and male same-sex family. *Journal of Gender Studies*, 28(8), 861-872. <https://doi.org/10.1080/09589236.2018.1502078>
- Uziel, A. P. (2004). Família e homoparentalidade. In: A. P. Uziel, L. F. Rios & R. G. Parker, *Construções da sexualidade: Gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*, p. 29-36. Rio de Janeiro: Pallas.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Notas

¹ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

² GPA: *gestation pour autrui*, mais conhecida como barriga de aluguel, ainda que a expressão oficial no Brasil seja cessão temporária de útero.

³ Sair do armário: revelação do homoerotismo (Toledo & Teixeira Filho, 2013). Ver também Sedgwick (2007).

Recebido em 11 de outubro de 2021
Aceito para publicação em 19 de agosto de 2022

REDE SOCIAL NA COPARENTALIDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

SOCIAL NETWORK IN CO-PARENTING: AN INTEGRATIVE REVIEW

RED SOCIAL Y COPARENTALIDAD: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Giulia Oliva Grassi ⁽¹⁾

Marina Menezes ⁽²⁾

Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré ⁽³⁾

RESUMO

A coparentalidade, entendida como as relações de envolvimento conjunto dos adultos na educação, formação e cuidados dos filhos, se sustenta numa rede social configurada em torno dos indivíduos a partir de interesses em comum. Com o objetivo de compreender as relações entre rede social e coparentalidade, realizou-se uma revisão integrativa nas bases de dados PsycINFO, BVS, Web of Science, Scopus e SciELO, das quais se selecionaram 12 estudos. Os resultados apontaram: indiferenciação conceitual entre rede social e apoio social, com prevalência de estudos quantitativos; que as relações entre rede social e coparentalidade indicaram o apoio social como uma das funções dessa rede de relações parentais; que as relações familiares, comunitárias e institucionais foram identificadas tanto como fatores protetivos quanto de risco; e a melhora do relacionamento coparental foi associada a intervenções nos contextos das redes institucionais e comunitárias, com o intuito de prevenir agravos ao desenvolvimento humano e promover relacionamentos saudáveis.

Palavras-chave: coparentalidade; rede social; apoio social;
relações familiares; desenvolvimento humano.

⁽¹⁾ Psicóloga. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC) da UFSC. Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Prefeitura de Orleans, SC, Florianópolis, SC, Brasil. email: giuliagrassi46@gmail.com

⁽²⁾ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFSC. Coordenadora do Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC) da UFSC. Florianópolis, SC, Brasil. email: menezes.marina@ufsc.br

⁽³⁾ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com Pós-doutorados pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, e pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Portugal. Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. email: carmenloom@gmail.com

Não se declararam fontes de financiamento.

ABSTRACT

Co-parenting, understood as the relationships of joint involvement of adults in the education, development and care of children, is sustained in a social network configured around individuals based on common interests. Aiming to understand the relationships between social network and co-parenting, an integrative review was carried out in the PsycINFO, BVS, Web of Science, Scopus and SciELO databases, from which 12 studies were selected. The results showed: conceptual undifferentiation between social network and social support, with a prevalence of quantitative studies; that the relationships between social network and co-parenting indicated social support as one of the functions of this network of parental relationships; that family, community and institutional relationships were identified as both protective and risk factors; and that improvement of the co-parental relationship was associated with interventions in the domain of institutional and community networks, with the aim of preventing harm to human development and promoting healthy relationships.

Keywords: co-parenting; social network; social support; family relations; human development.

RESUMEN

La coparentalidad, entendida como las relaciones de implicación conjunta de los adultos en la educación, formación y cuidado de los niños, se sustenta en una red social configurada en torno a los individuos en función de intereses comunes. Con el objetivo de comprender las relaciones entre red social y coparentalidad, se realizó una revisión integradora en las bases de datos PsycINFO, BVS, Web of Science, Scopus y SciELO, de las cuales se seleccionaron 12 estudios. Los resultados mostraron: indiferenciación conceptual entre red social y apoyo social, con predominio de estudios cuantitativo; que las relaciones entre la red social y la coparentalidad indicaron el apoyo social como una de las funciones de esa red en las relaciones parentales; que las relaciones familiares, comunitarias e institucionales fueron identificadas como factores protectores y de riesgo; y la mejora de la relación coparental estuvo asociada con intervenciones en el ámbito de las redes institucionales y comunitarias, para prevenir daños al desarrollo humano y promoción de relaciones saludables.

Palabras clave: coparentalidad; red social; apoyo social; relaciones familiares; desarrollo humano.

Introdução

A rede social é caracterizada como uma unidade de estrutura social a qual se refere à rede de relações sociais de um indivíduo, cujos aspectos estruturais, das funções e de vínculo podem ser analisados como objetos de estudo (Gottlieb & Bergen, 2010; Sluzki, 2010; Smith & Christakis, 2008; Perkins et al., 2015). A avaliação dessa estrutura social pode ser realizada a partir da identificação de vínculos sociais específicos, da mensuração das características desses vínculos sociais e da conexão entre eles numa rede estendida de interações (Sluzki, 2010; Smith & Christakis, 2008).

A estrutura da rede social pode afetar a saúde e o desenvolvimento humano, provendo subsídios para uma diversidade de fenômenos como a cooperação, generosidade, altruísmo, normas sociais e capital social. Ademais, as redes possibilitam espaços para disseminar atitudes, comportamentos e emoções, além de recursos financeiros, físicos, informativos, trabalhistas e sociais (Kim et al., 2015; Perkins et al., 2015).

Já a coparentalidade pode ser definida como o envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais, ou quem represente esses papéis, na educação, formação e decisões sobre a vida dos filhos (Favez et al., 2019; Feinberg, 2003; Lamela et al., 2016), independente da configuração familiar, condição civil e orientação sexual dos pais (Lamela et al., 2010; Lamela et al., 2016). A relação coparental vincula-se à qualidade e frequência da coordenação e suporte que cada genitor proporciona ao outro na díade coparental nos cuidados prestados ao filho (Feinberg, 2003).

Na construção do modelo ecológico de Feinberg (2003), a coparentalidade é composta por quatro dimensões: acordo/desacordo nas práticas parentais; divisão de trabalho; suporte/sabotagem; e gestão familiar conjunta. O autor situa a coparentalidade como um subsistema relacional constituinte do sistema familiar, o qual difere dos subsistemas conjugal e parental, embora sejam inter-relacionados. Trata-se, portanto, de um subsistema autônomo, com características específicas que influenciam no desenvolvimento da criança e no sistema familiar como um todo. Dessa forma, um aspecto central do modelo de Feinberg (2003) é a compreensão da coparentalidade como um processo familiar que influencia e é influenciado por fatores externos à própria relação coparental (Lamela et al., 2010).

Uma perspectiva ampla do contexto possibilita compreender os efeitos mediadores e moderadores da coparentalidade no funcionamento e bem-estar dos membros da família (Feinberg et al., 2016). Nesse sentido, Feinberg (2003)

reporta que a coparentalidade é influenciada por características individuais dos pais e da criança, pelo relacionamento familiar anterior ao nascimento do filho e pelo ambiente extrafamiliar (Favez et al., 2019; Feinberg et al., 2016; Lamela et al., 2010). Quanto à influência do ambiente extrafamiliar elucidado no modelo ecológico de Feinberg (2003), a coparentalidade pode ser afetada negativamente pelo estresse extrafamiliar.

Em contrapartida, o apoio social pode ser compreendido como um fator de proteção da qualidade das relações coparentais (Feinberg, 2003; Feinberg et al., 2016). Assim, a rede social, frente a condições estressantes, proporciona um alicerce ecológico na execução das tarefas coparentais. Nessa perspectiva, quanto mais ativa e efetiva for a rede, mais facilitado será o esforço coparental (Lamela et al., 2010).

Entre as causas que podem provocar tensão e estresse nos membros familiares, é possível citar a transição pelo ciclo vital familiar, que repercute naturalmente nos subsistemas conjugal, parental e coparental, por exemplo. Os estressores do ciclo de vida familiar, também chamados de estressores horizontais desenvolvimentais (Carter & McGoldrick, 2008), podem se apresentar por meio das mudanças que decorrem da transição de cada etapa do ciclo vital, exemplificada no jovem adulto que sai de casa para constituir uma nova família e, posteriormente, no casal que terá filhos e transita para a parentalidade como um casal com filhos pequenos. Contudo, há ainda os estressores horizontais imprevisíveis, que afetam a família intensamente, pois são acontecimentos que geralmente causam rupturas e mudanças bruscas na família. Nesse caso, o divórcio, uma doença, a morte, um desastre natural e a migração são alguns exemplos dos estressores imprevisíveis que podem atingir uma família (Carter & McGoldrick, 2008; McGoldrick & Shibusawa, 2016). Há ainda os estressores verticais, que incluem os padrões de relacionamento e funcionamento familiar que são transmitidos às outras gerações, marcando a história familiar. Nesse sentido, os fatores culturais desempenham um papel importante na forma como as famílias atravessam o ciclo vital. A rede social pode servir como um amortecedor vital dos estressores horizontais e verticais, auxiliando nas transições e no enfrentamento de situações difíceis (McGoldrick & Shibusawa, 2016).

Posto isso, faz-se necessário estabelecer a diferenciação entre os conceitos de rede social e apoio social, amplamente utilizados como sinônimos, mas que se referem a fenômenos diferentes, embora inter-relacionados. A literatura científica aponta a existência de uma variedade ampla de conceitos relacionados à temática da rede social. Geralmente, os termos “suporte social” ou “apoio social” são frequentemente encontrados como equivalentes

a rede social (Gonçalves et al., 2011; Maffei et al., 2019; Nardi et al., 2017; Reis et al., 2020; Smith & Christakis, 2008). O apoio social tem sido descrito como uma percepção subjetiva de recursos sociais disponíveis ao sujeito e a qualidade destes (Gottlieb & Bergen, 2010; Juliano & Yunes, 2014). O apoio social pode, então, ser compreendido como uma das funções desempenhadas pela rede social do indivíduo e não como sinônimo de rede social (Smith & Christakis, 2008; Perkins et al., 2015).

Nesse sentido, o presente artigo pretende refletir sobre o entendimento da conceitualização apresentada na literatura acerca de rede social e apoio social em sua relação com a coparentalidade. Com isso, pretende gerar subsídios para qualificar os processos de intervenção junto às famílias, visando à promoção das relações coparentais. Com base nessa perspectiva, o objetivo desta revisão integrativa foi compreender as relações entre coparentalidade e rede social, em estudos nacionais e internacionais que investigaram essa interface, a partir do pressuposto de que as redes sociais exercem alguma influência na relação coparental por meio das funções exercidas por seus membros.

Método

Esta revisão integrativa foi realizada mediante busca em bases de dados eletrônicos acerca da produção científica nacional e internacional sobre rede social e coparentalidade. A questão norteadora da revisão foi “quais as relações entre rede social e coparentalidade?”. Para respondê-la, foi realizada a busca de publicações indexadas nas bases de dados PsycINFO, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Web of Science, Scopus e SciELO. Tais bases foram acessadas por meio do Portal CAPES. A escolha pelas referidas bases de dados levou em conta a abrangência de indexação delas e, também, sua característica multidisciplinar. O levantamento, a extração e a análise dos dados ocorreram em duas etapas, a primeira no mês de abril de 2020 e a segunda, complementar e com o objetivo de atualizar a primeira, nos meses de fevereiro a maio de 2021. O processo de levantamento de dados foi realizado por uma das autoras e o processo de extração e análise dos dados foi realizado sob supervisão de outra pesquisadora.

Para a estratégia de busca foram utilizados os descritores: Rede Social e Apoio Social, e seus correspondentes em inglês e espanhol (Social Network; Red Social; Social Support; Apoyo Social). A coparentalidade não se constitui como um descritor; no entanto, é um conceito bastante difundido nos estudos

da área familiar e é estudado como construto independente. Assim, o termo coparentalidade, bem como seus correspondentes nos idiomas inglês e espanhol (Coparenting; Copaternidad) foram utilizados para fazer a busca dos artigos. Os descritores foram relacionados entre si com uso dos operadores booleanos OR e AND, formando a seguinte estratégia de busca, cuja escolha final foi acompanhada por pesquisadores experts: “social network*” OR “social support” OR “red social*” OR “apoio social” OR “apoyo social” AND “coparenting” OR “coparentalidade” OR “copaternidad”.

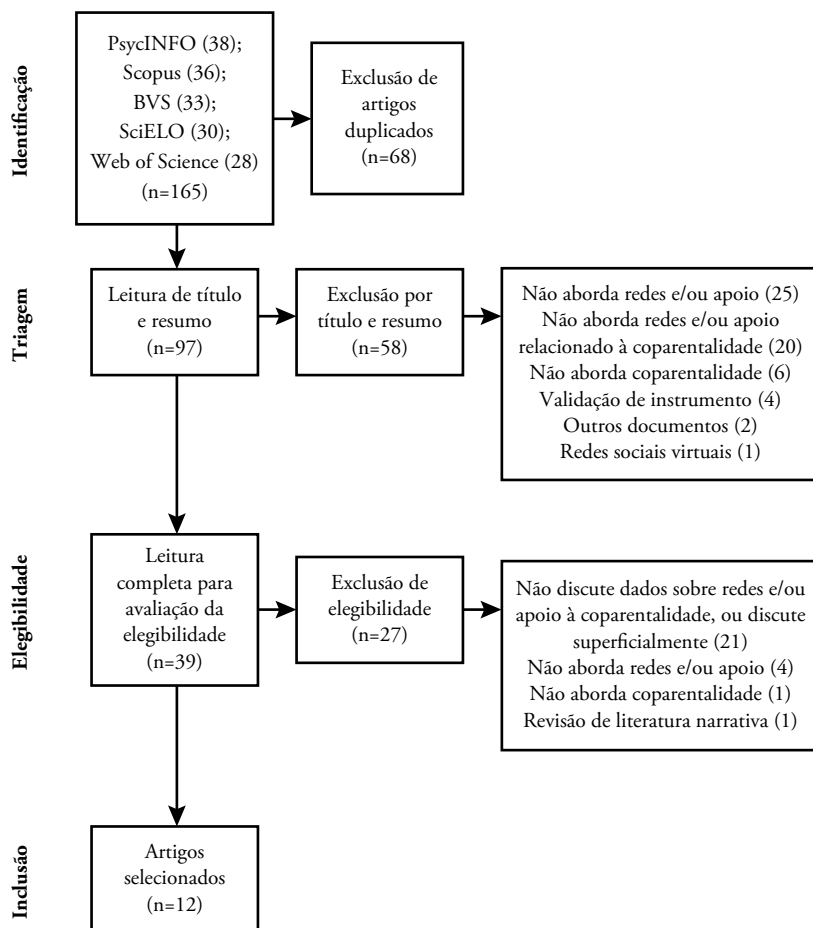
Em relação à seleção dos artigos, foram estabelecidos como critérios de inclusão: (a) acesso aos resumos completos em português, inglês ou espanhol; (b) estudos empíricos relacionados à coparentalidade e rede social e/ou apoio social; (c) estudos em que a investigação tenha lidado com qualquer estrutura e composição familiar; e (d) periódicos avaliados por pares. Foram excluídos estudos de revisões, teses e dissertações, bem como estudos que não se relacionassem ao objetivo proposto. A busca dos artigos foi realizada considerando o intervalo de tempo de publicação de 2005 a 2021.

A busca inicial resultou em 165 artigos relacionados aos descritores da pergunta norteadora. Os artigos foram exportados para um *software* de gerenciamento bibliográfico, o qual auxiliou na sistematização e identificação de duplicatas. Excluíram-se os trabalhos repetidos (n=68) e procedeu-se à leitura dos títulos e resumos (n=97). No trabalho de refinamento da busca, foram excluídos 58 artigos após a leitura minuciosa do título e resumo, por não corresponderem nem tangenciarem a questão de pesquisa. Desse modo, 39 artigos foram selecionados para a leitura na íntegra. Após uma pré-seleção, foram excluídas 22 obras que não atendiam aos critérios de inclusão, do que restaram 17 artigos, que foram submetidos à análise de dois juízes independentes pertencentes a grupo de pesquisa que investiga coparentalidade e redes sociais significativas. Nesse processo, conforme ilustra a Figura 1, foram excluídos 5 artigos, e a amostra final consistiu em 12 publicações que atendiam a todos os critérios estabelecidos. Após a leitura do material e a extração dos seus conteúdos referentes à pergunta de pesquisa, os dados foram organizados primeiramente a partir da análise bibliométrica dos estudos e, posteriormente, da análise temática categorial do conteúdo, que fez emergir três categorias temáticas, cuja sistematização das recorrências representa o conteúdo evidenciado nas publicações (Olabuénaga, 2009).

Tal conteúdo evidenciou que as relações entre rede social e coparentalidade indicaram o apoio social como uma das funções dessa rede de relações parentais. As relações familiares, comunitárias e institucionais foram identificadas

tanto como fatores protetivos quanto de risco, e a melhora do relacionamento coparental foi associada a intervenções realizadas nos contextos das redes institucionais e comunitárias.

Figura 1 — Fluxograma da seleção dos artigos



Resultados

Destaca-se que, dos 12 estudos que compõem o *corpus* deste artigo, a maior quantidade de produções é oriunda dos Estados Unidos da América (9), e as demais publicações são de Brasil, Itália e Holanda, com um artigo de cada

país. Em relação às áreas de conhecimento, a psicologia é o campo com maior concentração, com 7 estudos publicados (Cabrera et al., 2009; Florsheim et al., 2012; Lindsey et al., 2005; Poblete & Gee, 2018; Richardson et al., 2018; Schmidt et al., 2019; Sumontha et al., 2016). As demais 5 pesquisas foram desenvolvidas em campo interdisciplinar, majoritariamente entre as ciências sociais e a psicologia (Bertoni et al., 2018; Marczak et al., 2015; Raskin et al., 2016; Riina & Feinberg, 2018; Visser et al., 2017). Esses dados possibilitam afirmar a relevância de estudos sobre tais temas numa perspectiva multidimensional, uma vez que envolvem não só aspectos psicológicos e relacionais, mas também desenvolvimentais, de saúde e sociais.

A respeito do período de publicação, os 12 artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2005 e 2019. Nota-se certa variação no número de produções por ano, com aumento no último quinquênio (2015-2019), ao qual pertencem 75% do total de artigos, enquanto no quadriênio anterior (2011-2014) houve apenas uma publicação.

Acerca dos aspectos metodológicos, predominaram artigos com abordagem quantitativa (11) e apenas um com delineamento qualitativo. Os instrumentos e técnicas de pesquisa utilizados foram: inventário e/ou escala (24), questionário (17), observação estruturada (2), entrevista semiestruturada (1) e entrevista estruturada (1). Referente ao primeiro segmento de análise, a Tabela 1 foi desenvolvida visando sistematizar as principais informações dos artigos revisados, tais como autores, ano e país de publicação, objetivos do estudo, abordagem e tipo de pesquisa e instrumentos e/ou técnicas utilizadas.

Tabela 1 — Síntese das características dos artigos analisados

Autores (Ano)/ País	Objetivo	Abordagem e Tipo de pesquisa	Instrumentos e/ou técnicas
1. Schmidt, Schoppe-Sullivan, Frizzo, Piccinini (2019) / Brasil.	Investigar a divisão do trabalho durante a transição para a parentalidade em famílias do Sul do Brasil com diferentes arranjos de cuidado infantil	Qualitativa e longitudinal	Entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico.
2. Richardson, Futris, Mallette, Campbell (2018) / EUA.	Examinar a relação entre o estresse parental das mães adotivas e a qualidade das relações coparentais, e a influência moderadora do apoio ao papel do cuidador adotivo.	Quantitativa e transversal	Parental Stress Scale; Casey Foster Applicant Inventory Applicant Co-Parenting Scale (CFAI-CP); Coparenting Questionnaire; Help with Fostering Inventory.

continua...

...continuação

Autores (Ano)/ País	Objetivo	Abordagem e Tipo de pesquisa	Instrumentos e/ou técnicas
3. Poblete & Gee (2018) / EUA.	Identificar fatores de proteção para pais adolescentes afro-americanos e latino-americanos de baixa renda durante a transição para a paternidade.	Quantitativa e longitudinal	Social Support and Undermining Scale (SSUS); Parenting Alliance Inventory (PAI), questionário sociodemográfico.
4. Bertoni, Carrà, Iafrate, Zanchettin, Parise (2018) / Itália.	Investigar o papel de associações para pais separados no bem estar e coparentalidade dos pais separados.	Quantitativa e transversal	Questionário online autorrelato; Hopkins Symptom Checklist (HSCL); Coparenting Scale.
5. Riina & Feinberg (2018) / EUA.	Examinar a mudança longitudinal no suporte e conflitos coparentais para pais casados durante a adolescência de seus filhos, e as ligações entre fatores financeiros, de trabalho e comunitários e suporte e conflito coparental.	Quantitativa e longitudinal	7 itens da Coparenting Relationship Scale (CRS); questionário sobre jornada de trabalho, satisfação com o trabalho, tensão financeira e coesão da comunidade.
6. Visser, Finkenauer, Schoemaker, Kluwer, Rijken, Lawick, Bom, Schipper, Lamers-Winkelmann (2017) / Holanda.	Fornecer evidências para o modelo de mediação de que a reprovação da rede social do outro progenitor está associada a um maior conflito entre pais divorciados.	Quantitativa e transversal	Questionário sociodemográfico (questões sobre o divórcio); subescala de coparentalidade de 7 itens do Psychological Adjustment to Separation Test (PAST); lista de pessoas que estão envolvidas e preocupadas com o divórcio e 4 perguntas avaliando sua percepção das reações gerais dos parceiros da rede ao divórcio, incluindo questões relativas à sua (des)aprovação; Transgression Related Interpersonal Motivations Inventory.
7. Sumontha, Farr, Patterson (2016) / EUA.	Examinar as associações entre as qualidades dos contextos sociais das famílias e as experiências de coparentalidade.	Quantitativa e longitudinal	Multidimensional Scale of Perceived Social Support (MSPSS); Parenting Alliance Inventory (PAI).

continua...

...continuação

Autores (Ano)/ País	Objetivo	Abordagem e Tipo de pesquisa	Instrumentos e/ou técnicas
8. Raskin, Fosse, Fauth, Bumgarner, Easterbrooks (2016) / EUA.	Compreender as complexidades das relações mãe-pai entre pais jovens; investigar os recursos de segundo plano correlacionados com as configurações de relacionamento e informar os esforços de intervenção para promoção da paternidade.	Quantitativa e longitudinal	Questionário sociodemográfico; questionário sobre a configuração da relação mãe-pai; The Center for Epidemiological Studies – Depression scale (CES-D).
9. Marczak, Becher, Hardman, Galos, Ruhland (2015) / EUA.	Explorar o envolvimento do pai e os resultados das relações coparentais a partir da avaliação de eficácia de uma intervenção colaborativa.	Quantitativa e longitudinal	Role of the Father Questionnaire (ROFQ); Questionário de envolvimento paterno (3 itens de tempo gasto com o filho; 6 itens do Together We Can [TWC] Questionnaire para avaliar atividades com o filho); Parenting Alliance Measure (PAM).
10. Florsheim, Burrow-Sánchez, Minami, McArthur, Heavin, Hudak (2012) / EUA.	Testar a eficácia do Programa Jovem Parentalidade (YPP), um programa de aconselhamento de 10 semanas administrado durante a gravidez e projetado para facilitar o desenvolvimento de habilidades interpessoais e parentalidade positiva entre pais adolescentes.	Quantitativa e longitudinal	The Capacity for Interpersonal Bonding (CIB) interview; 1 questão sobre engajamento paterno; The Child Abuse Potential Inventory (CAPI); Parenting Behavior Checklist (PBC); Quality of Relationship Inventory (QRI).
11. Cabrera, Shannon, La Taillade (2009) / EUA.	Examinar vários possíveis preditores da coparentalidade.	Quantitativa e transversal	Questionário sociodemográfico; questionário de proficiência em inglês; Center for Epidemiological Studies Depression Scale – Short Form (CESD-SF); 4 questões de apoio social percebido; 10 questões sobre a qualidade do relacionamento conjugal; subescalas de envolvimento paterno; 1 questão que aborda conflito coparental; observação estruturada.
12. Lindsey, Caldera, Colwell (2005) / EUA.	Identificar fatores externos e internos à família que estão associados à qualidade da relação de coparentalidade.	Quantitativa e transversal	Family Support Scale (FSS); Child Rearing Practices Report (CRPR); The Infant Characteristics Questionnaire; Pacote de medidas clínicas: manual de campo para autoestima; questionário sociodemográfico; observação estruturada.

Entre os temas discutidos relacionados à coparentalidade e à rede social, destacou-se: transição para a parentalidade (Florsheim et al., 2012; Lindsey et al., 2005; Poblete & Gee, 2018; Raskin et al., 2016; Schmidt et al., 2019), envolvimento paterno (Cabrera et al., 2009; Florsheim et al., 2012; Marczak et al., 2015; Raskin et al., 2016), divórcio (Bertoni et al., 2018; Marczak et al., 2015; Visser et al., 2017), parentalidade na adolescência (Florsheim et al., 2012; Poblete & Gee, 2018; Raskin et al., 2016), adoção (Richardson et al., 2018; Sumontha et al., 2016), estresse parental (Richardson et al., 2018) e famílias homoafetivas (Sumontha et al., 2016). Além disso, três estudos destacaram a avaliação de intervenções relacionadas à coparentalidade (Florsheim et al., 2012; Marczak et al., 2015; Raskin et al., 2016), aspecto considerado relevante, uma vez que as equipes e serviços da comunidade e/ou serviços de saúde responsáveis pelas intervenções foram compreendidos como parte da rede social dos sujeitos que participaram das intervenções.

Os resultados encontrados nos estudos acerca da relação entre a rede social e a coparentalidade foram organizados em três categorias temáticas, que serão apresentadas em seguida.

Conceituação de rede social e apoio social

Nessa categoria, foram agrupados dados referentes à definição dos termos rede social e apoio social nos estudos analisados. Foi possível constatar que o descritor conceitual “rede social” foi utilizado em apenas um artigo (Visser et al., 2017); as demais publicações utilizaram o descritor “apoio social”. Em seis estudos essa temática foi central, trazida como foco de investigação associada à coparentalidade (Bertoni et al., 2018; Poblete & Gee, 2018; Richardson et al., 2018; Schmidt et al., 2019; Sumontha et al., 2016; Visser et al., 2017). Já nas demais publicações, o tema foi abordado como uma das variáveis a serem investigadas em meio a outros aspectos relacionados à coparentalidade (Cabrera et al., 2009; Lindsey et al., 2005; Riina & Feinberg, 2018), ou foi mencionado indiretamente, como nos casos dos estudos de intervenção (Florsheim et al., 2012; Marczak et al., 2015; Raskin et al., 2016).

Ressalta-se o consenso dos estudos em demarcar a importância dos vínculos com pessoas consideradas relevantes na relação coparental, destacado como um fator de proteção para uma relação positiva e saudável. No entanto, três estudos também destacaram como a rede social pode se configurar como um fator de risco e prejudicar o relacionamento coparental (Poblete & Gee, 2018; Riina &

Feinberg, 2018; Visser et al., 2017). Tais vínculos foram prioritariamente analisados à luz do conceito de apoio social, cuja definição, fundamentada em referenciais teóricos, foi encontrada em apenas três estudos, que apresentaram o conceito de forma distinta (Lindsey et al., 2005; Poblete & Gee, 2018; Sumontha et al., 2016). Os demais estudos abordaram o conceito a partir de outras pesquisas que não explicitavam a quais definições de apoio social se ancoravam e tampouco evidenciaram as definições de rede social.

Entre as definições claramente apresentadas, o apoio social foi conceituado como “a presença de uma forte relação na qual a outra pessoa demonstra cuidado e afirmação, fornece informações e conselhos úteis e fornece ajuda e recursos necessários” (Abbey et al., 1985, como citado em Poblete & Gee, 2018, p. 2296). O apoio social também foi definido como “a disponibilidade das pessoas que formam uma rede social em proporcionar encorajamento, conforto, amor e reforço do valor do sujeito dentro desse sistema social” (Cobb, 1976 e Sarason, Levine, Basham & Sarason, 1983, como citados em Sumontha et al., 2016, p. 987). Por fim, o conceito de apoio social ainda foi definido como “ajuda emocional, instrumental ou informativa que outras pessoas fornecem a um indivíduo” (Crockenberg, 1988, como citado em de Lindsey et al., 2005, p. 348).

Em relação aos estudos que analisavam intervenções relativas à coparentalidade (Florsheim et al., 2012; Marczak et al., 2015; Raskin et al., 2016), não foram evidenciados dados de análise da rede social ou do apoio social dos pais; tampouco foram abordados tais conceitos e definições, pois esses aspectos não constituíam o foco de investigação dos referidos estudos.

Coparentalidade no ciclo de vida familiar

Nessa categoria foi descrita a etapa do ciclo de vida focalizada nos estudos. Identificaram-se duas subcategorias: famílias com filhos pequenos e famílias com adolescentes. Nas famílias com filhos pequenos, os estudos que abordaram a coparentalidade e a rede social das famílias com crianças pequenas apresentaram uma diversidade de temas analisados sobre esse pano de fundo (Bertoni et al., 2018; Cabrera et al., 2009; Lindsey et al., 2005; Richardson et al., 2018; Marczak et al., 2015; Schmidt et al., 2019; Sumontha et al., 2016; Visser et al., 2017). Tal diversidade possibilitou que emergissem como elementos de análise os seguintes temas: estresse parental, apoio social, envolvimento paterno, fatores internos e externos à família, e estressores do ciclo de vida (transições no ciclo de vida, migração, adoção, divórcio etc.).

O estresse parental em famílias com filhos pequenos foi analisado no estudo de Richardson et al. (2018) relacionado à maternidade adotiva e ao papel moderador do apoio social. Considerando os aspectos do estresse parental envolvido na transição para a parentalidade, sobretudo na parentalidade via adoção, ambos compreendidos como estressores do ciclo vital familiar, os resultados indicaram que quanto maior o estresse parental experimentado, menor a qualidade da relação de coparentalidade, sendo essa associação moderada pelo apoio social recebido. O estudo apontou que o apoio recebido pode ter servido para mitigar alguns dos efeitos do estresse parental sobre o subsistema coparental.

O apoio social e a coparentalidade foram analisados por Sumontha et al. (2016), a partir do viés de diferentes configurações familiares entre *gays*, lésbicas e heterossexuais, com filhos pequenos por adoção. Os resultados indicaram níveis similares de apoio social da família, amigos e outras pessoas relevantes nos diversos arranjos familiares. Casais homoafetivos relataram o apoio de suas famílias de origem e de todas as outras fontes, tanto quanto os casais heteroafetivos. Mães lésbicas, pais *gays* e heterossexuais também relataram percepções similares de suas alianças parentais; de modo geral, todos os participantes reportaram alianças parentais relativamente fortes.

Em relação ao envolvimento paterno e ao conflito coparental, o estudo de Cabrera et al. (2009), realizado no contexto da migração de famílias mexicanas para os Estados Unidos, demonstrou que, independentemente do nível de proficiência em inglês dos pais e mães, ambos se engajaram na mesma quantidade de cuidados quando o pai não relatou nenhum conflito coparental. No entanto, quando houve um aumento do conflito, os pais com proficiência em inglês começaram a se envolver mais nos cuidados dos filhos; em contraste, os pais com menor nível de proficiência em inglês se envolveram menos. Nesse estudo, a proficiência em inglês foi usada como uma variável para medir o nível de aculturação ao país de acolhida, isto é, o quanto os pais estavam integrados no novo país. Associações entre níveis de depressão e sintomas de aculturação dos pais, o apoio familiar e a qualidade do relacionamento do casal com o conflito de coparentalidade foram analisados, bem como os efeitos do conflito coparental na criação dos filhos e no desenvolvimento social infantil. Os sintomas depressivos maternos, o apoio familiar e a felicidade conjugal não foram associados por pais e mães ao conflito coparental. Contudo, os sintomas depressivos paternos e o conflito conjugal foram associados pelos pais a um maior conflito coparental.

No estudo de Lindsey et al. (2005), as características individuais dos pais e da criança e fatores internos à família também foram associados ao comportamento coparental. Um dos fatores ligado ao comportamento individual de

coparentalidade foi o temperamento infantil. Especificamente, pais de crianças com temperamento difícil demonstraram comportamento coparental mais intrusivo. Além disso, a autoestima também foi associada ao comportamento coparental de mães e pai, pois mães com elevada autoestima demonstraram comportamentos coparentais menos intrusivos. Os fatores externos à família, tais como o *status* de emprego dos pais e o apoio social extrafamiliar, repercutiram em diferenças individuais no comportamento coparental. As variáveis contextuais se relacionaram mais ao comportamento de apoio para as mães, enquanto para os pais as variáveis contextuais estavam vinculadas à coparentalidade intrusiva (Lindsey et al., 2005).

O divórcio relacionado à coparentalidade e à rede social emergiu nos estudos de Bertoni et al. (2018), Visser et al. (2017), Sumontha et al. (2016) e Marczak et al. (2015) como um estressor do ciclo de vida familiar, na medida em que modificou a dinâmica familiar e foi associado a possíveis efeitos negativos na adaptação e bem-estar pós-divórcio dos pais e das crianças. Ressaltam os autores que tais efeitos poderiam se intensificar nas situações em que ocorressem conflitos entre os pais. Para Sumontha et al. (2016), os casais separados relataram alianças parentais significativamente mais fracas do que casais não separados. Considerando os efeitos negativos do divórcio no bem-estar emocional e social, nas relações com os filhos e na relação coparental, o estudo de Bertoni et al. (2018) indicou que o divórcio interferia significativamente na rede social, rompendo ou enfraquecendo os laços com grupos de pessoas que antes faziam parte da rede social do casal. Além disso, haveria o risco de enfraquecimento da relação entre pais e filhos, especialmente os pais homens que acabavam saindo de casa e não coabitavam com os filhos pequenos. Nesse sentido, analisou-se a relevância das Associações de pais separados na melhoria de tais aspectos. Tais Associações foram citadas como instituições criadas e mantidas pelos próprios pais, bastante difundidas na Itália, cujos objetivos seriam, basicamente, salvaguardar e promover a coparentalidade e o bem-estar, e sensibilizar as instituições e a sociedade acerca das lacunas na legislação sobre a figura paterna (Bertoni et al., 2018).

Na perspectiva das intervenções dos serviços da comunidade ou equipes de saúde como fonte de apoio social ou parte da rede social de apoio à coparentalidade no contexto do divórcio e separação dos pais, o estudo de Marczak et al. (2015) descreveu uma intervenção voltada para mães e pais separados, cujo objetivo foi apoiar os pais não casados que estabeleciam a paternidade visando melhorar as relações de coparentalidade e o envolvimento paterno. Os resultados indicaram que 69% dos pais que participaram da intervenção

relatarem uma mudança positiva em relação ao papel que desempenhavam na vida da criança, em comparação aos 31% de pais do grupo controle; também se declararam mais propensos a acreditar que estavam indo bem em vários aspectos da qualidade de vida familiar.

Com relação às publicações que abordaram a coparentalidade e a rede social de famílias com filhos adolescentes, destaca-se o estudo de Riina e Feinberg (2018), que examinou a mudança longitudinal no suporte e conflitos coparentais para pais casados durante a adolescência de seus filhos. Os autores constataram um declínio ao longo de seis anos na percepção do apoio coparental do parceiro para as mães e os pais, mas nenhuma mudança significativa no conflito coparental percebido. De modo geral, os fatores externos à coparentalidade, tais como o desgaste financeiro e as horas de trabalho, atuaram como estressores para a relação, pois estavam associados a decréscimos na qualidade da coparentalidade, enquanto a satisfação no trabalho e a coesão da comunidade estavam ligadas a relações coparentais mais positivas.

Já entre os estudos de famílias cujos pais eram adolescentes, Florsheim et al. (2012), Poblete e Gee (2018) e Raskin et al. (2016) destacaram a relevância de outros membros da rede social dos pais se fazerem presentes para a construção de uma parentalidade e uma coparentalidade mais saudáveis. Tal fato se apoiou na premissa de que os adolescentes se defrontariam com diversos estressores nessa etapa do ciclo de vida familiar, tais como a própria transição para a adolescência ao mesmo tempo em que se transita para a parentalidade; a transição do casal para a família com filhos pequenos, muitas vezes sem antes ter vivenciado a etapa de formação de casal; e a saída da casa dos pais em função da parentalidade precoce e sem planejamento. Considerando a questão do envolvimento paterno e do relacionamento conjugal dos pais adolescentes, Raskin et al. (2016) constataram a alta instabilidade da conjugalidade para mães jovens e o efeito duradouro da monoparentalidade no *status* de relacionamento das mães ao longo do tempo. Para os autores, tais rupturas poderiam ter efeitos negativos nos filhos pequenos, ressaltando a necessidade de se prover apoio às famílias com pais adolescentes.

Para Poblete e Gee (2018), estudar a parentalidade na adolescência enquanto fator de risco para o desenvolvimento de problemas psicossociais e parentais teve por objetivo explorar o papel dos avós na coparentalidade exercida pelos pais adolescentes ao longo dos doze meses após o nascimento do filho. Os resultados destacaram que a presença da rede social familiar dos adolescentes, composta pelos pais, poderia ser protetora na medida em que os avós, ao proporcionarem um clima de apoio, incentivariam e ensinariam seus filhos a coparentar por meio de seus modelos.

Com relação às intervenções no contexto da coparentalidade com pais adolescentes, Florsheim et al. (2012) investigaram o apoio para pais adolescentes e mãe adolescentes grávidas, visando ao relacionamento coparental mediante uma intervenção realizada por profissionais da saúde nos Estados Unidos da América. O estudo ressaltou que facilitar o desenvolvimento de habilidades relacionais em pais adolescentes ajudaria a aumentar o envolvimento paterno, melhoraria a qualidade das relações coparentais e favoreceria práticas parentais positivas. Tais premissas levaram em consideração que alguns pais adolescentes poderiam ainda não apresentar as habilidades interpessoais necessárias para gerenciar os desafios parentais, aumentando as situações de risco para as crianças e para si mesmos, associados, principalmente, ao estresse relacional e ao conflito coparental.

Relações entre os membros das redes e os pais

Nessa categoria foram descritos os tipos predominantes das relações entre os membros das redes e os pais, a fim de descrever de que forma as redes interferem na coparentalidade. Identificaram-se duas subcategorias: relações comunitárias e relações familiares. As relações com a comunidade, caracterizadas principalmente pelos serviços de saúde e assistenciais, foram as mais citadas como fornecedoras de apoio social e de fortalecimento e proteção da coparentalidade. A babá e a creche (Schmidt et al., 2019), o médico da família e outros pais (Richardson et al., 2018), a Associação de pais separados (Bertoni et al., 2018), os vizinhos (Riina & Feinberg, 2018) e as intervenções controladas e realizadas por profissionais de serviços de saúde ou assistenciais (Florsheim et al., 2012; Marczak et al., 2015; Raskin et al., 2016) influenciaram positivamente na qualidade da coparentalidade.

Em todos os estudos elencados no parágrafo anterior, a comunidade funcionou como fator protetivo para a coparentalidade frente às condições de risco para o desenvolvimento de sofrimento psíquico dos sujeitos, em situações de divórcio (Bertoni et al., 2018; Marczak et al., 2015), de parentalidade precoce e na adolescência (Florsheim et al., 2012; Raskin et al., 2016), da parentalidade por adoção (Richardson et al., 2018), da transição para a parentalidade, do possível afastamento dos pais homens nos cuidados dos filhos (Schmidt et al., 2019), ou ainda das mudanças provocadas no sistema familiar e na relação coparental de casais com filhos adolescentes (Riina & Feinberg, 2018). Por outro lado, enquanto fator de risco para a coparentalidade, o apoio emocional recebido pela rede social

de pais divorciados foi identificado no estudo de Visser et al. (2017) como contribuinte para o prejuízo da relação coparental, uma vez que houve a tendência de as pessoas da rede social oferecerem apoio a um dos membros da dupla coparental e esse apoio foi percebido como desaprovação pelo outro membro. Dessa maneira, o apoio emocional recebido, acrescido da percepção de desaprovação do ex-cônjuge, repercutiu de forma negativa na coparentalidade, sob a forma de conflitos coparentais.

Ainda na perspectiva das relações sociais com a comunidade, o estudo de Schmidt et al. (2019) discutiu como a vinculação dos pais com uma instituição como a creche, por exemplo, ou poder contar com o trabalho de uma babá, poderia se relacionar positivamente a uma maior divisão do trabalho, que representa uma das dimensões da coparentalidade nas famílias com crianças pequenas. O apoio social exercido pela Associação de pais separados (Bertoni et al., 2018) apresentou relação com sintomas depressivos, bem-estar relacional e coparentalidade, pois quanto mais amparados os pais se sentiam pela instituição, menos deprimidos ficavam, mais satisfeitos se sentiam com o relacionamento com os filhos e amigos e mais capazes ficavam em demonstrar habilidades de coparentalidade. Além disso, a Associação de pais separados possibilitou a conexão de novas pessoas que até então não faziam parte da rede social dos pais, que, a partir dessa experiência, foi ampliada.

A análise em conjunto das publicações permitiu identificar que o apoio social, compreendido como uma função mais ampla e positiva da rede social, foi uma das funções mais citadas nos estudos, sendo, de modo geral, descrita como promotora e facilitadora da relação coparental de forma mais positiva e saudável (Bertoni et al., 2018; Lindsey et al., 2005; Richardson et al., 2018; Riina & Feinberg, 2018; Sumontha et al., 2016). Para Richardson et al. (2018), o apoio social foi analisado ainda como moderador do estresse parental e a coparentalidade no contexto da adoção, pois quando as mães adotivas percebiam seus sistemas de apoio como altamente úteis, tendiam a relatar níveis mais baixos de estresse parental e maior qualidade de relacionamento coparental.

No estudo de Riina e Feinberg (2018), a coesão da comunidade, representada por vizinhos ou moradores do bairro, foi associada à coparentalidade por pais de adolescentes, uma vez que o apoio social recebido repercutiu na coparentalidade, tanto na diminuição dos conflitos coparentais quanto no aumento do apoio coparental. Assim, os autores inferiram que os pais de adolescentes se beneficiaram de laços comunitários, que por sua vez aumentaram o apoio percebido pelas mães por meio de contágio emocional ou aumento do envolvimento paterno.

Entre os estudos que analisaram intervenções relacionadas à coparentalidade, identificou-se que, no âmbito das relações comunitárias, os profissionais de saúde e assistência social exerceram uma função de apoio na rede social dos pais. Intervenções por meio de um programa de visitas domiciliares para pais jovens (Raskin et al., 2016), por exemplo, possibilitaram a formação ou a manutenção de parcerias de apoio a mães, revelando o potencial promotor de habilidades e relações coparentais mais estáveis e solidárias. É possível citar ainda o estudo de Marzak et al. (2015), realizado no sistema judicial, sob um enfoque de promoção de relações coparentais, que objetivou intervir para estimular relacionamentos familiares saudáveis. Os resultados demonstraram que 63% das mães do grupo de intervenção relataram ter experimentado uma mudança positiva na relação de coparentalidade, em oposição a 36% das mães do grupo de controle. Por outro lado, adotando uma lógica preventiva, o estudo Florsheim et al. (2012) investigou a intervenção realizada com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das habilidades interpessoais necessárias para a coparentalidade positiva e a parentalidade. Os pais que participaram da intervenção se mostraram significativamente mais propensos a se envolver ativamente com seus filhos bebês e a se relacionar relações mais positivamente com o parceiro coparental do que os pais do grupo controle.

Os estudos que abordaram as relações familiares indicaram que essa sub-rede foi uma das mais citadas na relação entre coparentalidade e rede social. Caracterizada com uma das principais fontes de apoio social da rede dos pais, as relações familiares tanto podem influenciar de forma positiva, como fator protetivo, fortalecendo e promovendo o relacionamento coparental, quanto podem exercer influência negativa e prejudicial, como fator de risco ao desenvolvimento do relacionamento coparental saudável. O estudo de Poblete e Gee (2018), cujo foco se concentrou na função dos avós na coparentalidade, demonstrou tais repercussões do apoio social recebido. O aumento da qualidade da coparentalidade se deu em duas situações: quando havia apoio dos avós e do parceiro; e, curiosamente, em casais que não tinham apoio mútuo ou dos avós, pois as mães recorriam a outros membros da rede, principalmente à família estendida, que supria a falta de apoio dos avós. Nos casos em que as mães iniciaram um novo relacionamento romântico e o padrasto assumiu a dupla coparental, ampliou-se a qualidade da relação coparental, segundo as mães. Em relação à qualidade da coparentalidade diminuída, essa foi relatada quando o apoio dos avós foi alto, mas o apoio do parceiro foi baixo, e na ausência do apoio dos avós, mesmo quando os pais tinham apoio elevado entre si.

Discussão

O interesse pela coparentalidade não é algo recente. Desde o conceito de subsistema executivo criado por Minuchin (1982), acerca de como os pais gerenciam e tomam decisões a respeito da educação dos filhos, a coparentalidade tem ganhado destaque nos estudos (Souza et al., 2016), especialmente naqueles com delineamento quantitativo. De fato, conforme constatado, os estudos com abordagem quantitativa são predominantes em relação aos de abordagem qualitativa. A esse respeito, Souza et al. (2016) ressaltam que o crescimento das pesquisas sobre coparentalidade se deu de modo unidirecionado e pouco variado. Nesse sentido, os autores supracitados mencionam que os instrumentos criados para avaliar a coparentalidade se caracterizaram por medidas fechadas, que dificultam o acesso às percepções mais subjetivas das famílias estudadas. Tais aspectos apontam para a relevância da realização de pesquisas com delineamento qualitativo que permitam uma compreensão mais singular e contextual da coparentalidade.

A indiferenciação conceitual acerca da rede social, apoio e suporte social constatada na maior parte das publicações dessa revisão corrobora os achados de diversos estudos que tratam do tema (Gonçalves et al., 2011; Maffei et al., 2019; Nardi et al., 2017; Smith & Christakis, 2008). Embora tenha havido um crescente interesse científico na temática, Gonçalves et al. (2011) afirmam que tal crescimento não refletiu, na mesma medida, no embasamento teórico consistente. Esse apontamento repercute no entendimento acerca da relevância da rede social na vida dos sujeitos, pois os vínculos e funções por vezes estão invisibilizados (Nardi et al., 2017).

Diante da complexidade de cada etapa do ciclo vital, ao se investigar a coparentalidade, reitera-se a necessidade de compreender tal subsistema familiar refletindo as especificidades de cada momento do ciclo e suas influências no fenômeno da coparentalidade, tais como os estressores familiares verticais e horizontais, bem como as características individuais de pais e criança, além do ambiente extrafamiliar (Carter & McGoldrick, 2008; Lamela et al., 2010). Nesse sentido, é relevante que os estudos considerem que a coparentalidade em famílias com filhos pequenos é vivida de modo diferente da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes, cuja transição por si só implica no enfrentamento de estressores horizontais-desenvolvimentais.

Ademais, destaca-se a necessidade de pesquisas que compreendam a experiência da coparentalidade em condições imprevisíveis que causam grande estresse nas famílias (estressores horizontais imprevisíveis), tais como o divórcio, morte e

doença crônica, os quais afetarão de diferentes maneiras o subsistema coparental (Carter & McGoldrick, 2008), que demandará apoio de forma mais intensa de sua rede social.

As relações com a comunidade, observadas na presente revisão, se revelaram marcadamente constituídas pelas relações com os sistemas de saúde e de assistência, demonstrando serem capazes, mediante intervenções, de proporcionar mudanças significativas na forma de viver e de enfrentar as dificuldades ao longo do ciclo vital, como por exemplo na gravidez precoce, isto é, a parentalidade e a coparentalidade na adolescência (Raskin et al., 2016), ou no divórcio, condição na qual o exercício da coparentalidade cooperativa é mais desafiador (Marzak et al., 2015), aspecto também constatado por Maffei et al. (2019) e Reis et al. (2020), em estudos que investigaram a relação da rede social com os fenômenos ocorridos durante o ciclo de vida.

Nos três estudos que abordaram intervenções na coparentalidade, identificou-se interações que favoreceram a resolução de conflitos e reafirmaram responsabilidades. Além disso, observou-se que as(os) profissionais responsáveis pela condução das intervenções que visavam promover a relação coparental e os papéis parentais, enquanto membros das redes sociais dos participantes, proporcionaram o compartilhamento de informações e modelos que influenciaram positivamente a coparentalidade (Marzak et al., 2015; Raskin et al., 2016).

Corroborando os achados de Feinberg et al. (2016), o conjunto de estudos analisados nesta revisão aponta benefícios para o exercício da coparentalidade, por meio da realização de intervenções promotoras de relações saudáveis (Marzak et al., 2015; Raskin et al., 2016) e intervenções preventivas de agravos na relação coparental (Florsheim et al., 2012), de modo que é possível construir uma relação coparental saudável e positiva tanto para os pais (divorciados ou casados) quanto para os filhos. A relevância de tais intervenções se sustenta em evidências que destacam que, quando a coparentalidade é positiva, os responsáveis conseguem acordos entre si, respeitam a parentalidade um do outro, cooperam na criação dos filhos e costumam se envolver mais com eles (Finzi-Dottan & Cohen, 2016). Ademais, as relações coparentais cooperativas beneficiam o desenvolvimento infantil, influenciando positivamente na expressão de comportamentos internalizantes e externalizantes dos filhos e na dinâmica relacional familiar como um todo, refletindo no bem-estar dos pais e no comportamento de apoio enquanto dupla coparental (Lamela et al., 2016).

Ao atentar para a rede social, percebe-se a abrangência de aspectos que se configuram como recursos e enriquecem o entendimento das relações familiares,

sobretudo a coparentalidade, propiciando meios de apoio e suporte. Esse direcionamento permite reconhecer o universo relacional da família e os elementos inter-relacionados que a compõem, a partir dos espaços em que os membros circulam e participam: vizinhança, família, instituições, entre outros.

Avanços na compreensão da estrutura e funções da rede social podem abrir novas fronteiras para intervenções que visem melhorar a saúde dos indivíduos e populações. Os laços interpessoais são importantes ferramentas para a difusão de conhecimento, atitudes e comportamentos, de modo que a rede formada por tais laços tende a amplificar a disseminação de modificações comportamentais de uma pessoa, produzindo mudanças no mesmo sentido em outras pessoas da população em geral (Kim et al., 2015).

Com referência a novos estudos empíricos, recomenda-se enfatizar a dimensão relacional e a multiplicidade de elementos inerentes à experiência de tornar-se mãe ou pai, considerando o potencial das redes no fortalecimento da dinâmica parental e coparental. Entende-se que é particularmente importante: (a) investigar a perspectiva dos casais acerca dos significados que as suas redes evocam na relação um com o outro na criação dos seus filhos; e (b) caracterizar os elementos estruturais, as funções e os vínculos das redes dos pais e identificar como esses elementos influenciam na relação coparental.

Os dados encontrados são indicativos de que tanto a coparentalidade quanto a rede social podem ser estudadas sob a ótica de diversas perspectivas, analisadas à luz de diversos assuntos que permeiam os estudos de família. Além disso, apontam para a realização de novos estudos sobre a interface entre coparentalidade e rede social que possam abranger outros descritores, visando identificar se os resultados apresentados nesta revisão podem ser igualmente observados. As limitações deste estudo centram-se nos descritores utilizados no levantamento e no tipo de produção analisada, tendo em vista que foram incluídos somente artigos. Diante disso, sugere-se que futuras revisões de literatura utilizem outras palavras-chave, considerando as variações do conceito de rede social, a dinâmica da rede social ao longo do ciclo vital familiar e os impactos das intervenções focadas na coparentalidade.

Referências

- Bertoni, A.; Carrà, E.; Iafrate, R.; Zanchettin, A.; Parise, M. (2018). The associations for separated parents in Italy: Their role for parents' well-being and coparenting. *Health & Social Care in the Community*, 26(4), e571-e577. <https://doi.org/10.1111/hsc.12573>

- Cabrera, N. J.; Shannon, J. D.; La Taillade, J. J. (2009). Predictors of coparenting in Mexican American families and links to parenting and child social emotional development. *Infant Mental Health Journal*, 30(5), 523-548. <https://doi.org/10.1002/imhj.20227>
- Carter, B.; McGoldrick M. (2008). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Favez, N.; Widmer, E. D.; Frascarolo, F.; Doan, M. T. (2019). Mother-stepfather coparenting in stepfamilies as predictor of child adjustment. *Family Process*, 58(2), 446-462. <https://doi.org/10.1111/famp.12360>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting*, 3(2), 95-131. https://doi.org/10.1207%2FS15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E.; Jones, D. E.; Hostetler, M. L.; Roettger, M. E.; Paul, I. M.; Ehrental, D. B. (2016). Couple-focused prevention at the transition to parenthood, a randomized trial: Effects on coparenting, parenting, family violence, and parent and child adjustment. *Prevention Science*, 17(6), 751-764. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0674-z>
- Finzi-Dottan, R.; Cohen, O. (2016). Predictors of involvement and warmth of custodial fathers in Israel: Comparison with married and noncustodial divorced fathers. *Family Process*, 55(1), 171-187. <https://doi.org/10.1111/famp.12124>
- Florsheim, P.; Burrow-Sánchez, J. J.; Minami, T.; McArthur, L.; Heavin, S.; Hudak, C. (2012). Young parenthood program: Supporting positive paternal engagement through coparenting counseling. *American Journal of Public Health*, 102(10), 1886-1892. <https://doi.org/10.2105/ajph.2012.300902>
- Gonçalves, T. R.; Pawlowski, J.; Bandeira, D. R.; Piccinini, C. A. (2011). Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: Aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1755-1769. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300012>
- Gottlieb, B. H.; Bergen, A. E. (2010). Social support concepts and measures. *Journal of Psychosomatic Research*, 69(5), 511-520. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychores.2009.10.001>
- Juliano, M. C. C.; Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre a rede de apoio social como mecanismo de proteção de promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 135-154. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>
- Kim, D. A.; Hwong, A. R.; Stafford, D.; Hughes, D. A.; O'Malley, A. J.; Fowler, J. H.; Christakis, N. A. (2015). Social network targeting to maximise population behaviour change: A cluster randomised controlled trial. *Lancet*, 386(9989), 145-153. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60095-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60095-2)
- Lamela, D.; Figueiredo, B.; Bastos, A.; Feinberg, M. (2016). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological adjustment. *Child Psychiatry & Human Development* 47(5), 716-728. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0604-5>

- Lamela, D.; Nunes-Costa, R.; Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216. <https://www.scielo.br/j/pe/algWRrTNmCSPhByLdxDCgxqNN/>
- Lindsey, E. W.; Caldera, Y.; Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations*, 54(3), 346-359. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2005.00322.x>
- Maffei, B.; Menezes, M.; Crepaldi, M. A. (2019). Rede social significativa no processo gestacional: Uma revisão integrativa. *Revista da SBPH*, 22(1), 216-237. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000100012
- Marczak, M. S.; Becher, E. H.; Hardman, A. M.; Galos, D. L.; Ruhland, E. (2015). Strengthening the role of unmarried fathers: Findings from the co-parent court project. *Family Process*, 54(4), 630-638. <https://doi.org/10.1111/famp.12134>
- McGoldrick, M.; Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In: F. Walsh (Org.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade*, cap. 16, p. 375-398. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Nardi, A. L.; Moré, C. L. O. O.; Peres, G. M. (2017). Rede social significativa no processo de adoecimento de pessoas com cirrose hepática alcoólica: Uma revisão integrativa. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 25(2), 77-85. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v25n2p77-85>
- Olabuénaga, J. I. R. (2009). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Deusto.
- Perkins, J. M.; Subramanian, S. V.; Christakis, N. A. (2015). Social networks and health: A systematic review of sociocentric network studies in low- and middle-income countries. *Social Science & Medicine*, 125, 60-78. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.08.019>
- Poblete, A. T.; Gee, C. B. (2018). Partner support and grandparent support as predictors of change in coparenting quality *Journal of Child and Family Studies*, 27(7), 2295-2304. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1056-x>
- Raskin, M.; Fosse, N. E.; Fauth, R. C.; Bumgarner, E.; Easterbrooks, M. A. (2016). Relationship types among adolescent parents participating in a home-visiting program: A latent-transition analysis. *Journal of Family Psychology*, 30(3), 375-385. <https://doi.org/10.1037/fam0000164>
- Reis, C. G. C.; Moré, C. L. O. O.; Krenkel, S.; Menezes, M. (2020). Redes sociais nos cuidados paliativos: Uma revisão integrativa da literatura. *Revista de Psicologia*, 38(1), 299-341. <https://doi.org/10.18800/psico.202001.012>
- Richardson, E. W.; Futris, T. G.; Mallette, J. K.; Campbell, A. (2018). Foster mothers' parenting stress and coparenting quality: An examination of the moderating role of support. *Children and Youth Services Review*, 89, 77-82. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.04.024>
- Riina, E. M.; Feinberg, M. E. (2018). The trajectory of coparenting relationship quality across early adolescence: Family, community, and parent gender influences. *Journal of Family Psychology*, 32(5), 599-609. <https://doi.org/10.1037/fam0000426>

- Schmidt, B.; Schoppe-Sullivan, S. J.; Frizzo, G. B.; Piccinini, C. A. (2019). A qualitative multiple case study of the division of labor across the transition to parenthood in South-Brazilian families. *Sex Roles*, 81(5), 272-289. <https://doi.org/10.1007/s11199-018-0999-0>
- Sluzki, C. E. (2010). Personal social networks and health: Conceptual and clinical implications of their reciprocal impact. *Families, Systems, & Health*, 28(1), 1-18. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/a0019061>
- Smith, K. P.; Christakis, N. A. (2008). Social networks and health. *Annual Review of Sociology*, 34, 405-429. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134601>
- Souza, P. B. M.; Ramos, M. S.; Pontes, F. A. R.; Silva, S. S. C. (2016). Coparentalidade: Um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos da Clínica*, 21(3), 700-720. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i3p700-720>
- Sumontha, J.; Farr, R. H.; Patterson, C. J. (2016). Social support and coparenting among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents. *Journal of Family Psychology*, 30(8), 987-996. <https://doi.org/10.1037/fam0000253>
- Visser, M.; Finkenauer, C.; Schoemaker, K.; Kluwer, E.; Rijken, R. van der; Lawick, J. van; Bom, H.; Schipper, J. C. de; Lamers-Winkelmann, F. (2017). I'll never forgive you: High conflict divorce, social network, and co-parenting conflicts. *Journal of Child and Family Studies*, 26(11), 3055-3066. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0821-6>

Recebido em 29 de maio de 2021

Aceito para publicação em 19 de agosto de 2022

A PSICOLOGIA NAS VARAS DE FAMÍLIA: (IM)POSSIBILIDADES DA GUARDA COMPARTILHADA

*PSYCHOLOGY IN FAMILY COURTS:
(IM)POSSIBILITIES OF SHARED CUSTODY*

*PSICOLOGÍA EN LOS TRIBUNALES DE FAMILIA:
(IM)POSSIBILIDADES DE LA CUSTODIA COMPARTIDA*

*Camila Valadares da Veiga⁽¹⁾
Laura Cristina Eiras Coelho Soares⁽²⁾
Fernanda Herminia Oliveira Souza⁽³⁾*

RESUMO

Este estudo aborda, sob a perspectiva da psicologia social jurídica, a atuação de psicólogos em varas de família, tendo como enfoque a temática da guarda compartilhada, seu uso pelo poder judiciário, as práticas psicológicas executadas e seus efeitos nas relações familiares. Buscou-se analisar como as mudanças legislativas e sociais afetam as demandas de guarda dos filhos e como psicólogos lidam com esses processos que chegam ao judiciário, quais modificações aconteceram, quais as principais solicitações e as dificuldades encontradas. Como estratégia metodológica, foi realizada análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas com dez psicólogos de um tribunal do sudeste do Brasil. No saber-fazer da psicologia, observou-se como necessário distinguir conjugalidade de parentalidade, bem como esclarecer sobre os modelos de guarda fixados no ordenamento jurídico brasileiro. Os lugares parentais e de gênero hegemônicos continuam a influenciar

⁽¹⁾ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil. email: camilav.veiga@gmail.com

⁽²⁾ Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil. email: laurasoarespsi@yahoo.com.br

⁽³⁾ Psicóloga clínica e jurídica. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ e pela Université Paul Sabatier (Toulouse III), France. Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ). Pesquisadora autônoma. Atalaia, Aracaju, SE, Brasil. email: psifernandaherminia@gmail.com

As autoras agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) para a realização da presente pesquisa, por meio do Edital FAPEMIG 01/2015 Demanda Universal, que contemplou a primeira autora com bolsa de iniciação científica.

as relações familiares, e as alterações legislativas tendem a afetar a subjetividade dos envolvidos e promover uma judicialização da vida. Assim, é preciso que o psicólogo adote em sua atuação uma postura crítica, ética e interventiva, compreendendo que, a partir da psicologia social jurídica, tal trabalho deve ser voltado para a desconstrução de paradigmas tradicionais sobre a parentalidade, a fim de auxiliar as famílias na condução do pós-divórcio.

Palavras-chave: relações familiares; separação conjugal; parentalidade; psicologia forense; custódia das crianças.

ABSTRACT

This article considers, from the perspective of social forensic psychology, the role of psychologists in family courts. The focus was on the practice of joint custody, its use by the courts, the attendant psychological practices and their effects on family relations. The aim of the work was to analyze how legislative and social changes have affected custody demands and how psychologists assigned to family courts deal with these suits. As methodology, a content analysis was carried out on interviews with ten psychologists in a court in the Brazilian Southeast. The need to distinguish conjugality from parenthood was noticeable, as well as clarifying the custody models established in the Brazilian legal system. Hegemonic modes of parenting and gender expression still influence family relationships, and legislative changes tend to affect the subjectivity of those involved and encourage a judicialization of life. Thus, it becomes necessary to adopt a critical, ethical and interventional stance to stimulate the deconstruction of traditional conservative paradigms regarding the exercise of parenthood, in order to help families handle the post-divorce.

Keywords: family relations; divorce; parenthood; forensic psychology; custody of children.

RESUMEN

Este artículo aborda, desde la perspectiva de la psicología social jurídica, la actuación de los psicólogos en los tribunales de familia, centrándose en el tema de la custodia compartida, su utilización por parte de la justicia, las prácticas psicológicas realizadas y sus efectos en las relaciones familiares. El objetivo fue analizar cómo los cambios legislativos y sociales afectan a las demandas de custodia de los hijos y cómo los psicólogos manejan estos procesos que llegan a la justicia, qué cambios se han producido, cuáles son las principales solicitudes

y las dificultades que se encuentran. Como estrategia metodológica, se realizó un análisis de contenido de entrevistas semiestructuradas con diez psicólogos de un tribunal del sudeste de Brasil. En el saber-hacer de la psicología, se observó la necesidad de distinguir la conyugalidad de la paternidad, así como aclarar los modelos de custodia establecidos en el ordenamiento jurídico brasileño. Los lugares parentales y de género hegemónicos siguen influyendo en las relaciones familiares, y las alteraciones legislativas tienden a afectar la subjetividad de las personas y promover una judicialización de la vida. Así, es necesario adoptar una postura crítica, ética y de intervención en el trabajo del psicólogo, entendiendo que, desde la psicología social jurídica, este trabajo debe centrarse en la deconstrucción de los paradigmas tradicionales sobre la parentalidad, con el fin de ayudar a las familias en el proceso postdivorcio.

Palabras clave: relaciones familiares; separación conyugal; parentalidad; psicología forense; custodia de los hijos.

Introdução

As relações familiares contemporâneas têm passado por diversas modificações, principalmente no que diz respeito aos lugares conjugais e parentais. As mutações sociais resultantes da evolução histórica das sociedades modernas incluem diferentes transformações no modelo de socialização familiar. Tais alterações foram provocadas pela emancipação das mulheres, aumento do número de divórcios, do número de crianças criadas por apenas um dos pais, e das que convivem com padrastos e madrastas, além das inúmeras possibilidades de concepção proporcionadas pelas tecnologias reprodutivas e muitos outros movimentos, que passaram a suscitar incertezas no que concerne às famílias. Essas mudanças são produto e produtoras de novos modos de ser, de subjetividades emergentes no que se refere às relações familiares e seus atravessamentos sociais. A fabricação social e histórica de produções subjetivas tem sido objeto de estudo da psicologia social e, mais recentemente, da psicologia social jurídica. No contexto de judicialização da vida e, mais especificamente de judicialização das relações familiares, destaca-se que debates sobre a parentalidade ganharam força nos últimos tempos (Souza, 2018).

As modificações das relações familiares podem ser observadas nas demandas endereçadas às varas de família, consideradas, aqui, como um espaço tanto jurídico quanto social que “constituem um campo de análise privilegiado para vermos em pleno funcionamento o exercício de poderes normaliza-

dores” (Reis, 2010, p. 18), principalmente, levando-se em conta a construção de identidades vinculadas a um determinado sexo ou gênero. A presença do profissional psicólogo no âmbito judicial torna-se, nesse contexto, cada vez mais demandada. A Lei nº 11.698/2008 (Brasil, 2008), que implementa a guarda compartilhada no Brasil, pode ser entendida como um avanço no campo das responsabilidades parentais, uma vez que convoca não somente ao exercício da maternidade, mas também ao da paternidade, privilegiando o direito ao convívio familiar.

Desse modo, foi com o objetivo de analisar como essas mudanças afetam os processos a respeito de guarda de filhos que chegam às varas de família de um tribunal de justiça do sudeste brasileiro que se construiu a presente investigação. Após a instituição da guarda compartilhada na legislação brasileira, o que mudou na *práxis* psicológica de quem trabalha nesse campo? Quais os desafios e encaminhamentos que os profissionais psicólogos identificam nesses processos? Abarcando o processo de judicialização da vida, conforme entendido por Oliveira e Brito (2013), e permeando os dispositivos de guarda presentes no ordenamento jurídico brasileiro, buscou-se explicitar como esses conceitos se relacionam e como eles têm afetado a prática dos profissionais no âmbito das varas de família.

Metodologia

O estudo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas individuais com dez psicólogos atuantes nas varas de família de um tribunal de justiça do sudeste brasileiro. A utilização da entrevista tem, como condição essencial, “a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados” (Gaskell, 2003, p. 65), fornecendo, dessa forma, elementos para a compreensão das relações sociais. A entrevista semiestruturada permite maior maleabilidade da interação entrevistador-entrevistado, e tal flexibilidade possibilita maior liberdade a ambas as partes envolvidas no trabalho.

A análise dos dados foi qualitativa, por meio de análise de conteúdo, em categorias (Minayo, 2001), focando a discussão em mudanças legislativas e guarda compartilhada. Cada categoria foi analisada de modo a explicitar as semelhanças e divergências em seu conteúdo, possibilitando o agrupamento de opiniões convergentes, assim como o destaque das informações divergentes (Minayo, 2001).

Para tanto, foi feita pesquisa teórico-bibliográfica acerca da temática da guarda compartilhada e das relações de gênero, focalizando fontes técnico-científicas sob a perspectiva da psicologia social jurídica (Soares & Moreira, 2020; Sampaio et al., 2020). Nesse momento, também foram analisados textos legislativos, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), o Código Civil (Brasil, 2002), a Lei da guarda compartilhada (Brasil, 2008, 2014) e o atual Código de Processo Civil (Brasil, 2015). De forma a preservar o sigilo dos profissionais, serão utilizados nomes fictícios. Pesquisa submetida e aprovada pelo Comitê de Ética, conforme protocolo nº CAAE – 38882014.8.0000.5149.

Resultados e discussão

Lugares parentais e o mito do amor materno

Com o intuito de analisar as consequências das mudanças legislativas para os profissionais psicólogos das varas de família, optou-se por investigar os mitos relacionados à dinâmica familiar. Para tanto, tornou-se necessário um levantamento acerca dos lugares parentais e de gênero, pois conforme demonstrou Sousa (2010), os processos que envolvem a guarda de filhos no pós-divórcio e o comportamento dos sujeitos que os compõem são fortemente influenciados pelas concepções de gênero socialmente construídas.

No contexto social atual, ainda é possível encontrar discursos que defendem um instinto materno, isto é, de que a mulher teria uma predisposição à maternidade e aos cuidados infantis. Essa ideia denota resquícios do século XVIII, quando entra em cena uma nova ordem econômica e o Estado, visando produzir riqueza, passa a ter como imperativo a sobrevivência das crianças, isto é, da mão de obra. Especificamente no Brasil, a medicina higienista do século XIX ditava formas e condutas que visavam à normalização social, fixando uma série de características específicas para homens e mulheres, tidas como naturais e direta e intrinsecamente associadas a uma série de competências e responsabilidades sociais (Sousa, 2010; Reis, 2010).

Dessa forma, a ideia de amor materno como algo natural e instintivo é uma construção sociocultural que visa à permanência da mulher no espaço privado das relações, isto é, na esfera doméstica (Scheenebeli & Menandro, 2014), caracterizando-a como frágil e destinada a cuidar dos filhos, cabendo ao homem prover a família moralmente (Reis, 2010). Ao colocar a mulher-mãe como guardiã da moral e da religião – onde caberia a ela a educação

dos filhos e o cuidado do lar – o homem ficaria distanciado da condução da criação dos filhos, visto que, do ponto de vista cultural, não possuiria predisposição natural para isso.

Os lugares parentais, seguindo a tradição patriarcal, posicionam o homem como provedor econômico familiar, sendo-lhe atribuídas, geralmente, funções de chefia, coordenação e de prestígio profissional. À mulher, por sua vez, por sua imagem de mãe e dona de casa, são destinadas funções tais como de cuidados domésticos e educacionais. De acordo com Sousa (2010), “esses papéis, tidos no imaginário social como naturais, permanecem sendo, até hoje, estruturados e reproduzidos nas relações sociais” (p. 61), e assimilados desde a socialização familiar.

Na infância, as mulheres são associadas ao mundo doméstico, quando lhes são dados brinquedos que fazem referência à casa e aos cuidados infantis. Desse modo, são capacitadas para serem mães, dando um tom de destino natural e realização individual. Já os homens devem aprender a ser fortes, agressivos, competitivos, afirmar sua virilidade e ocultar suas emoções. Conforme demonstrou o estudo de Pereira e Oliveira (2016), há uma clara relação de gênero no modo como os adultos endereçam brinquedos às crianças, produzindo e reproduzindo relações e identidades, masculinidade e feminilidade. Assim, o brincar com bonecas é geralmente atribuído apenas ao gênero feminino (Elian, 2013), sem dar aos meninos a oportunidade de treinar e valorizar a paternidade, como demonstra Sousa (2010): “além de não ser visto como portador de um ‘instinto paterno’, ou seja, marcado pela lei da natureza, não lhe é permitido aprender a ser pai, pois ele não é socializado para isso” (p. 62).

Souza (2012) analisa que o trabalho remunerado da mulher, somado ao advento da pílula anticoncepcional e às tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*, contribuíram para desestabilizar a associação da família com o mundo natural. Nessas novas famílias, o exercício da parentalidade foge aos padrões da família nuclear, questiona a dimensão de natureza como determinante do parentesco e inclui as dimensões do afeto e da escolha.

O binarismo de gênero limita a possibilidade de existência dos sujeitos, aprisionando-os. Conforme Thürler & Soares (2015), “a performatividade será, justamente, a prática de reiteração dos discursos produzidos pelas normas regulatórias” (p. 60). Essas práticas exercem seu poder regulando e normatizando todo o corpo social, e, para que essas normas exerçam plenamente seu papel, são necessárias instituições que legitimem os discursos e padronizem a performance.

Tais discursos normativos se refletem na construção das leis, assim como no modo como o direito tende a resolver as questões que lhe são demandadas. Nos casos que perpassam a vara de família, vemos uma forte tendência ao modelo de guarda unilateral, onde o guardião geralmente é a mãe – 62,4% dos casos segundo as Estatísticas do Registro Civil de 2019 (IBGE, 2019) –, que se torna responsável pela criança. O pai, na condição de não guardião, acaba tendo um papel de fiscal, dependente da estipulação de um regime de visitas, que geralmente é estabelecida como de quinze em quinze dias somente.

Assim, é possível observar que a ideia de homem como um coadjuvante no cuidado dos filhos é ainda muito presente nas instâncias jurídicas brasileiras. Ainda segundo as Estatísticas de Registro Civil do IBGE de 2019, os homens pais apenas detêm a guarda dos filhos em aproximadamente 30% dos casos (26,8% em casos de guarda compartilhada e aproximadamente 4,1% em casos de guarda unilateral). Isso acaba resultando em discursos relacionados à ideia da compulsoriedade da maternidade em contraposição à eletividade da paternidade, o que põe a “mulher no lugar de principal cuidadora” (Bianca).

Essa visão pode fragilizar os vínculos parentais entre pais e filhos, como mostrou o estudo de Brito (2008), no qual “a redução na convivência com aquele que não permaneceu com a guarda foi a queixa mais evidenciada por pais e filhos” (p. 43). Apesar da permanência desse olhar sobre a família pautado no mito do amor materno, atualmente percebe-se que as relações familiares têm se modificado, com maior participação do homem nos cuidados domésticos e infantis, pondo em questão os papéis parentais e de gênero tradicionais e gerando novas dinâmicas e arranjos familiares (Sousa, 2010). A entrevistada Leila relata esse cenário de modificações sociais adentrando aos tribunais: “As mudanças na sociedade desaguam aqui, são situações novas, o próprio campo de pesquisa está se construindo, construindo o conhecimento. As temáticas processuais foram se diversificando mais” (Leila).

Logo, torna-se indispensável sublinhar a existência plural, dinâmica e multifacetada de masculinidades e feminilidades (Junqueira, 2012). Ao levar-se em conta a diversidade de significados e experiências que estas possam trazer para a sociedade atual, contrariam-se os discursos hegemônicos e universalizantes e torna-se possível a abertura a toda uma construção social que permeia as várias possibilidades de expressão de gênero e lugares parentais como um todo.

Mudanças legislativas e temáticas processuais

No começo do século XX, segundo a legislação civil brasileira, o matrimônio era entendido como a base da família, e o homem como o único responsável pela união conjugal. Dessa forma, “o casamento era tido como vínculo indissolúvel e a família seria constituída, unicamente, por meio desse” (Sousa, 2010, p. 78), e cabia somente ao homem decidir sobre as questões do casal. Conforme apontado por Barbosa (2001), a mulher era considerada como relativamente incapaz, e deveria ser total e completamente submissa às decisões do marido, a quem competia o pátrio poder, tendo inclusive o direito de autorizar ou não a vida profissional de sua esposa. Com relação à prole, cabia ao homem “reger a pessoa e os bens dos filhos menores” (p. 67), sem que estes fossem sujeitos de direito, mas sim objetos de relações jurídicas. Assim, até a metade do século XX, os filhos eram tidos como legítimos apenas se concebidos na constância do casamento, de forma a preservar a instituição familiar.

Ainda segundo Barbosa (2001), são três as alterações legislativas consideradas prenúncios das mudanças que viriam com a Constituição Federal de 1988. A primeira delas se dá em 1949¹, com o reconhecimento dos filhos adulterinos, dando-lhes direito à herança. Em 1962² acontece a segunda alteração, marcada pelo Estatuto da Mulher Casada, que passa de incapaz a colaboradora do marido. Apesar de manter uma tendência patriarcal na ideia de família, esse estatuto foi considerado um grande avanço para o direito da mulher, pois ela passa a ter igualdade para a prática dos atos da vida civil. A terceira alteração foi a Lei do Divórcio³, aprovada em 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que estabelece a isonomia entre os cônjuges: homem e mulher têm igualdade de direitos e deveres decorrentes da sociedade conjugal. Crianças e adolescentes passam a ser responsabilidade não somente da família, mas também do Estado e da sociedade. As garantias se estendem a todos os filhos, independente de concebidos ou não na constância do casamento ou adotados, determinando-se a igualdade, de forma a evitar quaisquer condutas discriminatórias (Barbosa, 2001; Farias & Rosenvald, 2015).

Em 13 de junho de 2008, a Lei nº 11.698 alterou os arts. 1583 e 1584 do Código Civil de 2002, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Anteriormente, havia somente a guarda unilateral e os critérios para melhor exercê-la (Brito & Gonsalves, 2013). Essa lei, em seu texto original, traz a guarda compartilhada como uma modalidade legítima e possível de guarda dos fi-

lhos menores, caracterizando-a por manter a “responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns” (Brasil, 2002, art. 1583, §1º). A igualdade da chefia da sociedade conjugal pressupõe igualdade de direitos e deveres entre aqueles responsáveis pelos seus filhos, sejam homens ou mulheres. Desse modo, a finalidade social da lei é promover a convivência familiar com as famílias maternas e paternas de modo isonômico. Contudo, o campo social não acompanha na mesma medida a mudança legal, e ainda há no imaginário social a tendência a acreditar que somente mulheres podem se ocupar do cuidado de crianças.

Além disso, a lei determina, em seu art. 1.584, §2º, que a aplicação desse modelo de guarda deve ser priorizada, em detrimento da guarda unilateral, quando não houver consenso entre os responsáveis. Insta salientar, entretanto, que somente com sua reformulação, em 2014 (Brasil, 2014), é que se deixou de utilizar a ideia de melhores condições para definir quem ficará com a guarda, o que antes contribuía para a permanência do litígio, criando um verdadeiro “palco da discórdia” (Brito, 2002, p. 3) entre os pais, na tentativa de desmerecer o outro frente ao juiz. Pode-se dizer que essa mudança ocorre em convergência ao art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), que compreende a convivência familiar como direito, que deve ser assegurado pela família, pelo Estado e pela sociedade.

Por fim, mais recentemente, em 2016, passou a vigorar o novo Código de Processo Civil, que trouxe grandes avanços para o direito de família (Pereira, 2016; Pedrozo, 2015; Crippa, 2016). Uma das principais mudanças é a disposição de um capítulo específico para assuntos relacionados a essa área, que abarca os arts. 693 a 699. Nesse capítulo, uma das inovações trazidas pelo legislador é a aplicação de esforços para solucionar as causas consensualmente, isto é, sem contribuir ou colaborar para um aumento do litígio, por meio de atuação multiprofissional. Tal atuação não se resume à mediação nem à conciliação, e sim ao uso de técnicas psicológicas que corroboram a fala do desembargador Sérgio Verani (1992) de que “o direito não resolve conflitos: ele, no máximo, apazigua alguns conflitos existentes e, quase sempre, os dissimula e os encobre. Mas eles – os conflitos – permanecem aí, latentes, vivos, apenas submetidos a uma determinada ordem, que é a ordem jurídica” (p. 14). Nesse sentido, o conflito que leva ex-casais a buscar o judiciário não se encerra com a sentença, e há, conseqüentemente, a rejudicialização por meio da instauração de novos processos que visam buscar uma solução para o mesmo conflito que a sentença anterior não deu conta de solucionar. Essa é uma resolução importante, pois,

no contexto do pós-divórcio, é muito comum encontrar superprocessos, isto é, uma mesma família com diversos processos diferentes, como indica uma das entrevistadas: “guarda, regulamentação de visitas, notificação de guarda, separação, divórcio litigioso. Às vezes é um divórcio inteiro que vem para ser regulamentado, não exatamente uma questão específica” (Bárbara). Por esses argumentos pode-se refletir sobre a justiça em números e na efetividade e nos desdobramentos das decisões jurídicas sobre a vida das pessoas.

Guarda compartilhada: conjugalidade e parentalidade em questão

No modelo de guarda compartilhada, permanecem com a autoridade ambos os pais, caracterizando uma responsabilização conjunta. Dessa forma, é priorizada a convivência, horizontalizando o poder familiar e mantendo as relações antes estabelecidas.

O que acontece é que muitas vezes as pessoas confundem muito guarda compartilhada com guarda alternada. Compartilhar não é alternar moradia, isso não é compartilhar. [...] compartilhar é dividir as responsabilidades, os deveres, ter participação garantida nas decisões envolvendo o filho, é por aí. Não necessariamente a criança precisa ficar três dias e meio na casa de um e três dias e meio na casa de outro durante a semana. E as famílias chegam aqui com essa ideia de dividir o tempo. E não é por aí. (Cecília)

Como este é um dos principais pontos levantados pelos entrevistados, faz-se necessário, portanto, explicitar essa distinção. É importante ressaltar de antemão que, conforme o art. 1.583 do Código Civil Brasileiro, apenas são abarcados pelo legislador dois modelos de guarda: unilateral e compartilhada (Brasil, 2002). Isso implica dizer que a guarda alternada não está prevista na legislação brasileira vigente. Dito isso, a guarda alternada caracteriza-se, principalmente, por uma divisão de tempo pré-determinada, com o genitor que detém a guarda por aquele período exercendo-a unilateralmente. Conforme sinalizado pelo Conselho Federal de Psicologia: “[...] a guarda alternada está inserida na modalidade monoparental, havendo preocupação de uma igualdade estrita das horas que cada responsável passa com a criança” (CFP, 2019, p. 55).

A guarda compartilhada, por sua vez, implica a corresponsabilização de ambos os pais, e é igualitária no sentido em que ambos participam ativamente e

decidem conjuntamente sobre todos os aspectos da vida de seus filhos. Isso não significa dizer que a criança ou adolescente deverá passar igual período de tempo com cada um de seus pais, mas busca-se garantir a manutenção equilibrada do contato, assim como dos vínculos afetivos.

O Código Civil, no §3º de seu art. 1.584 (Brasil, 2014), dispõe que: “para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do ministério público, poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar, que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe” (Brasil, 2014). Conforme Brito e Gonsalves (2013), a aprovação da lei “representa um grande avanço no sentido de desmembrar conjugalidade de parentalidade” (p. 300). A tentativa, nesse caso, é de evitar que uma separação conjugal implique, necessariamente, uma separação parental. Assim, para atender ao melhor interesse da criança ou adolescente, a lei traz a possibilidade de reequilíbrio dos lugares parentais e assegura a convivência e os vínculos familiares (Alves et al., 2015). Dessa forma, torna-se possível ao profissional psicólogo ir além da perícia e trabalhar de forma a entender as dinâmicas e relações familiares, assim como seu cotidiano. Contudo, cabe ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), em publicação a respeito da atuação de psicólogos em varas de família, assinala que: “[...] a preocupação dos profissionais deve estar centralizada na manutenção do convívio da criança com cada um dos pais e não na organização de um calendário de visitas” (p. 55).

Ainda hoje, entretanto, é possível observar certa resistência por parte não somente dos pais, que geralmente não conhecem por completo o dispositivo, mas também por parte dos profissionais da área do direito. Ainda que, desde 2014, tenha ocorrido um aumento considerável⁴, os casos em que é instituída a guarda compartilhada compõem apenas 26,8% do total (IBGE, 2019). Soares (2015) aponta que “no Brasil, a guarda compartilhada tem sido contraindicada por alguns profissionais do Direito, que utilizam como base argumentações atribuídas às Ciências Humanas” (p. 53), tais como: quebra de rotina da criança e possível confusão de referências, ou casos que envolvem crianças em tenra idade aliados a questões sobre desenvolvimento infantil. A entrevistada Bianca observa: “quando começou, percebi uma resistência dos juízes, porque era algo novo. A guarda compartilhada está mais difundida, tem-se um entendimento maior sobre ela”.

Mesmo que esse dispositivo traga dúvidas e preocupações, cabe ressaltar que a diferença entre conjugalidade e parentalidade, isto é, “distinguir os aspectos que dizem respeito ao casal e à relação entre pais e filhos” (Sousa, 2010,

p. 23) é importante, pois caminha em conjunto com o melhor interesse da criança, que é posta como foco, propiciando a permanência e manutenção de laços entre pais e filhos. O fim da relação conjugal não implica o rompimento do laço parental. A liberdade no que concerne a possibilidade de ter diferentes parceiros, casar-se e separar-se não é sinônimo de liberdade da responsabilidade parental. Tem-se direitos e deveres para com os filhos independentemente da situação conjugal.

Apesar de estar mais difundida no judiciário e na sociedade de modo geral, a guarda compartilhada ainda é vista como um dispositivo que só seria indicado quando há um bom relacionamento entre as partes; assim, analisa-se caso a caso, sem de fato priorizar o modelo, conforme demonstra uma das psicólogas entrevistadas:

Eu acho que é meio dividido, a guarda compartilhada tem pontos polêmicos e todo mundo tem ideias diferentes. Tem pessoas que você vê que defendem a guarda compartilhada independente de qualquer coisa, se tem conflito, se não tem, que é o que diz a lei. E tem gente que vê que não é bem assim, tem que ver se tem entendimento entre os pais. Então tem quem ache que dá a guarda e os pais vão se entender e tem quem ache que assim vai gerar mais conflitos e quem vai perder é a criança. É uma situação que ainda está sendo testada na prática. (Beatriz)

Recentemente, o STJ, caminhando nessa direção, negou pedido de um pai que lutava pela guarda compartilhada de sua filha. Segundo a decisão, “a sentença da Justiça mineira concluiu que ambos os pais têm condições de exercer suas funções, mas não em conjunto. O julgado estabeleceu que os dois não demonstram possibilidade de diálogo, cooperação e responsabilidade conjunta” (STJ, 2016). Entretanto, uma das psicólogas entrevistadas comenta sobre casos em que trabalhou, envolvendo contextos de divórcio litigioso em que a guarda compartilhada foi aplicada satisfatoriamente: “já peguei casos em que as famílias não têm comunicação, são pouco cordiais, mas arranjam maneiras de resolver a situação, utilizando agendas, WhatsApp” (Bianca).

Essa decisão do STJ vai na contramão do §2º do art. 1.584, que determina a instituição da guarda compartilhada mesmo quando não há consenso entre os responsáveis. A relação entre pais e filhos deve ser preservada, independente da relação entre os ex-cônjuges, enfatizando-se a corresponsabilização. Esse dispositivo é importante, pois, num contexto litigante, uma atribuição equilibrada do poder

parental pode ser uma aliada na atenuação do litígio e pode auxiliar a prevenir diversas futuras situações, como os superprocessos citados anteriormente. Se os pais têm dificuldades de comunicação, um viés de trabalho poderia ser possibilitar um diálogo que favoreça os infantes e não que enfoque o ex-casal. O que se observa, por vezes, é uma supervalorização do ex-casal e seus conflitos em detrimento das crianças e adolescentes.

A atuação da psicologia social jurídica se faz necessária justamente nesse momento. A guarda compartilhada é um direito de todas as crianças e adolescentes, que têm proteção integral e prioridade absoluta determinadas no ECA (Brasil, 1990). Se os pais não conseguem dialogar, trabalha-se para que tenham algum contato dentro de suas limitações, oferecendo-lhes um leque de possibilidades de entendimentos e de caminhos para um arranjo de guarda possível, que atenda, em especial, aos filhos.

Insta salientar também que a guarda compartilhada não é sinônimo de ampliação de visitas ou visitação livre. Existem casos nos quais, em lugar de decretar a guarda compartilhada, o judiciário determina a guarda unilateral com visitação livre, reduzindo esse dispositivo de guarda somente à ideia de maior acesso entre pais e filhos. Portanto, cabe novamente esclarecer que a guarda compartilhada se diferencia da unilateral, principalmente no que diz respeito à responsabilidade e à autoridade parental, bem como à convivência familiar, de forma a “romper com essa lógica da convivência fracionada” (Leila), ou seja, reduzida a visitas quinzenais. Não é a rotina estabelecida pela família que diferenciará cada modelo – pois na guarda unilateral, independente do regime de visitação, o não guardião continua tendo o mesmo caráter de fiscal e visitante –, mas sim a ideia de responsabilidade conjunta, convocando ambos os pais a exercer cuidado, deveres e direitos relacionados aos infantes. Por exemplo, se antes da separação era o pai quem levava para a escola e a mãe quem buscava, o sistema não precisa mudar em função do regime de conjugalidade. A guarda compartilhada prevê que esse modelo pode continuar, sem prejuízo para os infantes.

Outro ponto levantado, conforme a fala de uma das entrevistadas, é de que há uma certa confusão sobre de quem é o direito relacionado ao modelo de guarda: “eles acham que é direito dos pais, a guarda compartilhada, e não é, é dos filhos, de ter ambos os pais cuidando dele” (Beatriz). Isso é essencial se considerarmos a diferenciação entre parentalidade e conjugalidade. O descolamento entre o conjugal e o parental evita que a criança vire uma moeda de troca no litígio entre os responsáveis. Uma das entrevistadas comenta sobre essa situação em seu cotidiano laboral:

No momento da separação, as pessoas querem seus filhos, elas não concebem a possibilidade de que o outro cuide bem do seu filho, é como se elas dissessem “eu posso sempre cuidar melhor” é uma luta e é um exercício de poder muito grande. [...] O fim do relacionamento homem e mulher não interfere na relação parental, não se pode transferir o rompimento conjugal para a filiação, essa tem que permanecer intacta. (Esther)

O modelo da guarda compartilhada convoca ambos os pais a exercerem a parentalidade, diferentemente da guarda unilateral, que geralmente corrobora o mito do amor materno, sobrecarrega as mães e limita o contato da criança com a família paterna. Na análise das entrevistas, foi possível observar que, frequentemente, nos casos que envolvem a definição de guarda, o esclarecimento dos modelos previstos em lei não é feito pelo juiz, contribuindo para interpretações dúbias e resistências. Tais mal-entendidos aparecem como demandas endereçadas aos psicólogos, que acabam por ter mais essa função no decorrer do processo: “é uma parte educativa” (Beatriz). Numa das entrevistas realizadas, a psicóloga Cibele comenta sobre a falta de definição de uma rotina familiar, que acaba gerando um retorno do caso à justiça.

No geral a equipe do TJ, eu como psicóloga, vejo muita cautela em relação à prática da guarda compartilhada; a gente já tem visto casos que retornaram por isso, cautela especialmente dos psicólogos. Retornam porque na prática não definem, as partes optam por guarda compartilhada, mas não definem a pensão, a residência da criança, as questões práticas, e depois de um tempo vem a necessidade de definir. Ou as crianças ficam sem definição, sem rotina e elas sofrem. Então os pais retornam para modificar isso. (Cibele)

Cabe ressaltar que, no modelo da guarda compartilhada, permanece a possibilidade do estabelecimento do pagamento de pensão, a depender do acordo estabelecido e da rotina construída. Alguns pais que chegam às varas de família solicitando guarda compartilhada o fazem por compreender que estarão isentos desse pagamento, como demonstra uma das entrevistadas:

Eles querem menos dividir responsabilidade e mais alternar no sentido de domicílio. E isso tem refletido inclusive no pagamento dos alimentos, porque os pais tão querendo se abster de pagar os ali-

mentos, já que eles acreditam que, por estar assumindo despesas igualmente e o tempo estar dividido igual, então não é necessário. (Bárbara)

Visto que esse modelo não se baseia numa divisão de tempo, mas sim de responsabilidades, pode-se definir uma residência fixa para a criança, mesmo que ela tenha amplo e livre acesso aos domicílios de ambos os pais. A pensão não pode ser entendida como sinônimo de cuidado e nem substituir a convivência familiar. Uma das formas possíveis de divisão dos custos é o pagamento das despesas dos infantes diretamente na fonte, por exemplo arcando com os custos da escola ou do plano de saúde. Trata-se da pensão *in natura*. Como pode ser observado, ainda há o entendimento de que a obrigação paterna pode ser resumida ao pagamento de pensão alimentícia, realidade que persiste na contemporaneidade a despeito dos debates e incentivo à convivência parental por meio de uma paternidade presente. Tal dado apoia a discussão sobre a delimitação de papéis sociais por uma divisão de gênero, segundo a qual a mulher se ocupa do lar e dos infantes e o homem é o provedor. Essa ideia apenas fortalece a eletividade da paternidade, construída socialmente. Cabe destacar, também, que a pensão é para custeio de despesas no filho e não do genitor, respeitando o binômio necessidade-possibilidade, ou seja, o que a criança necessita e o que o genitor pode custear.

Conforme anteriormente explicitado, é preciso lembrar também que esses homens não foram ensinados ou valorizados na condição de pai cuidador e “às vezes, depois do divórcio a relação entre eles melhora porque aí o pai vai ter que construir uma relação, vai ser só ele e os filhos”, como explica a entrevistada Esther. Portanto, valorizar a manutenção dos laços entre pais e filhos pode ser uma forma, também, de construir novas relações, lugares e vínculos parentais, equalizando maternidade e paternidade.

Ao analisar a instituição da guarda compartilhada, Lelis (2017) argumenta que esse modelo de guarda não estaria sendo exercida, ainda, em sua plenitude. Na visão da autora, no contexto atual, esse dispositivo estaria assegurando aos pais uma maior interferência no exercício da autoridade parental materna, sem que necessariamente eles cumpram, em sua totalidade, as obrigações para com seus filhos. Entretanto, é preciso levar em conta que o mito do amor materno (Badinter, 1985) perpassa a vida, não somente dos homens, como das mulheres também. Como levantado anteriormente, é assimilado por todos os integrantes da sociedade, sem que as mulheres estejam alheias a isso, como explica a entrevistada Bianca: “muitas mulheres também preferem que o pai não interfira na criação da criança”. Como pontua Côté (2016): “Não

se pode associar a guarda compartilhada à igualdade de gêneros de modo automático” (p. 197). A autora indica que, apesar de representar um avanço na direção da igualdade, sua aplicação precisa ser analisada de forma cuidadosa, para que não se torne mais um mecanismo de opressão e de violência contra as mulheres. Assim, é importante o cuidado ético ao avaliar os casos de definição de guarda e do campo da família, atentando-se para as construções sociais que os permeiam, sem que se generalize ou rotule, de alguma forma, os atendidos e a situação familiar.

Brito (2012), ao discutir as demandas endereçadas ao judiciário na contemporaneidade, reitera a frequência com que são divulgados o aumento de processos que tramitam no judiciário, bem como a diversidade de problemáticas que os compõem. Dentre elas, pode-se citar a rejudicialização de processos de direito de família que se iniciam como processo cível de regulamentação de guarda e visita, mas que são, paulatinamente, atualizados com pedidos de revisão de alimentos, de regime de guarda, acusações de alienação parental e, no limite, acusações de abuso sexual, transformando-se em processo cível e criminal. A liga entre conjugal e parental parece de difícil separação. Conforme aponta Esther:

Tudo vira fonte de conflito no pós-divórcio. Então assim, o que as partes achavam normal durante a vigência do casamento passa a ser inaceitável no pós-divórcio. Então se o pai ou mãe costumava fazer alguma coisa com os filhos dentro do casamento e isso era tranquilo, depois do divórcio passa a ser completamente inaceitável.

A sobreposição do ex-casal em detrimento dos filhos é, muitas vezes, evidente. O foco do conflito recai quase sempre sobre os ex-cônjuges e a quebra de seus ideais de família, de relação, de parceria, como se esses elementos não fossem passíveis de mudanças e de transformações. A compreensão equivocada é que se, durante a relação conjugal, aquele homem não exerceu sua função paterna, não poderá exercê-la fora da relação conjugal. Como se o comportamento das pessoas fosse sempre o mesmo, cristalizado e imutável. Só é possível ser pai e mãe dentro de uma relação conjugal?

Esse foco no ex-casal é apontado pelos profissionais como um desafio, constituindo um trabalho psicológico a tentativa de “construir com os pais a importância da presença de ambos na vida da criança. Nesse sentido, tentamos fazer intervenções” (Bianca). Essa fala demarca a importância e a atribuição profissional da psicologia jurídica na resolução e no encaminhamento de conflitos

pertinentes ao direito de família, nos quais um entendimento interdisciplinar se faz urgente. Se o conflito não se encerra com a sentença, é preciso encará-lo e trabalhá-lo com diálogo e com a utilização de técnicas que favoreçam a comunicação e o entendimento de que o acirramento do litígio traz prejuízos tanto financeiros, quanto psicológicos para todos os envolvidos.

Considerações finais

Como pode-se observar, apesar de, na atualidade, haver maior envolvimento de homens nos cuidados domésticos e infantis, o mito do amor materno permanece a influenciar na construção social das masculinidades e feminilidades e dos lugares parentais. As demandas e as decisões que permeiam os casos que chegam às varas de família também refletem a presença desse mito. Por exemplo, ao privilegiarem a guarda unilateral para a mãe, reafirma-se a ideia de um pai coadjuvante no convívio familiar, sem convocá-lo a ocupar um novo espaço. Entretanto, tanto na literatura acadêmica, quanto no discurso dos psicólogos entrevistados, constata-se uma maior diversidade de dinâmicas e de arranjos familiares que passam a adentrar os tribunais.

Como se pôde observar, historicamente, a mulher tem ocupado o lugar de mãe independentemente da configuração conjugal, enquanto o homem tende a ocupar o lugar de pai apenas dentro de uma relação conjugal. Onde estaria, então, a igualdade da responsabilidade parental? O presente estudo demonstra a necessidade de ampliação dos debates sobre o descolamento necessário entre a conjugalidade e a parentalidade em um contexto de determinação de regime de guarda. Contudo, para além do momento específico da lide processual, sinaliza-se a importância da mudança social na construção das parentalidades.

Nesse cenário, a psicologia era demandada pelo sistema de justiça, num primeiro momento, para a tarefa de escolher quem seria o mais apto a permanecer com a guarda de seus filhos, escolha que parte de uma demanda jurídica que pouco dialoga com as atribuições do psicólogo e os limites éticos e técnicos da psicologia como ciência e profissão. Com a fixação legal da guarda compartilhada e os novos arranjos familiares, a demanda direcionada aos psicólogos pelos operadores de direito muda de roupagem, passando a possibilitar uma atuação mais ampla com essa família. Observa-se que as diferentes possibilidades de estruturação familiar têm sido disciplinadas pelo sistema de justiça, o que impõe novos desafios para os psicólogos que atuam na interface com a justiça. Tais desafios incluem não aceitar demandas de qualquer ordem, delimitando o que é atribuição da atuação

profissional e o que pode ou não ser avaliado pela ciência psicológica. Isso implica promover espaços de escuta e de problematização dos efeitos de decisões judiciais na vida de adultos, crianças e adolescentes.

Destarte, concordamos com Coimbra (2001) quando ela afirma que as práticas psi produzem poderosos efeitos no mundo, sendo, assim, políticas. Nesse sentido, a superação das dicotomias vítima/agressor, alienador/alienado, normal/anormal pode ser o primeiro passo para evitar a individualização e a patologização dos temas que perpassam as relações sociais e familiares, de forma a avaliar o litígio conjugal em sua dimensão sócio-histórica e relacional. Para que isso possa ser concretizado, um dos encaminhamentos possíveis é a psicologia se ocupar da discussão necessária sobre as diferenças entre conjugal e parental, focando na manutenção dos laços entre as crianças, os adolescentes e os adultos envolvidos nos processos de separação e de disputa de guarda.

Referências

- Alves, A. P.; Arpini, D. M.; Cúnico, S. D. (2015). Guarda Compartilhada: Perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 916-935. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.19419>
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, H. H. (2001). A família em face do vigente direito civil brasileiro. In: J. C. Soares (Org.), *Anais das terças disciplinares: Experimentando a fronteira entre a psicologia e outras práticas teóricas*, p. 65-83. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05/10/1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Brasil (1990). *Lei nº 8.069, de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil (2002). *Lei nº 10.406, de 10/01/2002 – Código Civil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm
- Brasil (2008). *Lei nº 11.698, de 13/06/2008 – Institui e disciplina a guarda compartilhada*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm
- Brasil (2014). *Lei nº 13.058, de 22/12/2014 – Estabelece o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispõe sobre sua aplicação*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm
- Brasil (2015). *Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13105.htm

- Brito, L. M. T. (2002). Impasses na condição da guarda e da visitação: O palco da discórdia. In: Instituto Brasileiro de Direito de Família (Org.), *Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família* – Ouro Preto, MG, 10/2001. Belo Horizonte: IBDFAM / Del Rey. https://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/211.pdf (acessado em 30/06/2018).
- Brito, L. M. T. (2008). Alianças desfeitas, ninhos refeitos: Mudanças na família pós-divórcio. In: L. M. T. Brito (Org.), *Famílias e separações: Perspectivas da psicologia jurídica*, p. 19-47. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Brito, L. M. T. (2012). O sujeito pós-moderno e suas demandas judiciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 564-575. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300004>
- Brito, L. M. T.; Gonsalves, E. N. (2013). Guarda compartilhada: Alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. *Revista Direito GV*, 9(1), 299-317. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/20925> (acessado em 07/01/2023).
- CFP – Conselho Federal de Psicologia / CREPOP (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em varas de família*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-varas-de-familial/> (acessado em 13/04/2020).
- Coimbra, C. M. B. (2001). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 139-148.
- Côté, D. (2016). Guarda Compartilhada e simetria nos papéis de gênero: Novos desafios para a igualdade de gênero. *Revista Observatório*, 2(3), 182-198. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2499> (acessado em 07/01/2023).
- Crippa, A. (2016). Direito de família no novo CPC: Breves anotações. *Revista Páginas de Direito*, 16(1324). Porto Alegre. <https://www.paginasdedireito.com.br/artigos/todos-os-artigos/direito-de-familia-no-novo-cpc-brevs-annotacoes.html> (acessado em 21/05/2017).
- Elian, I. T. (2013). A heteronormatividade no ambiente escolar. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis. https://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338752_ARQUIVO_IsabellaTymburibaElian.pdf (acessado em 26/08/2018).
- Farias, C. C.; Rosenvald, N. (2015). *Curso de direito civil: Famílias* (7ª ed.), vol. 6. São Paulo: Atlas.
- Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In: M. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (2ª ed.), p. 64-89. Petrópolis: Vozes.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Estatísticas do Registro Civil 2014*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Estatísticas do Registro Civil 2019*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2019_v46_informativo.pdf

- Junqueira, R. D. (2012). Pedagogia do armário e currículo em ação: Heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: R. Milskolci (Org.), *Discursos fora da ordem: Deslocamentos, reinvenções e direitos*, p. 277-305. São Paulo: Annablume.
- Leis, A. G. S. (2017). O instituto da guarda compartilhada: Realidade ou utopia jurídica?. In: T. R. Vieira, V. S. G. Cardin & B. C. C. B. Brunini (Orgs.), *Famílias, Psicologia e Direito*, p. 165-178. Brasília: Zakarewicz.
- Minayo, M. C. S. (Org.) (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (18ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, C. F. B.; Brito, L. M. T. (2013). Judicialização da vida na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(spe), 78-89. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5J9RSV5JxBmh9TZCVWMCvkp/>
- Pedrozo, A. L. R. (2015). O novo Código de Processo Civil e o direito de família. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, (33), 36-54. <https://doi.org/10.22456/0104-6594.69153>
- Pereira, A. S.; Oliveira, E. M. B. (2016). Brincadeiras de meninos e meninas: Cenas de gênero na educação infantil. *Revista Reflexão e Ação*, 24(1), 273-288. <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7061>
- Pereira, R. C. (2016). Novo CPC traz impactos significativos no Direito de Família. *Revista Consultor Jurídico*, 06/03/2016. <https://www.conjur.com.br/2016-mar-06/processo-familiar-cpc-traz-impactos-significativos-direito-familia> (acessado em 21/05/2017).
- Reis, E. F. (2010). *Varas de família: Um encontro entre Psicologia e Direito*. Rio de Janeiro: Juruá.
- Sampaio, C. R.; Oliveira, C. F. B.; Neves, A. L. M.; Beiras, A.; Therense, M. (Orgs.) (2020). *Psicologia social jurídica: Novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça* (1ª ed.). Curitiba: CRV.
- Schneebeli, F. C. F.; Menandro, M. C. S. (2014). Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 175-184. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100019>
- Soares, L. C. E. C. (2015). *Pais e mães recasados: Vivências e desafios no “fogo cruzado” das relações familiares*. Curitiba: Juruá.
- Soares, L. C. E. C.; Moreira, L. E. (Orgs.) (2020). *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (1ª ed.). Florianópolis: ABRAPSO. <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Psicologia-Social-nas-tramas-dos-direitos.pdf> (acessado em 07/01/2023).
- Sousa, A. M. (2010). *Síndrome da alienação parental: Um novo tema nos juízos de família*. São Paulo: Cortez.
- Souza, F. H. O. (2012). *Todos precisam de uma família? O acolhimento institucional e os discursos que o sustentam* (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe (UFS). <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5966> (acessado em 07/01/2023).

- Souza, F. H. O. (2018). Mutações sociais, família e parentalidade: Uma entrevista com Gerárd Neyrand. *Psicologia & Sociedade*, 30, e161410. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30161410>
- STJ – Superior Tribunal de Justiça (2016). *Guarda compartilhada é negada em caso de desentendimento dos pais* (Decisão), 13/07/2016. https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2016/2016-07-13_16-30_Guarda-compartilhada-de-menor-e-negada-em-caso-de-desentendimento-dos-pais.aspx/
- Thürler, D.; Soares, M. R. (2015). Pedagogias do corpo, do gênero e do sexo: Aprendendo a ser menino e menina. *Momento – Diálogos em Educação*, 23(2), 55-72. <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/4937>
- Verani, S. (1992). Alianças para a liberdade. In: L. M. T. Brito (Org.), *Psicologia e instituições de direito: A prática em questão*. Rio de Janeiro: ERJ / Comunicarte / CRP 05.

Notas

- ¹ Lei nº 883, de 21/10/1949. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0883.htm
- ² Lei nº 4.121, de 27/08/1962. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm
- ³ Lei nº 6.515, de 26/12/1977. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm
- ⁴ Segundo as Estatísticas de Registro Civil, a porcentagem no ano de 2014 era de 7,5% dos casos (IBGE, 2015).

Recebido em 23 de julho de 2021

Aceito para publicação em 19 de agosto de 2022

SEÇÃO LIVRE

Da histeria à sublime-ação: Bertha Pappenheim

Mood-congruent memory in healthy adults: A systematic review

DA HISTERIA À SUBLIME-AÇÃO: BERTHA PAPPENHEIM

*FROM HYSTERIA TO A SUBLIME-ACT:
BERTHA PAPPENHEIM*

*DE LA HISTERIA A LA SUBLIME-ACCIÓN:
BERTHA PAPPENHEIM*

Sonia Alberti ⁽¹⁾

Raquel Jardim Pardini ⁽²⁾

Maria Anita Carneiro Ribeiro ⁽³⁾

José Mauricio Loures ⁽⁴⁾

RESUMO

Retomamos Anna O. para reencontrar uma Bertha Pappenheim. Se Freud e Lacan chegaram a dizer que foi ela quem descobriu a psicanálise, introduzimos a hipótese de que o tratamento que sofreu provocou uma drogadição por iatrogenia. Apesar dos esforços já envidados em estabelecer a versão de sua história que, ao mesmo tempo, levam em conta o relato de Breuer, incluem as observações de Jones e se alimentam das contribuições de muitos autores, essa questão é pouco debatida no contexto tanto da “talking cure”, quanto da “writing cure” – que

⁽¹⁾ Doutora em Psicologia pela Université Paris X, Nanterre, France. Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do CNPq. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (AME). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: sonialberti@gmail.com

⁽²⁾ Bacharel em Psicologia pela Universität Hamburg, Deutschland. Mestre em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda no Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: raquelpardini07@yahoo.com.br

⁽³⁾ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade, da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (AME). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: mariaanitacarneiroribeiro@yahoo.com

⁽⁴⁾ Psicanalista. Doutor em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade, da UVA. Coordenador do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica e Prática Clínico-Institucional da UVA. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: mauricio.mauriciotd@gmail.com

Este estudo teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Bolsa Produtividade da primeira autora.

associamos à sublimação. Uma possível sublimação tanto como investimento da libido em uma atividade cujo alvo não é exatamente o sexual (Freud), quanto como a sublime-ação de Bertha, que busca atribuir dignidade à mulher, equivocando o modo como Lacan a conceitua como o que eleva o objeto à dignidade da Coisa. Equivocidade que evidencia a sublime-ação pela qual Bertha ainda hoje tem reconhecimento internacional.

Palavras-chave: psicanálise; cultura; assistência social; feminino; sublimação.

ABSTRACT

We take up Anna O. again to find a Bertha Pappenheim. If Freud and Lacan came to say that she was the one who discovered psychoanalysis, we introduce the hypothesis that the treatment she underwent caused an iatrogenic drug addiction. Despite the efforts that have already been made to establish the version of her story that, at the same time, take into account Breuer's account, include Jones' observations, and feed on the contributions of so many authors who have already devoted themselves to the case, this question is hardly discussed in the context of both the talking cure and the writing cure – which we associate with sublimation. A possible sublimation both as an investment of the libido in an activity whose target is not exactly sexual (Freud), and as the sublime-act of Bertha, who seeks to impart dignity to women, a possible interpretation regarding Lacan's conceptualization: to elevate the object to the dignity of the Thing. Equivocacy that shows the sublime-act for which Bertha still has international recognition today.

Keywords: psychoanalysis; culture; social assistance; feminine; sublimation.

RESUMEN

Retomamos Anna O. para encontrarnos con una Bertha Pappenheim. Si Freud y Lacan vinieron a decir que fue ella quien descubrió el psicoanálisis, introducimos la hipótesis de que el tratamiento al que se sometió provocó una drogadicción iatrogénica. A pesar de los esfuerzos que ya se han realizado para establecer la versión de su relato que, al mismo tiempo, toman en cuenta el relato de Breuer, incluyen las observaciones de Jones y se nutren de los aportes de muchos autores, esta cuestión se discute poco en el contexto tanto de la “talking cure” como de la “writing cure” – que asociamos con la sublimación. Una posible sublimación tanto como inversión de la libido en una actividad cuyo objetivo no es exactamente sexual (Freud), como la sublime-acción de

Bertha, que busca atribuir dignidad a la mujer, equivocando la forma en que Lacan la conceptualiza como lo que eleva el objeto a la dignidad de la Cosa. Equivocidad que demuestra la sublime-acción por la que Bertha todavía tiene reconocimiento internacional en la actualidad.

Palabras clave: psicoanálisis; cultura; asistencia social; femenino; sublimación.

Introdução

Em 1954, foi publicado na Alemanha um selo postal em homenagem a Bertha Pappenheim, na série “Benfeitores da humanidade” – Lacan (1964/1998) o menciona – e, em 1997, uma das salas do lar Neu Isenburg, que ela fundara, recebeu seu nome. Ela nasceu em Viena, em fevereiro de 1859, e faleceu em Frankfurt, em maio de 1936, cidade em que foi enterrada ao lado de sua mãe, no cemitério judeu. Sua grande amiga Hannah Karminski, trinta e oito anos mais nova, foi assassinada, junto com tantos outros, em 1943, em Auschwitz-Birkenau, tendo vivido todos os horrores daquela época, que Bertha não acompanhou em função do câncer que a acometeu e que a levou antes. Se toda família de Hannah conseguiu refugiar-se na Suíça, Hannah permaneceu em Berlim como uma das lideranças da Associação para judeus na Alemanha, até ser presa; nas cartas que conseguia enviar para a família, se mostrava muito mais necessária ali, acolhendo os judeus que passavam todo tipo de necessidades. Além disso, Hannah perdeu para a Shoah – o nome dado em hebraico ao Holocausto ocorrido ao longo da Segunda Guerra Mundial – a companheira de vida e aliada no trabalho, Paula Fürst, presa um ano antes dela. Os laços que a ligaram a Bertha, que sobre ela disse certa feita “Hannah é a jovem mulher que eu esculpi” (Maierhof, 1999), foram como os de uma filha, os mesmos que sustentaram todo o trabalho de Bertha com as mulheres judias relegadas, no pouco espaço que tinham na estrutura misógina da época e com cujos cuidados Bertha se ocupou desde que se restabelecera dos sintomas que levaram sua mãe a procurar a ajuda do Dr. Josef Breuer.

O início da vida de Bertha Pappenheim não fora fácil. Nascera em uma família da alta burguesia judaica, com valores ortodoxos. A mãe de Bertha, Recha, de família judia alemã, tinha 18 anos quando se casou com o bem-sucedido comerciante de trigo Siegmund Pappenheim, de Pressburg (hoje Bratislava), um homem que apoiava a ortodoxia judaica com sua fortuna. A comunidade judaica de Pressburg tinha como rabino Solomon Spitzer, genro do ultraortodoxo Moses Sofer, militante de uma cultura ídiche contra

o aculturamento alemão, do qual o pai de Bertha, no entanto, não era alheio (Loentz, 2007, p. 28). Que o aculturamento na sociedade capitalista ocidental tinha forte influência sobre esse Sigmund podemos intuir a partir das próprias questões vividas por Bertha em sua neurose, a partir do relato de Breuer. Era, digamos, um homem forte, com posições muito definidas e, provavelmente, ele também misógino. A doença que o matou em 1881, quando Bertha tinha 21 anos de idade, foi uma peripleurite com abscesso – uma inflamação em torno da pleura – e que, antes da descoberta da penicilina, foi fatal. A partir do relato feito pelo Dr. Josef Breuer em *Studien über Hysterie* [*Estudos sobre histeria*], livro publicado em parceria com Sigmund Freud (Breuer & Freud, 1893-1895/1996), nos primeiros meses em que já se encontrava acamado, foi sua filha Bertha quem mais dele se ocupou, ficando a seu lado, o que deixa de ter relação com o adoecimento dela; pelo contrário.

Recha, por sua vez, era da família Goldschmidt, banqueiros em Frankfurt, cujos ramos chegam a ser associados a grandes nomes, como o do poeta Heinrich Heine (Brenzel, 2004). Além disso, Goldschmidt era um dos nomes do primeiro marido de Glikl bas Judah Leib, primeira mulher alemã a escrever uma autobiografia – entre 1691 e 1719, como observa Richarz (2001) –, que Bertha viria a traduzir do iídiche para o alemão, aos cinquenta anos de idade. A história de Glikl é bastante fascinante, como se pode ler na genealogia *on-line* (Hohenems Genealogie, s/d), uma mulher forte que auxiliava o marido no comércio e bancou e melhorou seus negócios quando ele faleceu, isso no final do século XVII. Bertha tem um quadro pintado pelo polonês Leopold Pilichowski (1869-1933), no qual está vestida de Glikl, a quem admirava como mulher judia que venceu as atribulações da vida cotidiana, “apesar do peso no coração que experimentou [com a viuvez], apesar dos golpes do destino que suportou, permaneceu de pé” (Pappenheim, *apud* Schütte, 2011).

Recha também é descrita como uma mulher-dragão, de personalidade forte, como uma daquelas “que não se adaptam ao molde de uma mulher propriamente burguesa” (Boyarin, 1997, p. 349) – maneira como também Martin Freud, filho de Sigmund Freud, descreveu sua própria avó paterna, típica judia de origem ashkenazi. Ela “não era exatamente uma *lady*, tinha um temperamento vivo e era impaciente, com vontade própria e altamente inteligente” (Martin Freud, *apud* Boyarin, 1997, p. 349). Na literatura a que pudemos ter acesso, a mãe de Bertha também era assim, e não são raras as observações segundo as quais as relações da jovem Bertha com sua mãe são descritas como difíceis, quando não intratáveis. Apesar de uma mãe com tais características de mulher forte, quando Bertha nasceu – segundo Dora Edinger, sobrinha de

Bertha e escritora –, a notícia foi dada sem entusiasmo: “É somente uma menina” (Edinger, 1963, p. 119); esperava-se um filho homem. Na realidade, Bertha era a terceira filha: a segunda faleceu aos dois anos e, quando Bertha tinha oito anos, sua irmã mais velha também teve o mesmo destino. O filho homem veio apenas um ano e meio depois; ele, sim, teve todo o apoio para uma formação intelectual que o levou a se tornar um importante advogado.

Biógrafos supõem que Bertha aprendeu o iídiche com uma governanta (Loentz, 2007), que também lhe ensinou as tradições judaicas. Segundo a própria observação de Bertha, no contexto em que cresceu, “acreditava-se que uma boa educação para meninas deveria mantê-las na escuridão do que acontecia fora da vida familiar. A relação entre a pobreza, a doença e o crime eram totalmente desconhecidas para as meninas, que eram ensinadas a ver o mundo através de lentes cor de rosa” (Pappenheim, *apud* Jensen, 1984, p. 19), coisa que Bertha viria a combater quando esmerou-se na tarefa de modernizar a educação das moças judias (Fogel & Staszewski, 2006), passagem dos escritos de Bertha que atesta o que Freud observara em 1932: não é possível subestimar a influência dos costumes sociais, que impõem a inibição da agressividade e favorecem o desenvolvimento de poderosas forças masoquistas (Freud, 1932/1974).

Escolas judaicas para meninas não existiam naquela época. Apesar – e também em consequência – da ascendência judia tradicional e de sua alta classe, Bertha teve que estudar numa escola particular católica, pois a Viena daqueles tempos ainda sofria com as proibições imperiais que impediam os judeus de sustentarem seus próprios colégios. Além disso, escolas com o segundo grau eram raras na cidade; somente em 1864 o bairro mais judeu de Viena abriu seu primeiro ginásio, o então chamado Leopoldstädter Realgymnasium, que Sigmund Freud cursou de 1865 a 1873 (Bader, 2007), o que ocasionou ser convidado para participar dos festejos dos cinquenta anos do colégio e o levou à redação de “A psicologia do ginásiano” (Freud, 1914/1972). Em 1938, muitos de seus alunos e professores foram afastados, e em 1944 o colégio não foi apenas fechado como seu arquivo foi destruído. Em 1989, o ginásio passou a se chamar Sigmund Freud (Bader, 2007).

De todo modo, aos seis anos, Bertha entrou para a escola particular católica já sabendo ler e escrever, e lhe atribuíram uma inteligência admirável no aprendizado de línguas: não apenas as falava, mas também já lia tanto o iídiche quanto o hebraico (Brenzel, 2004). Esta atribuição se manteve, pois anos mais tarde também Breuer retrataria sua paciente como uma jovem culta, encantadora e frágil, com cabelos castanhos e brilhantes olhos azuis. Apesar da inteligência e da vivacidade, aos 16 anos a jovem foi retirada do colégio e obrigada a voltar-se

exclusivamente aos afazeres domésticos e a auxiliar a mãe no preparo dos ritos religiosos familiares (Magalhães, 2020).

A imposição dessa vida monótona acabou levando-a a se entregar ao que ela própria viria a chamar de seu *teatro privado*, quando do tratamento com Breuer, a *talking cure*. Ao acompanhar o entusiasmado ensaio de Magalhães (2020) sobre Breuer, reaviva-se a experiência do primeiro tratamento de Bertha, quando esta literalmente afirmou a seu médico que seu tratamento era pela fala. A expressão é dela mesma, e o dizia em inglês. John Huston (1962) também o enfatiza em seu filme, *Freud: The secret passion*, no qual a paciente consegue se livrar da impossibilidade de beber água de um copo, determinada pela lembrança da cena de ter assistido a um cãozinho bebendo água de um copo na casa de uma amiga e sobre o que, no momento, se vira forçada a ficar calada. Foi porque Anna O. pode dizê-lo a Breuer que se viu libertada do impedimento. Mas, como escreve Magalhães (2020, p. 284), “com a ajuda da paciente [Breuer], descobriu um método para [a] superação [da doença]” e começou a fazê-la relatar “as condições específicas nas quais tinham surgido os sintomas” (Magalhães, 2020, p. 285). Para o espanto do médico, relatar, sob hipnose, tanto as histórias que a paciente criava em sua fantasia, ou mesmo aquelas efetivamente vividas, e que produziram sintomas, varria estes, o que os levou a cunhar a outra metáfora para esse tratamento: *chimney sweeping*.

A maneira puritana com que foi educada, ou seja, para casar, o que impunha que tivesse uma visão “cor de rosa” da vida, se associou à difícil relação com a mãe, levando inclusive alguns biógrafos a lhe atribuírem uma esquizofrenia (Bram, 1973) ou, ao menos, supor que, a partir dessa relação, Bertha “aprendeu a depreciar a feminilidade e o papel das mulheres” (Bram, *apud* Boyarin, 1997, p. 349). Tal posição, aliás, já estava depreciada de início, tendo em vista a decepção familiar no momento de seu nascimento com o fato de ela ser uma menina. Nas anotações feitas por Guttman (2001), eminente pesquisadora sobre a vida de Bertha Pappenheim, encontramos resultados da pesquisa de Evans (1977/2014) sobre o quão retrógrada era a sociedade alemã e austríaca quanto à posição da mulher e, em particular, quanto à proibição legal de atingirem níveis superiores de estudo. Não é de estranhar que, no início de seu relato clínico, seu médico mencionasse o contraste da sua inteligência e vitalidade diante da monotonia que vivia no cotidiano, e a importância que foi tomando sua atividade de sonhos diurnos, a criação de um mundo fantasiado que contribuiu para seu adoecimento, que, como se sabe, originou-se no momento em que passou a cuidar do pai. Em oposição à relação de Bertha com a mãe, ela endeusava o pai,

de modo que, quando ele ficou acamado por conta da peripleurite, inicialmente foi ela quem se ocupou dele.

Para uma melhor compreensão do que visamos debater, iniciemos com o tratamento com Breuer.

Em julho de 1880, quando Anna O. tinha 21 anos de idade, seu pai adoece, e ela cuida dele “com toda a energia de seu ser” (Breuer, 1895/1996, p. 16). Tal dedicação a enfraqueceu, até que surgiu uma tosse nervosa que a obrigou a afastar-se do pai. Foi quando Breuer foi chamado pela primeira vez. Em abril de 1881, quando Siegmund Pappenheim falece, os sintomas que ela então apresentava já haviam se multiplicado enormemente, e Breuer a visita diariamente em consultas domiciliares. Os sintomas eram conversivos em sua maioria, e testemunhavam uma divisão do eu (Freud, 1938/1975), mas também apresentavam fenômenos de fala: de início começaram a faltar palavras, depois aparecerem distúrbios gramaticais, de sintaxe, ou mesmo surgiram momentos em que ela só falava em outra língua – testemunhando, aliás, seu domínio de várias. Foi possível a Breuer identificar as sobredeterminações de cada um desses sintomas, o que nos confirma, ainda hoje, apesar de algumas suposições em contrário, a hipótese diagnóstica de histeria. Com a *talking cure*, “quão não era grande a libertação de sua psique depois de cada vez em que ela conseguia reproduzir e me relatou [*ausgesprochen*], tomada de angústia e horror, as imagens aterrorizantes” (Breuer & Freud, 1893-1895/1996, p. 22) que alucinara. Breuer utiliza a palavra “*ausgesprochen*”, que se traduz, literalmente, por abreagidas pela fala, ou ainda “*wegerzählt*”, abreagidas pelo relato.

Por falta de espaço, contentemo-nos em registrar alguns fatos. Em 07 de junho de 1881, Breuer transfere Anna O., contra a vontade da paciente, para o moderníssimo sanatório de Inzersdorf, ao sul de Viena, em consequência do risco de suicídio em seu apartamento de Viena, onde morava no terceiro andar. Esse traslado dificultou a Breuer suas visitas diárias, de modo que, para compensar, passou a alongar muito sua permanência nas noites em que a visitava.

Enquanto isso, além da preocupação com o estado da filha, a mãe, Recha, vivia o luto pela perda do marido, ao mesmo tempo em que se deparou com questões burocráticas e de herança que, para a viúva de um comerciante de trigo bem sucedido, não deviam ser poucas. Certamente ela tampouco pôde contar muito com a ajuda do filho que, na época, ainda não se formara advogado. Enquanto Anna O. permanecia internada em Inzersdorf, doente, afastada e abandonada ali, tinha por único consolo as visitas de Breuer, que lhe testemunhavam a dedicação do médico. O que fora o tratamento antes da morte do pai, ou seja, a *talking cure* e as abreações pela fala, agora se complexificava: não só Anna O. precisava abrea-

gir as associações em relação ao que acontecera durante aquele dia, mas também com relação ao que ocorrera no mesmo dia um ano antes.

Quando se lê com mais atenção o texto de Breuer, é possível observar que, durante o último ano do tratamento, as sessões noturnas se estendiam cada vez mais. É possível levantar a hipótese de Anna O. ter encontrado uma maneira de fazê-lo permanecer cada vez mais tempo com ela quando vinha visitá-la depois de um dia de trabalho, como que reatualizando as *Mil e uma noites*, observação que retoma a de Kraß (2010, p. 50). É possível nos perguntarmos até que ponto Anna O. não tinha produzido o que Breuer chamou de “segundo estado”, quando, no inverno de 1881-82, passou a reviver também o do ano anterior, para prolongar essas sessões, pois proceder à *talking cure* com as associações em relação ao que acontecera durante o dia e também com relação ao que ocorrera no mesmo dia um ano antes exigia um tempo muito maior de permanência de Breuer junto a ela. Não podemos deixar de levantar a hipótese de que havia aí o intuito inconfesso de fazer o médico permanecer mais tempo ainda com ela, enquanto a Sra. Breuer provavelmente perdia a paciência de esperá-lo para jantar...

Na época, Freud ainda não escrevera sobre a transferência erótica, o que faria apenas trinta anos depois (Freud, 1912/1996), mas certamente a situação estava longe de testemunhar a “espantosa falta de desenvolvimento do elemento sexual” de sua paciente referida por Breuer. Não há dúvida de que o médico se dedicava muito à inteligente paciente de cabelos castanhos e olhos azuis brilhantes. Justificar-se-ia, assim, a preocupação do médico com o anonimato que levava à crise de ciúmes de sua esposa, pois: “Por mais pudico ou inconveniente que seja o véu que hoje está em parte levantado sobre aquele acidente inaugural que impediu o eminente Breuer a dar sequência à primeira experiência, no entanto sensacional, da *talking cure*, [... que] essa história de amor não existiu somente do lado da paciente em nada é duvidoso” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 12). Como observa Guggenheim (2018): “Curiosamente, só passados alguns anos após ter abandonado o caso, Breuer revela a Freud o episódio da ‘gravidez de Bertha’ e pede que ele não conte nada a Martha até eles se casarem. Martha, então noiva de Freud, era amiga de Bertha Pappenheim”.

No texto de Breuer, vemos que ela estaria curada em junho de 1882, enquanto Jones (1979), biógrafo de Freud, trouxe a público a história da gravidez histórica e alguns autores, por exemplo Guttmann (2001), se referem à pseudociese como tendo ocorrido quando ela estava na Alemanha e que por isso Breuer, avisado às pressas de seu estado, fez um encaminhamento para Bellevue, sanatório suíço situado na divisa entre a Áustria e a Alemanha. De todo modo,

sabemos também o quanto Breuer refutava a ideia que Freud vinha construindo, segundo a qual a neurose histérica é determinada por questões de alcova, como o explicitaria a Freud em uma conversa informal (Rabêlo, 2011, p. 404). Em 1895, quando Breuer e Freud publicam o caso, Bertha já estava curada e ativa como feminista e trabalhadora incansável pelo cuidado com mulheres judias empobrecidas e abandonadas. Havia construído um nome do qual, ainda por cima, dependiam as instituições que ela viria a criar. Teria sido bastante perturbador para sua carreira se, por algum motivo, os detalhes do caso fossem divulgados e sua identidade desvelada.

Uma questão pouco tratada

Para além da *talking cure* que fazia com Breuer, a paciente também necessitava de cuidados neurológicos em consequência de dores faciais, que levaram até mesmo a uma proposta cirúrgica da intervenção no trigêmeo, conforme o relato de Skues (2006, p. 170). Não encontramos relatos confirmados de que ela tenha, efetivamente, se submetido a essa cirurgia, mas não é de todo descartável a hipótese, posto que Anna O. se curou dos sintomas propriamente neurológicos, o que lhe devolveu sua capacidade de viver uma vida normal e, como sabemos, lhe trouxe a capacidade para o trabalho.

Segundo Borch-Jacobsen (2012), além do hidrato de cloral, Breuer também já administrava alguma dose de morfina para combater a neuralgia facial de que sua paciente se queixava cada vez mais. É surpreendente “a longa lista de medicamentos prescritos à paciente” (Rosa, 2020, p. 84), como também observou Ramos (2003). Nossa hipótese é de que tais medicações, tão comuns na época, tivessem sido os principais provocadores das alucinações e ainda de outros sintomas graves, relatados por Breuer, que levaram inclusive autores a levantar posteriormente outras hipóteses psicodiagnósticas.

Há hoje inúmeras versões sobre os anos que se seguiram ao fim do tratamento com Breuer e a mudança definitiva de Bertha para Frankfurt. Decidimos nos fiar naquela divulgada por Hirschmüller (1978) e nos apoiar na cronologia construída por Skues (2006) a partir da leitura deste do texto de Hirschmüller, biógrafo de Breuer, particularmente porque os estudos realizados por eles são a base de muitos dos textos que aprofundam as questões sobre o caso Anna O.

Anna O. foi internada no sanatório de Bellevue, em Kreuzlingen, em 12 de julho de 1882, porque estava em Karlsruhe visitando seus primos, membros

da família materna, Fritz Homburger e Anna Ettlinger. Em 19 de junho de 1882, após notícias recebidas de Karlsruhe, que se referiam à pseudocirose, Breuer escreve para Robert Binswanger verificando a possibilidade da internação. E ela ocorre. No sanatório de Bellevue, o tratamento administrado a Anna O. não passava de um tratamento medicamentoso, apesar dos protestos do primo. Foi durante esse período que ela se recusou a ver sua mãe e seu irmão (Guttman, 2001, p. 79). Tornava-se uma dependente química.

Mas o que fazia Anna O. em Karlsruhe, justamente após o término do tratamento com Breuer? Na realidade, começava ali a grande virada em sua vida, o que, evidentemente, ainda não se sabia. Mas a decisão de ir visitar a família materna, muito menos retrógrada do que o contexto que ela conhecia de sua cidade natal, foi fundamental para transformar Anna O. na Bertha Pappenheim de renome internacional. Anna Ettlinger, sua prima, já era escritora e professora de literatura quando Bertha passou a frequentá-la, e tinha inúmeros contatos intelectuais e políticos na cidade. Frequentavam sua casa, por exemplo, Clara Schumann e Johannes Brahms. A família em Karlsruhe havia cedo integrado a Haskala, que, a partir de 1831, é identificada como o iluminismo judaico, cujas origens eram alemãs, datando do final do século XVIII (Schulte, 2000), mas cuja força política fora adquirida antes, quando a Assembleia Constituinte da Revolução Francesa atribuiu aos judeus plena cidadania, em setembro de 1791. Um século depois, aproximadamente, a igualdade de direitos pelos quais se lutava incluía, também, a causa feminista, e Anna Ettlinger era um de seus expoentes: militava pelo direito de a mulher ter uma vida independente, razão pela qual não se casou e se sustentava ministrando aulas particulares, conferências e escrevendo para jornais. Neles defendia a igualdade das mulheres na família e no trabalho e, ao avesso de qualquer proposta paternalista, observava que apenas elas saberiam do que precisavam (Bender, 1988, p. 490). Anna Ettlinger apoiou o projeto de criação da Associação de Mulheres de Baden, fundada em Karlsruhe, no ano do nascimento de Bertha. Originalmente, a Associação fora criada para fortalecer a cidade na guerra contra a França (entre 1870 e 1871, que terminou com a definitiva anexação da Alsácia-Lorena à Alemanha e com a queda de Napoleão III). Quando Bertha chegou em Karlsruhe, onze anos depois de finda essa guerra, a Associação já desenvolvia uma série de trabalhos. Anna Ettlinger inspirou e incentivou a prima a tomar a vida nas próprias mãos, incorporando seus valores, além de apoiá-la a escrever seus contos. Após a alta de Bellevue, em 29 de outubro de 1882, apesar de cada vez mais morfomana, Bertha também iniciou um curso de auxiliar de enfermagem na Associação.

Há um lapso de tempo na cronologia de Hirschmüller. Se, em janeiro de 1883, as coisas pareciam ir bem, não há novas notícias sobre o que Bertha estaria fazendo, nem onde estaria ao longo de todo o primeiro semestre daquele ano. Em 22 de janeiro de 1883, ela já estava de volta a Viena, sem ter terminado o curso de auxiliar de enfermagem. É fato que ela abusara da hospitalidade de seus primos, tendo ficado lá de 19 de junho até meados de janeiro, e a drogadição provavelmente não ajudava na convivência.

Não há relato de novas visitas de Bertha à família materna desde então, apenas de novas internações, agora sempre em Inzersdorf, ao sul de Viena, na tentativa de tratar sua neuralgia e agora também sua toxicomania. Na realidade, Bertha passou o segundo semestre de 1883 inteiro ali internada, de 30 de julho até 17 de janeiro do ano seguinte. É dessa época também a troca de cartas, referida por alguns autores, entre Freud e sua então noiva Martha, entre esta e a irmã, correspondência da qual é possível inferir a grande preocupação de Breuer com o estado da paciente e a grande preocupação de Martha de que seu noivo se dedique tanto às suas pacientes quanto Breuer – ao que, segundo Skues (2006, apêndice cronológico), Freud teria respondido com algo como “sou diferente dele”. Mas Freud conta, numa carta a sua noiva, Martha, que encontrou Breuer atordoado com o estado de Bertha, a qual “fora envenenada com morfina, para se livrar das dores” (Freud, 1883, *apud* Guttmann, 2001, p. 95).

Teria sido a preocupação de Breuer com Anna O. o que levou Freud a se interessar pelos efeitos de redução de danos da cocaína para pacientes morfinômanos? Por três anos, Freud sustentou essa ação, baseado nas notícias que leu e “que em grande parte vêm da *Detroit Therapeutic Gazette*” (Freud, 1884/2003, p. 107), corroborando ingenuamente a propaganda do único laboratório norte-americano que a fabricava para fins medicinais e que publicava a referida *Gazette*. Por que Freud teria insistido tanto nesses efeitos da cocaína, sem nem mesmo questionar o engodo no qual caía, mordendo a isca do laboratório, fazendo propaganda para ele e provocando prejuízo ao seu nome que, na época, apenas começava a ter algum reconhecimento no campo da pesquisa científica? Isso explicaria, em parte, o tempo e investimento que Freud dedicou ao estudo da droga. Será que pensou em utilizá-la com Anna O.?

Fato é que, durante o meio ano em que ficou internada em Inzersdorf, de junho de 1883 a janeiro de 1884, Anna O. melhorou muito, tanto das dores quanto da morfinomania, e por mais de um ano ficou livre de internações. Em março de 1885, houve nova internação, por quatro meses, e nova recuperação, que perdurou por dois anos, pois não há referência de recaídas até a data de 30 de junho de 1887, quando, por 18 dias, esteve internada pela última vez. Um

ano e meio depois, em 14 de novembro de 1888, Bertha e sua mãe tinham se mudado para Frankfurt. Ali viveram juntas até o falecimento da mãe, em 1905 (Morashá, 2009).

Sem dúvida, a gravidade do estado de Anna O., entre 1880 e 1888, tinha uma etiologia psíquica, mas não só. O tratamento psicológico se deu na *talking cure*, mas associou-se à ingenuidade do médico quanto ao fenômeno da transferência, e o comprometimento do trigêmeo, cuja etiologia não ficou clara em toda pesquisa que pudemos fazer. Mas foi tal comprometimento que levou à adição às drogas, numa época em que eram lícitos os usos da morfina e da cocaína. O tratamento da cronicidade do comprometimento do trigêmeo ainda hoje é cirúrgico. Ele foi cogitado pelo Dr. Robert Binswanger, mas Recha, a mãe de Anna O., não autorizou a cirurgia, com a justificativa de que a etiologia da neuralgia era psicológica, segundo Skues (2006, apêndice cronológico). Foram necessárias todas as internações em Inzersdorf, entre 1883 e 1887, para uma definitiva desintoxicação. Eis o que nos leva à nossa hipótese: de um lado, houve a psicologização da etiologia – o que, já na época, se provava como engano, diante da falha do saber médico – e, de outro lado, ao mesmo tempo, isso sustentou uma drogadição por iatrogenia, no caso de Anna O.

Loentz (2007) sustenta a hipótese de que Bertha Pappenheim quis apagar todos os vestígios de suas internações e problemas de saúde, corroborando Edinger (1963), que sustenta que, quando ela visitou Viena em 1935 – já com o câncer que a levaria a óbito no ano seguinte –, destruiu todos os documentos referentes àqueles tempos. Foi tão bem sucedida nisso que as primeiras biografias publicadas sobre ela contavam que sua mudança para Frankfurt se deu logo após a morte do pai, em 1881, suprimindo os sete anos que se passaram entre uma coisa e outra.

Como dito, quando Freud e Breuer publicam o caso pela primeira vez, na década de 1890 (Carone, 2012), já surgia a Bertha Pappenheim que se tornaria famosa por sua obra na assistência social, na luta pelos direitos da mulher, no trabalho incansável junto a instituições com o intuito de sustentá-las, contrastando enormemente com toda a sua vida pregressa.

Ao chegar em Frankfurt, Bertha havia incorporado tudo o que aprendera com sua prima, inclusive a decisão de, como esta, se manter solteira. Também publicou seu primeiro livro, em Karlsruhe – não sem alguma ajuda de Anna Ettlinger, para quem as lera quando, seis anos antes, estivera em sua casa (Loentz, 2007): as *Kleine Geschichten für Kinder* [Pequenas histórias para crianças] (Pappenheim, 1888).

Em Frankfurt, a *writing cure*

A edição de seu primeiro livro foi novo divisor de águas na vida de Bertha Pappenheim. Não seremos os primeiros a observar que os contos infantis ali publicados remetem ao período da *talking cure* com Breuer e que, provavelmente, o médico já conhecia em parte essas histórias, pois em seu relato testemunha que Anna O. lhe contava histórias “à moda de [Hans Christian] Andersen” (Breuer, 1895/1996, p. 22). Com efeito, Kraß (2010) demonstra as semelhanças entre o conto “A pequena sereia”, de Andersen – no qual se baseou a produção dos Estúdios Disney (1989) – e “Die Weihernixe”, a ninfa do lago, o conto de Pappenheim. Kraß, professor de literatura na Universidade Goethe, em Frankfurt, desenvolveu o tema em *Sereias – Histórias de um amor impossível*, monografia na qual analisa histórias de sereias desde Homero que, numa interpretação lacaniana, universalizam a impossibilidade da relação sexual, o que a parte peixe da sereia apenas configura (Gournel, 2018). Mas Kraß também nota que, se as histórias de Andersen foram escritas para crianças, o que inspirou e repetiu Pappenheim, há pequenas passagens no texto dela que não seriam encontráveis nos do autor famoso, como por exemplo a de um príncipe com barba – seria ele substituto do pai ou de Breuer? Essas passagens sugerem que o texto de Pappenheim inclui uma elaboração do tratamento com seu médico. O que mais chamou a atenção de Kraß foram dois fatores na história de Bertha: primeiro, a seguinte frase no meio do conto: “Movida quase que inconscientemente por seu desejo, todavia ainda indecisa, a ninfa aproximou-se da margem [da água] e [...] sem pensar duas vezes, abandonou seu reino” (Pappenheim, *apud* Kraß, 2010, p. 47). A frase “movida quase inconscientemente por seu desejo” não é uma frase de conto de fadas – acrescentaríamos, ela inclui uma relação com a teoria psicanalítica. O espantoso, no entanto, é que esse conto de Bertha foi publicado em 1888, ou seja, bem antes de as bases da teoria psicanalítica terem sido formuladas! Mais uma dica de que Anna O., para muito além de ter sido o primeiro caso da psicanálise, como muitos autores a consideram, de certa forma a criou e talvez tenha tido um papel muito mais fundamental na gestação dessa teoria do que até hoje se cogitou. Como diz Lacan: “O inventor da psicanálise não é Freud, mas Anna O., e por trás dela, muitos outros: nós todos” (Lacan, 1961-1962/2014, p. 190). As questões que Anna O. formulava, as observações que fazia, da conversão histerica à associação livre, da *talking cure* à relação transferencial, quando Sigmund Freud ainda terminava seus estudos em medicina, foram absolutamente fundamentais para o surgimento da psicanálise.

O segundo fator acima mencionado diz respeito, ainda, à relação transferencial, “nascida da espontaneidade do inconsciente de Anna O.” (Lacan, 1964/1998, p. 150). Poderíamos levantar a hipótese de que o tratamento com Breuer, procurado pela mãe de Anna O. em consequência da tosse nervosa da filha, foi verdadeiramente a primeira neurose de transferência relatada, sobre o que Freud (1914/1975) pôde mais tarde escrever quando se ocupava com o processo do tratamento analítico. Associou a neurose de transferência com uma espécie de “artifizielle Krankheit” (Freud, 1914/1975, p. 214) – uma doença artificial – que, ao mesmo tempo em que é profícua para a repetição e as rememorações, é também “ein Stück realen Erlebens” (Freud, 1914/1975, p. 214), ou seja, uma porção de experiência real, momento no qual o sujeito produz uma neurose em função da própria relação com o analista. Breuer não era analista de Anna O., é importante lembrar. Breuer se interessou pelo que sua paciente dizia, mas não tinha ainda a formação analítica, que sequer existia na época.

Acompanhemos Kraß, quando associa o relato de Breuer, de 1895, com o conto de Bertha. Ele estranha o fato de o médico, ao se referir a Hans Christian Andersen, especificar o nome do livro do contista ao qual Breuer associa as histórias que Anna O. lhe contava à noite: não propriamente os seis volumes de *Contos*, lançados por Andersen entre 1835 e 1842, mas um outro livro, publicado em 1840, *Billedbog uden Billeder* (*Livro de imagens sem imagens*). Por que Breuer teria associado este, e não aqueles contos de Andersen mais conhecidos, questiona Kraß? O livro citado por Breuer, *Billedbog uden Billeder*, é sobre um pobre pintor que, noite após noite, fita da janela de seu quarto a Lua, que, penalizada pela sina do pintor, se propõe a lhe contar o que vê em suas viagens em volta da Terra, para que ele fizesse delas um livro de imagens – um *Billedbog* – que pudesse vender para ganhar seu próprio sustento. O termo *Billedbog* equivoca da tradução literal “livro de imagens”, para “livro de contos infantis”. Tal equivocação decorre, provavelmente, do fato de os livros infantis serem, usualmente, editados com imagens. Também Anna O., “a Scheherazade da psicanálise”, contava, noite após noite, histórias para Breuer (Kraß, 2010, p. 50). A Lua/Anna O. de *O livro de imagens sem imagens* de Breuer, a ninfa que ensaia sair do lago das águas paradas de um cotidiano monótono ao encontrar Breuer, que, por sua vez, literalmente nega a sexualidade dela, mas se encanta com seu luar gelado, faz jus à acepção figurada da palavra Lua por Antônio Houaiss: “algo inacessível”.

Bertha Pappenheim é hoje no mínimo tão conhecida como a primeira paciente da psicanálise, como a feminista, pioneira na assistência social e fundadora, em 1904, da Associação Judia de Mulheres, que liderou até sua morte. Em 1929, a Associação já tinha mais de cinquenta mil membros, tendo aberto várias filiais

nas quais se incentivava mulheres a se tornarem independentes, a partir de uma orientação vocacional (Borch-Jacobsen, 2012).

Em 1907, Bertha criou o que, segundo Fogel & Staszewski (2006), identificou como tendo sido a obra de sua vida, o *Heim des Jüdischen Frauenbundes*, em Neu-Isenburg, lar para mulheres solteiras e seus filhos ilegítimos.

Nossa hipótese é que toda a transformação – da paciente Anna O. à ativista Bertha Pappenheim – se deu em função da possibilidade de escrever, atividade que nunca mais deixou de exercer, e que terminou por notabilizá-la pelos textos que pôde construir a partir de seu trabalho na assistência social junto a mulheres judias pobres, como era pobre o pintor do conto de Andersen, *Billedbog uden Billeder*, ao qual se referira Breuer como tendo inspirado Anna O. Na época em que criou o lar, já havia muitos lares para mulheres na Alemanha, mas nenhum judeu. O *Heim* de Pappenheim foi particular, respondendo ao que Lacan observa quanto à sublimação: “é às expensas de suas satisfações sexuais que os autores, quaisquer que sejam” produzem suas obras que apreciamos e que “assumem valor social – valor sublinhado pelo próprio Freud” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 368). A sublimação é característica da pulsão sexual, “pois tem o poder de substituir seus objetos originários por outros de valor mais elevado que não são sexuais” (Freud, 1910/1955, p. 145). Não simplesmente a sublimação do *Seminário VII*, em que Lacan (1959-1960/1997) a conceitua como ato que eleva o objeto ao nível da Coisa – transformando-o ao desconsiderar seu valor de uso, inclusive o sexual, de modo a permitir que adquira nova função fundamentalmente estética, como as caixas de fósforo com que Jacques Prevert criou uma figura em sua própria residência –, e sim, de um lado, sublimação no sentido em que permite o investimento da libido em uma atividade cujo alvo não é exatamente o sexual (Freud, 1915/1975) e, de outro, a sublimação de Bertha, que busca atribuir dignidade à mulher, tão objetificada.

“O tratamento pela escrita parece ter sido muito mais terapêutico do que o tratamento pela fala”, escreve Borch-Jacobsen (2012). Apesar de não concordarmos com a radicalidade dessa observação – aliás, ainda em 1917, Freud é explícito ao afirmar que a *talking cure* “de Breuer, ainda é o fundamento da terapia psicanalítica” (Freud, 1917/1999, p. 289) –, não somos avessos à ideia de que à *talking cure* seguiu-se uma *writing cure*, cujo resultado inicial foi o livro de contos. No texto de Kraß (2010, p. 49) lê-se: “As histórias das sereias e ninfas contam sobre a impossibilidade do amor, mas também sempre sobre as possibilidades da literatura”, comentário que nos serve muito em destaque, por nos permitir corroborar, ao menos inicialmente, que no trabalho de escrita de Bertha houve uma sublimação da sua vida erótica, e no lugar de permanecer enamorada pelo seu pintor, como é possível verificar nas análises retomadas por Segal e Barros (2014, p. 121) e Soler (2005, p. 83),

Bertha foi ao encontro de uma sublime-ação, quando o foco de seus textos passou a produzir informações sobre a situação social de refugiados judeus e do tráfico de mulheres, na busca de salvá-las disso. O pseudônimo escolhido por Bertha foi o de Paul Berthold, um político contemporâneo seu, condecorado em 1905 por seus feitos no campo da política social. Provavelmente julgando ser mais provável que seus textos fossem publicados se assinados com um pseudônimo masculino, Bertha von Pappenheim escolheu um nome que já era conhecido como ativista na política social e, ao mesmo tempo, cujas iniciais espelhavam perfeitamente as dela: P.B./B.P. Que Bertha e Berthold também equivocam não deixa de testemunhar o que Freud (1908/1993) viria a identificar como a fantasia bissexual do sujeito histórico.

Em 1924, Bertha publicou seu texto mais importante, *Trabalho de Sísifo* (Pappenheim, 1924), no qual estuda o tráfico de mulheres e sua prostituição. Como observou Soler (2005, p. 11): Bertha Pappenheim soube sublimar sua feminilidade sacrificada, tornou-se mãe dos órfãos que acolhia como advogada e defensora dos direitos da mulher. É o que aqui nos permite associar sua sublimação e sublime-ação na luta contra a segregação não apenas sionista, mas também das mulheres. E se Bertha, como dizem tanto Freud como Lacan, fundou a psicanálise, então concluímos que o compromisso desta para com a causa de uma política social lhe é, na realidade, intrínseca, ou seja, fundadora.

Do mesmo modo como podemos associar o nome de Goethe, unificador da língua alemã, à escrita *gotisch*, marca do significante que determina o destino do autor ao qual Freud tanto se referiu, também podemos associar a obra de Bertha Pappenheim, o *Heim des Jüdischen Frauenbundes*, à marca que encontramos inscrita em seu nome. A escrita, para Goethe, funcionava como ponto de amarração frente à angústia do encontro com o real, sempre que o véu do engano se desfazia (Alberti, 2016). Goethe sabia que o amor é engano quando não se sabe impossível e que “Os desejos do amante realizam-se no artista” (Goethe, 1811-1833/1944) que, como Bertha, manteve vivos com a própria constante força da pulsão, cada um com seu particular movimento da sublimação. Vejamos o de Bertha, em 1911 (*apud* Titze, 2016)²:

Bertha Pappenheim: “Mir ward die Liebe nicht”

Mir ward die Liebe nicht –
Drum leb ich wie die Pflanze,
Im Keller ohne Licht.

O amor não foi para mim
Por isso vivo como a planta,
no porão sem luz.

Mir ward die Liebe nicht – Drum tön ich wie die Geige, Der man den Bogen bricht.	O amor não foi para mim Por isso soo tal violino, cujo arco lhe é partido.
Mir ward die Liebe nicht – Drum wühl ich mich in Arbeit Und leb mich wund an Pflicht.	O amor não foi para mim Por isso me enfio no trabalho e em obrigações vivo me ferindo.
Mir ward die Liebe nicht – Drum denk ich gern des Todes, Als freundliches Gesicht.	O amor não foi para mim Por isso gosto de pensar na morte como amável semblante.

Esse poema retrata o porão sombrio de Bertha, que certamente contrasta com a demanda de Goethe, nos últimos instantes de sua vida, por “mais luz!”, mas nem por isso deixa de testemunhar o trabalho incansável que a levou à sua sublime-ação.

Referências

- Alberti, S. (2016). “Ex nihilo”. In: A. Bilbao (Org.), *El psicoanálisis y los fundamentos de la cultura*, p. 123-140. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso.
- Bader, E. (2007). *Karl Lugmayer und sein Werk: Seine politisch-soziale Bedeutung und Aktualität*. Viena: LIT.
- Bender, R. (1988). Anna Ettlínger. In: H. Schmitt (Org.), *Juden in Karlsruhe: Beiträge zu ihrer Geschichte bis zur nationalsozialistischen Machtergreifung*, p. 481-492. Veröffentlichungen des Karlsruher Stadtarchivs, Bd. 8. Karlsruhe: Badenia.
- Borch-Jacobsen, M. (2012). Bertha Pappenheim, the original patient of psychoanalysis. In: *Psychology Today*. <https://www.psychologytoday.com/us/blog/freuds-patients-serial/201201/bertha-pappenheim-1859-1936> (acessado em 06/01/2021).
- Boyarín, D. (1997). *Unheroic conduct: The rise of heterosexuality and the invention of the Jewish man*. Berkeley: University of California.
- Bram, F. M. (1973). The gift of Anna O. In: *Psyche: Zeitschrift für Psychoanalyse und ihre Anwendungen*, 27(5), 449-459. <https://elibrary.klett-cotta.de/article/99.120105/ps-27-5-449>

- Brenzel, M. (2004). *Sigmund Freuds Anna O.: Das Leben der Bertha Pappenheim – Biographie*. Leipzig: Reclam.
- Breuer, J. (1895/1996). Beobachtung I. Frl. Anna O. In: J. Breuer & S. Freud (1893-1895/1996), *Studien über Hysterie*, p. 15-36. Leipzig und Wien: Deudicke.
- Breuer, J.; Freud S. (1893-1895/1996). *Studien über Hysterie*. Leipzig und Wien: Deudicke.
- Carone, A. M. (2012). A comunicação preliminar entre Breuer e Freud: Uma tradução comentada. In: *Pandaemonium Germanicum*, 15(20), 176-193. <https://doi.org/10.1590/S1982-88372012000200010>
- Disney Studios (1989). *The Little Mermaid (A Pequena Sereia)* [filme]. Dirigido e escrito por J. Musker & R. Clements.
- Edinger, D. (1963). *Bertha Pappenheim: Leben und Schriften*. Frankfurt a.M.: Ner Tamid.
- Evans, R. J. (1977/2014). *The Feminists: Women's emancipation movements in Europe, America and Australasia, 1840-1920*. Abingdon: Routledge.
- Fogel, H.; Staszewski, N. (2006). *Zum Leben und Wirken Bertha Pappenheims* (Abdruck der Texttafeln aus der Dauerausstellung in der Seminar- und Gedenkstätte Bertha Pappenheim, hrsg. vom Magistrat der Stadt Neu-Isenburg. Copy of the text posted on the bulletin boards in the Bertha Pappenheim Seminar and Memorial Center, Neu-Isenburg. Translated by Grizim & Telmann).
- Freud, S. (1884/2003). Über Coca. In: *Correio da APPOA*. Recordar, repetir, elaborar. Porto Alegre, nº 118, 10/2003. https://apoa.org.br/uploads/arquivos/revista_26_3.pdf
- Freud, S. (1908/1993). Hysterische Phantasien und ihre Beziehung sur Bisexualität. In: *Gesammelte Werke*, vol. VII, p. 191-199. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1910/1955). Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci. In: *Gesammelte Werke*, vol. VIII, p. 127-211. London: Imago.
- Freud, S. (1912/1996). Zur Dynamik der Übertragung. In: *Gesammelte Werke*, vol. VIII, p. 364-374. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1914/1972). Zur Psychologie des Gymnasiasten. In: *Studienausgabe*, vol. IV, p. 235-240. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1914/1975). Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten. In: *Studienausgabe*, Ergänzungsbd, p. 205-216. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1915/1975). Triebe und Tribschicksale. In: *Studienausgabe*, vol. III, p. 75-102. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1917/1999). 18. Vorlesung: Die Fixierung an das Trauma, das Unbewußte. In: *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse – Gesammelte Werke*, vol. XI, p. 282-295. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1932/1974). Die Weiblichkeit, Vorlesung 33. In: *Studienausgabe*, vol. I, p. 544-565. Frankfurt a.M.: S. Fischer.
- Freud, S. (1938/1975). Die Ichspaltung im Abwehrvorgang. In: *Studienausgabe*, vol. III, p. 389-395. Frankfurt a.M.: S. Fischer.

- Goethe, J. W. (1811-1833/1944). *Aus meinem Leben: Dichtung und Wahrheit* (1811-1833). In: *Goethes Werke*, vols. 10-11. Basel: Birkhäuser.
- Gournel, M.-T. (2018). Il n'y a pas de rapport sexuel: Le fondement de la psychanalyse. In: *Tu peux savoir*, 09/05/2018. <https://www.tupeuxsavoir.fr/publication/il-ny-a-pas-de-rapport-sexuel-le-fondement-de-la-psychanalyse/> (acessado em 05/01/2021).
- Guggenheim, S. (2018). O caso fundador da psicanálise. In: *Formação Freudiana*. <https://www.freudiana.com.br/textos-interessantes/o-caso-fundador-da-psicanalise-por-susan-guggenheim.html> (acessado em 02/04/2021).
- Guttmann, M. (2001). *The enigma of Anna O.: A biography of Bertha Pappenheim*. London: Moyer Bell. Ver também https://archives.cjh.org/repositories/5/archival_objects/954129
- Hirschmüller, A. (1978). *Physiologie und Psychoanalyse in Leben und Werk Josef Breuers*. Berna: Hans Huber.
- Hohenems Genealogie (s/d). *Glikl (Glückel von Hameln) bas Judah Leib*. Jüdisches Museum Hohenems. <https://www.hohenemsgenealogie.at/gen/getperson.php?personID=I7877&tree=Hohenems> (acessado em 07/01/2021).
- Huston, J. (1962). *Freud: The secret passion* [filme]. Produzido por Wolfgang Reinhardt.
- Jensen, E. M. (1984). *Streifzüge durch das Leben von Anna O. / Bertha Pappenheim: Ein Fall für die Psychiatrie – Ein Leben für die Philanthropie*. Frankfurt a.M.: ZTV.
- Jones, E. (1979). *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kraß, A. (2010). *Meerjungfrauen: Geschichten einer unmöglichen Liebe*. Frankfurt a.M.: Fischer Wissenschaft. Resumo do texto sobre Pappenheim: <https://d-nb.info/1080313605/34> (acessado em 05/01/2021).
- Lacan, J. (1959-1960/1997). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1960-1961/1992). *O seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1961-1962/2014). *O seminário, livro 9: A Identificação* (inédito).
- Lacan, J. (1964/1998). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1968-1969/2008). *O seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Loentz, E. (2007). *Let me continue to speak the truth: Bertha Pappenheim as author and activist*. Cincinnati: Hebrew Union College.
- Magalhães, G. (2020). Mais mente na pesquisa cerebral! O legado de Josef Breuer. *Intelligere*, (9), 270-311. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.173534>
- Maierhof, G. (1999). Hannah Karminski. In: *Shalvi/Hyman Encyclopedia of Jewish Women*, 31/12/1999. Jewish Women's Archive. <https://jwa.org/encyclopedia/article/karminski-hannah> (acessado em 06/01/2023).
- Morashá (2009). Uma mente apaixonada. In: *Revista Morashá*, 66, 12/2009. <https://www.morasha.com.br/biografias/uma-mente-apaixonada.html> (acessado em 07/01/2021).

- Pappenheim, B. (1888). *Kleine Geschichten für Kinder*. Karlsruhe: G. Braun'schen Hofbuchdruckerei.
- Pappenheim, B. (1924). *Sisyphus Arbeit*. Leipzig: P. E. Linder.
- Rabêlo, F. C. (2011). Sobre o legado de Breuer e Anna O. In: *Tempo Psicanalítico*, 43(2), 391-407. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382011000200009
- Ramos, S. P. (2003). Revisiting Anna O.: A case of chemical dependence. In: *History of Psychology*, 6(3), 239-250. <https://doi.org/10.1037/1093-4510.6.3.239>
- Richarz, M. (2001). Einleitung. In: *Die Hamburger Kauffrau Glikl: Jüdische Existenz in der frühen Neuzeit*. Hamburg: Wallstein.
- Rosa, M. (2020). Histeria: Psicopatologias e despatologizações. In: A. Teixeira & M. Rosa (Orgs.), *Psicopatologia lacaniana*, vol. 2: *Nosologia*, p. 73-108. Belo Horizonte: Autêntica.
- Schulte, C. (2000). *Die jüdische Aufklärung: Philosophie, Religion, Geschichte*. Munique: C. H. Beck.
- Schütte, G. (2011). Eine starke Frau im 17. Jahrhundert. In: *Welt am Sonntag*. <https://www.welt.de/print/wams/vermishtes/article13194509/Eine-starke-Frau-im-17-Jahrhundert.html> (acessado em 01/01/2021).
- Segal, I. F.; Barros, R. M. M. (2014). Devastação e gozo na ópera Erwartung opus 17, de Schoenberg. *Tempo Psicanalítico*, 46(1), 114-133. <https://tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/10>
- Skues, R. A. (2006). *Sigmund Freud and the History of Anna O.: Reopening a closed case*. London: Palgrave Macmillan. Appendix: Chronology: <https://link.springer.com/content/pdf/bbm:978-0-230-62505-1/1?pdf=chapter%20toc> (acessado em 06/01/2023).
- Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Titze, M. (2016). Bertha Pappenheim: „Mir ward die Liebe nicht“. In: *Frankfurter Allgemeine*, 12/08/2016. <https://www.faz.net/aktuell/feuilleton/buecher/frankfurter-anthologie/frankfurter-anthologie-bertha-pappenheim-mir-ward-die-liebe-nicht-14384493.html> (acessado em 06/01/2021).

Notas

¹ Todas as traduções do alemão são nossas e livres.

² Tradução livre do alemão.

Recebido em 10 de abril de 2021

Aceito para publicação em 19 de agosto de 2022

MOOD-CONGRUENT MEMORY IN HEALTHY ADULTS: A SYSTEMATIC REVIEW

*MEMÓRIA CONGRUENTE AO HUMOR EM ADULTOS SAUDÁVEIS:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA*

*MEMORIA CONGRUENTE CON EL ESTADO AFECTIVO EN ADULTOS SANOS:
UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA*

Sofia Latgé-Tovar⁽¹⁾

Elodie Bertrand⁽²⁾

Robin G. Morris⁽³⁾

Jesus Landeira-Fernandez⁽⁴⁾

Daniel C. Mograbi⁽⁵⁾

RESUMO

A memória congruente com o humor (MCH) é definida como a facilitação para se recordar de determinado material emocional quando sua valência emocional é congruente ao humor atual. Esse fenômeno tem importantes implicações clínicas, principalmente por seu envolvimento com transtornos de humor, como a depressão. Esta revisão sistemática discute os fatores que contribuem para a ocorrência de MCH em adultos saudáveis, assim como suas implicações teóricas e clínicas. Argumentamos que as características do material usado na tarefa de memória (e.g., estrutura, intensidade de valência, autorreferência vs referência ao

⁽¹⁾ Graduada em Biomedicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda pelo Instituto de Psiquiatria (IPUB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: sofialatge@gmail.com

⁽²⁾ Doutora em Psicologia Clínica e Neurociências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Maître de Conférences en Neuropsychologie de l'Université Paris-Cité, Laboratoire Mémoire, Cerveau et Cognition. Paris, France. email: elodie.bertrand1@gmail.com

⁽³⁾ Professor of Neuropsychology at King's College Institute of Psychiatry, Psychology & Neuroscience. London, UK. email: robin.morris@kcl.ac.uk

⁽⁴⁾ Doutor em Neurociência Comportamental pela UCLA. Professor Titular do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: landeira@puc-rio.br

⁽⁵⁾ PhD em Psicologia e Neurociências pelo Institute of Psychiatry, King's College London. Visiting researcher at King's College London, Institute of Psychiatry, Psychology & Neuroscience, London, UK. Professor adjunto do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. email: danielmograbi@puc-rio.br

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

outro) e as características dos participantes (e.g., personalidade, excitação fisiológica) são fatores capazes de modular a presença de MCH. Em última análise, há necessidade da realização de estudos que investiguem o fenômeno em ambientes mais ecológicos e que explorem os correlatos neuroanatômicos subjacentes ao efeito de MCH.

Palavras-chave: emoção; humor; cognição; memória; memória congruente com o humor.

ABSTRACT

Mood-congruent memory (MCM) is defined as the facilitation to remember emotional material when the emotional valence of this material is congruent with current mood. This phenomenon has important clinical implications, especially because of its involvement in mood disorders, such as depression. This systematic review discusses the factors contributing to the occurrence of MCM in healthy adults and its theoretical and clinical implications. We argue that characteristics of the material used in the memory task (e.g., structure, valence intensity, self vs other-reference) and characteristics of the participants (e.g., personality, physiological arousal) are factors likely to modulate the presence of MCM. Ultimately, there is a need for further research investigating the phenomenon in more ecological settings and exploring the neuroanatomical correlates underlying the effect of MCM.

Keywords: emotion; mood; cognition; memory; mood-congruent memory.

RESUMEN

La memoria congruente con el estado afectivo se define como la facilitación para recordar material emocional cuando la valencia emocional de este material es congruente con el estado afectivo actual. Este fenómeno tiene importantes implicaciones clínicas, especialmente por su implicación en los trastornos del estado de ánimo, como la depresión. Esta revisión sistemática analiza los factores que contribuyen a la aparición de la memoria congruente con el estado afectivo en adultos sanos y sus implicaciones teóricas y clínicas. Se argumenta que las características del material utilizado en la tarea de memoria (por ejemplo, estructura, intensidad de valencia, autoreferencia frente a la de otros) y las características de los participantes (por ejemplo, personalidad, estimulación fisiológica) son factores aptos a modular la presencia de este fenómeno. Por último, existe una necesidad de realizar más estudios que investiguen el fenómeno en entornos más

ecológicos y que exploren los correlatos neuroanatómicos subyacentes al efecto de la memoria congruente con el estado afectivo.

Palabras clave: emoción; estado afectivo; cognición; memoria; memoria congruente con el estado afectivo.

Introduction

During the last two decades, numerous studies explored the influence of emotional state on cognitive processes (Eich et al., 2000). However, the relationship between mood and cognition, and in particular between mood and memory, has been discussed for centuries. Already in the eighteenth century, the French thinker Voltaire wrote¹: “We retain by heart despite yourself and that is why we say, ‘remember by heart’, because what touches the heart is engraved in the memory” (1764, p. 150). Throughout the twentieth century, cognitive science demonstrated a link between memory and emotions through a variety of ideas, amongst them, the concept of Mood-Congruent Memory (MCM) (Blaney, 1986; Bower, 1981).

MCM is the phenomenon through which the recovery of emotional material is facilitated when the emotional valence of this material is congruent with current mood (Bower, 1981). For example, when feeling sad, it is easier to retrieve stimuli with a negative emotional valence. Bower (1981) theory discussed the existence of a memory network, in which every concept forms a node linked to other nodes of associated concepts. According to this view, a specific emotional state would spread its activation through nodes of related concepts, including autobiographical memories. Within the context of the activation of an emotional node, people tend to be more attentive to mood-congruent information linked to this specific concept (Bower, 1981).

The high susceptibility of encoding or retrieval of a specific stimuli, given the valence of current mood, places MCM as highly implicated in a diverse range of psychological research and social judgments, such as biased eye witness reports (Fiedler et al., 2001; Loftus, 2004), as personal events tend to be affectively charged (Miranda & Kihlstrom, 2005). Fiedler et al. (2001) discussed how MCM influence on both recall and recognition not only affect witnesses’ imagination, but actually increase their discrimination ability (Fiedler et al., 2001). MCM may also be relevant to research into emotional processing and regulation. Smith and Petty (1995) studied personality traits of healthy subjects and suggested the occurrence of an effective mood regulation strategy among

high self-esteem individuals, as their results demonstrated that, after negative mood induction, individuals with high self-esteem retrieved more positive memories than those with low self-esteem (Smith & Petty, 1995). Finally, the study of MCM may also shed light on general mechanisms of memory function. As indicated above, MCM potentially highlights the network-like structure of memory (Bower, 1981). Similarly, MCM phenomena support the idea of memory as a dynamic system, comprised of active constructions and centered on the combination of stored previous information and inference rules (Fiedler et al., 2001).

In clinical practice, this phenomenon has been of interest because of its potential involvement in the genesis of emotional disorders, such as depression. Indeed, cognitive theories of depression support the hypothesis that MCM may be a critical factor for vulnerability to depression and also for the maintenance of depressive symptoms (Teasdale, 1983; van Wingen et al., 2010; Watkins, 2002), for example through the rumination of negative information which involves a process akin to MCM (Nolen-Hoeksema, 1991, 2000). Delgado et al. (2012) also associated bipolar disorder with MCM, suggesting that positive-biased memory processing and the symptoms of the disease may be interconnected, depending on the disease severity (Delgado et al., 2012). Mood and affect are then described as crucial parts in memory processing, directly influencing performance in this condition (Delgado et al., 2012).

MCM is distinct from Mood-Dependent Memory (MDM), which in turn is part of the global phenomenon of State-Dependent Memory (SDM) in which memory is enhanced if the state at encoding and retrieval of information is generally the same (Eich, 1980). In the case of SDM, the state represents the physiological, internal environment of the subject and can be psychopharmacological (Darley et al., 1974; Duka et al., 2001) or emotional, which is the case in MDM (Bower, 1981; Eich & Metcalfe, 1989; Nutt & Lam, 2011). Therefore, MDM is defined as the ability to increase the recall of any type of material, when the subject's emotional state is the same at the time of encoding and at the time of retrieval, regardless of the content of the material.

This work focuses on the exploration of MCM, an effect for which results are variable. However, this variability is likely to be partly due to methodological differences between studies, rather than weak statistical properties of the effect (Barry et al., 2004; Ellwart et al., 2003; Watkins, 2002). Researchers have used different experimental procedures, with variations in the type of task (e.g., explicit memory, implicit memory) and mood induction procedure (e.g., hypnosis, viewing videos, listening to music, reading sentences with emotional

valence). These variations in experimental procedures make the generalization of results difficult. The MCM studies may be tapping into different contextual memory phenomena, depending on how different memory systems are being utilized. Moreover, only a few studies have compared positive, negative and neutral emotional states in MCM, and the limited literature available has shown asymmetrical results when comparing the effects of positive and negative mood (Isen et al., 1978; Mayer et al., 1990). This highlights the need to conduct a systematic review of the literature concerning this phenomenon in order to understand better the mechanisms of MCM.

The purpose of the current article is to present a systematic review of the literature on MCM in healthy adults. This will allow us to: (1) clarify the characteristics of this phenomenon; (2) explain the contribution of the factors behind the variation in findings; and (3) explore the typical presentation of this phenomenon in healthy people, comparing it to MCM in clinical groups. In addition, by identifying methodological limitations in the existing literature, this work aims to provide guidelines to improve the design of future studies in this area.

Method

Literature search

This study was based on the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) statement (Page et al., 2021). Searches were conducted in PubMed and PsycINFO databases and updated until April 16, 2022. We used combinations of the following keywords: ‘context’ OR ‘state’ OR ‘mood’; ‘dependent’ OR ‘congruent’; and ‘memory’ OR ‘learning’ OR ‘retrieval’ OR ‘encoding’ OR ‘bias’. We employed filters to restrict the search to articles involving only human adults, and published in English. No limit of time period was applied to this search. An *a priori* decision was made to search only published work and to control for publication bias in a posterior analysis.

Inclusion/exclusion criteria

Original articles found had their titles and abstracts screened, and were only included if they involved healthy participants and explored the impact of

emotional state on retrieval of emotional material. In addition, articles regarding clinical populations, such as major depressive disorder or anxiety disorder, were excluded, as well as articles involving studies with animals and those exploring mathematical models. Furthermore, reviews and case reports were not analyzed in this systematic review.

Whenever possible, eligible studies were retrieved in full text for screening (using the same criteria used to screen the abstracts). Finally, the references of the articles selected were checked for additional relevant articles.

Quality assessment

E.B. performed the quality assessment of included studies. A quality assessment form was devised which focused on sampling, measurement of outcomes and analysis (Table 1). In accordance with the Cochrane Collaboration recommendations (Higgins & Green, 2008), an overall score was not generated, with a risk of bias judgment of “yes”, “no” or “unclear” being given instead for individual domains. If a study received more than two “no” or three “unclear” judgments, the study was considered as having poor quality and was excluded from the review.

Table 1 — Quality assessment criteria for included studies

	Judgment (yes/no/unclear)
Sampling	Was the study design appropriate to answer the research question?
	Was the sampling method appropriate?
	If applicable, was the control group comparable to the experimental group?
Measurement	Was a suitable measurement used?
	Were potential confounding variables measured?
Analysis	Was the analysis appropriate?

Results

The search generated a list of 607 articles. Only 38 of them met the inclusion criteria. An additional 22 articles were identified for the review by scanning the reference lists of these studies. Out of the 60 resulting articles, 41 were selected after application of the qualitative assessment, with a total of 68 studies being included (see Figure 1 and Table 2, for a summary).

Figure 1 — Studies included in the final review

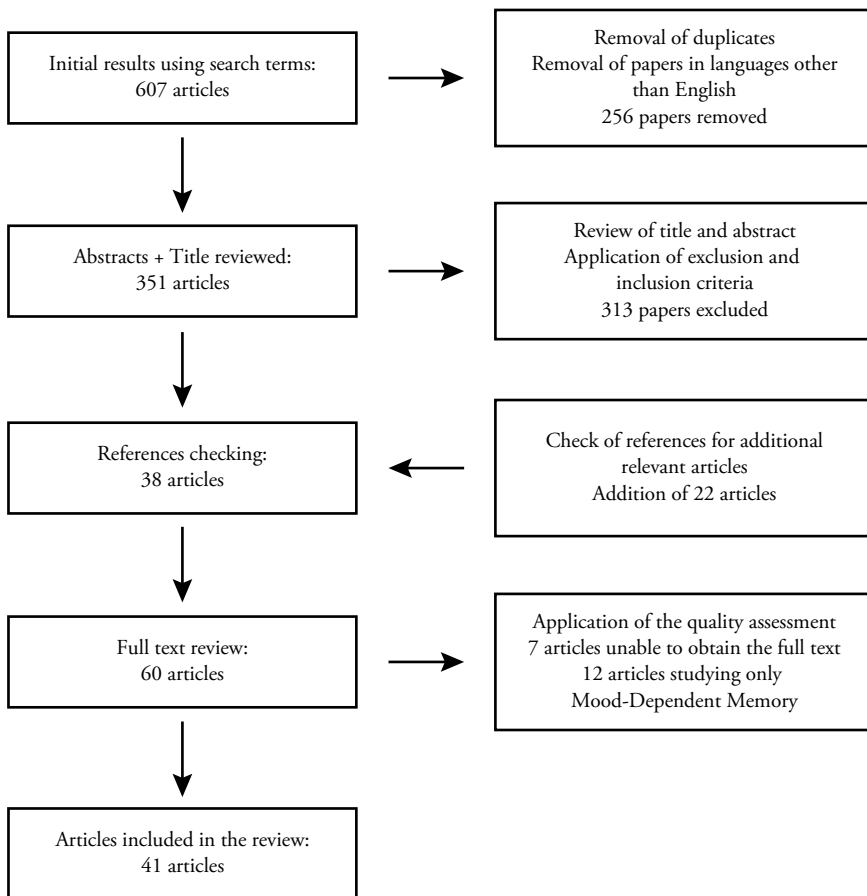


Table 2 — Characteristics of the studies reviewed

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Bower et al. (1978)							
Exp. 1	10	undergraduates	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	word list	No
Exp. 2	16	undergraduates	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	word list	No
Exp. 3	24	10 undergraduates and 14 non-students (14 females and 10 males)	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	word list	No
Isen et al. (1978)							
Exp. 2	47	students	Yes (success or failure to a game)	None	explicit retrieval	word list	Yes
Teasdale et al. (1980)							
	20	students (females; mean age=19.2)	Yes (Velten procedure)	self reported	autobiographical memory	neutral word cues	Yes
Bower et al. (1981)							
Exp. 1	16	undergraduates	Yes (hypnosis)	observation	explicit retrieval	story	Yes
Exp. 2	16	mental health professionals (adults)	Yes (hypnosis)	none	explicit retrieval	story	No
Exp. 3	32	students (19 females and 13 males)	Yes (hypnosis)	none	explicit retrieval	story	Yes
Exp. 4	16	undergraduates	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	story	No
Exp. 5	16	undergraduates	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	story	Yes

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Snyder & White (1982)							
Exp. 1	30	undergraduates (females)	Yes (Velten procedure)	self reported	autobiographical memory	none	Yes
Exp. 2	97	undergraduates (females)	Yes/No (Velten procedure)	self reported	autobiographical memory	list of activities	Yes
Exp. 3	50	undergraduates (females)	Yes (Velten procedure)	none	autobiographical memory	list of activities	No
Natale & Hantas (1982)							
	54	undergraduates (females; age range=17-32)	Yes (hypnosis + Velten procedure)	self reported + psychomotor	autobiographical memory + explicit retrieval	none / word list (personality traits)	Yes
Teasdale & Russell (1983)							
	32	students (20 females and 12 males; mean age=20.4)	Yes (Velten procedure)	self reported + psychomotor	explicit retrieval	word list	Yes
Gilligan & Bower (1983)							
	16	students and mental health professionals	Yes (hypnosis)	none	autobiographical memory + explicit retrieval	phrases	No/Yes
Mecklenbräuker & Hager (1984)							
	64	80% students (35 females and 29 males; age range=18-32)	Yes (Velten procedure)	self reported	explicit retrieval	story	No
Clark & Teasdale (1985)							
Exp. 1	64	students (mean age=19.1; SD=1.52)	Yes (music)	self reported + psychomotor	explicit retrieval	word list (personality traits)	Yes (only for the women)
Fiedler et al. (1986)							
	50	students (females and males)	Yes (Velten procedure)	self reported	explicit retrieval	sentences describing social behavior	No

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Fiedler & Stroehm (1986)	36	students	Yes (mental imagery)	none	explicit retrieval	photographs	Yes
Alexander & Guenther (1986)							
Exp. 1	21	psychology undergraduates	Yes (Velten procedure)	none	autobiographical memory + explicit retrieval	word list (personality traits)	Yes
Exp. 2	40	psychology undergraduates	Yes (Velten procedure)	none	autobiographical memory + explicit retrieval	word list (personality traits)	Yes
Perrig & Perrig (1988)							
Exp. 1	26	psychology students (15 females and 11 males)	simulating mood	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Exp. 2	40	psychology students (27 females and 13 males)	simulating mood	none	explicit retrieval	word list	Yes
Salovey & Singer (1989)							
Exp. 1	60	undergraduates	Yes (self-generated imagery)	self reported	autobiographical memory (childhood memories)	none	No
Exp. 2	36	undergraduates	Yes (self-generated imagery)	self reported	autobiographical memory ("last week" memories)	none	Yes
Exp. 3	66	undergraduates	Yes (self-generated imagery)	self reported	autobiographical memory (childhood + recent memories)	none	Yes

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Lewis & Williams (1989)	28	students	Yes (hypnosis)	None	explicit retrieval	word list	Yes
Bower & Mayer (1989)							
Exp. 1	48	students	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Exp. 3	24	students	Yes (hypnosis)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Bullington (1990)	48	students	Yes (Velten procedure) + simulating mood	self reported + psychomotor	autobiographical memory + explicit retrieval	word list	Yes
Parrott & Sabini (1990)							
Exp. 1	124	social psychology students (58 females, 34 males and 32 missing sex data)	No	self reported + exam performance	autobiographical memory	none	No
Exp. 2	65	students (38 females and 27 males)	No	self reported	autobiographical memory	none	No
Exp. 3	20	undergraduates (females)	Yes (music)	self reported + psychomotor	autobiographical memory	none	Yes
Exp. 4	46	undergraduates (28 females and 18 males)	Yes (music)	self reported	autobiographical memory	none	No
Exp. 5	31	undergraduates (23 females and 8 males)	Yes (music)	self reported	autobiographical memory	none	No
Mayer et al. (1990)	136	students	Yes (imagery + music)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Parrott (1991)	45	undergraduates (30 females and 15 males)	Yes (music)	self reported + psychomotor	autobiographical memory	none	Yes
Rinck et al. (1992)							
Exp. 1	48	undergraduates	Yes (suggestion technique)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Exp. 2	48	undergraduates	Yes (suggestion technique)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Nasby (1994)	84	undergraduates (females)	Yes (Velten procedure)	self reported + psychomotor	explicit retrieval	word list	Yes
Erber & Erber (1994)							
Exp. 2	64	undergraduates (41 females and 23 males)	Yes (memory elicitation instructions)		autobiographical memory	none	Yes
Bradley et al. (1994)	53	students	No	self reported	implicit retrieval + explicit retrieval	word list	Yes
Mayer et al. (1995)							
Exp. 1	200	students	No	self reported	implicit retrieval		Yes
Exp. 2	223	students	No	self reported	implicit retrieval		Yes
Exp. 3	193	students	No	self reported	implicit retrieval		Yes
Nasby (1996)	72	undergraduates (females)	Yes (Velten procedure)	self reported + psychomotor	explicit retrieval	word list	Yes

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Boden & Baumeister (1997)							
Exp. 1	60	psychology undergraduates (24 females and 36 males)	Yes (video tape)	none	autobiographical memory	none	Yes
Exp. 2	17	psychology undergraduates (8 females and 9 males)	Yes (video tape)	none	autobiographical memory	none	No
Vamer & Ellis (1998)							
Exp. 1	40	psychology undergraduates	Yes (reading statements)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Exp. 2	72	psychology undergraduates	Yes (reading statements)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Rusting (1999)							
Exp. 1	142	students	No	self reported	explicit retrieval + implicit retrieval	word list (homophones)	Yes
Exp. 2	79	undergraduates	Yes (music + imagery)	self reported	explicit retrieval + implicit retrieval	word list (homophones)	Yes
Eich & Macaulay (2000)	48	undergraduates	simulating mood	self reported	autobiographical memory	neutral word cues	Yes
Maccallum et al. (2000)	24	undergraduates (mean age=20.17; SD=5.50)	Yes (hypnosis)	self reported + psychomotor	autobiographical memory	emotional word cues	Yes

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Rusting & DeHart (2000)							
Exp. 1	59	psychology students (29 females and 30 males)	Yes (imagery)	self reported	autobiographical memory	none	Yes
Exp. 2	60	psychology students (30 females and 30 males)	Yes (imagery)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Exp. 3	60	psychology students (30 females and 30 males)	Yes (idiographic negative mood induction / remember past experiences)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Exp. 4	117	undergraduates (65 female and 52 males)	No	self reported	autobiographical memory	none	Yes
Fiedler et al. (2001)							
Exp. 1	57	students (females and males)	Yes (video tape)	self reported	explicit retrieval	word list (synonymous)	Yes
Exp. 2	80	students (females and males)	Yes (video tape)	self reported	explicit retrieval	word list (synonymous)	Yes
Klaassen et al. (2002)	27	15 female and 12 males (mean age=30.9; SD=10.9)	Yes (pharmaceutical)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes

continua...

...continuação

Authors (Year)	N° subjects	Sample	MIP (Type of MIP)	Evaluation of mood	Memory task	Memory task material	MCM demonstrated
Lewis et al. (2005)	14	7 female and 7 males (mean age=29) undergraduates and graduates (58 females and 29 males; age range=17-35; mean age=19.8; SD=2.6)	Yes (music + emotional faces)	self reported + physiological	explicit retrieval	word list	Yes
Miranda & Kihlstrom (2005)	86		Yes (music)	self reported	autobiographical memory	word	Yes
Kiefer et al. (2007)	38	30 females and 8 males (mean age=26) 14 females and 6 males (mean age=22.8; SD=3.7)	Yes (music)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Fitzgerald et al. (2011)	20		Yes (video tape)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Blaut et al. (2013)	71	undergraduates (57 females and 14 males; mean age=22; SD=2.5)	No (n/a)	self reported	explicit retrieval	word list	Yes
Loeffler et al. (2013)	55	undergraduates, high school graduates and trainees (28 females and 27 males; age range=18-45; mean age=25.3)	No (n/a)	psychophysiological	explicit retrieval	word list	Yes

MIP = Mood Induction Procedure
n/a = not applicable

Sample characteristics

The total sample sizes ranged from 10 (Bower et al., 1981) to 223 participants (Mayer et al., 1995). The samples in the studies were primarily of undergraduate students. Few studies characterized the sample in more detail, including information on age and gender distribution. In thirteen articles age information was provided, with mean age ranging from 20.17 (SD=5.50) (Maccallum et al., 2000) to 30.9 (SD=10.9) years (Klaassen et al., 2002).

Type of mood manipulation

Studies can be divided into different groups based on the type of mood used to explore the effect of memory congruency to the emotional state. Indeed, most studies used a Mood Induction Procedure (MIP), while a smaller fraction of the studies are based on the “natural” mood of the participants or simulation of a specific mood state.

Natural mood

Ten studies used the current natural emotional state of the participants, that is, their mood was not induced using a MIP. In all studies, the mood state was self-rated by the participants and their degree of current positive or negative affect could then be linked to the extent of mood-congruent material retrieval or otherwise.

Some studies used naturally occurring mood to explore differences within participants, but without manipulating their emotional state. For example, Parrott and Sabini (1990, Experiment 1) evaluated the participants after they received their exam results, assuming that the grade would affect the students’ mood. The same group also used the weather as a mood influencer: one group of participants was evaluated on a sunny day and the other on a cloudy day (Parrott & Sabini, 1990, Experiment 2), assuming that this type of context would influence the participants’ mood. These two studies were not able to demonstrate a mood congruency effect on memory, when evaluating this effect on retrieval of autobiographical memories.

Rusting and DeHart (2000, Study 4) also used the natural context in order to measure differences of emotional state. They tested the participants on the first

day of classes, assuming that the participants would be in a positive or neutral mood, or in another moment of the semester before an important examination, which was considered as the negative mood condition. In contrast with Parrott and Sabini (1990), these authors were able to show an effect of MCM for the recall of personal events.

One study (Loeffler et al., 2013) explored MCM in everyday life, outside the laboratory and without manipulating participants' mood. The participants were asked to rate their mood every 10-20 minutes and when they were in a positive or a negative state, a memory task was done. This study was able to demonstrate an MCM effect in daily life.

Simulated mood

Three studies used mood simulation, asking participants to behave as if they were in a specific emotional state (positive or negative) without really experiencing this emotion. An MCM effect was demonstrated for autobiographical memory (Perrig & Perrig, 1988) and for explicit retrieval of a word list (Eich & Macaulay, 2000). Bullington (1990) employed simulated mood to explore the effect of demand characteristics on MCM for autobiographical memory. For one group, the emotional state was experimentally manipulated, while the other group was asked to simulate a specific mood. In this study, the author demonstrated an MCM effect for the group who received a MIP but there was no effect in the "simulation" group.

Induced mood

The majority of the studies (55 of 68) used a MIP to explore the MCM effect. Different methodologies have been used to induce specific emotional states, with the most commonly used procedures being the Velten technique and hypnosis.

The Velten procedure consists of reading a series of self-referent statements that are designed to elicit a particular mood state. This MIP was used in twelve studies. Only three studies using this MIP were not able to demonstrate an MCM effect, one evaluating autobiographical memory (Snyder & White, 1982, Experiment 3) and two exploring explicit retrieval of verbal material (Fiedler & Stroehm, 1986; Mecklenbräuker & Hager, 1984).

Natale and Hantas (1982) combined the Velten procedure with hypnosis and showed an MCM effect in an autobiographical memory task and also in an explicit retrieval task for emotionally toned words. In one article, a modified version of the Velten procedure was used (Varner & Ellis, 1998). The two studies described in this article demonstrated an MCM effect evaluating explicit memory for a word list on immediate and delayed free recall.

Hypnosis was used as a MIP in thirteen studies. Only one study used this MIP to explore the MCM effect in autobiographical memory (Maccallum et al., 2000) and the results demonstrated a significant advantage for mood-congruent memories. The twelve other studies using hypnosis explored the explicit retrieval for verbal material (emotional phrases or words with emotional connotation, stories with positive or negative characters). Five studies (Bower et al., 1981; Bower et al., 1978) did not indicate a significant MCM effect, in contrast with others, which were able to show this effect (Bower et al., 1981; Gilligan & Bower, 1983; Bower & Mayer, 1989; Lewis & Williams, 1989).

Similar to the hypnosis technique, Rinck, Glowalla and Schneider (1992) used a suggestion technique, with the difference that this MIP permits the recruitment of non-hypnotizable participants. In the three studies described in that article, the authors showed an MCM effect for explicit retrieval of a word list.

Five studies used film clips (happy, sad or neutral) to induce a specific mood state. From these studies, three evaluated explicit memory for words, and all were able to show an MCM effect. Two studies using film clips as a MIP explored MCM on autobiographical memory. Boden and Baumeister (1997, Experiment 1) demonstrated an MCM effect but they were not able to replicate this result in a complementary study (Boden & Baumeister, 1997, Experiment 2).

Rusting and DeHart (2000, Experiment 1, Experiment 2) used mental imagery to induce negative mood and were able to demonstrate an MCM effect on autobiographical memory retrieval and explicit memory (free recall of a word list). Fiedler and Stroehm (1986) explored the MCM effect by employing the same MIP and also showed a significant effect using visual material (photographs). Also using imagery to induce a positive or a negative mood state, Salovey and Singer (1989) revealed an MCM effect for the retrieval of recent and remote autobiographical memories. The mental imagery technique has also been combined with music listening (Mayer et al., 1990; Rusting, 1999, Experiment 2), leading to an MCM effect for explicit retrieval of a list of emotionally toned words.

Music has also been combined with a procedure in which the participants were asked to look at pictures showing emotional faces (Lewis et al.,

2005) and this study was successful to show an MCM effect for explicit retrieval of a word list. Seven studies used music listening alone to induce a specific mood state. Five of these studies evaluated autobiographical memory. Parrott and Sabini (Parrott & Sabini, 1990, Experiment 4, Experiment 5) did not demonstrate any MCM effect on autobiographical memory, contrary to the three other studies using the same MIP (Miranda & Kihlstrom, 2005; Parrott & Sabini, 1990, Experiment 3; Parrott, 1991). The difference between the studies that have shown an effect and those that have not is that, in the former, participants were asked to modify their mood according to the music, while in the latter, this was not explicitly asked. Two of the studies using music listening as a MIP showed an MCM effect for the retrieval of a list of emotional words (Clark & Teasdale, 1985; Kiefer et al., 2007).

Isen, Shalcker, Clark and Karp (1978, Study 2) employed a success-failure manipulation, assuming that the outcome of a game (involving victory or defeat) would influence the participants' mood (positive or negative mood). The results demonstrated an effect only for positive mood on the recall of positive words.

Klaassen et al. (2002) were the only authors to use a pharmaceutical procedure to induce mood, the "tryptophan (TRP) depletion method" (Young et al., 1985). This method consists of an ingestion of an amino acid mixture without tryptophan, which reduces the production of serotonin in the brain, inducing symptoms of depression. On this study, the recall of positive words was impaired by the TRP depletion, demonstrating an MCM effect.

Mood evaluation

The studies differed on the methodology used to evaluate the current mood of the participants. Thirteen studies did not measure the current emotional state of the participants.

Self-reported measures

Mood state was most commonly measured through self-report questionnaires. Various instruments were used in the studies selected for the review (Likert scale, Beck Depression Inventory). Out of 68 studies, 42 employed only a self-report measure for the evaluation of the participants' current mood, and 32 of them demonstrated an MCM effect.

Behavioral measures

Some behavioral measures, such as psychomotor tasks, have been shown to reflect the emotional state of healthy or clinical participants (Burdick et al., 2009; Johnson, 1937; Nelson & Charney, 1981). The most common tasks were speed writing, letter cancelation and counting. Nine studies combined self-report methods with behavioral measures, and all were able to show MCM effect.

Physiological measures

Numerous studies explored the correlation between mood and heart rate variability, and supported the use of physiological measures to evaluate emotional state (Ekman et al., 1983; Cacioppo et al., 2000; Rainville et al., 2006). Two studies employed physiological measures (heart rate) to evaluate the emotional state of the participants. All studies (Lewis et al., 2005; Loeffler et al., 2013) demonstrated an MCM effect for explicit memory of verbal material (word list).

Type of retrieval

The studies selected for this systematic review evaluated the mood congruency effect on different forms of memory retrieval. Most studies (65 out of 68) explored explicit retrieval and only six used implicit retrieval tasks.

Explicit retrieval

Verbal material is the most commonly used in these studies, with only a few authors employing visual material.

Verbal material. Forty-three studies employed verbal material. Most studies (35/43) used word lists, with a positive or negative valence. In Natale and Hantas (1982), Clark and Teasdale (1985, Experiment 1) and Alexander and Guenther (1986), the words employed were related to positive or negative personality traits. All these studies were able to demonstrate an MCM effect.

Another paradigm used was story recall, in which instead of isolated items there is a logical connection between pieces of the information presented. In Bower et al. (1981), participants were asked to read a story containing information about a sad character and others about a happy character, and to retrieve as much details as they could remember in a delayed free recall. Three of the five studies in that paper were able to demonstrate an MCM effect. Mecklenbräuker and Hager (1984) employed a revised version of the story used by Bower et al. (1981) and also showed an MCM effect. These two articles differed, among other things, on the MIP applied, with hypnosis being used in Bower et al. (1981) and the Velten procedure in Mecklenbräuker and Hager (1984).

Gilligan and Bower (1983) used happy and sad phrases that the participants needed to recall in a free-recall and then in a cued-recall task and the authors were able to demonstrate a significant advantage for mood-congruent phrases. Fiedler, Pampe and Scherf (1986) employed sentences describing an individual with regard to six categories of social behavior, with each description having a positive or negative valence. With this procedure, the authors did not demonstrate any MCM effect for the free recall of these sentences. This result can be explained by the lack of a negative mood condition, considering that the authors only compared the effect of positive induced emotional state with a neutral condition.

Visual material. Only one study used pictures to explore the MCM effect. Fielder and Stroehm (1986) used photographs showing either pleasant or unpleasant scenes, some of the pictures organized in thematic categories and other pictures consisting of “isolated” pictures, not belonging to a thematic group. The authors demonstrated an advantage of mood-congruent material in a free-recall task (identifying the pictures with key words), but only for isolated pictures; those depicting material, which were part of a thematic category, did not show this effect. With this study, the authors highlighted the influence of the structure of the stimuli in MCM.

Autobiographical memory. Twenty-one studies explored MCM on autobiographical retrieval, and seventeen studies showed an effect. The most common measure for autobiographical retrieval was a free-recall task. This procedure was used in nineteen studies, six of which were not able to demonstrate an MCM effect. In four articles (Eich & Macaulay, 2000; Maccallum et al., 2000; Miranda & Kihlstrom, 2005; Teasdale et al., 1980), word cues (neutral or emotional)

were employed to help participants recollect specific events, and all these studies demonstrated an MCM effect.

Snyder and White (1982, Experiment 2, Experiment 3) asked the participants to indicate, for various types of activity (positive or negative), the frequency with which the event had occurred during the week before the testing session. Using this procedure, the experiment demonstrated an MCM effect on the retrieval of autobiographical memories.

Implicit measures

Six studies explored the MCM effect for implicit material. Despite differences in the type of mood analyzed or in the tasks used, all these studies were able to demonstrate an MCM effect.

Using a primed lexical decision task with participants in a natural mood state, Bradley et al. (1994) demonstrated an MCM effect for subliminally primed and unprimed words but not for supraliminally primed words. Mayer et al. (1995) also explored this effect using the natural mood of the participants, but applying a category-retrieval and an association-retrieval test; in the category-retrieval task, the participants were asked to list a member of the key category that began with a specific letter (e.g., key category: *Weather*; specific letter: *C... clear, cloudy, cold*); in the association-retrieval task, the aim was to free-associate to a key word using a pair of letters (ex: *Marriage, dll... divorcellove*). Using this procedure, the authors were able, in the three studies presented, to demonstrate that implicit retrieval was congruent with the current mood of the participants.

In Study 1, Rusting (1999) also explored the effect with the natural mood of participants, but using a homophone task. The participants were asked to spell each word they heard, with homophones being either positive/neutral or negative/neutral. For this task, implicit effects congruent with their current emotional state were observed. In Study 2 with the same task, the author employed a combination of music and imagery to put the participants in a specific mood. This experiment also showed an MCM effect.

Discussion

The present paper reviewed a subset of the published studies on mood-congruent memory in healthy participants. Our review shows that most of the

studies were able to demonstrate an MCM effect, independently of the type of mood manipulation and the type of retrieval, suggesting the influence of other factors in the occurrence of the effect. Some authors already explored several variables that could mediate the phenomenon of mood-congruent memory. Those factors may concern characteristics of the experiment (e.g., experimental instructions, structure of the information) or characteristics of the participants themselves (e.g., personality, level of arousal).

Factors which may influence the occurrence of MCM

The type of the structure of the information to be remembered was proposed by Fiedler and Stroehm (1986) as a factor mediating the MCM effect. The authors explored this hypothesis using visual material. They presented isolated pictures and pictures organized by thematic categories to the participants and were able to show an advantage of mood-congruent material, but only for isolated pictures; the effect disappeared for the categorized information.

Rinck et al. (1992, Experiment 1) investigated the influence of the valence intensity of the words on MCM effect and showed a mood-congruent learning with the strongly toned words and a mood-incongruent learning with the slightly toned words. The findings were explained by the authors based on the ease of valence determinations, which propose that the ratings of slightly mood-congruent words were facilitated, and the ratings of slightly mood-incongruent words were rendered more difficult. In a second experiment (Rinck et al., 1992, Experiment 2), the findings supported this explanation, showing that the participants took longer to rate the valence of slightly mood-incongruent words than slightly mood-congruent words, increasing the time of processing and facilitating recall.

Nasby (1994) has pointed out two moderators of the MCM effect: self-/other-reference at the moment of the encoding (“Does the following adjective describe you?” vs. “Does the following adjective describe your mother?”) and the affirmative/non-affirmative judgment about the information to be remembered. Indeed, this author showed that when in a positive mood, participants recall better the affirmatively rated positive words for both self- and other-reference conditions, but, when in a negative mood, the advantage for affirmatively rated congruent words was present only in the self-reference condition. For the non-affirmative rated words, no mood-congruent effect was observed. The author replicated his findings in another study (Nasby, 1996),

showing additionally that in an experimenter-reference condition, there is no mood-congruent effect.

Several authors explored the experimenter's demands hypothesis, which propose that the MCM effect was due to participants believing that the experimenter was seeking such a pattern of results (Snyder & White, 1982). To tests this hypothesis, Snyder and White (1982, Experiment 3) used an ineffective mood induction (using the Velten procedure with affectively neutral statements) and were not able to evidence an MCM effect, failing to provide evidence supporting the demand hypothesis. Alexander and Guenther (1986, Experiment 2) addressed the same question but using another methodology, in which participants in the "compatible condition" were told that after the mood induction people tend to recall information compatible with the current mood, and participants in the "incompatible condition" were told that the mood induction can advantage incompatible recall. They reported results that argue against the experimenter's demands hypothesis. Indeed, when asked to report autobiographical events, participants showed an MCM effect in both compatible and incompatible conditions. Bullington (1990) also explored demand effects, using a "simulated mood" condition, and the results did not support the demand hypothesis. In summary, most of the studies argued against the demands hypothesis as a main factor explaining the presence of MCM, but as observed in other types of research into emotion, demand effects may play a role depending on the study design.

Some authors tested another factor likely to moderate the MCM effect, named the subject compliance hypothesis, which argues that it is the participants' effort to maintain the induced mood that creates the mood-congruent recall. Mayer et al. (1990) manipulated the instruction about the mood induction (e.g., condition 2: "the music may or may not cause your mood to change", condition 3: "get into the music and allow your mood to change or stay the same"). The mood congruency effect was unaffected by the manipulation of the instruction, arguing against the subject compliance hypothesis. Parrott (1991) also explored the same hypothesis and showed that, even after telling the participants they can stop maintaining the induced mood, they still presented a mood-congruent recall of autobiographical memories, which is opposed to the subject compliance hypothesis.

Bower and Mayer (1989, Experiment 3) studied the effect of the type of memory instructions, manipulating the attention and learning strategy of the participants. In one condition, they asked the participants to concentrate on learning mood-congruent words, and in the other condition, the instruction was

to pay more attention in learning mood-incongruent words. The incongruent learning condition cancelled the MCM effect showed in the congruent condition, by increasing the quantity of mood-incongruent words recalled. The authors interpreted these results as evidence of the implication of attention and learning processes in MCM effect. Based on the cognitive theories of depression, which argue that attentional bias for negative information is a characteristic of the mood disorder, Blaut et al. (2013) also explored the effect of attention processes on the presence of an MCM effect. They showed that, after an attentional training focusing on neutral words, the participants did not show a better recall for negative words in comparisons to participants who did not receive the attentional training. These results support the implication of attentional bias in the occurrence of MCM effect.

Fiedler and Stroehm (1986) were interested in the effect of arousal as a moderator of the MCM effect. Using a pharmacological treatment to increase the autonomic arousal, they showed that the evaluation of the emotionally toned stimulus differed regarding the condition. However, there were no significant differences on the recall performance between the pharmacologically increased arousal group and the relaxation group, failing to demonstrate an effect of autonomic arousal on mood-congruent recall. In order to compare the effect of cognitive activation and of autonomic arousal on MCM, Varner and Ellis (1998) compared the recall of negative and organizational words in four conditions: negative mood induction, organizational schema induction, physiological arousal induction and neutral condition. The authors concluded that physiological arousal does not seem to have an influence on the occurrence of MCM, contrary to the cognitive activity of the emotional state. In a more recent study, Loeffler et al. (2013) explored the effect of psychophysiological arousal on MCM in the context of daily life and showed contradictory results. Indeed, in the case of a negative situation, physiological arousal seemed to be a necessary condition for the occurrence of MCM; in the absence of physiological arousal, the recall of incongruent memories tended to be better. However, this is not the case in a positive context, where physiological arousal did seem to influence the recall.

Several studies demonstrated that the subject's personality can be a moderator in the occurrence of mood-congruent or mood-incongruent effect. Boden and Baumeister (1997) compared the speed of recall of happy memories in a group of repressors (participants who are less affected by negative stimuli) and a group of non-repressors, in order to explore the impact of this specific personality trait on MCM. The authors showed that the repressor participants

were quicker to recall happy memories when in a negative mood compared to non-repressors. Rusting (1999) revealed significant interactions between personality traits of the participants and the effects of mood on memory, showing, for example, that extraversion was related to a better recall of positive memories and neuroticism to a better recall of negative memories. Rusting and DeHart (2000) manipulated the use of mood regulation strategies and confirmed the relation between personality and MCM, showing that the score on the Negative Mood Regulation Scale, which measures the individuals' beliefs about their capacity to regulate negative mood, influenced the effects of mood regulation strategies on MCM.

To summarize, the studies reported evidences for several mediators of MCM occurrence. The structure and the valence intensity of the material to be remembered seem to influence the MCM effect, just as the self- vs. other-reference of that material; a mood-congruent effect is more probable with more structured, intense and self-oriented material. Regarding the characteristics of the participants that can mediate MCM, personality and attention processes are factors likely to modulate the presence of MCM. In relation to physiological arousal, the results are contradictory but, in real-life settings, a greater psychophysiological arousal appears necessary to generate MCM for negative events. Neither the experimenter's demands nor the subject compliance hypotheses were able to explain the occurrence of MCM effect.

MCM models

The associative network theory suggested by Bower (1981) is the most cited model proposed to explain the mood-congruent phenomenon. This model considers that the memory can be represented by a network, in which every concept forms a node linked to other nodes of associated concepts. For example, the concept of a specific emotion is linked to the physiological reactions, behaviors, words and events associated with this specific emotional state. When a concept/node is activated, this activation spreads into the network, activating associated concepts/nodes. According to this view, when someone is in a positive emotional state, the node "happy" will be activated and this activation will spread to associated nodes, such as positive autobiographical memories, facilitating the recall of these memories. This model explains, for example, that valence intensity of the material is a mediator of MCM. Indeed, Bower et al. (1981) proposed that the activation of the node needs to reach a threshold in

order to spread to associated nodes, which would explain why intensely toned mood-congruent words are better recalled than slightly toned words. The network model also allows explaining the influence of attentional processes on the occurrence of MCM. For Bower et al. (1981), when an emotional node is activated, people should be more attentive to mood-congruent information that are already activated by the spread of the activation in the network.

Nevertheless, some studies demonstrated a mood-incongruent effect (Loeffler et al., 2013; Parrott & Sabini, 1990; Rusting & DeHart, 2000) and also asymmetrical results when comparing the effects of positive and negative moods (Isen et al., 1978; Mayer et al., 1990). These results cannot be explained exclusively by Bower's network theory, and the concept of mood regulation was then proposed to explain the occurrence of these phenomena. The mood regulation hypothesis proposes that people try to regulate their mood by recalling material incongruent with their current mood state, especially when in a negative mood (Bower et al., 1981; Isen, 1985; Singer & Salovey, 1988).

According to Isen (1984) and to Salovey and Singer (1989), the asymmetry in the finding about positive and negative mood states can be explained by a combination of the network theory and the mood regulation concept. In fact, these authors suggested that the neurophysiological activation of the network may lead to a mood-congruent effect, which can be reduced or cancelled by the implementation of mood regulation strategies, where the mood regulation serves to dampen the negative mood state. Unfortunately, most of the studies do not compare positive, negative and neutral emotional states, which may complicate the interpretation of the results and may be seen as a limitation of the field of study.

Mood-congruent learning / Mood-congruent retrieval

The MCM process can be divided into two processes: mood-congruent learning and mood-congruent recall. The mood-congruent-learning (or mood-congruent judgment/encoding) corresponds to the effect of the mood at the moment of encoding (or learning), while the mood-congruent-recall (or mood-congruent retrieval) corresponds to the exploration of mood influence at the moment of recall. Only fourteen studies out of sixty-eight considered this difference when exploring the MCM effect. Indeed, seven studies explored only the MC-learning effect (Bower et al., 1981, Experiment 1 and Experiment 5; Gilligan & Bower, 1983; Lewis & Williams, 1989; Nasby,

1994; Perrig & Perrig, 1988; Rinck et al., 1992) and seven explored specifically MC-retrieval (Bower et al., 1981, Experiment 2 and Experiment 4; Clark & Teasdale, 1985; Fiedler & Stroehm, 1986; Fiedler et al., 2001; Teasdale & Russell, 1983; Varner & Ellis, 1998). All the studies exploring MC-learning were able to demonstrate an effect, but two studies about MC-retrieval (Bower et al., 1981, Experiment 2 and Experiment 4) were not. This result suggests that the current mood at the moment of the retrieval may have a minimal role in the MCM phenomenon, comparing to the mood during encoding. This support Ellis and Moore's comments (1999), who affirmed that the results regarding the MC-retrieval phenomenon are less conclusive than MC-learning results. These authors also suggested that the results from the studies exploring MCM as a unique process may be biased, especially in the case of autobiographical memory, where the event is always associated with the mood state at the moment of the event, which is also the moment of encoding. Studies exploring the neural basis of the phenomenon may help to understand the role of MC learning and MC retrieval in the MCM effect.

How MCM in healthy people informs MCM in clinical groups

MCM research on healthy individuals may also improve our understanding of clinical conditions. Studies on the influence of personality traits in MCM show that healthy subjects with high depression scores tend to recall more negative experiences after the induction of a sad mood condition (Rusting, 1999), supporting the idea of a persistent recollection of aversive and negative memories in depressive patients (Direnfeld & Roberts, 2006). The same mechanism in the opposite direction may also help explaining mania in bipolar disorder (BD). For instance, Delgado et al. (2012) indicate that people with BD show higher scores in a word span with positive content in relation to healthy or depressive individuals (Delgado et al., 2012), suggesting positively-biased memory processing may be connected with symptoms of the disease.

Similarly, recent research on mood-congruent learning and attentional bias in non-clinical populations may clarify MCM in depressed and dysphoric individuals. Both clinical conditions have been associated with sustained attention for negative cues presented for longer durations (Koster et al., 2005; Leyman et al., 2007; Koster et al., 2010). Notably, Koster et al. (2010) suggested that changing attentional focus may lead to positive outcomes, as observed

in cognitive behavior therapy with patients with generalized anxiety disorders (Amir et al., 2009; Koster et al., 2010).

Neuroendocrine research has also reported evidence on the influence of cortisol over MCM phenomena. Under stressful social situations, individuals with elevated cortisol responses tend to show impaired retrieval of emotionally arousing words and emotional images (Kuhlmann et al., 2005; Buchanan & Tranel, 2008). Smeets et al. (2006) described the poor reproduction of neutral words during stress, while emotional words were not affected (Smeets et al., 2006). These findings suggest a potential neurochemical mechanism for MCM, which may help elucidating the relationship between MCM and psychopathology, also indicating potential treatment alternatives for these conditions.

Neural basis of MCM

Studies exploring the neurophysiological correlates of MCM may help to discover whether MCM reflects memory processes during memory encoding or response biases at the moment of the retrieval. However, in our review, only three out of sixty-eight studies explored the neural basis of the MCM effect.

Kiefer et al. (2007) used electroencephalography (EEG) to explore the patterns of neural response during the encoding phase of MCM. The results showed that, depending on the current mood state, positive and negative words seem to be processed in different ways. This suggests that MCM effect is not only a retrieval bias but that it originates at the time of encoding. As the source analysis pointed that structures commonly associated with semantic knowledge (parahippocampal cortex, perirhinal cortex, fusiform gyrus) had different activations depending on mood and valence of the words, the authors also suggested an influence of the semantic processes in the MCM effect. Lewis et al. (2005) explored the neural networks underlying the MCM effect using functional magnetic resonance imaging (fMRI). The framework of this study is the Bower's model (1981) and one of the aims of the authors was to observe neural activity corresponding to the nodes of Bower's model. The results showed that the structures activated for mood-congruent encoding are the same activated for mood-congruent retrieval: the subgenual cingulate for positive words and the right parietal lateral orbitofrontal cortex for negative words, which are structures known to be involved in emotional processing. The authors interpreted these results as a demonstration of the associative model. Also using fMRI, Fitzgerald et al. (2011) showed an implication of frontal structures in

the MCM learning, with activation of the left medial- and inferior-frontal gyri during mood incongruent memory and with activation the left orbitofrontal cortex during mood-congruent memory.

In summary, the few studies exploring the neural correlates of MCM highlighted that the origin of the phenomenon happens during encoding and that frontal structures seem to be implicated in the MCM phenomenon. The results also support Bower's associative model. Nevertheless, these studies were not able to demonstrate a clear pattern of activations and more studies in this field are needed in order to understand the neural mechanisms underlying the MCM effect.

Limitations

Some limitations to a direct interpretation of data from the MCM literature should be considered. Sample characteristics could also have influenced the results. In fact, most of the participants are undergraduate students, from Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic (WEIRD) societies (Henrich et al., 2010). This could limit the ability to generalize results globally. Another limitation associated with this review lies in the heterogeneity of the methodologies used across studies (e.g., explicit memory vs. implicit memory, different types of MIP, and different types of material for the memory task). The latter factor affects reliability of comparisons between different studies. However, those limitations seem intrinsic to the field of research and, as discussed in the next part of this review, further studies are needed in order to understand better the mechanism underlying the MCM effect.

Conclusions and future directions

Mood-congruent memory seems to be a strong phenomenon; however, the factors mediating the occurrence of the effect remain unclear. Characteristics of the material used in the memory task (e.g., structure, valence intensity, self- vs. other-reference) and characteristics of the participants (e.g., personality, physiological arousal) are factors likely to modulate the presence of MCM. Bower's associative network theory combined to the mood regulation concept seem to provide the best available framework to explain the effect, with initial support for this from neuroimaging studies. Authors who explored the neural

correlates of MCM also showed the implication of frontal structures and gave leads regarding the mood-congruent learning vs. mood-congruent recall question. Indeed, the formation of MCM seems to have already its initial stages during the encoding phase.

However, the generalization of these results is limited because of the limited age range of the participants in the studies and also because of the heterogeneity of methodologies used across studies. Therefore, more research using systematic designs and different age groups is needed to be able to generalize the findings regarding MCM.

It is also important to have more studies controlling objectively the efficacy of the mood induction procedure, using physiological measures of the emotional state. Indeed, only two studies in this review ensured objectively that the participants reached the specific mood state, which is the first requirement to be able to interpret the results.

More research exploring the neural correlates of the MCM is also needed in order to understand the mechanism underlying the mood-congruent and mood-incongruent effects. As was the case with previous EEG and fMRI studies, this kind of research may help answer different theoretical questions about MCM and elaborate an actualized model of the phenomenon.

The exploration of MCM in ecological settings, comparable to Loeffler et al. (2013), may be useful to understand the impact of mood on memory in daily life and the relation of this phenomenon in the case of mood disorders. Indeed, some cognitive theories of depression postulate that mood-congruent phenomena may be crucial for developing depression and may contribute for the maintenance of depressive symptoms (Beck, 1976; Mathews & MacLeod, 2005; van Wingen et al., 2010). In line with this, duloxetine antidepressant directly influences memory retrieval, acting on brain regions responsible for modulating emotional memory in a valence-specific manner (Tendolkar et al., 2011). Future studies should explore how the pharmacological response in mood disorders may be mediated by MCM.

Future research should also investigate the site of action of different forms of treatment in association with neural correlates MCM. Lewis et al. (2005) report two specific brain structures as loci for valence-specific associative memory node: the subgenual cingulate and posterior-lateral orbitofrontal cortex (Lewis et al., 2005). The subgenual cingulate is known to be involved in the expression of pathological mood (Mayberg et al., 1999) and in mood disorders (Drevets et al., 1997). Further research may explore shared neural correlates between

MCM and depressive symptoms, potentially leading to the refinement and development of pharmacological and psychotherapy interventions.

Acknowledgments

The authors acknowledge financial support from the Brazilian institutions Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), and Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

References

- Alexander, L.; Guenther, R. K. (1986). The effect of mood and demand on memory. *British Journal of Psychology*, 77(3), 343-350. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1986.tb02201.x>
- Amir, N.; Beard, C.; Burns, M.; Bomyea, J. (2009). Attention modification program in individuals with generalized anxiety disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 118(1), 28-33. <https://doi.org/10.1037/a0012589>
- Barry, E. S.; Naus, M. J.; Rehm, L. P. (2004). Depression and implicit memory: Understanding mood congruent memory bias. *Cognitive Therapy and Research*, 28(3), 387-414. <https://doi.org/10.1023/B:COTR.0000031808.00502.2e>
- Beck, A. T. (1976). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. New York: International Universities.
- Blaney, P. H. (1986). Affect and memory: A review. *Psychological Bulletin*, 99(2), 229-246. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.99.2.229>
- Blaut, A.; Paulewicz, B.; Szastok, M.; Prochwicz, K.; Koster, E. (2013). Are attentional bias and memory bias for negative words causally related?. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 44(3), 293-299. <https://doi.org/10.1016/j.jbtep.2013.01.002>
- Boden, J. M.; Baumeister, R. F. (1997). Repressive coping: Distraction using pleasant thoughts and memories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73(1), 45-62. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.73.1.45>
- Bower, G. H. (1981). Mood and memory. *American Psychologist*, 36(2), 129-148. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.36.2.129>
- Bower, G. H.; Gilligan, S. G.; Monteiro, K. P. (1981). Selectivity of learning caused by affective states. *Journal of Experimental Psychology: General*, 110(4), 451-473. <https://doi.org/10.1037/0096-3445.110.4.451>

- Bower, G. H.; Mayer, J. D. (1989). In search of mood-dependent retrieval. *Journal of Social Behavior & Personality*, 4(2), 121-156. <https://psycnet.apa.org/record/1990-18973-001>
- Bower, G. H.; Monteiro, K. P.; Gilligan, S. G. (1978). Emotional mood as a context for learning and recall. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 17(5), 573-585. [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(78\)90348-1](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(78)90348-1)
- Bradley, B. P.; Mogg, K.; Williams, R. (1994). Implicit and explicit memory for emotional information in non-clinical subjects. *Behaviour Research and Therapy*, 32(1), 65-78. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)90085-X](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)90085-X)
- Buchanan, T. W.; Tranel, D. (2008). Stress and emotional memory retrieval: Effects of sex and cortisol response. *Neurobiology of Learning and Memory*, 89(2), 134-141. <https://doi.org/10.1016/j.nlm.2007.07.003>
- Bullington, J. C. (1990). Mood congruent memory: A replication of symmetrical effects for both positive and negative moods. *Journal of Social Behavior & Personality*, 5(4), 123-134. <https://psycnet.apa.org/record/1991-00341-001>
- Burdick, K. E.; Gunawardane, N.; Goldberg, J. F.; Halperin, J. M.; Garno, J. L.; Malhotra, A. K. (2009). Attention and psychomotor functioning in bipolar depression. *Psychiatry Research*, 166(2-3), 192-200. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2008.03.006>
- Cacioppo, J. T.; Berntson, G. G.; Larsen, J. T.; Poehlmann, K. M.; Ito, T. A. (2000). The psychophysiology of emotion. In: M. Lewis & J. M. Haviland-Jones, *Handbook of emotions* (2nd ed.), p. 173-191. New York: Guilford. <https://static1.squarespace.com/static/531897cde4b0fa5080a9b19e/t/5333d81a7e4b01599cd0c67dd/1396539815381/the-psychophysiology-of-emotion.pdf> (accessado em 06/01/2023).
- Clark, D. M.; Teasdale, J. D. (1985). Constraints on the effects of mood on memory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48(6), 1595-1608. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.48.6.1595>
- Darley, C. F.; Tinklenberg, J. R.; Roth, W. T.; Atkinson, R. C. (1974). The nature of storage deficits and state-dependent retrieval under marijuana. *Psychopharmacologia*, 37(2), 139-149. <https://doi.org/10.1007/BF00437420>
- Delgado, V. B.; Kapczinski, F.; Chaves, M. L. F. (2012). Memory mood congruency phenomenon in bipolar I disorder and major depression disorder patients. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 45(9), 856-861. <https://doi.org/10.1590/S0100-879X2012007500098>
- Direnfeld, D. M.; Roberts, J. E. (2006). Mood congruent memory in dysphoria: The roles of state affect and cognitive style. *Behaviour Research and Therapy*, 44(9), 1275-1285. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2005.03.014>
- Drevets, W. C.; Price, J. L.; Simpson Jr., J. R.; Todd, R. D.; Reich, T.; Vannier, M.; Raichle, M. E. (1997). Subgenual prefrontal cortex abnormalities in mood disorders. *Nature*, 386(6627), 824-827. <https://doi.org/10.1038/386824a0>

- Duka, T.; Weissenborn, R.; Dienes, Z. (2001). State-dependent effects of alcohol on recollective experience, familiarity and awareness of memories. *Psychopharmacology*, 153(3), 295-306. <https://doi.org/10.1007/s002130000564>
- Eich, E.; Kihlstrom, J. F.; Bower, G. H.; Forgas, J. P.; Niedenthal, P. M. (2000). *Cognition and Emotion*. New York: Oxford.
- Eich, E.; Macaulay, D. (2000). Are real moods required to reveal mood-congruent and mood-dependent memory?. *Psychological Science*, 11(3), 244-248. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00249>
- Eich, E.; Metcalfe, J. (1989). Mood dependent memory for internal versus external events. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 15(3), 443-455. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.15.3.443>
- Eich, J. E. (1980). The cue-dependent nature of state-dependent retrieval. *Memory & Cognition*, 8(2), 157-173. <https://doi.org/10.3758/BF03213419>
- Ekman, P.; Levenson, R. W.; Friesen, W. V. (1983). Autonomic nervous system activity distinguishes among emotions. *Science*, 221(4616), 1208-1210. <https://doi.org/10.1126/science.6612338>
- Ellis, H. C.; Moore, B. A. (1999). Mood and Memory. In: T. Dalgleish & M. J. Power (Eds.), *Handbook of Cognition and Emotion*, p. 193-210. John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/0470013494.ch10>
- Ellwart, T.; Rinck, M.; Becker, E. S. (2003). Selective memory and memory deficits in depressed inpatients. *Depression and Anxiety*, 17(4), 197-206. <https://doi.org/10.1002/da.10102>
- Erber, R.; Erber, M. W. (1994). Beyond mood and social judgment: Mood incongruent recall and mood regulation. *European Journal of Social Psychology*, 24(1), 79-88. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420240106>
- Fiedler, K.; Nickel, S.; Muehlfriedel, T.; Unkelbach, C. (2001). Is mood congruency an effect of genuine memory or response bias?. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37(3), 201-214. <https://doi.org/10.1006/jesp.2000.1442>
- Fiedler, K.; Pampe, H.; Scherf, U. (1986). Mood and memory for tightly organized social information. *European Journal of Social Psychology*, 16(2), 149-164. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420160204>
- Fiedler, K.; Stroehm, W. (1986). What kind of mood influences what kind of memory: The role of arousal and information structure. *Memory & Cognition*, 14(2), 181-188. <https://doi.org/10.3758/BF03198378>
- Fitzgerald, D. A.; Arnold, J. F.; Becker, E. S.; Speckens, A. E. M.; Rinck, M.; Rijpkema, M.; Fernández, G.; Tendolkar, I. (2011). How mood challenges emotional memory formation: An fMRI investigation. *NeuroImage*, 56(3), 1783-1790. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2011.02.061>

- Gilligan, S. G.; Bower, G. H. (1983). Reminding and mood-congruent memory. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 21(6), 431-434. <https://doi.org/10.3758/BF03330000>
- Henrich, J.; Heine, S. J.; Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world?. *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2-3), 61-83. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>
- Higgins, J. P. T.; Green, S. (Eds.) (2008). *Cochrane handbook for systematic reviews of interventions*. John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9780470712184>
- Isen, A. M. (1984). Toward understanding the role of affect in cognition. In: T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *Handbook of social cognition*, vol. 3, p. 179-236. Lawrence Erlbaum Associates.
- Isen, A. M. (1985). Asymmetry of happiness and sadness in effects on memory in normal college students: Comment on Hasher, Rose, Zacks, Sanft, and Doren. *Journal of Experimental Psychology: General*, 114(3), 388-391. <https://doi.org/10.1037/0096-3445.114.3.388>
- Isen, A. M.; Shalke, T. E.; Clark, M.; Karp, L. (1978). Affect, accessibility of material in memory, and behavior: A cognitive loop?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(1), 1-12. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.36.1.1>
- Johnson, W. B. (1937). Euphoric and Depressed Moods in Normal Subjects. *Journal of Personality*, 6(2), 79-98. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1937.tb02243.x>
- Kiefer, M.; Schuch, S.; Schenck, W.; Fiedler, K. (2007). Mood states modulate activity in semantic brain areas during emotional word encoding. *Cerebral Cortex*, 17(7), 1516-1530. <https://doi.org/10.1093/cercor/bhl062>
- Klaassen, T.; Riedel, W. J.; Deutz, N. E. P.; van Praag, H. M. (2002). Mood congruent memory bias induced by tryptophan depletion. *Psychological Medicine*, 32(1), 167-172. <https://doi.org/10.1017/S003329170100438X>
- Koster, E. H. W.; De Raedt, R.; Goeleven, E.; Franck, E.; Crombez, G. (2005). Mood-congruent attentional bias in dysphoria: Maintained attention to and impaired disengagement from negative information. *Emotion*, 5(4), 446-455. <https://doi.org/10.1037/1528-3542.5.4.446>
- Koster, E. H. W.; De Raedt, R.; Leyman, L.; De Lissnyder, E. (2010). Mood-congruent attention and memory bias in dysphoria: Exploring the coherence among information-processing biases. *Behaviour Research and Therapy*, 48(3), 219-225. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2009.11.004>
- Kuhlmann, S.; Kirschbaum, C.; Wolf, O. T. (2005). Effects of oral cortisol treatment in healthy young women on memory retrieval of negative and neutral words. *Neurobiology of Learning and Memory*, 83(2), 158-162. <https://doi.org/10.1016/j.nlm.2004.09.001>
- Lewis, P. A.; Critchley, H. D.; Smith, A. P.; Dolan, R. J. (2005). Brain mechanisms for mood congruent memory facilitation. *NeuroImage*, 25(4), 1214-1223. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2004.11.053>

- Lewis, V. E.; Williams, R. N. (1989). Mood-congruent vs. mood-state-dependent learning: Implications for a view of emotion. *Journal of Social Behavior & Personality*, 4(2) [special issue – Mood and Memory: Theory, Research, and Applications], 157-171. <https://psycnet.apa.org/record/1990-18818-001>
- Leyman, L.; De Raedt, R.; Schacht, R.; Koster, E. H. W. (2007). Attentional biases for angry faces in unipolar depression. *Psychological Medicine*, 37(3), 393-402. <https://doi.org/10.1017/S003329170600910X>
- Loeffler, S. N.; Myrtek, M.; Peper, M. (2013). Mood-congruent memory in daily life: Evidence from interactive ambulatory monitoring. *Biological Psychology*, 93(2), 308-315. <https://doi.org/10.1016/j.biopsycho.2013.03.002>
- Loftus, E. F. (2004). Memories of things unseen. *Current Directions in Psychological Science*, 13(4), 145-147. <https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00294.x>
- Maccallum, F.; McConkey, K. M.; Bryant, R. A.; Barnier, A. J. (2000). Specific autobiographical memory following hypnotically induced mood state. *The International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 48(4), 361-373. <https://doi.org/10.1080/00207140008410366>
- Mathews, A.; MacLeod, C. (2005). Cognitive vulnerability to emotional disorders. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 167-195. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.1.102803.143916>
- Mayberg, H. S.; Liotti, M.; Brannan, S. K.; McGinnis, S.; Mahurin, R. K.; Jerabek, P. A.; Silva, J. A.; Tekell, J. L.; Martin, C. C.; Lancaster, J. L.; Fox, P. T. (1999). Reciprocal limbic-cortical function and negative mood: Converging PET findings in depression and normal sadness. *American Journal of Psychiatry*, 156(5), 675-682. <https://doi.org/10.1176/ajp.156.5.675>
- Mayer, J. D.; Gayle, M.; Meehan, M. E.; Haarman, A.-K. (1990). Toward better specification of the mood-congruency effect in recall. *Journal of Experimental Social Psychology*, 26(6), 465-480. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(90\)90051-M](https://doi.org/10.1016/0022-1031(90)90051-M)
- Mayer, J. D.; McCormick, L. J.; Strong, S. E. (1995). Mood-congruent memory and natural mood: New evidence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(7), 736-746. <https://doi.org/10.1177/0146167295217008>
- Mecklenbräuker, S.; Hager, W. (1984). Effects of mood on memory: Experimental tests of a mood-state-dependent retrieval hypothesis and of a mood-congruity hypothesis. *Psychological Research*, 46(4), 355-376. <https://doi.org/10.1007/BF00309069>
- Miranda, R.; Kihlstrom, J. (2005). Mood congruence in childhood and recent autobiographical memory. *Cognition and Emotion*, 19(7), 981-998. <https://doi.org/10.1080/02699930500202967>
- Nasby, W. (1994). Moderators of mood-congruent encoding: Self-/other-reference and affirmative/nonaffirmative judgement. *Cognition and Emotion*, 8(3), 259-278. <https://doi.org/10.1080/02699939408408941>

- Nasby, W. (1996). Moderators of mood-congruent encoding and judgement: Evidence that elated and depressed moods implicate distinct processes. *Cognition and Emotion*, 10(4), 361-378. <https://doi.org/10.1080/026999396380187>
- Natale, M.; Hantas, M. (1982). Effect of temporary mood states on selective memory about the self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(5), 927-934. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.42.5.927>
- Nelson, J. C.; Charney, D. S. (1981). The symptoms of major depressive illness. *American Journal of Psychiatry*, 138(1), 1-13. <https://doi.org/10.1176/ajp.138.1.1>
- Nolen-Hoeksema, S. (1991). Responses to depression and their effects on the duration of depressive episodes. *Journal of Abnormal Psychology*, 100(4), 569-582. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.100.4.569>
- Nolen-Hoeksema, S. (2000). The role of rumination in depressive disorders and mixed anxiety/depressive symptoms. *Journal of Abnormal Psychology*, 109(3), 504-511. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.109.3.504>
- Nutt, R. M.; Lam, D. (2011). A comparison of mood-dependent memory in bipolar disorder and normal controls. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 18(5), 379-386. <https://doi.org/10.1002/cpp.778>
- Page, M. J.; McKenzie, J. E.; Bossuyt, P. M.; Boutron, I.; Hoffmann, T. C.; Mulrow, C. D.; Shamseer, L.; Tetzlaff, J. M.; Akl, E. A.; Brennan, S. E.; Chou, R.; Glanville, J.; Grimshaw, J. M.; Hróbjartsson, A.; Lalu, M. M.; Li, T.; Loder, E. W.; Mayo-Wilson, E.; McDonald, S.; ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parrott, W. G. (1991). Mood induction and instructions to sustain moods: A test of the subject compliance hypothesis of mood congruent memory. *Cognition and Emotion*, 5(1), 41-52. <https://doi.org/10.1080/02699939108411022>
- Parrott, W. G.; Sabini, J. (1990). Mood and memory under natural conditions: Evidence for mood incongruent recall. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(2), 321-336. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.59.2.321>
- Perrig, W. J.; Perrig, P. (1988). Mood and memory: Mood-congruity effects in absence of mood. *Memory & Cognition*, 16(2), 102-109. <https://doi.org/10.3758/BF03213477>
- Rainville, P.; Bechara, A.; Naqvi, N.; Damasio, A. R. (2006). Basic emotions are associated with distinct patterns of cardiorespiratory activity. *International Journal of Psychophysiology*, 61(1), 5-18. <https://doi.org/10.1016/j.ijpsycho.2005.10.024>
- Rinck, M.; Glowalla, U.; Schneider, K. (1992). Mood-congruent and mood-incongruent learning. *Memory & Cognition*, 20(1), 29-39. <https://doi.org/10.3758/BF03208251>
- Rusting, C. L. (1999). Interactive effects of personality and mood on emotion-congruent memory and judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(5), 1073-1086. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.77.5.1073>

- Rusting, C. L.; DeHart, T. (2000). Retrieving positive memories to regulate negative mood: Consequences for mood-congruent memory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 737-752. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.78.4.737>
- Salovey, P.; Singer, J. A. (1989). Mood congruency effects in recall of childhood versus recent memories. *Journal of Social Behavior & Personality*, 4(2), 99-120. <https://psycnet.apa.org/record/1990-18823-001>
- Singer, J. A.; Salovey, P. (1988). Mood and memory: Evaluating the network theory of affect. *Clinical Psychology Review*, 8(2), 211-251. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(88\)90060-8](https://doi.org/10.1016/0272-7358(88)90060-8)
- Smeets, T.; Jelicic, M.; Merckelbach, H. (2006). The effect of acute stress on memory depends on word valence. *International Journal of Psychophysiology*, 62(1), 30-37. <https://doi.org/10.1016/j.ijpsycho.2005.11.007>
- Smith, S. M.; Petty, R. E. (1995). Personality moderators of mood congruency effects on cognition: The role of self-esteem and negative mood regulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(6), 1092-1107. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.68.6.1092>
- Snyder, M.; White, P. (1982). Moods and memories: Elation, depression, and the remembering of the events of one's life. *Journal of Personality*, 50(2), 149-167. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1982.tb01020.x>
- Teasdale, J. D. (1983). Negative thinking in depression: Cause, effect, or reciprocal relationship?. *Advances in Behaviour Research and Therapy*, 5(1), 3-25. [https://doi.org/10.1016/0146-6402\(83\)90013-9](https://doi.org/10.1016/0146-6402(83)90013-9)
- Teasdale, J. D.; Russell, M. L. (1983). Differential effects of induced mood on the recall of positive, negative and neutral words. *British Journal of Clinical Psychology*, 22(3), 163-171. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8260.1983.tb00597.x>
- Teasdale, J. D.; Taylor, R.; Fogarty, S. J. (1980). Effects of induced elation-depression on the accessibility of memories of happy and unhappy experiences. *Behaviour Research and Therapy*, 18(4), 339-346. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(80\)90093-5](https://doi.org/10.1016/0005-7967(80)90093-5)
- Tendolkar, I.; van Wingen, G.; Urner, M.; Verkes, R. J.; Fernández, G. (2011). Short-term duloxetine administration affects neural correlates of mood-congruent memory. *Neuropsychopharmacology*, 36(11), 2266-2275. <https://doi.org/10.1038/npp.2011.114>
- van Wingen, G. A.; van Eijndhoven, P.; Cremers, H. R.; Tendolkar, I.; Verkes, R. J.; Buitelaar, J. K.; Fernández, G. (2010). Neural state and trait bases of mood-incongruent memory formation and retrieval in first-episode major depression. *Journal of Psychiatric Research*, 44(8), 527-534. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2009.11.009>
- Varner, L. J.; Ellis, H. C. (1998). Cognitive activity and physiological arousal: Processes that mediate mood-congruent memory. *Memory & Cognition*, 26(5), 939-950. <https://doi.org/10.3758/BF03201174>
- Voltaire (1764). *Dictionnaire philosophique, portatif*. Geneva: Cengage Gale.

- Watkins, P. C. (2002). Implicit memory bias in depression. *Cognition and Emotion*, 16(3), 381-402. <https://doi.org/10.1080/02699930143000536>
- Young, S. N.; Smith, S. E.; Pihl, R. O.; Ervin, F. R. (1985). Tryptophan depletion causes a rapid lowering of mood in normal males. *Psychopharmacology*, 87(2), 173-177. <https://doi.org/10.1007/BF00431803>

Notes

- ¹“On retient par cœur malgré soi; et voilà pourquoi nous disons, retenir par cœur; car ce qui touche le cœur se grave dans la mémoire.”

Recebido em 20 de abril de 2022

Aceito para publicação em 11 de outubro de 2022

